

TANIA JUREMA FLORES DA ROSA

**A PRODUÇÃO DE SENTIDOS EM HIPERTEXTO: OS HIPERLINKS COMO
ANÁFORAS**

**PORTO ALEGRE
2006**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ESTUDOS DA LINGUAGEM
TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO
ANÁLISE DE DISCURSO**

**A PRODUÇÃO DE SENTIDOS EM HIPERTEXTO: OS HIPERLINKS COMO
ANÁFORAS**

**TÂNIA JUREMA FLORES DA ROSA
ORIENTADOR(a): PROF.(a). DR(a). ANA ZANDWAIS**

Dissertação de Mestrado em Teorias do Texto e do Discurso, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**PORTO ALEGRE
2006**

Dedicatória

Para o Marcel, é claro!

AGRADECIMENTOS

Nesta etapa muitos são os agradecimentos, muitas são as pessoas que contribuíram para que o trabalho esteja aqui pronto. Agradeço imensamente à professora Ana Zandwais pela orientação, leitura atenciosa e por acreditar na proposta desta dissertação. Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação que estiveram sempre dispostos a escutar, a compartilhar questionamentos e a buscar caminhos. Meus agradecimentos especiais à professora e amiga Dinorá Fraga, cuja paixão pela docência e pelo fazer científico me despertaram para este caminho. À minha irmã Neiva pelos momentos de troca e interlocução, pela escuta atenta e carinhosa de minhas angústias e empolgações quando chegava das aulas. Aos meus irmãos Luís, Mauro e Nei pela torcida e apoio permanente. Aos amigos de todas as horas: meus pais.

RESUMO

Nosso ponto de partida é de que o discurso representa a via de acesso privilegiada aos estudos relativos ao texto aberto e múltiplo, como é o caso do texto digital. Dessa forma a análise das materialidades eletrônico-discursivas encontra, na análise de discurso, um campo teórico-conceitual vasto e possibilitador de olhares múltiplos e não-sistematizados, tendo em vista que as teorias do discurso agem num campo de confluência com conceitos advindos de áreas díspares, fator que confere à análise de discurso caráter epistemologicamente aberto e heterogêneo. As questões fundamentais que norteiam este trabalho são: a) O que se faz necessário mobilizar para promover a análise de discurso eletrônico, ou seja, para fazer com que a teoria do discurso intervenha no domínio do virtual?; b) Quais seriam os deslocamentos teórico-conceituais necessários para que possamos definir o texto digital como uma nova unidade na internet e a emergência de uma materialidade eletrônico-discursiva? Inicialmente a noção de texto precisa ser deslocada para a noção de hipertexto, o que significa promover uma série de modificações em nossa unidade de análise. O texto entendido como “lugar de jogo de sentidos, de trabalho da linguagem e de funcionamento das discursividades” (ORLANDI, 2003), deve dar lugar à entrada de características pertinentes ao texto digital. Não se trata de uma mera diferença de suportes textuais. O texto digital tem um funcionamento de sequencialização mais fluido através dos hiperlinks, os quais podem, no âmbito das teorias do discurso, ser analisados segundo a categoria de anáforas discursivas, impondo novos gestos de leitura, uma vez que se entrecruza a memória metálica/eletrônica com a memória discursiva, e os links/ligações simbólicas reclamam o seu lugar no processo discursivo. Para tanto, lançaremos mão da AD como suporte teórico para as análises empreendidas, em vista da relação que pretendemos estabelecer entre os hiperlinks hipertextuais e as chamadas anáforas discursivas, motivando, com essa análise, um olhar mais atento para o atravessamento do interdiscurso (memória discursiva) no processo de linkagem durante o percurso de leitura-navegação. Contudo, a entrada no campo teórico da AD, é antecedida por uma trajetória pelos pressupostos da Linguística textual (LT), cuja finalidade reside em pensar sobre as contribuições e as limitações que esta disciplina traz para os estudos do hipertexto.

Palavras-Chave: Hipertexto – Análise de Discurso – Anáforas Discursivas

RÉSUMÉ

Notre point de départ est que le discours représente la voie d'entrée privilégiée aux études concernant le texte ouvert et multiple, tel que le texte numérique. Ainsi l'analyse des matérialités électroniques-discursives trouve, dans l'Analyse du discours, un cadre théorico-conceptuel large et permetteur de regards multiples et non-systématisés, tenant en compte que les théories du discours agissent dans un champ de croisement de concepts venus de domaines singuliers, ce qui lui accorde un caractère épistémologiquement ouvert et hétérogène. Les questions essentielles qui dirigent ce travail sont les suivantes : a. Qu'est-ce qu'il faut mobiliser pour promouvoir l'analyse du discours électronique, c'est-à-dire pour faire intervenir la théorie du discours au domaine du virtuel ? b. Quels seraient les déplacements théorico-conceptuels nécessaires pour que nous puissions définir le texte numérique comme une nouvelle unité sur l'Internet et l'émergence d'une matérialité électronique-discursive ? D'abord la notion de texte doit être déplacée vers la notion d'hypertexte, ce qui signifie produire une série de modifications sur notre unité d'analyse. Le texte, compris comme « lieu de jeu de sens, de travail du langage et de fonctionnement des discursivités » (ORLANDI, 2003), doit faire place aux caractéristiques pertinentes au texte numérique. Il ne s'agit pas d'une simple différence de supports textuels. Le texte numérique présente un mode de séquentialisation plus flou au moyen des hyperliens, qui peuvent, dans le cadre des théories du discours, être analysés selon la catégorie d'anaphores discursives, en imposant de nouveaux gestes de lecture, puisque l'on entrecroise la mémoire métallique/électronique avec celle discursive, et les liens/liaisons symboliques demandent alors sa place dans le processus discursif. Pour ce faire, nous utiliserons l'AD comme base théorique pour les analyses entreprises, envisageant le rapport que nous voulons établir entre les hyperliens textuels et les dites anaphores discursives, et stimulant, par là même, un regard plutôt attentif au passage de l'interdiscours (la mémoire discursive) au travers le processus de linkage lors de la démarche de lecture-navigation. Pourtant l'entrée au domaine théorique de l'AD est précédée d'un chemin parcouru par les présupposés de la Linguistique textuelle (LT) dont la finalité consiste à évaluer les contributions et les limites qu'apporte cette discipline aux études de l'hypertexte.

Mots-clés : Hypertexte - Analyse du Discours - Anaphores Discursives

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A LINGÜÍSTICA TEXTUAL: PARTINDO DE UM PONTO DE VISTA CRÍTICO ...	15
1.1 A Coesão Textual: princípio uniformizador do texto	24
1.1.1. Halliday e Hasan: a busca por padrões de textualidade.....	24
1.1.2. Beaugrande e Dressler: uma tentativa de abertura do texto	28
1.1.3. Henrique Bernárdez: o texto como objeto complexo	33
1.2 O Recurso da Coesão: caso específico da referência anafórica.....	38
1.2.1 A Anáfora e a Isotopia Textual.....	40
1.2.2. Extrapolando os Domínios da Lingüística Textual: da referência à referenciação	43
1.2.3. Voltando à Anáfora como Objeto de Discurso.....	46
1.3 Um Olhar sobre o Hipertexto: o que a lingüística textual nos diz.....	53
2. PERCURSO EPISTEMOLÓGICO: EM DIREÇÃO À ANÁLISE DE DISCURSO FRANCESA.....	73
2.1 Análise de Discurso: Em busca do caráter material do sentido.....	76
2.1.1 De que sujeito a AD trata? Sobre a interpelação, FD e funcionamento da posição- sujeito	81
2.1.2 Sobre a Constituição do Sentido em AD: o trabalho da interpretação	89
2.1.3 Da Noção de Contexto ao Conceito de Condições de Produção do Discurso.....	96
2.1.4 Análise de Discurso e uma Nova Abordagem da Textualidade	101
2.2 Pensando na Anáfora Discursiva e no Processo de Articulação de Pré-Construídos ..	110
3 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O OBJETO DE ESTUDO – HIPERTEXTO: O TEXTO ESTILHAÇADO.....	117
3.1 A Virtualização do Texto	117
3.2. Tecnologia: Determinante ou Condicionante?.....	126
3.3. Pontuando a Experiência do Hiperleitor	138
3.4 Por que Pensar os Hiperlinks como Anáforas no Hipertexto?.....	142

3.5 Procedimentos Metodológicos	149
3.5.1. Condições de Produção do Corpus	151
3.5.2. Condições de Produção dos Recortes	155
3.5.3. As Condições de Produção dos Hipertextos.....	157
3.5.4 BLOCO I: Sobre o Texto Digital e sua Interface com os Processos de Leitura Tradicionais	160
3.5.5 BLOCO II: A Reflexão sobre o Percorso de Leitura-Navegação	178
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	205
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	209
ANEXOS	213

INTRODUÇÃO

Para apresentar os objetivos desta dissertação, começaremos parafraseando Roland Barthes (1970) para quem *o texto não é coexistência de significados, mas passagem transversal*; sendo assim, o autor enfatiza que um texto não responde a uma interpretação, mas é uma explosão, uma disseminação. Com base nessa idéia, destacamos a proposta fundante desta pesquisa: pensar na pluralidade dos significados que se constroem durante a leitura e, primordialmente, nas relações estabelecidas durante o processo interpretativo em um novo suporte de leitura e escritura: o hipertexto. O texto, assim concebido, não apresenta um centro, nem um começo ou um fim, ele é plural, sem um centro discursivo, sem margens, não é produzido por um único autor. Isso nos conduz a refletir, nas páginas que seguem, sobre a dinâmica existente entre as novas tecnologias e a sociedade contemporânea, procurando investigar as praticas de leitura e escritura que emergem com o surgimento dos textos em rede e estruturados pelo sistema de linkagem.

As bases teóricas que orientam a reflexão sobre o hipertexto e as novas relações de leitura que estabelece são as da Análise de Discurso Francesa (AD), cujos pressupostos nos permitem analisar o texto de uma perspectiva teórica que rompe com os tradicionais estudos de texto e textualidade produzidos à moda estruturalista. Ensejando a questão da textualidade e dos processos de produção de sentidos como relações historicamente e socialmente marcadas, os conceitos difundidos pelas disciplinas destinadas ao estudo do texto, no século XX, encontram, na AD, um deslocamento e um espaço em que o sujeito e a historicidade intervêm nas relações com a língua, o que reflete o sentido em sua ligação com as práticas discursivas e não mais como um efeito de homogeneidade e transparência.

Em vista disso, propomos que se pense no papel da historicidade, das relações interdiscursivas que intervêm durante a linkagem de textos na web para a formação de um hipertexto. Salientam-se, dessa forma, questões como: Qual o papel da memória discursiva neste processo de leitura? Que tipo de prática de leitura se impõe ao homem em interface com a máquina? Será uma prática de leitura menos historicizada que culmina numa tecnologização do saber, fazendo da tecnologia um meio nefasto de produção de conhecimento? Será que está se operando uma compactação do saber e do pensar? Será que este pensar está na era micro? Ainda, os parâmetros de textualidade continuam pautados nos mesmos critérios usados pela

Linguística de Texto? Ou será que está em pauta uma nova textualidade que emerge junto com um novo texto?

Na busca não por respostas completas para estes questionamentos, mas trilhando sempre caminhos para a reflexão continuada, encontramos na AD um campo de desmistificação das concepções de transparência da língua e literalidade do sentido que permeiam a linguística. A teoria do discurso de que lançamos mão tem um olhar atento para relação da língua com a história das formações sociais. Assim, deve-se compreender que a língua tem status político, não funciona sem intervenção deste e das relações ideológicas engendradas socialmente. A AD propõe a quebra da ilusão de encontrar o sentido do texto, para justamente incorporar ao termo discurso o princípio de que não há objetividade na língua, não há neutralidade e unidade do sentido, dado o fato de que a língua é social e por isso, apreendida na história e os sentidos que ela produz são efeitos dessa historicização.

Para dar conta desta reflexão começamos lançando um olhar crítico sobre a Linguística Textual (LT) e os parâmetros de textualidade que essa corrente teórica difundiu para o tratamento de textos. Segundo a perspectiva teórica da LT o texto é um “todo” gerador de sentido, uma totalidade organizada segundo os princípios básicos da coesão e da coerência. Esse ponto de partida se faz necessário em função de que as “linguísticas de textos”, diante da emergência da digitalização e das novas tecnologias de comunicação, procuraram enquadrar o hipertexto nos princípios de textualidade tradicionalmente usados para estudar textos em suporte escrito. Obviamente, temos em conta que a existência de hipertextos não depende apenas do suporte digitalizado, pois estruturas linkadas e em rede existem há muito tempo e se fazem presentes em nosso dia-a-dia sob a forma de referências cruzadas, de intertextos e de outras formas de retomadas com as quais já estamos habituados a trabalhar. Este primeiro capítulo intitulado *LINGÜÍSTICA TEXTUAL: Partindo de um ponto de vista crítico*, aborda os conceitos basilares que os estudos da linguagem dispensaram no tratamento do objeto texto, encerrando-se com uma breve reflexão sobre as análises que linguistas de texto fizeram sobre o hipertexto. Nossas reflexões iniciais, portanto, nos dão suporte e passagem para pensar o hipertexto sob outros prismas que não o da linearidade e da transparência do objeto, deslocando-nos do campo puramente linguístico.

A partir da reflexão acerca do tratamento “clássico” de textos e de sua pouca contribuição para uma abordagem mais complexa e menos hermética deste novo texto que surge, passamos a explanar as bases teóricas que nos dão suporte para o desenvolvimento de nossa proposta. O segundo capítulo coloca em tela, portanto, os pressupostos epistemológicos da AD. Passando pela reflexão do lugar da AD no cenário dos estudos da linguagem, pelos conceitos fundantes dessa linha de estudo, buscamos pensar a teoria e os caminhos que ela

nos abre para a análise do objeto de estudo em questão. Mobilizando conceitos como condições de produção, interdiscurso, anáfora discursiva, textualidade (textualização), entre outros, seguimos trilhando um caminho que nos auxilie na passagem dos conceitos fixos que a LT produziu para conceitos menos estéreis nos estudos do texto e do discurso.

No terceiro e último capítulo, buscamos a reflexão sobre o objeto de estudo, a partir de análises de percursos de navegação e de entrevistas realizadas com acadêmicos. Estes dados nos permitem aceder ao processo de produção de sentidos durante a navegação pela rede digital. Com as entrevistas podemos indagar o leitor acerca desse novo modo de ler, cujo status é a navegação e ainda de como os sentidos são produzidos, retomados num ambiente de leitura em que não há um texto centralizador, mas redes de textos que se interligam em associação contínua. Assim, buscando uma abordagem semiótica, começamos por uma explanação sobre o evento da virtualização do texto e as novas relações que traz para o sujeito, como o surgimento de um novo modo de ler e escrever na era digitalizada. O advento das novas e rápidas tecnologias produziu uma avalanche de produções teóricas que não podem deixar de ser colocadas em pauta, principalmente porque a materialidade que está em debate é escrita manipulada em 'bits'. De forma breve expomos dois modos de encarar a digitalização do texto: uma com base em teóricos que acreditam no pleno desenvolvimento das técnicas e na constante transformação do sujeito. Essa primeira reflexão centra-se basicamente nas análises de Landow (1995, 1997) e Pierre Lévy (1993, 1996, 1999, 2000, 2001) que elencam como *tecnologias intelectuais* as novas tecnologias oriundas dos ambientes informatizados. Para estes autores, as técnicas que surgem nunca estão separadas do sujeito, de forma que, se em sua estrutura são artificialmente binárias, em seu funcionamento, com a língua como materialidade, são eminentemente ternárias, promovendo uma plena subjetivação do sujeito que entra em contato com elas, dado o papel que a memória tem em seu funcionamento. Por outro lado, a segunda linha de reflexão a ser destacada encontra escopo em teóricos mais cétricos em relação à invasão das novas tecnologias no ambiente cultural e intelectual, entre eles citamos Ellul (1964, 1968), Baudrillard (1990, 1999, 2002), Paul Virílio (1999) os quais citam um grande apagamento de memória possibilitado não só pelo ambiente digital, mas pelas novas técnicas que surgem com o progresso social. Esta reflexão vem ao encontro da noção de tecnologização, caudatária dos estudos empreendidos sobre o impacto da globalização, da informatização sobre a formação crítica dos indivíduos. A tecnologização é vista, portanto, sob o prisma da massificação humana, visto que foi dado à máquina (computador) status de saber cristalizado e correto. Este é um ponto de vista que deve ser visto no quadro da memória, a fim de sabermos se esta tecnologização acaba por apagar, ou melhor, se leva os indivíduos a acreditarem de tal forma

na máquina, que acabam, ideologicamente, não recorrendo à sua memória historicizada na produção de conhecimentos.

Contraopondo dois pontos de vista diferenciados, pretendemos abrir espaço para reflexão acerca de qual seja realmente o papel das novas tecnologias hoje e que implicações ocorrem na produção de conhecimento e na relação do homem com sua historicidade e memória discursiva. Esse debate de teor semiótico abre o capítulo destinado às análises dos processos de leitura-navegação na web. A última parte do trabalho compõe-se de um corpus formado pelas entrevistas realizadas com os leitores-navegadores, os quais, após uma prática de pesquisa em hipertexto, refletiram sobre seus percursos, sobre a rede de sentidos que se estabeleceu e sobre as motivações interdiscursivas que intervieram nos acessos realizados.

O que temos a dizer neste momento, em que uma gama de caminhos se abre diante dos possíveis leitores deste trabalho, é que não se trata de uma escritura linear e não é para lê-lo. Buscamos os cruzamentos, as interferências, a interlocução constante. Isso é notório na constituição do percurso do trabalho e foi assim que ele se construiu, devido aos cruzamentos, às múltiplas facetas que foram sendo vislumbradas no decorrer do caminho. Por isso, os questionamentos que mobilizaram que deram impulso à escritura desta dissertação não encontraram respostas definitivas, mas faíscas, pequenos matizes que podem ainda gerar uma grande e ampla discussão.

1 A LINGÜÍSTICA TEXTUAL: PARTINDO DE UM PONTO DE VISTA CRÍTICO

As clássicas visões sobre o texto têm operado com a perspectiva de unidade temática, o que pressupõe um centro estático e uma busca incessante por unidade e homogeneidade. Tal perspectiva é caudatária de uma tradição nos estudos lingüísticos baseada na uniformidade da língua, na transparência de sua expressão e, primordialmente, na denegação do sujeito que a mobiliza. Herdeiros dessa concepção homogeneizante da língua e dos sentidos, os estudos destinados à análise de textos não deixaram de cercar-se dos mesmos pressupostos teóricos e metodológicos.

Os primeiros estudos do texto se caracterizaram pela *Análise Transfrástica*, como uma extensão dos estudos frasais. Nesse momento, os textos eram submetidos aos mesmos critérios de investigação usados para orações, sendo considerados uma seqüência coerente de enunciados ou uma sucessão de unidades lingüísticas. Até então, não era dada autonomia ao texto, pois contemplado segundo os mesmos parâmetros de análise dos objetos “típicos” com que a ciência lingüística trabalhava (sentença, frase).

Solidificando o discurso de uma lingüística autônoma, um segundo momento¹ foi destinado à construção de *Gramáticas Textuais*, as quais surgiram devido à impossibilidade de explicar fenômenos lingüísticos como os textos através de uma gramática oracional. Advindo da impossibilidade de encerramento do texto em um sistema de regras abstratas, o projeto de formulação de gramáticas textuais representou uma tentativa de entender um sistema subjacente e gerador do texto como unidade auto-regulável. Assim, apesar de estas gramáticas legitimarem uma descontinuidade entre enunciado e texto, os princípios em que estava baseasa sua construção continuavam sendo os da morfologia, da sintaxe e de uma semântica formal. Embora estas gramáticas vislumbrassem o texto como objeto autônomo, elas ainda estavam bastante presas, ou ao modelo de gramática estrutural ou de gramática gerativa. Em vista disso, podemos elencar três tarefas elementares a que as gramáticas textuais se propuseram:

¹ No Brasil, temos dados do desenvolvimento de gramáticas textuais a partir da década de 1970.

- a) “Verificar o que faz com que um texto seja um texto², isto é, determinar os *princípios de sua constituição*, os fatores responsáveis por sua coerência, as condições em que se manifesta a textualidade;
- b) Levantar critérios para a delimitação de textos, já que a completude é uma das características essenciais do texto;
- c) Diferenciar as várias espécies de textos”(FÁVERO E KOCH, 2002, P. 14) [grifos nossos].

Efetivamente, tais princípios correspondem ao objetivo imposto para essas gramáticas que, à luz do trabalho desenvolvido pelas gramáticas oracionais, visavam à formalização e normatização do objeto de estudo, consistindo num sistema de regras de boa formação e de categorização. Esse empreendimento não deixava de ser mais um projeto estruturalista para os estudos da linguagem, apostando na concepção de que o sentido pode ser esgotado na referência ao sistema, tal como é concebida a língua. A questão do sentido fica, assim, reduzida à ordem do previsível, da combinatória permitida pelo sistema da língua como objeto pleno. No entanto, com o desenvolvimento dos estudos acerca do texto, o caráter aberto deste objeto salientou a impossibilidade de operar tal redução, já que, enquanto linguagem em uso há que ser levado em consideração em seu estudo, um exterior que interfere no sistêmico. Esse exterior é que marca a distância fundamental entre um texto e os objetos clássicos dos estudos da linguagem.

Respectivamente, portanto, tiveram destaque as *Teorias do Texto* que procuraram dar maior visibilidade e amplitude a fatores extralingüísticos. Os limites impostos ao objeto de investigação foram sendo diluídos, contemplando aquilo que do exterior está presente no texto. Trata-se da perspectiva pragmática que coloca em evidência a necessidade de analisar a linguagem em uso e os fatores extra-textuais que podem influenciar na comunicação. Foi, então, pelo viés do texto, como unidade de comunicação concreta, pela relação entre a língua e os usuários, numa determinada situação de comunicação, que a perspectiva pragmática encontrou espaço nos estudos do texto. As fronteiras interior e exterior são fragilizadas.

Cabe reiterar, por outro lado, que, mesmo permitindo um deslocamento do campo sistêmico para o campo da prática, a pragmática encontrada na lingüística do texto, perfilava-se em um quadro de limitações e sistematizações que em muito pouco diferenciaram e alargaram as fronteiras entre objetos sistêmicos e o texto enquanto objeto discursivo-pragmático, não rompendo epistemologicamente com as noções estruturalistas. As teorias do texto limitaram a pragmática a componente, a exterior que intervém apenas depois que o

² Ressaltamos que o termo *Texto*, no singular, representa uma virtualidade, sendo o ideal a que todos os textos

sistema já está sintagmatizado, trata-se de uma práxis que permanece abstrata, pois não está de fato situada em práticas concretas, com sujeitos concretos.

Parece-nos relevante destacar, portanto, que o tratamento dispensado aos textos firmou-se sobre dois pilares fundamentais e que solidificaram os pressupostos de uma disciplina sistêmica, recortada segundo os moldes da lingüística científica: a) o estruturalismo, com as análises das propriedades específicas do texto, enquanto sistema de regras; b) o gerativismo, que forneceu um modelo de gramática, cujas bases estavam em descrever estruturas semânticas subjacentes aos variados tipos de textos. Pautados pelos métodos estruturalista e gerativista, os estudos dos textos assumiram uma característica extensionista em relação à lingüística praticada até então, de forma que o texto representou, nesse âmbito, um objeto de maior extensão, descritível por regras de boa formação. A concepção de texto como linguagem em uso apresentou-se reduzida e opacificada, o que levou a subjugar o papel do sujeito e do contexto de comunicação.

É plausível verificar que sob o rótulo Teorias do Texto, uma pluralidade de enfoques foi abarcada. Nesse sentido, observou-se, a partir da década de 1970, a existência uma “certa” evolução com os estudos mais recentes de Lingüística Textual, os quais têm se *auto-referenciado* por terem uma perspectiva mais ampla³. Orientados por uma oposição a concepções estáticas em que o texto é um sistema uniforme, estável e abstrato, esses estudos perspectivam a ação do sujeito no funcionamento da linguagem e a inserção dos textos em situações concretas de comunicação a que se convencionou designar contexto.

Em contrapartida, mesmo com o intuito de ultrapassar o nível de produto, acabado e definido, próprio de uma ordem estrutural, para entender o texto como processo, orientado pela construção de sentidos que extrapolam os limites do sistemático; tais características não são constatadas, efetivamente, nesses estudos, pois o texto continua no âmbito do “tangível”, já que *a lingüística textual trabalha com textos delimitados, cujo início e cujo final são determinados de um modo mais ou menos explícito* (KOCH, 2002, P. 18); ou seja, a amplitude dada ao conceito de texto não o afasta consideravelmente de uma perspectiva sistêmica e reducionista e a inserção do conceito de contexto passa a ser reduzida a elemento exterior que intervém apenas como pano de fundo da cena de comunicação, desconsiderando questões sociais e históricas.

A fim de representar as noções de texto difundidas pelas teorias do texto e de justificar nosso ceticismo em relação aos avanços que se dizem empreender estas correntes da LT,

devem alcançar. Trata-se de uma unidade padrão.

³ Note-se que não há de fato um deslocamento epistemológico, mas apenas um alargamento do conceito de texto, o que nos leva a crer que as bases são comuns. Por isso referenciamos uma “certa” evolução.

buscamos dois conceitos básicos e que trazem a primazia de alguns aspectos definidores do objeto texto:

a) Todo texto caracteriza-se pela textualidade (tessitura), rede de relações que fazem com que um texto seja um texto (e não uma simples somatória de frases), revelando uma conexão entre as intenções, as idéias e as unidades lingüísticas que o compõem, por meio do encadeamento de enunciados (KOCH, 1984, P. 21) [grifos nossos].

b) [...] poder-se-ia conceituar o texto como uma manifestação verbal, constituída de elementos lingüísticos selecionados e ordenados pelos falantes, durante a atividade verbal, de modo a permitir aos parceiros, na interação, não *apenas* a apreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com práticas sócio-culturais (KOCH, 1997, P. 22) [grifos nossos].

Nota-se que essa perspectiva teórica está voltada para o texto como um todo completo, intencionalmente construído, em que idéias, intenções e unidades lingüísticas estão conectadas como se as unidades lingüísticas fossem etiquetas das idéias do sujeito, dando legitimidade ao discurso da transparência na linguagem. Logo, questionamos: como a exterioridade intervém, se os sentidos estão pré-estabelecidos? Como não fazer *apenas apreensão de conteúdos semânticos* se há, nitidamente, a primazia da seleção, ordenação e homogeneização dos sentidos propostos? Acreditamos, dessa forma, que a concepção de práticas sociais que intervêm na produção textual denota um contexto e um sujeito idealizados, em que o texto é uma via de acesso à troca de informações límpidas, um espaço de combinação onde a previsibilidade está sobreposta aos deslizamentos dos sentidos potenciais que o acompanham.

Podem ser elencadas, para tanto, três direções de pensamento nas quais a Lingüística e, por extensão, a lingüística do texto, esteve empenhada. Trata-se das seguintes definições, segundo Koch (2002):

- a) Concepção de língua como representação do pensamento: o sujeito, conscientemente, é senhor absoluto de sua língua (sujeito cartesiano), sendo o texto um produto lógico do pensamento, com sentidos pré-existentes à ação do leitor sobre ele;
- b) Concepção de língua como instrumento de comunicação: o sujeito compartilha do código com o leitor, sendo o texto uma informação a ser decodificada;
- c) Concepção dialógica e interacional⁴ de língua: o sujeito constrói o texto e ao mesmo tempo é construído, neste caso, a passividade já não é uma característica do sujeito,

⁴ As teorias sócio-interacionais reconhecem a existência de um sujeito planejador/organizador que, em sua inter-relação com os outros sujeitos, vai construir um texto, sob a influência de uma complexa rede de fatores, entre os quais a especificidade da situação, o jogo de imagens recíprocas, as crenças, convicções, atitudes dos

ele é mais ativo e produtor de sentidos pelo fato de que intervêm no campo textual questões de ordem social, cultural. O texto é um espaço de construção de sentidos.

De acordo com o exposto, acentuamos que os estudos do texto incidiram sobre questões da ordem ou da supremacia da língua sobre o sujeito, ou deste sobre a língua e, num último caso, de negociação entre ambos.

Essa linha teórica mais “ampla” (c) prima por um texto que não está fechado, cujos sentidos não são dados previamente, mas construídos no decorrer da interação, por uma ação integrada entre produtor e receptor. Procura recusar que a língua seja representação do pensamento, que o texto seja um produto lógico a ser captado por um leitor/ouvinte passivo. Em vista disso, é salientado o lugar primordial das lacunas de sentido nos textos (implícitos) como propriedades constitutivas da interação verbal, sendo tais lacunas detectáveis no contexto sócio-cognitivo. Assim, é enfatizada a importância do entendimento de que *o sentido de um texto é, portanto, construído na interação texto-sujeitos (ou texto co-enunciadores) e não algo que preexista a essa interação* (KOCH, 2002, P. 19). Entretanto, o que se vê ainda é a reiteração de um discurso permeado pela ordem da literalidade do sentido:

[...] espera-se sempre um texto para o qual se possa produzir sentidos e procura-se a partir da forma como ele se encontra lingüisticamente organizado, construir uma representação coerente, ativando, para tanto, os conhecimentos prévios⁵ e/ou tirando as possíveis conclusões para as quais o texto aponta [...] (KOCH, 2002, P. 19) [grifo nosso).

Consideramos, por conseguinte, que, por mais que se procure contemplar uma abertura no processo de construção de sentidos, o lugar de onde enunciam os pesquisadores do texto ainda é aquele que prima pelo fechamento do sentido num sistema ideal, embasando-se na centralidade dos sentidos do/no próprio texto, como construto organizado e planejado, conforme segue, segundo Koch:

É claro que esta atividade - *construção dos sentidos do texto* - compreende, da parte do produtor do texto, um “projeto de dizer”; e da parte do interpretador (leitor/ouvinte), uma participação ativa na construção do sentido, por meio da mobilização do contexto, a partir das pistas e sinalizações que o texto lhe oferece. Produtor e interpretador do texto são, portanto, “estrategistas”, na medida em que, ao jogarem o “jogo da linguagem”, mobilizam uma série de estratégias – de ordem sociocognitiva, interacional e textual – com vistas à produção do sentido (2002, P. 19).

interactantes, conhecimentos (supostamente) partilhados, as expectativas mútuas, as normas e convenções sócio-culturais (KOCH, 1997).

⁵ Trata-se do conjunto de conhecimentos construído sócio-culturalmente, armazenado na memória, sob a forma de modelos cognitivos globais como “frames”, esquemas, “scripts”, planos.

Koch ratifica esta concepção de texto como “planejamento” e dos produtores/receptores como “estrategistas”, descrevendo as peças do “jogo da linguagem” que menciona à maneira mais formalista possível:

- 1) “produtor/planejador, que procura viabilizar o seu “projeto de dizer”, recorrendo a uma série de estratégias de organização textual e orientando o interlocutor, por meio de sinalizações textuais (indícios, marcas, pistas) para a construção de possíveis sentidos;
- 2) o texto, organizado estrategicamente de dada forma, em decorrência das escolhas feitas pelo produtor entre as diversas possibilidades de formulação que a língua lhe oferece, de tal sorte que ele estabelece limites quanto às leituras possíveis;
- 3) o leitor/ouvinte, que, a partir do modo como o texto se encontra lingüisticamente construído, das sinalizações que lhe oferece, bem como pela mobilização do contexto relevante à interpretação, vai proceder à construção dos sentidos” (2002, P.19) [grifos nossos].

Acompanhando a ordem de pensamento da autora, nestas explicações, cabe fazer as seguintes ressalvas: se o sujeito é produtor/planejador, cujo projeto de dizer é estrategicamente organizado a fim de *orientar* o interlocutor para os sentidos *possíveis*; se o texto está na ordem da formulação perante uma gama de escolhas lingüísticas realizadas pelo produtor que, intencionalmente, amarra os sentidos, deixando possíveis apenas os sentidos convenientes à organização realizada e, ainda, se ao leitor/ouvinte é permitida apenas a construção de sentidos *possíveis e* apontados, orientados pelo produtor, não estará havendo uma involução, continuando o sujeito na ordem da supremacia do homem sobre a língua, reservando a esta um lugar de representação ideal do pensamento e ao leitor/ouvinte ainda um lugar de passividade?

Importa mencionar que, nesse jogo da linguagem, a noção de contexto é responsável pela atomização ou não do texto, pois tal conceito recobre fatos importantes como: a) nenhuma análise lingüística pode ser empreendida sem levar em conta elementos exteriores, dado que é impossível fazer análises isoladas; há sempre um fora da língua que nela faz eco; e b) esse exterior é passível de ser elidido em prol de uma cristalização das situações de comunicação. Assim, a constatação de que o contexto, tal como previsto na primeira perspectiva, poderia levar à perda da hegemonia da estrutura, conduziu os estudos do texto a buscarem um aporte teórico que sustentasse uma concepção de contexto relevante dentro de

uma ordem formal, justamente a fim de que o deslizamento de sentidos não encontrasse espaço e que a estrutura continuasse pré-definida e margeada. Para tanto, buscando um encerramento do conceito de contexto, a LT adotou a teorização de Grice⁶ (1975) acerca da Teoria dos Atos de Fala (no âmbito da lógica formal) como forma de regramento do uso do contexto para evitar possíveis ambigüidades.

Foram elencadas, então, as máximas conversacionais de Grice e, entre elas, com referência ao contexto de comunicação, a *Máxima da Relevância*⁷ que consiste na adequação da comunicação a uma convenção, conforme Koch :

No momento da interação, cabe ao interlocutor proceder a uma seleção do contexto adequado à construção do sentido do texto. Em obediência à Máxima da Relevância (Grice, 1975) e com base em seu modelo do interlocutor, o falante/escritor verbaliza somente as unidades referenciais e as representações necessárias à compreensão e que não possam ser deduzidas sem esforço pelo leitor/ouvinte por meio de informações contextuais e/ou conceituais (Princípio da Seletividade). [...] Postula-se que os interpretantes desenvolvem estratégias para o processamento eficaz do texto e para a seleção apropriada do contexto, em particular (2002, P. 32) [grifo nosso].

Com efeito, a concepção de contexto acentuada até então acaba sobrepondo-se à concepção de práticas sócio-culturais, para salientar uma visão de contexto como convenção, como acordo entre sujeitos ideais, numa sociedade ideal, numa situação de interlocução ideal, dado que, conforme Koch, *para que duas ou mais pessoas possam compreender-se mutuamente, é preciso que seus contextos cognitivos sejam, pelo menos, parcialmente semelhantes* (Idem, p. 23). Aliada, a essa designação de contexto como homogeneidade está a existência de um sujeito cartesiano.

Tomando como base o direcionamento dado aos estudos do texto, de um modo geral, ratificamos que a Lingüística Textual, mesmo almejando concepções mais complexas acerca do entendimento de texto e língua, mesmo contemplando a importância da pragmática, permanece conflitiva e problemática, encerrando o texto em um sistema de regras que o faz um construto, planejado, cujas sinalizações orientam o interlocutor a um caminho ou a

⁶ Limitaremos-nos à explanação do tópico que concerne aos nossos estudos, sem adentrar na teoria de Grice. Na teoria de Grice o sentido é pensado como intenção do falante, que ele comunica ao ouvinte na medida do reconhecimento da intenção que teve. Estamos aqui diante de um certo tipo de psicologismo, em que o sujeito da linguagem é tomado como dono de suas intenções, precedendo seu próprio dizer.

⁷ A Máxima da Relevância pressupõe que as falas sejam apropriadas às necessidades imediatas da situação de comunicação, de forma a não ferir o Princípio da Cooperação. Contudo, Grice não deixou de levar em conta o fato de que há focos de relevância diferentes, dado que o que é relevante para alguém pode não ser para seu interlocutor: “*Sob a categoria da RELAÇÃO, coloco uma única máxima, a saber “seja relevante”. Embora a máxima em si seja muito concisa, sua formulação oculta vários problemas que me preocupam muito: questões a propósito de que tipos de foco de relevância podem existir, como se modificam no curso da conversação, como dar conta do fato de que os assuntos da conversação são legitimamente mudados, e assim por diante*” (GRICE, 1982 [1975], p. 87).

caminhos possíveis, mas sempre previsíveis. Neste caso, o texto é da ordem da construção consciente e ordenadora.

Assim, o autor é sempre centralizador de uma mensagem e o leitor seu receptor. E por mais que sejam destacadas ações extra-textuais e as situações comunicativas como elementos fulcrais, o trabalho estará sempre voltado a atenuar as fronteiras que podem estabelecer para o texto um lugar exterior ao sistema. Essa falta de clareza dos limites entre texto e objeto puramente lingüístico descaracteriza a própria definição que a LT dá a seu objeto: “língua em uso”.

Com base no exposto, notamos que a LT busca como critério fundamental para a produção de textos a necessidade do cerceamento do processo interpretativo reduzindo o sentido de “língua em uso”. Logo, o que leva à quebra dos sentidos intencionados consiste em falácia a ser resolvida, tal como segue:

Sempre se fazem muitas inferências a partir dos elementos de um texto. Como limitar essas inferências apenas às necessárias e/ou relevantes à interpretação autorizada pelo texto e desejada pelo seu produtor? [...] um problema que se levanta para toda a tentativa de incorporar o conhecimento do mundo ao processo de compreensão do texto é encontrar um meio de limitar a incorporação de dados desse conhecimento ao estritamente relevante na interação (KOCH e TRAVAGLIA, 2000, p. 72).

De Beaugrande e Dressler (1981) tomamos a noção de arbitrariedade como prejudicial ao processo interpretativo. Os autores enfatizam que as objeções ao uso das inferências, na explicação do processo de compreensão de textos ou como parte do modelo que representaria esse processo, ocorrem por duas razões: primeiro porque as inferências realizadas neste processo seriam escolhidas *arbitrariamente* e, segundo, porque as inferências *admitidas* são poucas e os usuários podem fazer outras que desviem do caminho traçado para leitura. Esse aspecto contempla o fato de que os estudos do texto têm se destinado a operar limitações da interpretação, uma vez que, a arbitrariedade de que falam Beaugrande e Dressler (Ibidem) está implicitamente sendo destacada como uma falácia, conforme explanado acima. O movimento arbitrário do leitor/ouvinte pode fazer com que os sentidos *permitidos* e *admitidos* deslizem, se multipliquem, fazendo intervir outros dizeres sobre o dizer do produtor do texto, levando a interpretar em outro contexto (não idealizado), trazendo o impensável que a língua, em sua ordem estrutural, não tolera, desfazendo a *ilusão*⁸ de unidade intencionalmente construída. A

⁸ O conceito de ilusão a que remetemos diz respeito à orientação da Análise de Discurso de linha francesa, da qual compartilhamos, em que a noção de completude, de unidade que encerra um único caminho para os sentidos é falaciosa. Logo, acreditamos que conceber o texto como unidade delimitável superficialmente, cujos sentidos operam no âmbito da homogeneidade consiste em ilusão.

saída para tal falácia é, sem dúvida, a redução do potencial de significação que o texto possa carregar consigo.

Tal redução passa primeiro pela sistematização dos princípios e regras que regem a construção textual, através de elementos que visam à limitação de inferências; segundo, passa por uma necessidade de idealização dos sujeitos (produtor/receptor) como homoganeamente situados no contexto social (nem sequer abre-se espaço para as práticas sociais e à historicidade da língua e dos sujeitos); terceiro, passa pela compreensão da língua enquanto código, isotópico e cartográfico.

Essa sistematização do texto foi denominada *textualidade* e sua marca comum está nos elementos coesivos que caracterizam o enlace de suas partes a fim de evitar possíveis desvios por parte do receptor, direcionando-o à interpretação orientada pelo produtor do texto. Enfim, este princípio surge como um universal capaz de dar características isotópicas aos textos e uniformidade ao seu tratamento.

A textualidade é uma sistematização do todo textual. No dizer de Fávero e Koch (2002, p.19) *os signos individuais que constituem uma seqüência textual são interligados por muitas relações de ordem semântica, sintática e fonológica. Os textos são seqüências de signos verbais sistematicamente ordenados.* Assim, a textualidade dá conta do fato de que as superfícies textuais sejam lineares, estendendo essa linearidade e isotopia ao nível semântico.

Parte-se, enfim, do pressuposto de que a textualidade faz pensar o texto sempre na ordem do tangível, sendo a uniformidade um resultado de seu isolamento em relação a tudo o que leva à margem, ao exterior que, “inevitavelmente”, se faz presente dentro dele. Sob esta ótica, o texto acaba se configurando como algo da ordem do “realizável”, da “combinatória” simétrica e perfeita, o que faz com que se imponha a ilusão de uma isomorfia estrutural, de um todo, cujas margens não permitem o aparecimento de lacunas para a inserção de sentidos múltiplos (os quais, sabemos, são constitutivos deste objeto). Ressaltamos, portanto, que o sentido, na ordem dos estudos do texto, está no campo da permissão e da imposição, pois intencionado. Por conseguinte, pensar a ambigüidade⁹ é pensar o falacioso, o erro que opera sobre o objeto de estudo.

Com base, portanto, em tal critério de delimitação da interpretabilidade, nota-se que um texto, com a finalidade de sustentar-se como uma unidade de sentido, é construído com base em suportes lingüísticos que são recursos “necessários” para realizar sua arquitetura.

⁹ A concepção de ambigüidade que destacamos acima é redutora, uma vez que, no âmbito dos estudos do discurso, citamos a Análise de Discurso Francesa, este conceito não representa uma falácia, mas é constitutivo da língua, trata-se de *uma condição que é própria da língua e, como tal, não está aí para ser resolvida ou cultivada, mas analisada e trabalhada.* (LEANDRO FERREIRA, 2000, p. 11), uma vez que a noção de língua

Esses recursos, operadores da textualidade, estabelecem as relações interfrasais que definem um texto como tal. Acentuamos que para a LT esses operadores de textualidade são aspectos formais, elementos estruturadores do texto e através dos quais se operou sua uniformização.

1.1 A Coesão Textual: princípio uniformizador do texto

1.1.1. Halliday e Hasan: a busca por padrões de textualidade

No sentido de regularizar o tratamento de seu objeto de estudo, através da sistematização, a lingüística do texto propôs dois princípios básicos, operadores do que se propõem como boa formação textual: *a coesão e a coerência*. Estes dois processos de formação dos textos passaram por conceituações diversificadas, mas agregando sempre o mesmo valor: elementos formadores da textualidade e definidores do que seja texto.

Tradicionalmente, as noções de coesão e coerência começaram a ser estudadas pelo viés da conexão absoluta, numa relação de causa e efeito. Trata-se da definição de Halliday e Hasan (1976), para quem coesão e coerência são propriedades textuais, cujas marcas estão sempre na superfície, sendo a primeira determinante da segunda. Esta concepção está atrelada a uma vertente de estudos lingüísticos que operam com uma noção de língua centrada no código, na função informacional. Desta forma, procurava-se postular a boa formação textual e as regras gerais que permitiam a diferenciação entre um texto e seu oposto, com base em uma lingüística de dicotomias. Esse processo de separação entre o texto e o não-texto, permeado pelos princípios positivos de correção/não-correção, objetividade/subjetividade, lingüístico/não-lingüístico, científico/não-científico assentou-se nos estudos do texto e sobre a noção de textualidade, vinculada aos critérios de boa formação textual. Ser legível, nessa ordem de pensamento, é estar em concordância com os parâmetros de textualidade. A legibilidade permanece vinculada a fatores sintáticos.

Halliday e Hasan partem de um senso-comum de que texto é um todo unificado e *um espaço de relação* e esta relação é a coesão. Lançando um primeiro olhar sobre essa definição de texto, tal como tangenciado pelos autores enquanto espaço relacional, reconhecemos a diferença salutar entre o texto e os objetos tipicamente lingüísticos. É permitido ver os limites entre ambos. O texto é destacado como um sistema de relações semânticas e não meramente estruturais (léxico-gramaticais), o que pressupunha um *possível* deslocamento do campo teórico sistêmico para o textual. Nesse sentido, os autores o descrevem como “unidade de

que se tem em AD é permeada pela heterogeneidade e pelo fato de que os sentidos podem ser vários, não havendo

linguagem em uso”, definição que por si própria justifica a separação deste objeto de uma ordem estrutural. Assim, estipulam uma tensão entre o que é do âmbito da lingüística (nível gramatical) e aquilo que dela está à margem desde sua edificação enquanto ciência, o nível pragmático.

No entanto, com um olhar mais atento sobre os critérios de textualidade e sobre o que significa esse espaço relacional, notamos que o reconhecimento das instâncias externas à língua (enquanto uso) como constitutivas do texto, e das fronteiras, mesmo evidentes e claras, entre uma lingüística estrutural e os estudos do texto são opacificados. Halliday e Hassan conduzem o texto ao encerramento segundo os moldes da lingüística, apoiando-se em critérios gramaticais e lexicais, diluindo tudo no campo da língua enquanto sistema. Isso se dá como consequência da filiação teórica de seus estudos, já que para assumir a natureza do texto e suas fronteiras em relação à lingüística, seria necessário transpor as amarras teóricas a que estavam ligados.

Constatamos, com efeito, que é na descrição do processo coesivo que as propriedades do texto se perdem e são sobrepostas pela ordem sistêmica. Evidentemente, mesmo definindo a coesão como uma relação semântica, trata-se de uma operação num nível superficial, tal como segue: *o conceito de coesão é semântico; refere-se a relações de sentido que existem no texto, e que o definem como um texto*¹⁰, complementam essa definição destacando que *coesão é uma relação semântica. Mas, como todos os componentes de um sistema semântico, ela é realizada através do sistema léxico-gramatical*¹¹. Nesses termos, o texto, enquanto espaço relacional, constitui-se de relações coesivas estabelecidas entre elementos da superfície textual. Halliday e Hasan designam *Ties (Nós Ou Elos Coesivos)* os encadeamentos que permitem suturar os enunciados. Esses nós são responsáveis pela formação de um texto, que tem como característica principal a *Textura*. Esta propriedade estabelece assim uma diferença cabal entre **texto** e **não-texto**¹².

um modelo vertical que dê conta de tudo.

¹⁰ “the concept of cohesion is a semantic one; it refers to relations of meaning that exist within the texto, and that define it as a text.” (1976, p. 04)

¹¹ “cohesion is a semantic relation. But, like all components of the semantic system, it is realized through the lexicogrammatical system” (1976, p. 06).

¹² Essa dicotomia texto/não texto faz intervir na concepção de texto um exterior, um sem sentido marginal que, por não estar adequado ao “padrão” lingüístico, fica excluído, mas latente, ressaltando a existência de uma possível não-linearidade. Trata-se do oposto que de fora circunscreve o texto. Fica claro, nesses termos, que o não-texto é da ordem daquilo que escapara ao sistêmico, a esse lugar de transparência tangenciado por uma lingüística de cunho positivo. Pensamos que o não-texto é da ordem do real, daquilo que extrapola o virtual delimitado, pois não se fecha, é ele que traz as possibilidades do impensável na estrutura. Trata-se da possibilidade de indeterminação de sentidos, por isso negado.

*O conceito de 'tie' torna possível analisar um texto em termos de suas propriedades coesivas e dá conta de seus padrões de textualidade*¹³. Desse ponto de vista, as relações semânticas que operam a coesão dão ao texto o caráter de unidade de sentido, conferindo estabilidade, de forma que coesão *é uma relação semântica entre um elemento no texto e algum outro elemento que é crucial para sua interpretação. Este outro elemento também é encontrado no texto*¹⁴, formando o que os autores denominaram *Cadeia Coesiva* (Cohesive Chain). Este termo representa a seqüência possibilitada pelos elementos coesivos que encadeados mantém a organização hierárquica e linear das partes que compõem texto, o que pressupõe a linearidade como fator determinante desse objeto como unidade de sentido.

De acordo com tais definições do texto e dos critérios de textualidade, pode-se notar que perdura a necessidade de segmentar o objeto de estudo, de dar-lhe formas visíveis e descrição sempre continuada, encerrando a concepção de sentido no/pelo sistema, visto que o sentido aqui está numa combinatória em que a falta de sentido (não-texto) é, mesmo que latente, impensável, sendo o processo de coesão uma tentativa de cercear o indizível, os outros dizeres que acompanham um dizer tido como uno. Para tanto, a noção de continuidade está ligada invariavelmente à linearidade e à organização hierárquica que começa pelas sentenças que formam parágrafos, sendo estes formadores de textos de maior extensão.

Nessa perspectiva, e enfatizando a necessidade de uma organização sistematizada do texto, os autores pressupõem que, no momento em que a continuidade do texto se desfaz por falta de elementos de coesão, um novo texto está por se estruturar, de forma que o que confere textualidade ao texto é a cadeia coesiva que se impõe linearmente. Em suas palavras *podemos considerar que um novo texto começa onde uma sentença não apresenta coesão com a que precede*¹⁵. As palavras dos autores indicam a necessidade de segmentação do todo textual em partes bem definidas e organizadas, pois qualquer falta de elementos coesivos na passagem de um parágrafo a outro desestabiliza a unidade semântica, fragilizando a linearidade.

O significado do termo coesão está ligado diretamente ao conceito de textura e vice versa, como se houvesse entre ambos uma relação de causa e conseqüência. Sendo a coesão condição necessária para criar textos, Halliday e Hasan destacam, por outro lado que, embora necessária e, por vezes, determinadora, a coesão não representa propriedade suficiente para a formação do texto, sendo ela constitutiva da textualidade, propriedade maior, que padroniza a

¹³ "The concept of a tie makes possible to analyse a text in terms of its cohesive properties, and give a systematic account of its patterns texture" (1976, p. 4).

¹⁴ "Cohesion is a semantic relation between an element in the text and some other element that is crucial to the interpretation of it. This other element is also to be found in the text." (1976, p.8)

¹⁵ "We can consider that a new text begins where a sentence shows no cohesion with those that have preceded." (1976, p. 295).

formação textual, pois o que cria texto é a textualidade, a forma-texto, sistema do qual a coesão é apenas uma parte. Isso pressupõe que os autores não conseguem aprisionar deliberadamente a textualidade a regras formais e tangenciáveis por uma gramática.

Assim, quando partem para uma análise da coesão, num nível propriamente textual, em que mais do que identidade entre dois termos, há retomadas de porções maiores de texto, os autores inserem em sua teoria a expressão *Extended Reference* (Referência Estendida¹⁶), que é organizadora de grandes unidades. Não se trata de uma referência genuína, mas apenas de uma extensão, de forma que, segundo os autores, o referente não remete a um elemento delimitado no texto. Neste caso, a relação semântica depende da habilidade dos ouvintes/leitores em identificar a porção relevante do texto a que o referente remete. Observamos, aqui, que a impossibilidade de restringir a textualidade a critérios de correferência e de co-significação e, primordialmente, que o encerramento do texto em parâmetros de análise tão restritos se delineia de forma contundente para os autores.

Entretanto, fazendo vistas grossas à natureza pragmática do texto, o potencial da coesão é situado na sistemática dos recursos de referência, o que de fato pressupõe a necessidade do encadeamento dos elementos lingüísticos a fim de que o leitor (receptor) seja capaz de compreender¹⁷ o que o produtor do texto intencionava.

Ressalvamos que há, nas definições de Halliday e Hasan, um conflito de conceitos e de definições acerca de seu objeto de estudo, dado que definem o texto como “língua em uso” (*A text is a unit of language in use*¹⁸.) e, ao mesmo tempo, o colocam circunscrito por um funcionamento sistemático autônomo e unívoco. Esse conflito se dá entre dois pólos: o discursivo-pragmático que se faz presente a cada formulação, mas que é opacificado e esquecido e o lingüístico que busca um espaço de reprodução de um discurso homogêneo, pois, a aceitação do exterior como fundante da própria noção de texto, levaria à subversão desse lugar de homogeneidade, aventando a possibilidade de destituir o sistema da língua de autonomia, o que, a propósito, enriquece os estudos textuais. Logo, para uma não oscilação conceitual, e orientados pelo imaginário da transparência e completude, os autores encerram o estudo do texto nos parâmetros eminentemente lingüísticos.

¹⁶ O conceito de referência estendida está hoje atualizado na forma de encapsulamento anafórico. Logo, não se trata de uma coesão textual que difere da coesão tratada até então, mas apenas de um outro mecanismo não tão ligado ao aspecto da correferencialidade.

¹⁷ Destacamos que a concepção de compreensão em muito se distancia da concepção de interpretação, já que compreender está ligado a apreensão dos sentidos propostos, à luz de uma decodificação, ao passo que a interpretação condiz com a atividade de construção de sentidos, uma vez que interpretar pressupõe que fatores extra-texto, ligados ao leitor/ouvinte sejam colocados em prática.

¹⁸ 1976, p. 02. A tradução é nossa.

Esse fato nos orienta à questão fundamental de que a LT acaba negando a natureza eminentemente pragmática do texto ao sistematizar seu funcionamento. Para tanto, é com o recurso da coesão, como funcionamento interno das formas lingüísticas, que se opera a opacificação da natureza funcional do texto. A coesão é vista como fonte de regularização e uniformização, pois advém do campo epistemológico da lingüística e esse campo vislumbra efeitos de transparência sobre os objetos que propõe para análise.

Claramente o limite entre texto e não-texto revela o que está para além do sistema e que com ele se confronta. É nesse caminho de perfilação de um objeto delimitado que a propriedade da coesão textual é cunhada para formalizar essa “linguagem em uso” que tende a escapar das formalizações. Logo, é com a própria noção de coesão que a propriedade pragmática e aberta do texto se perde num emaranhado de operadores formais que funcionam como pistas para os sentidos, o que enfatiza a coerência textual como conseqüência de uma cadeia coesiva bem estruturada. Evidenciamos, para tanto, que, em LT, a coesão é uma propriedade da língua e que o sentido do texto está amarrado ao sistema lingüístico.

1.1.2. Beaugrande e Dressler: uma tentativa de abertura do texto

O texto, segundo Beaugrande e Dressler (1981), é definido como uma “ocorrência comunicacional” que satisfaz a critérios interdependentes: a) um critério de coesão, perceptível em particular no jogo das dependências entre frases; b) um critério de coerência. Contudo essa interdependência encontra fronteiras mais claras e nítidas em relação à abordagem de Halliday e Hasan.

Nos estudos de Beaugrande e Dressler, os recursos de coesão textual passam a ser entendidos separadamente da propriedade da coerência, de forma que a coesão encontra-se no domínio do sintático e a coerência no domínio semântico e pragmático. Nessa fase, percebe-se a coerência como um nível mais amplo, que ultrapassa a superfície do texto, estando na ordem da interpretabilidade, o que gera uma definição mais complexa, que contempla a construção dos sentidos do texto. Marcuschi (1983) enfatiza esta abertura afirmando que a coerência passa a destacar muito mais um ponto de vista sobre o texto do que um fator de boa formação textual. Há que se destacar, portanto, um ponto fundamental na teoria de Baugrande e Dressler: a textualidade envolve uma relação mais complexa entre fatores intra e extra-lingüísticos.

Sua proposta para a determinação da textualidade centra-se, portanto, em uma conjunção de princípios que devem ser cumpridos e que regulam a comunicação textual:

- Princípios Lingüísticos: Coesão e Coerência
- Princípios Psicolingüísticos: Intencionalidade e Aceitabilidade
- Princípios Sociolingüísticos: Situacionalidade e Intertextualidade
- Princípio Computacional: Informatividade

Os autores direcionam-se para uma linha de pensamento que complexifica mais a noção de textualidade, pois vêem a coesão e a coerência como propriedades compartilhadas por produtor e receptor. Ao mesmo tempo em que são restrições inscritas no texto pelo produtor (caso específico da coesão), encarregadas de orientar os processos interpretativos dos receptores, são também propriedades provindas dessa mesma atividade interpretativa:

Tanto a coesão como a coerência são noções centradas no texto que designam operações enfocadas para os materiais textuais. Além delas, necessita-se de outros tipos de noções centradas no usuário que expliquem com maior amplitude o funcionamento da atividade comunicativa em que estão implicados tanto os produtores como os receptores de textos (1981, p. 40).

Assim a dicotomia preconizada entre texto e não-texto começa a ser fragilizada, devendo ser o texto analisado em suas condições de uso e não meramente em condições lingüísticas. Parece que o texto hermético começa a se delinear por fronteiras mais porosas.

Esses autores assumem que outros fatores ligados aos papéis do produtor e receptor do texto contribuem para a textualidade. As atitudes dos usuários são incluídas entre os critérios de textualidade. Koch (1997) define essa posição dos autores: *para que uma manifestação lingüística constitua um texto, é necessário que haja a intenção do produtor de apresentá-la – e a dos parceiros de aceitá-la como tal -, numa situação de comunicação determinada* (1997, p. 18.).

A fim de enfatizar tal proposta, Beaugrande e Dressler estabelecem uma analogia entre texto e mineral cristalizado, ancorados no fato de que o texto, tradicionalmente estudado em LT, sofre uma paralisação na forma. Posição que negam categoricamente:

[...] o fenômeno da cristalização consiste, em essência, em que uma reunião caótica de elementos independentes se converte em uma estrutura maximamente ordenada. Isto é possível graças à conjunção de atividades microscópicas e desconexas entre si, as quais, no interior de um meio mineral, vão criando, pouco a pouco, zonas crescentemente coesionadas de coerência que vão se ampliando de maneira sucessiva até completar a reorganização estrutural total do meio (1981, p. 7).

Essa definição de texto como cristalização remete às concepções de texto e língua com enfoque sistemático e abstrato. Beaugrande e Dressler, por sua vez, usam a analogia a fim de separar-se de tais concepções, par tanto, propõem uma outra perspectiva a que chamam de

Enfoque Procedimental, segundo a qual o texto é resultado de um processo não estritamente lingüístico. O estabelecimento de unidades e padrões estruturais como centralizadores da investigação lingüística abrem espaço para a compreensão do texto como resultado de um processo e não mais como uma combinação ou mera seqüencialização de orações.

Sua análise está centrada no fato de que não é possível aceitar a metáfora da cristalização para a explicação de textos, uma vez que ela é representativa de uma noção de texto como evolução natural, à luz dos estudos biológicos. Trata-se de uma concepção estática da linguagem e de sua materialização, reforçando um caráter imanente. Os autores acreditam que coesão e coerência resultam de um processo *intencionado* de produção textual, uma vez que todos os textos são atividades humanas e, em função disso, ultrapassam o nível de análise estritamente lingüística. Tornam-se reducionistas as correntes que marginalizam o sujeito na linguagem.

A concepção de intencionalidade defendida pauta-se no fato de que quando um autor produz um texto está interessado em que os receptores o entendam, em que reconheçam a intenção que transmite, logo *o produtor textual deve prever os movimentos de seus receptores potenciais, incluindo em seu texto informação interativa (apresentada pelos conectores e pelos marcadores discursivos) que guie a trajetória interpretativa dos usuários do texto* (1981, p. 8-9). Beaugrande e Dressler, nesse sentido, propõem uma ligação inerente entre os aspectos psicolingüísticos de Intencionalidade e Aceitabilidade com os aspectos lingüísticos da coesão e coerência. Portanto, um texto coeso e coerente é produto das intenções do produtor e da aceitabilidade do receptor.

Importa frisar que é na tomada do conceito de intencionalidade, destacado pelos autores como um retorno do sujeito para o espaço de construção textual, que se encontra a filiação de Beaugrande e Dressler a um discurso homogeneizante e cartesiano. Mesmo diante de descrição vigorosa em favor da abertura do texto, devemos ressaltar (se não nos deixarmos levar pelas aparências) que o tratamento dado aos elementos de coesão ainda é orientado para a descrição de um fechamento do texto e para o afastamento da possibilidade de deslizamento de sentidos. Ainda persistem como características fundamentais das relações coesivas a:

- i- codificação de um conceito;
- ii- marcação de uma relação;
- iii- indicação das melhores maneiras de processar a seqüência textual;

A utilização de um elemento coesivo como um conector, tem por função indicar a direção que o receptor deve tomar no momento da leitura, o que reduz em muito as

possibilidades interpretativas e coloca o texto em relação aos objetos típicos da lingüística com uma diferença de grau e não de natureza.

Convictos de estarem dando um passo adiante nas concepções de texto e textualidade veiculadas até então, os autores passam a substituir a metáfora do mineral pela analogia a um *Espaço Urbano* estrategicamente planejado. Assim, mencionam a atividade interpretativa do receptor em potencial como decodificação de sinais, o que, efetivamente, não os afasta de uma concepção estática e inflexível de textualidade, ficando nebulosas suas concepções de língua, sujeito e texto¹⁹:

Neste sentido, um texto parece mais com um espaço urbano do que com um mineral cristalizado. Assim como os espaços urbanísticos, os textos estão modelados para dirigir a atividade interpretativa de seus usuários (ambos são coesionados, coerentes e são um produto interativo) (1981, p. 9).

Logo, os autores, mesmo perspectivando mais flexibilidade e abertura em relação aos estudos que criticam, produzem, através dessa metáfora, um hiato, uma ruptura com as teorizações que empreendem, já que o espaço urbano estrategicamente planejado conduz o texto ao mesmo fechamento e homogeneidade antes perseguidos. Enquanto cristalização, o texto era visto na ordem dos fenômenos naturais que se auto-regulam, ao passo que, enquanto espaço urbano, está na ordem da construção estrutural intencionada de um sujeito (idealizado). Tangenciar o texto, nesses termos, é tê-lo como fenômeno uniforme e delimitado.

Tal analogia faz com que a interpretação de Beaugrande e Dressler, mesmo que não intencionada, esteja restrita a uma visão sistêmica e estrutural de texto, cujos sentidos estejam amarrados a uma única via de acesso. Contudo, partimos do fato de que esta mesma metáfora, interpretada de forma diferenciada, de um lugar diferenciado, a partir de uma visão mais aberta, conduziria-nos a pensar o texto na ordem de um espaço urbano, como um espaço de cruzamento de sentidos, de interligação constante, em que as vias de acesso possíveis são muitas, em que a cada entrada nova para este espaço haveria um percurso diferenciado para percorrer, tal interpretação levaria a tê-lo como espaço multiforme.

É notório, portanto, que a concepção de uma ciência do texto e seus critérios de análise está sempre voltada para a resolução de ambigüidades e para a linearização do espaço significante. A ambigüidade continua sendo o lugar “marginal” de deslizamento do sentido

¹⁹ Importa destacar que em Beaugrande e Dressler voltamos às mesmas ressalvas elencadas sobre o posicionamento de Koch na primeira parte deste capítulo, já que Koch, no Brasil, desenvolve estudos na mesma corrente teórica dos autores citados.

uno e transparente, devendo, por isso, ser sanada com a suturação de todos os pontos que podem deixar lacunas e permitir os cruzamentos. Esse movimento de fechamento de lacunas sobrepõe-se à compreensão de texto como cruzamento de múltiplos sentidos, e se há essa compreensão, ela restringe-se a um nível muito superficial e teórico, o que leva os autores a produzirem novamente uma falácia em sua teorização, já que, se pretendem um texto aberto e dinâmico para o processo de interpretação, como então a ambigüidade urge de controle através de um sistema de regras? Nas palavras dos autores:

Uma ciência do texto não só deve explicar como é possível que se produzam AMBIGUIDADES na superfície textual, sendo que também tem que esclarecer como os falantes resolvem, de fato, a maior parte dessas ambigüidades sem nenhuma dificuldade (1981, p. 37).

Seguindo esse princípio de que o texto é formado para dar pistas ao leitor, os autores salientam que *quando se usa o termo coesão se quer destacar a função que desempenha a sintaxe na comunicação* (1981, p. 89). Ressaltam ainda o caráter instrumental desse mecanismo:

[...] a estabilidade de um texto, como ocorre em qualquer tipo de sistema, se mantém graças à continuidade dos elementos que a integram. A noção de continuidade fundamenta-se na suposição de que existe uma relação entre os diferentes elementos lingüísticos que configuram o texto e a situação [...] cada elemento lingüístico é um instrumento eficaz para aceder a outros elementos lingüísticos (1981, p. 89).

Beaugrande e Dressler salientam os recursos de coesão como *estabilizadores* e *economizadores* de esforços, pois organizam a superfície textual, facilitando a interpretação, de forma que *analisando do ponto de vista gramatical, os mecanismos textuais que operam a longo alcance contribuem de maneira muito significativa para que a superfície textual seja estável e para que o processo de produção e repetição seja econômico* (1981, p. 98).

Em teorização posterior, Beaugrande (1997) contempla o texto como evento comunicativo, promovendo mais uma brecha para que o exterior clive o sistemático. Esse olhar para o texto opera uma redefinição da noção de língua com que o autor trabalha, dado o fato de que esta se integra a práticas sociais, passando de um simples uso de regras, para uma esfera em que seja vista como atividade social. É essencial desse ponto de vista tomar o texto como um evento comunicativo no qual convergem ações lingüísticas, cognitivas e sociais, a fim de que seja visto não mais como um construto, mas como evento que só ocorre na integração e conexão de vários elementos como sons, palavras, enunciados, significações, participantes, contextos, discursos, ações, numa congregação entre o lingüístico e o não-lingüístico que o circunscreve: *O discurso não é sustentado pelo sistema total da língua, com um delineamento enrijecido, mas como uma versão parcial com um delineamento evolutivo*

para fundir condições estáveis com condições emergentes e condições lingüísticas com condições sociais e cognitivas (1997, p.160).

Numa concepção assim delineada, note-se que o texto passa a ser concebido numa esfera de subjetividade e de integração entre sistema e exterior. Contudo, não podemos ater-nos somente nas aparências, precisamos encarar o fato de que o autor continua detendo-se num certo psicologismo, em que o sentido é resultado da intenção do produtor do texto e que esse texto, mesmo sendo produto da noção de língua como prática social, ainda não opera um deslocamento para o campo discursivo.

Há, dessa forma, uma marcação explícita da existência e da necessidade de relações internas entre elementos ou conteúdos e que estas relações operem como regras de conhecimento mútuo entre produtor e receptor, que, estando, idealmente situados num contexto homogêneo (*produzindo uma concepção a-histórica de sujeito e linguagem*), compartilhando de um código de comunicação homogeneamente construído (*língua igualmente a-histórica e sistêmica*), produzindo o mínimo de inferências sobre o texto (*ideal de transparência e completude*), compactuam na produção de um sentido único para o texto e no afastamento do sem sentido.

Note-se, por conseguinte, que o objetivo é que o texto parta do produtor pronto, **monosemântico** para que chegue ao leitor. Esta é uma ilusão básica, uma superficialidade que se tornou necessária para a edificação da noção de sistema e de sujeito psicológico detentor do sentido.

No entanto, a busca pela desambigüização e por uma monosemantização do texto cria barreiras para o entendimento deste objeto em sua complexidade, uma vez que textos, por sua condição de uso, sempre serão passíveis de múltiplos e intangíveis sentidos.

1.1.3. Henrique Bernárdez: o texto como objeto complexo

Encontramos na perspectiva de Bernárdez (1995), para quem o sentido é um fenômeno multiforme, produto da união de um texto e uma situação, uma concepção de texto heterogêneo que o afasta dos pressupostos básicos da LT. O autor opõe-se a uma análise determinista dos textos, colocando-se numa perspectiva que, “de certa forma”, apresenta pontos em comum com a teoria de Beaugrande e Dressler. Busca uma desconstrução da noção de homogeneidade textual, destacando o texto como **objeto lingüístico complexo**.

Esse novo olhar sobre o texto se sustenta em virtude das peculiaridades que apresenta em relação aos objetos típicos da lingüística. Logo, um estudo do texto, em sua concepção, não poderia ser completo se fosse limitado a determinado método como fora segundo a ótica

estruturalista de texto como agrupação de orações unidas entre si por relações simples. Assim, para ele *a composição textual estará submetida a um grau de indeterminação que não aparece no nível oracional e nos níveis suboracionais* (1995, p. 60).

Bernárdez faz esta oposição negando o que chama de *monoteísmo científico* em lingüística, caracterizando esta tendência como a redução da complexidade (para ele imprescindível aos objetos estudados) a aspectos mínimos, teoricamente encaixados em modelos pré-estabelecidos e determinados. Ou seja, os objetos encaixam-se nas teorias e em seus axiomas, os quais não procuram da conta da amplitude que os objetos alcançam, mas, inversamente, procuram encaixar os objetos em seus padrões. O autor destaca o reducionismo como a base do método estruturalista e gerativista usados para análise de textos. Ele enfatiza que a ciência moderna teve sua solidificação e caracterização baseadas no reducionismo dos objetos de estudo, caracterizando-se por um positivismo que parte sempre de métodos dedutivos e universais de análise, cuja propriedade é buscar o enquadramento dos fenômenos estudados e nunca a análise de sua natureza particular e indiossincrasias. Para tanto, esta perspectiva de ciência produziu abstrações de todos os aspectos “considerados” irrelevantes para os objetivos propostos. Nesse sentido, generalizações, universalizações se impunham como modelo de análise e descrição dos objetos de ciência.

Tais métodos sempre partem da hipótese de que os fenômenos reais estão formados por elementos simples, facilmente analisáveis, por relações limitadas pelo sistema de regras e leis universais. Parte-se da concepção de que não há diferenças radicais entre objetos de diferente complexidade, pois sempre estarão determinados por elementos mínimos do sistema, que serão iguais. Assim, diferenças que devem ser cabais para o entendimento de diferentes objetos reduzem-se apenas a diferenças de caráter quantitativo e nunca qualitativo, de grau e nunca de natureza, podendo ser utilizado o mesmo método para quaisquer objetos, à luz de uma prática em que *o ponto de vista cria o objeto*²⁰, estando as peculiaridades deste fadadas à universalização e homogeneização.

Bernárdez destaca a expressão *realidade de laboratório* para ressaltar a essência das análises utilizadas para dar conta de textos quando de seu surgimento no terreno da lingüística. Para o autor, os textos eram dissecados, sem serem levados em conta aspectos situacionais, cognitivos e sociais que fazem com que ocorra sua atualização:

O certo é que de uma perspectiva científica é perfeitamente aceitável a idealização do objeto de estudo, a linguagem em nosso caso. [...] Não é exagerado afirmar que uma parte considerável dos estudos da chamada lingüística textual tem se limitado a

²⁰ Remetemos à citação encontrada no Curso de Lingüística Geral (1916) de Ferdinand de Saussure que, num gesto fundador da lingüística como ciência positiva, considerou seu objeto de estudo como homogêneo e uniforme – a língua – como parte de um objeto heteróclito e multiforme – a linguagem.

repetir coisas sabidas há séculos, e que tem afirmado que a disciplina descreve e explica fenômenos que todo falante conhece intuitivamente (1995, p. 54-55).

Há, segundo o autor, na passagem do nível oracional para o nível textual, uma perda considerável de previsibilidade, pois o texto tem caráter menos estável do que a oração, menos linear, sendo a imprevisibilidade uma propriedade inerente ao texto:

Podemos dizer que ao ultrapassar os limites da oração nos encontramos com um campo de indeterminação [...] acreditamos, portanto, que existe um salto qualitativo radical da oração ao texto: dentro dos limites da oração, um elemento vem determinado pelo anterior, mas esse determinismo não é absolutamente claro no texto (1995, p. 81).

Outro ponto que pareceria apontar para uma concepção menos estrutural é a diferença radical entre *Sistemas Simples (estáveis) = orações* e *Sistemas Complexos (instáveis) = textos*. Esta diferença ressalta a possibilidade de que parece possível fazer gramáticas do sistema da língua sem ter em conta seu uso, ao passo que é impossível descrever os textos de uma língua independentemente das situações em que são utilizados.

Isso se justifica por três razões, segundo as teorizações do autor (1995):

- a) Há um aumento dos caminhos possíveis a partir de um elemento qualquer, que trabalha com questões inferenciais, o que representa uma lacuna nos estudos do texto, já que as inferências são sempre alvo de delimitação;
- b) Há uma indeterminação sobre a seleção de caminhos, a qual podemos, de certo modo, confrontar com a concepção de linearidade apontada como princípio norteador da textualidade. Tal indeterminação opera uma ruptura com a noção de completude.
- c) Há uma enorme perda de generalização que aproxima a textualização da instabilidade, já que o texto deve ser tido em sua singularidade não passível de uniformização e, portanto, analisável de uma perspectiva indutiva que prime por sua natureza.

Assim, para o autor, *pelo método estrutural podemos explicar estruturas oracionais, enquanto que não podemos passar à explicação de um texto complexo* (1995, p. 88). Isso enfatiza que a diferença entre orações e textos está no fato de uma oração ter o que podemos chamar de significado abstrato, sendo um texto em potencial. Assim, a oração é composta de dois níveis: um abstrato e um concreto, uma vez que só se torna texto quando em uso, num contexto determinado. O texto, em contrapartida, não pode ser visto do ponto de vista meramente abstrato, pois enquanto a oração pode existir como objeto abstrato, puramente potencial, o texto não; conforme segue:

Naturalmente, podemos tomar como prova que a oração é a unidade sintática da linguagem e que, em consequência, o texto não é. E poderíamos ir mais além e assinalar que se a linguagem é fundamentalmente sintaxe, o texto não é objeto de estudo lingüístico. Creio, sem dúvida, que assim não fazemos nada mais que ocultar os problemas, que é: por que a partir de um determinado momento se perde o determinismo que até então caracterizava a linguagem e nos encontramos com uma espécie de caos onde não sabemos que caminho tomar? Se nos limitarmos a dizer que na oração acaba o sintático (provavelmente é assim), não teremos feito nada mais que colocar uma etiqueta em uma parte concreta e limitada do fenômeno lingüístico (1995, p. 81) [grifo nosso].

Segundo as explicações do autor, poderíamos, num primeiro momento, supor que há uma desconstrução da noção de homogeneidade e, por isso, uma descontinuidade de seus estudos em relação aos elencados anteriormente. Contudo, ao observarmos mais atentamente, constatamos que, mesmo orientando-se epistemologicamente para uma perspectiva menos abstrata e idealista, deslocando o campo teórico, perseguindo uma concepção de texto múltiplo, o autor, quando faz uso do conceito de coesão textual, acaba privilegiando os mesmos aspectos de linearização e estabilização do texto.

Assim, a perspectiva textual, cunhada por Bernárdez, apesar da concepção de texto como complexidade, ancora seus conceitos de textualidade em bases permeadas pelo formal, derivando a boa formação textual de uma lógica interna e sistemática.

Isso pode ser evidenciado, no que tange aos mecanismos coesivos, aos quais denomina *estratégias* formadoras de uma totalidade estável e em equilíbrio. Segundo o autor, é pelo recurso a essas estratégias que se acede a um estado de entropia necessário aos textos. Corroboramos com isso o fato de que tal estado entrópico é anterior à ação de interpretação, mas, primordial, uma vez que condiciona os movimentos do receptor sobre o texto em uma prática que poderíamos denominar centrípeta, que leva a um centro normatizador e determinador. Essa concepção assemelha-se à metáfora de Beaugrande e Dressler de texto como espaço urbano.

O texto, desse ponto de vista, possui uma dinâmica que não se vê alterada, pelo fato de que constitui um sistema que se auto-regula. Está cristalizado nas formas lingüísticas antes do acesso do leitor. Tal sistema entrópico caracteriza-se por um estado de equilíbrio perfeito, de estabilidade, estado este em que a única dinâmica permitida é regulada pelo sistema interno. Sob essa ótica, o processo de coesão volta-se para a dinâmica interna do tecido textual num constante processo de correferência limitada pelas margens do texto. Esta é uma dinâmica uniforme de tratamento dos textos. Lugar comum nos estudos textuais.

Tendo elementos coesivos como responsáveis pela auto-regulação e entropia do texto, o autor os aponta como contribuintes para que o texto torne-se um todo coerente. Ele admite,

portanto, que seu conceito de coesão aproxima-se das correntes já estudadas, centrando-se na concepção de automatismo, pois *quanto mais cuidadoso é um texto, mais se aproxima de uma construção automática e, por isso mesmo, resulta mais previsível* (1995, p.157). Define enfaticamente que certo grau de estaticidade e de previsibilidade é necessário para que o texto alcance a coerência adequada, elencando as estratégias como elementos utilizados com um único fim: atingir coerência. Para tanto, analogamente aos autores já citados, Bernárdez constata que *se faz necessário, portanto, para explicar o funcionamento dos procedimentos chamados coesão/coerência, poder identificar as condições gerais da comunicação assim como estabelecer uma série de estratégias (facilitação da interpretação) que atuarão nas condições estabelecidas* (1995, p. 177).

A **boa formação textual**, para este autor, está agregada a fatores como a eliminação de ambigüidades na interpretação e a transparência do sentido global do texto. Isso atesta a mesma busca pelo cerceamento e pela cristalização dos movimentos interpretativos sobre o texto

Logo, se Bernárdez avança em alguns aspectos como na diferença efetiva entre níveis oracionais e textuais de análise, na instauração do texto como objeto complexo e imprevisível em sua condição semântica, por outro lado, involui, tomando a transparência como um ponto central naquilo que define por textualidade.

Mesmo na passagem de uma visão estática para uma visão mais amplificada (citamos aqui amplificada, pelo fato de que não houve o deslocamento necessário, mas apenas um alargamento do conceito de texto) o status dos elementos de coesão permanece responsável, em grande parte, pelo estabelecimento do sentido do texto, sentido este direcionado pelo autor, de forma que operadores de coesão são ativados a fim de suturar os sentidos.

Todas as concepções adotadas e estabelecidas por essa lingüística textual de cunho menos estático estão embasadas numa noção de consciência individual, na noção de um sujeito responsável pelo sentido único daquilo que produz, continuando numa perspectiva positiva que prima pela existência de um sujeito centralizador. Muda-se apenas de enfoque: o que antes estava emanando do sistema, agora advém do sujeito, de modo que a língua, ou melhor, a língua em uso, o texto, é instrumento, construto adequadamente montado para transmitir sem ambigüidades a mensagem do produtor, concedendo lugar privilegiado à intencionalidade o que, conseqüentemente, confere lugar a um sujeito, no texto, eminentemente cartesiano.

1.2 O Recurso da Coesão: caso específico da referência anafórica

Se, conforme explanado, os mecanismos de coesão ocupam lugar importante e, por vezes, determinante no texto, abordaremos até que ponto eles funcionam como limitadores da interpretação e se podem ser vetores de abertura do texto para um domínio mais discursivo. Para tanto, tomamos como ponto de partida e ancoragem as categorizações clássicas elencadas por Halliday e Hasan (1976) para quem, conforme já explicitado, a coesão é recurso necessário (mesmo que não suficiente) para o estabelecimento da textura, diferenciando um texto de um não-texto. Voltamos a ratificar o fato de que se há o não-texto, é admitida a possibilidade de sentidos para além da cadeia coesiva.

Halliday e Hasan (1976) elencam cinco tipos de relações coesivas denominadas Referência, Substituição, Elipse, Conjunção e Coesão Lexical, e que podem ser caracterizadas como noções precursoras, tomadas como objetos de estudo pelos autores que já focalizamos. Entre essas relações de coesão centramos nossas explicações no recurso da referência que tem no processo anafórico seu fundamento.

A Referência²¹ diz respeito a elementos de coesão que: a) recuperam outros no interior do texto (referência endofórica²²), neste caso, se o referente antecede o item coesivo há *anáfora*; se está posposto, tem-se a *catáfora*; b) cujo referente está fora do texto (referência exofórica²³). Deve-se levar em conta que os autores compreendem o mecanismo de referência como sendo de ordem semântica, de pressuposição em nível de significados, pois sua função básica é o estabelecimento de relações de sentido na superfície textual.

Entre a endoforia e a exoforia, aquela recebe destaque na teoria de Halliday e Hassan, pois o nível exofórico deslocaria o foco de análise e principalmente sua ancoragem epistemológica, que prima por uma concepção de língua e de seus uso voltados para as propriedades gramaticais. A par das explicações dos autores, a referência endofórica contempla um processo entrópico, centrípeto em relação ao texto, pois é uma relação de determinação e de ligação intratextual, tendo em vista que os elementos de referenciação têm uma natureza intrinsecamente co-textual e co-referencial, ao passo que a referenciação

²¹ Importa salientar que o conceito de referência tal como apresentam Halliday e Hasan, não condiz com a concepção de referência desenvolvida nos estudos lingüísticos e filosóficos. Logo, segundo análise de Brown e Yule (1983) a concepção da qual tratam Halliday e Hasan condiz com o conceito de correferência. A crítica daqueles em relação a estes assenta-se numa visão semântica tradicional do conceito de referência, segundo a qual a relação de referência é tomada para servir de ligação entre expressões em um texto e entidades no mundo. Esta definição de referência e a definição de Halliday e Hasan geraram inúmeras classificações para as categorias de referenciação textual a fim de dar conta do problema aqui colocado.

²² Formada pelo grego *endos* (interno, dentro de) unido a *phoréo* (levar).

²³ Formada pelo grego *exo* (fora, exterior) unido a *phoréo* (levar).

exofórica caracteriza-se por um movimento centrífugo dos sentidos, extrapolando os limites da unidade textual²⁴.

É lícito, portanto, afirmar que a coesão vista como “*uma relação no sistema*”²⁵, acaba encerrando a referência ao nível endofórico. A referência representa o próprio sentido do termo coesão na teoria de Halliday e Hasan, uma vez que enfatizam que a *coesão é parte do sistema da linguagem. O potencial de coesão situa-se na sistemática dos recursos de referência*²⁶.

A relação entre endoforia e exoforia representa, nas formulações de Halliday e Hasan, o que julgamos um ponto conflitivo (tal como formulamos anteriormente), uma vez que é em função da não-aceitação da exoforia como recurso coesivo que houve o pleno encerramento do texto a uma acepção de completude e unidade centralizada, já que a abertura para um processo exofórico levaria a uma subversão da própria noção de sistema: *Referência exofórica não é coesiva, desde que não liga os dois elementos juntos em um texto*²⁷.

Dessa forma, para Halliday e Hasan permanece *somente a referência endofórica é coesiva. A referência exofórica contribui para a criação do texto (...) mas não para sua integração*²⁸. Nessa perspectiva, o processo de coesão, tanto no nível endofórico quanto exofórico, define sua existência sempre em relação à superfície textual e os elementos que fazem essa referência são caracterizados pela ausência de especificidade semântica, visto que são tidos como itens da língua que não podem ser interpretados semanticamente por si mesmos, mas remetem a outros itens necessários a sua interpretação.

Voltamos aqui a contemplar a oscilação existente no percurso de Halliday e Hasan em “Cohesion in English” (1976), dado que, mesmo contemplando o texto como uso e funcionamento, o que poderia levá-los a um espaço para a inserção da subjetividade, uma vez que os autores afirmam categoricamente que um texto deve fazer sentido para alguém, afirmam sua filiação epistemológica que prima pela regularidade e uniformização, apagando essa subjetividade e encerrando seu conceito de coesão em um quadro puramente intralingüístico, não assumindo que possa haver sentido na cadeia coesiva que vá para além dela.

²⁴ Usamos os termos centrípeto e centrífugo para caracterizar, primeiramente, um movimento de referenciação que se dirige ao centro do próprio texto e, em segundo lugar, para designar um movimento de descentramento.

²⁵ “cohesion as a relation in the system” (1976, p 18)

²⁶ Sendo fiel à citação acima, transcrevemos a mesma no original: cohesion is part of the system of a language. The potential for cohesion lies in the systematic resources of reference [...] (1976, p. 05)

²⁷ Exophoric reference is not cohesive, since it does not bind the two elements together into a text” (1976, p. 18).

²⁸ “[...] only endophoric reference is cohesive. Exophoric reference contributes to the CREATION of text [...] but it does not contribute to the INTEGRATION [...]” (1976, p. 37)

Nesse sentido, ficamos à vontade para afirmar que, ao processo exofórico, destacado pelos autores, não é dado lugar adequado, já que não assumem a importância do componente pragmático. Os autores afirmam sua posição dizendo que o significado da relação coesiva baseia-se na identidade referencial e na correferência que tem na anaforização sua vinculação a uma isotopia textual.

O fenômeno da referência é fundamentalmente ligado à coesão intralingüística e é sinônimo do fenômeno de correferencialidade absoluta, dado que a concepção em que é tomado é demasiado restritiva, pois está atrelada ao nível puramente endofórico de representação no interior do texto, no sentido de que o elemento referenciador, destituído de sentido próprio, tem a função unicamente de designar as mesmas idéias e conceitos atribuídos ao seu antecedente, mantendo, em relação a ele, dependência total. Destaca-se o fenômeno da correferencialidade como norteador do processo de referência, apoiado na visão clássica de referência que idealiza um mundo “cartográfico”, onde, para cada entidade, há uma palavra correspondente, pressupondo-se que a transparência seja o ideal perseguido pelo texto.

Essa ordem de fatos pressupõe que os elementos de referência apresentam uma característica fundamental: passando da ordem de referência ao mundo (total correspondência entre as palavras e as coisas) à ordem de referência na língua (seguindo os moldes estruturalistas de total correspondência no sistema), esses elementos são determináveis pelas regras formais da língua, sem qualquer relação com a situação ou exterioridade, analisáveis do ponto de vista do co-texto. É dentro dessa perspectiva que os autores concebem a natureza dos elementos referenciais enquanto mecanismos de progressão textual como fenômenos que se restringem aos casos de repetição, retomada e mera sequencialização.

1.2.1 A Anáfora e a Isotopia Textual

Tradicionalmente, a noção de anáfora está relacionada ao seu valor etimológico: a palavra *referir* vem do termo latino *referre*, o qual foi traduzido do grego *anapherein* e quer dizer "repetir", "lembrar" ou "trazer de volta". Conforme já acentuamos, para Halliday e Hasan (1976), o próprio conceito de referência equivale a um processo de substituição e de retomada de um antecedente num movimento de anaforização: *O sinal, ou a expressão, dessa correferencialidade é a presença do potencial anafórico*²⁹.

A fim de embasar nossa reflexão destacamos três especificações para a relação anafórica a fim de embasar nossa discussão:

²⁹ The signal, or the expression, of this coreferentiality is the presence of the potentially anaphoric [...]” (1976, p. 03).

- a) “um segmento de discurso é chamado anafórico quando é necessário, se quisermos dar-lhe uma interpretação (ainda que simplesmente literal), referir-se a um outro segmento do mesmo discurso” (DUCROT, O; TODOROV, T., 1988, p. 257).
- b) “qualquer referência a um termo já constante do contexto. [...] a anáfora é uma iteração (pleonasma), que consiste na repetição de termos” (CÂMARA JÚNIOR, 1964, p. 37).
- c) “[...] há relação de anáfora entre duas unidades A e B quando a interpretação de B depende crucialmente da existência de A, a ponto de se poder dizer que a unidade B só é interpretável na medida em que ela retoma – inteira ou parcialmente – A” (MILNER, 2003, p.94).

Por anafórico temos, conforme os pressupostos da lingüística textual, o termo que necessita de uma interpretação do antecedente ou o termo que permite construir esta interpretação. Assim, a relação anafórica é caracterizada basicamente pela *dependência interpretativa* que existe entre dois termos, estabelecendo certa linearidade (progressão e sequencialização) ao texto. O entendimento do elemento anafórico diz respeito a um papel regulador e normatizador do sentido, cuja finalidade precípua é evitar ambigüidades. Tal elemento está efetivamente ligado ao contexto puramente lingüístico (correferencialidade) o que é enfatizado na definição de Greimas e Courtés (1979, p. 19) quando salientam o processo de anaforização como *um dos principais procedimentos que permitem ao enunciador estabelecer e manter a isotopia discursiva (as relações interfrasais)*.

Nessa perspectiva, os elementos anafóricos mobilizam um dito presente na superfície textual a fim de organiza-la, caracterizando-se como um processo de estabilização da representação lingüística, e, por sua função substitutiva, são determináveis no espaço do próprio texto, fazendo jus a uma natureza eminentemente endofórica. Os elementos desta natureza fazem parte daquelas categorias gramaticais que estão inseridas numa lógica subjacente à língua, revelando uma total correspondência entre o referente e seu referido. Sua principal função reside em organizar o tecido lingüístico, evitando desvios dos sentidos propostos, produzindo um *efeito* de transparência na linguagem. Isso favorece a emergência de uma norma que legitima e avalia a correção lingüística, pela qual o sistema lingüístico é estabilizado, ancorando-se na descontextualização de suas unidades, as quais, por sua vez, solidificam a possibilidade de considerar a língua como um objeto sistêmico, de desenvolvê-la espacialmente em suas relações abstratas e descontextualizadas.

No entanto, com estudos mais complexificadores do texto e dos mecanismos de interpretação, essa concepção de anáfora como elemento interno, delimitador dos espaços de

referência, encontra uma crítica em relação ao papel estabilizador e descontextualizado que exerce. Vemos em Mondada e Dubois uma crítica ao próprio conceito de texto como estabilidade e como resultado de uma necessidade de uniformização nos processos de interpretação, demonstrando que a padronização da escrita permitiu o desenvolvimento científico, produzindo *um enunciado visual reproduzível com exatidão* (2003, p. 47). Trata-se da verbalização exata. Citam Latour (1988) para quem *As práticas científicas não podem ser concebidas sem as inscrições que produzem ‘móveis imóveis’* (apud. MONDADA E DUBOIS, 2003, p. 47). A questão toda está envolta na necessidade de imobilidade das significações, o que dá origem à concepção de texto homogêneo e unívoco. Tal imobilidade é destacada por Mondada e Dubois da seguinte maneira:

No laboratório, a objetividade emerge de uma série de transformações operadas ao curso das inscrições que constroem a inteligibilidade e a objetividade das afirmações científicas, que podem também tornar-se fatos. Ao mesmo tempo, elas são móveis: são fixas e não se transformam em seu movimento. Assim, elas produzem a inteligibilidade dos fenômenos reduzidos a superfícies planas [...] Elas tornam os fatos disponíveis na própria materialidade do texto (2003, p. 48).

A essa discussão sobre a planificação do texto, os autores alinham citação de Latour (1988) acerca da busca por uma ‘certa’ homogeneidade semiótica:

Um laboratório real pode ser definido como um lugar único onde um texto é construído para comentar as coisas que estão todas presentes nele. Pelo fato de o comentário, os textos precedentes (através das citações e referências) e as “coisas” terem a mesma consistência ótica e a mesma homogeneidade semiótica, a escrita realiza um grau extraordinário de certeza [...] O texto não é simplesmente “ilustrado”, ele comporta em si mesmo tudo o que tem a ver com aquilo a propósito de que ele foi escrito (apud MONDADA E DUBOIS, 2003, p. 48).

Nesses termos, *uma vez estabilizados pelos textos e pelas inscrições visuais, os fatos resistirão às destabilizações possíveis da controvérsia, terminando por se impor como sendo evidente e por tornar-se referentes estáveis da ciência* (MONDADA E DUBOIS, Ibid, p. 48). É a cultura da evidência e da transparência, tão necessárias para o aprisionamento dos sentidos.

Tomando como base as críticas que evidenciam a imobilidade que os recursos de coesão instauram no texto, buscamos elencar uma visão de anáfora e de referência como processos construídos no discurso, de acordo com pressupostos pragmáticos. Nesse momento, atentamos para o processo exofórico de referência elidido das formulações da lingüística textual, em busca de uma abertura semântica do texto.

1.2.2. Extrapolando os Domínios da Lingüística Textual: da referência à referenciação

Com base no exposto, partimos do fato de que há comumente duas grandes categorias de elementos de progressão textual: aqueles que, numa concepção idealista de língua, são como etiquetas, como espelhos e aqueles que, numa concepção processual e pragmática, são construídos, são representações produzidas por atividades lingüísticas de sujeitos culturalmente situados no mundo.

Os partidários da segunda concepção, focando-se na dinâmica do sentido, propuseram, com base no fato de que os referentes não são apriorísticos e estáticos, mas móveis no interior do texto, produzindo elos entre este e as situações de seu uso, que fosse denominado por *referenciação*³⁰ o processo de retomadas e substituições que formam a cadeia coesiva dos textos. Assim, referenciação, em oposição à referência, traz para os estudos dos mecanismos coesivos, teor de processo, de construção de sentidos. Para os autores dessa linha, os elementos de referenciação não só dão continuidade ao texto, mas colaboram para a construção e manutenção dos referentes. E, inversamente ao fenômeno da referência, eminentemente simétrico dentro dos pressupostos da LT, a referenciação caracteriza-se por uma certa assimetria entre referenciador e o elemento de referência.

Importa frisar que a passagem da referência à referenciação representa um salto qualitativamente importante para os estudos lingüísticos do texto, uma vez que a concepção de referência postula, em suas várias acepções, um ideal de objetividade, advindo da procura pela constituição de uma língua ideal, em perfeita sintonia com o mundo que reflete o que ressalta a necessidade de idealização do sujeito e do contexto em que está situado. Tudo, nesse sentido, aponta para a construção de uniformidades, deixando para as contradições e ambigüidades estatus de erros e falácias a serem sanadas. A referenciação vem, por uma outra ordem, mostrar que a instabilidade não é falaciosa, mas é *uma dimensão intrínseca do discurso* (MONDADA E DUBOIS, 2003, p.21). Esse processo comporta uma instabilidade constitutiva que aponta para a impossibilidade de objetivação do sujeito, do contexto e da língua, as práticas lingüísticas *não são imputáveis a um sujeito cognitivo abstrato, racional, intencional e ideal, solitário face ao mundo, mas a uma construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, das ratificações de concepções individuais e públicas do mundo* (2003, p. 23).

A análise dos processos de referenciação de que partem os autores, transgride a questão da referência como discretização e como fenômeno de coesão endofórica, de modo

³⁰ Fazemos referência à tradução brasileira de MONDADA, L; DUBOIS, D. *Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de référenciation*. TRANEL (Travaux neuchâtelois de linguistique), 1995/ Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante (2003)

que a referenciação, *no lugar de referir a uma ordem do mundo ideal e universal e à sua nomeação* (2003, p. 49), explicita o reconhecimento do papel central das práticas lingüísticas de um sujeito *envolvido, social e culturalmente ancorado, assim como da multiplicidade, mais ou menos solidificada, das versões do mundo que elas produzem* (Idem).

Mondada e Dubois (2003) designam os referentes como *objetos de discurso*, pelo fato de não serem nem pré-existentes, nem dados, mas por se elaborarem no curso de suas atividades, o que reitera sua instabilidade natural. Cavalcante (2003), em consonância com a concepção de objetos de discurso, frisa o fato de que *os objetos de discurso são construtos culturais, representações constantemente alimentadas pelas atividades lingüísticas. E, sob tal pensamento, seria então mais adequado falar de referenciação, e não de referência, de modo a ressaltar a idéia de processo que caracteriza o ato de referir* (Ibid, p. 10). Nesse caso, introduzir um referente, no discurso, não é apenas apontar para um elemento recuperável e dado na superfície, responsável por uma ordem sequencial, mas produzir uma cadeia de redefinições, de construção discursiva do(s) referente(s), cujos sentidos podem oscilar, o que implica escolhas e trabalho sobre o texto.

Isto diferencia basicamente referência de referenciação, pois a função dos objetos de discurso está além da simples continuidade referencial. Sua existência não reside no fato de manter a redundância necessária para a coesão do texto, nem somente em manter a cadeia referencial, mas adiciona informações novas, fazendo com que o texto se complexifique em suas relações com a situação e com o sujeito ao mesmo tempo em que mantém laços internos com outros elementos. Neste ponto, seguramente afirmamos a necessidade de entendimento dos referentes como auxiliares da progressão tópica dos textos e não meramente como sequencializadores. Não se trata propriamente de uma relação endofórica, nem de correferencialidade, mas de uma relação discursiva que é gerada de forma a organizar o tópico do texto e a atualizá-lo nas circunstâncias de seu uso. No dizer de Mondada:

O objeto de discurso caracteriza-se pelo fato de construir progressivamente uma configuração, enriquecendo-se com novos aspectos e propriedades, suprimindo aspectos anteriores ou ignorando outros possíveis, que ele pode associar com outros objetos ao integrar-se em novas configurações, bem como de articular-se em partes suscetíveis de se autonomizarem por sua vez em novos objetos. (1994, p. 64).

Este autor não nega o efeito estabilizador dos mecanismos de referenciação, nem sua importância para a formação do texto, contudo aponta que a estabilidade que conferem a um segmento textual é virtual, ou seja, é singular e compatível com o momento da leitura. A par disso, Mondada e Dubois (2003, p. 19) sublinham que *no lugar de pressupor uma estabilidade a priori das entidades no mundo e na língua, é possível reconsiderar a questão*

partindo da instabilidade constitutiva das categorias por sua vez cognitivas e lingüísticas, assim como de seus processos de estabilização. Nessa transição da referência à referenciação, os autores colocam em pauta a questão da discretização e da estabilização, explicitando que a progressão referencial não implica correferência, mas construção fundada num contexto, numa relação entre o lingüístico e o não-lingüístico, o que é fundamental para explicar que os processos de coesão e coerência podem estar num nível implícito no processamento textual.

As instabilidades não são simplesmente um caso de variações individuais que poderiam ser remediadas e estabilizadas por uma aprendizagem convencional de “valores de verdade”; elas são ligadas à dimensão constitutivamente intersubjetiva das atividades cognitivas. É com relação a isto que insistiremos na referenciação concebida como uma construção colaborativa de objetos de discurso (2003, p. 20).

Logo, a perspectiva de texto de que partem está além de uma totalidade cujo sentido é único e delimitável, mas condiz com uma proposta de texto lacunar em que os diferentes sentidos que podem ser atribuídos, não partem sempre do mesmo ponto e o componente pragmático age intensamente no processo de produção de sentidos, saindo da ordem puramente sistêmica e funcional, adentrando na ordem do intangível.

O problema, portanto, não é perguntar como as partes do texto se ligam nem que mecanismos são usados para conferir coerência, mas sim buscar como as atividades do sujeito estruturam e dão sentido ao texto num processo de construção, de produção de efeitos de sentido ligados às situações particulares de leitura, conforme segue:

As categorias e os objetos de discurso pelos quais os sujeitos compreendem o mundo não são nem preexistentes, nem dados, mas se elaboram no curso de suas atividades transformando-se a partir dos contextos. Neste caso, as categorias e objetos de discurso são marcadas por uma instabilidade constitutiva, observável através de operações cognitivas, ancoradas nas práticas, nas atividades verbais e não-verbais, nas negociações dentro da interação (MONDADA E DUBOIS, 2003, p. 17).

O foco destes autores, em oposição aos já tratados, está no entendimento da referenciação como prática simbólica e não como processo de discretização, de ontologia dada, buscando entender os processos de produção e recepção textual como processos concretos, pensam a relação do sujeito com o objeto de uma forma distinta da anteriormente focada, destacando o fato de que, sendo um processo desenvolvido nas interações individuais e sociais, portanto, advindo de práticas sociais, questões como adequação referencial, correspondência já não são prioritárias, pois o que está em jogo é a relação intrínseca entre a categorização e os atores sociais num contexto dado. O elo que se estabelece entre o elemento categorizador e seu antecedente está envolto num quadro de práticas sociais que acabam por

definir os sentidos num momento singular. É neste caso que a pragmática encontra sua efetiva inserção nos estudos do texto.

Nas palavras de Rastier apud Mondada e Dubois (2003) a referenciação não diz respeito a uma relação de representação das coisas ou dos estados de coisas, mas a uma relação entre o texto e a parte não-lingüística da prática em que ele é produzido e interpretado.

O que difere referência de referenciação nos faz retornar à discussão sobre endoforia e exoforia, uma vez que passar à ordem da referenciação pressupõe um processo de construção de um caminho que liga interior e exterior, co-texto e contexto, sendo um determinante para o outro, logo a categoria de referenciação (exofórica) encontra aceção mais larga e menos estática em conceitos como de Mondada e Dubois uma vez que não a aceitam como meramente desambiguizadora, mas ancorada *em práticas dependentes tanto de processos de enunciação como de atividades cognitivas não necessariamente verbalizadas* (2003, p. 29). Assim, o lugar de que falam é aquele em que o sentido não é dado, é efeito³¹, o texto não é uno, é múltiplo.

Inversamente, no entanto, ao mesmo tempo em que as duas relações apresentam propriedades distintas, elas podem também se combinar, pois a referenciação apresenta sempre um elo em comum com a referência: a necessidade da correferencialidade (mesmo que parcial) com outro elemento do texto. Essa necessidade reside no fato de que ambas relações ainda estão a serviço da evolução da cadeia coesiva do texto. Podemos destacar o fato de que à instabilidade do fenômeno da referenciação subjaz a necessidade de estabilidade, à exoforia que a determina, sobrepõe-se a endoforia como base para sua sustentação.

Partindo das definições elencadas sobre referência e referenciação e, sobre como os conceitos de elementos fóricos são pensados à luz de diferentes teorias, a fim de delimitar nosso foco de atenção, voltaremos ao conceito de anáfora, contemplada do ponto de vista da exoforia.

1.2.3. Voltando à Anáfora como Objeto de Discurso

Da perspectiva colocada em questão neste momento, a anaforização abarca alguns aspectos basilares como: a) o fato de que o anafórico ultrapasse o contexto lingüístico para um nível pragmático; b) o contexto não-lingüístico passa a intervir nas relações engendradas sobre materialidade lingüística. Mondada e Dubois (2003), na esteira do que definem por

³¹ Salientamos que efeito é aqui entendido tal como postulado pela Análise de Discurso Francesa, uma vez que não há possibilidade de suturação total de sentidos, tal como é pretendido pelas relações coesivas em LT.

referenciação e por objetos de discurso, apresentam uma crítica explícita em relação ao conceito de anáfora como recurso para o alcance da isotopia, para tanto, dizem que a anáfora exerce um papel de regulação intralingüística, cujo efeito é de estabilização e planificação do discurso: *a anáfora tem sido vista como um modo de estabilizar ou de focalizar uma denominação particular, excluindo para isso outras possibilidades, mesmo se elas estiverem potencialmente disponíveis no texto* (2003, p. 43). Fica explícito que, na concepção defendida pelos autores, essas *outras possibilidades* devem ser levadas em consideração e são partes constitutivas dos sentidos do texto.

Podemos partir, portanto, do fato central de que as expressões anafóricas, dependendo de fatores contextuais e pragmáticos, distinguem seu funcionamento quando partem de um processo de referenciação. Isso leva a um distanciamento da concepção de anáfora como correferencialidade, noção de ligação puramente sintática, sem nenhum valor extralingüístico. Adentra-se num espaço em que são estabelecidas relações discursivas, cuja propriedade referencial de atribuição de sentidos e de predicação em relação ao antecedente se sobrepõem a uma simples ligação intratextual.

Assim como Mondada e Dubois, Apothéloz (2003) define-se por uma visão de anáfora (e de referência) como uma unidade construída no texto, de acordo com pressupostos pragmáticos. O autor justifica sua abordagem, rejeitando a formulação segundo a qual um anafórico *refere a seu antecedente* (Ibid, p. 57), pois, para ele, essa descrição reduz a relação anafórica à relação metalingüística ou metadiscursiva. Assume, portanto, que *as formas de retomada são, antes e acima de tudo, expressões referenciais no sentido mais geral do termo* (Idem). Objeta também a acepção de antecedente como segmento textual univocamente delimitável, já que a anaforização não podendo servir-lhe como etiqueta correferencial e co-significativa, o transforma. Segundo Apothéloz (2003, p. 61) *a relação de correferência é freqüentemente considerada como o protótipo da anáfora: é esse fato que nos leva a considerar a existência de uma distância muito grande entre anáfora da ordem da referência e a anáfora na ordem da referenciação.*

Enfatiza um caso específico de anáfora por nomeação, indicando que as nomeações mostram que *os mecanismos da anáfora podem levar muito além da simples retomada de informação e contribuir para os aspectos mais especificamente construtivos do discurso* (Ibid, p. 3). Assim, ampara-se no mesmo escopo teórico de Mondada e Dubois, cercando-se de fatores pragmáticos a fim de negar pressupostos formais e eminentemente endofóricos. A par disso, Apothéloz ainda problematiza a questão da endoforia e da exoforia e suas fronteiras, promovendo uma reflexão que se encontrava latente em Halliday e Hasan, mas que por razões epitemológicas estes se encarregaram de opacificar.

De acordo com essa flexibilidade concedida à noção de anáfora, há que se destacar o efeito de instabilidade, que caracteriza o modo de entender, descrever e compreender o objeto texto, o que lança, segundo Mondada e Dubois (2003, p. 28) *a desconfiança sobre toda descrição única, universal e atemporal do mundo*.

Isso sugere claramente que o conceito tradicional de anáfora como operação de designação referencial, nos moldes de uma simples retomada, não encontra sustentação numa teoria da referencialidade.

Temos em Milner (2003³²) uma distinção que em muito nos auxilia na compreensão do processo de anaforização na ordem da referencialidade e que vem ao encontro da proposta de Apothéloz. Milner distingue anáfora e correferência como duas relações autônomas, pois a anáfora apresenta uma relação de assimetria entre os termos ligados, à medida que a correferência caracteriza-se por uma relação simétrica. O que justifica, para ele, o enquadramento dos mecanismos de coesão, tal como abordados por uma lingüística textual sistêmica (Halliday e Hasan) como fenômenos não de referência, mas de correferencialidade.

O autor, nesse sentido, parte do fato de que a anáfora apresenta assimetria em relação ao termo anaforizante, em vista de que ambos têm potencial referencial próprio, ao passo que a correferencialidade é característica dos mecanismos estritamente de retomada³³ que, não possuindo referência própria, apenas a adquirem em dependência de outro termo que os antecede (caso específico da pronominalização). Aqui, fica bastante claro, que a anaforização não é uma pura relação simétrica entre elementos homogeneamente ligados, mas uma relação assimétrica em que ambos se complementam, o que leva a um desligamento da relação puramente pronominal. Segundo o autor, *para que uma unidade lexical X entre em relação de correferência virtual com uma unidade Y, é necessário que Y seja desprovido de referência virtual própria (quer dizer, que seja um pronome)* (2003, p. 88).

As categorias de *referência virtual/referência real* e *correferência virtual/correferência real* distinguem os significados das unidades em uso e seus significados literais. Para ele são da ordem do real a referência e a correferência das unidades em uso, ao passo que é da ordem do virtual o que subsiste fora do emprego, que faz parte da designação do vocábulo em termos dicionarístico e de uso intralingüístico.

Esta é a base para o entendimento do anafórico como simétrico em relação ao seu antecedente, usando o exemplo do pronome que extrai sua referência do nome que ele anaforiza, com a função simplesmente de indicar, identificar, retomar e dar seqüência lógica

³² Referimo-nos à tradução brasileira de MILNER, J-C. *Ordres et raisons de la langue*. Paris: Seuil, 1982. p.9-65/ Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante (2003).

³³ Destacamos que mecanismos de retomada para Milner são idênticos à forma ligada elencada por Apothéloz.

ao texto. Assim, *tomada em si mesma, a anáfora pronominal usual não é nada mais que a combinação da correferência e da retomada* (2003, p. 97).

Operando essa diferença entre anaforização e correferencialização, Milner salienta que ambas confundem-se num nível genérico, no entanto, distinguem-se quando identificadas particularidades. O autor cita:

Há correferência entre duas unidades referenciais A e B quando elas têm a mesma referência – o que pode acontecer sem que a interpretação de uma seja afetada pela interpretação da outra. Os dois termos relacionados podem ser homogêneos ou não quando a sua natureza categorial: N^o/N^o ou P/P, ou os pares heterogêneos N^o/P. A relação é manifestamente simétrica e transitiva; não seria descabido considerá-la como reflexiva: uma unidade referencial pode ser dita correferencial dela mesma. [...] Em oposição, a relação de anáfora é uma relação assimétrica, que existe entre um primeiro termo anaforizado e um segundo termo anaforizante. Podemos fazer uma distinção entre anáfora pronominal e nominal. No primeiro caso, o anaforizado é um N^o e o anaforizante, um pronome de terceira pessoa. O par anafórico é aí claramente heterogêneo, do ponto de vista categorial. O pivô da relação é que o pronome, desprovido, por natureza, de referência virtual, recebe uma referência virtual do anaforizado. Basta, então, que este último seja provido de uma referência virtual [...] No segundo caso, anaforizado e anaforizante são todos dois N^o: há homogeneidade categorial; em contraste, o pivô da relação é, com efeito, que o referente do anaforizante seja tomado como identificado somente pela relação que mantém com o referente do anaforizado (2003, p. 108).

Tal determinação do anafórico faz com que notemos sobre quais bases a coesão na lingüística textual foi cunhada, pressupondo uma interpretação direta do contexto lingüístico, sem informações adicionais quanto aos segmentos designados. Há ausência de pressuposições, de implícitos para os elementos anaforizantes, já que a ausência de referência própria os coloca numa posição inerte, dando-lhes função de elos. Note-se que o texto foi determinado como unidade de referência virtual, num nível de abstração.

Milner salienta que é uma informação externa implícita na relação de anaforização que sustenta a diferença entre anaforizar e correferenciar, já que o autor coloca a anaforização como uma relação real que, por sua natureza exofórica, não pode ser direta, nem transparente:

Na medida em que a anáfora nominal concerne essencialmente à identificação de uma referência real, não parece concebível que ela possa ser reconhecida em uma situação onde o anaforizante nominal seja provavelmente desprovido de referência real. Tal eventualidade seria, ao contrário, imaginável, e de fato atestada, para a anáfora pronominal (2003, p. 108-109).

São colocadas em jogo duas tarefas para a anáfora: a de identificar e a de particularizar, já que há na referência anafórica o poder de modificar o caráter genérico ou particular do anaforizado. Anáforas pronominais não particularizam, apenas identificam, ao passo que as anáforas nominais têm o potencial de particularizar e predicar.

Passando, da ordem formal da referência para a ordem discursivo-pragmática da referenciação, a categoria anafórica apresenta definições e funções particulares que procuram desmascarar a imagem de transparência lingüística dada a tais elementos. Elencamos, para exemplificação da relação anafórica discursiva, alguns papéis atribuídos aos anafóricos e que entendemos serem ainda limitados para nossos propósitos de análise neste trabalho:

- a) Papel resumitivo ou de encapsulamento: trata-se do recurso coesivo chamado *encapsulamento anafórico* pelo qual um elemento funciona como paráfrase resumitiva de uma porção precedente do texto. É um recurso que não é destacado pela correferencialidade absoluta, mas pela retomada de parcelas de informação, cuja extensão pode ser de uma sentença ou parágrafo inteiro. O antecedente ou âncora não é claramente delimitado no texto, mas deve ser reconstruído pelo leitor. Halliday e Hasan (1976) tratam desta categoria como Referência Estendida, a fim de esgotar a possibilidade de referência ao sistema;
- b) Papel conceitual: as chamadas anáforas conceituais (GERNSBACHER, 1991; OAKHILL, 1992) destacam-se pela ausência de correferencialidade e por um processo de pronominalização sem antecedente. Trata-se de um pronome plural que não tem um antecedente delimitado, sendo necessário o contexto textual para que haja inferência de seu antecedente. Foi denominada por Marcuschi (1998, 2000) de anáfora esquemática e anáfora indireta;
- c) Papel axiológico: Trata-se da intervenção de alguma espécie de valor, principalmente valores morais, que contribuem para a construção do referente no texto ancorado em práticas culturalmente situadas. Cada contexto, cada situação particular contribuirá de forma a que o referente multiplique suas possibilidades de significação;
- d) Papel associativo: as anáforas associativas são, segundo Apothéloz (2003), sintagmas nominais que apresentam certa dependência interpretativa, mas sem correferencialidade a um referente. Este tipo de anaforização repousa sobre conhecimentos gerais supostamente partilhados. Para Kleiber (1999) podem funcionar através de estereótipos, realizadas com base em uma relação de associação semântica ou léxico-estereotípica;

Tais acepções para a função anafórica distanciam essas categorias da base puramente endofórica a que estavam atreladas, já que o contexto lingüístico por si só não dá conta da interpretação da relação entre os elementos coesionados. Entretanto, algumas ressalvas devem

ser feitas, apesar da amplitude alcançada pelo conceito de anaforização, de seu desligamento *parcial* da função de correferenciação e do entendimento da necessidade de informação não puramente lingüística para a interpretação do texto. Há duas restrições que sobrepõem o nível endofórico ao exofórico.

1º) *a necessidade de manter um referente identificável;*

2º) *o controle sintático (sintaxe de concordância, por exemplo.) do antecedente sobre o anaforizante, ou seja, a eterna ilusão da busca de uma relação de transparência e simetria entre a referência e os significantes a que ela remete.*

A correferencialidade ainda é pressuposto básico do processo de anaforização, por isso a citamos ainda como necessidade parcial, mas determinante. Contemplando, portanto, o fato de que a completude e a transparência almejadas pela lingüística textual representam uma ilusão e, até mesmo, uma necessidade cuja finalidade reside em uniformizar o objeto de estudo, ressaltamos que os mecanismos de coesão endofóricos como os citados até então, fazem jus ao objetivo proposto pela lingüística do texto, mas até certo ponto, já que constatamos que nem mesmo o processo endofórico é eminentemente centrípeto, mas que algo de exofórico é constitutivo desses elementos, como uma forma de mostrar que, por se tratar de textos, a objetivação e descontextualização são impossíveis de serem aplicadas a fim de sistematizar e planificar este objeto.

É com base nesse percurso acerca do processo de coesão textual que é nítido que, no nível do estudo de textos, o ato de fazer referência é o responsável pela estabilidade deste objeto. Assim, se um texto, para ser texto, necessita de textura, textualidade, e se para isso a coesão é fator preponderante, mesmo que não suficiente, a referência é o mecanismo coesivo primeiro da textualidade.

A lingüística, e sua tributária a lingüística textual, partem do pressuposto da regularização, tentando planificar um objeto que é por natureza multiforme. Este movimento de regularização é fruto da prática de dicotomização da lingüística, a qual colocou sempre em relação paradoxal o material recortado para sua análise e seus resíduos, libertando tal material de suas qualidades intrínsecas a fim de instituir um objeto de pesquisa. Naturalmente, o fenômeno multiforme chamado texto sofreu uma redução para, de modo legítimo, aceder ao estatuto de objeto científico. Ganhou-se rigor com este gesto, mas não sem perdas. O conhecimento acerca da estrutura do texto assenta-se sobre a redução da complexidade, baseando-se na formulação de regras, à luz de regularidades observáveis:

É plausível, portanto, considerar que duas ordens de pensamento circundam os estudos do texto convivendo e opondo-se:

- 1º) uma vertente epistemologicamente e metodologicamente vinculada ao positivismo, voltada de forma contundente à produção de conhecimento objetivo e explicativo, rigorosa e, por isso, com objeto restrito;
- 2º) uma vertente que se diz “declarada” aberta, que incide sobre o objeto de modo a não o restringir a um sistema de regras. Esta vertente é de natureza pragmática, subjetiva, prima por métodos qualitativos em oposição aos quantitativos, com vistas à obtenção de conhecimento intersubjetivo;

No entanto, tipicamente, essa segunda vertente depara-se com uma crise, pois reproduz o reducionismo da primeira distanciando-se apenas em alguns pontos. Continua com um movimento de cerceamento do texto, dirigindo o olhar para os mesmos aspectos que a lingüística circunscrevia para seu campo de atuação. Isso ocorre, repetimos, porque a lingüística destinada ao estudo do texto é tributária da lingüística oracional, dela reproduzindo os modelos.

No sentido, então, de romper com o campo estático de análise da linguagem, propomos de forma categórica que o texto, por sua propriedade de uso, de linguagem em funcionamento, não é da ordem do *Todo*, já que propomos que há uma falta que o circunscreve, trazendo ele para o *Não-Todo*, colocando-o numa posição avessa ao entendimento linear. Há um ponto de impossível que nele se coloca, de modo a compreender que, a todo momento, novas totalidades se estruturam e se reestruturam. Vemos o texto, sob esta ótica, com enfoque qualitativo, olhando para o fenômeno de constituição de sentidos. Assim, o que se manifesta no texto é da ordem de um saber aberto à emergência de um dizer que pode desconstruir o dito, fazendo emergir outros dizeres que o circunscrevem. Por não trazer o todo do sentido, ou o sentido sob a forma do todo, o texto passa a implicar a necessidade do outro, o compartilhar o trabalho sobre o texto, na emergência de sua compreensão do texto como espaço de construção e desconstrução, como espaço para o dizível e o que lhe escapa.

Lançando o olhar sobre nosso foco de estudo, partimos de algumas observações e indicações genéricas sobre certos aspectos significativos dos estudos do texto como a coesão e a coerência, já que nos parece subjacente que todo o aporte teórico e metodológico dispensado para análise de textos, foi transportado para a análise de hipertextos, ou melhor, o hipertexto, foi *encaixado* na LT como um novo gênero textual sem maiores observações sobre suas peculiaridades.

Para tanto, antes que o propósito de nossa investigação seja enunciado, detalhadamente explicado e abordado, precisamos tecer alguns comentários sobre as análises que a LT empreendeu sobre o texto digital, dado o fato de que, do lugar discursivo de onde falam os lingüistas do texto, o movimento de encaixar o hipertexto em sua circunscrição produziu perdas significativas na natureza desse objeto.

1.3 Um Olhar sobre o Hipertexto: o que a lingüística textual nos diz...

O termo hipertexto³⁴, composto pelo prefixo *hiper*, que significa “além”, “excesso” – e pelo sintagma *texto*, que comporta o significado de “conjunto de palavras e de frases”³⁵, exprime a idéia de escrita/leitura não linear, possuindo um aparato paratextual na forma de referências, gráficos, remissões, bancos informacionais, tudo demandando de um suporte tecnológico, cujo acionamento se faz ao simples toque de um elemento eletrônico de ligação. Esse texto *hiper* caracteriza-se por uma complexidade que transpõe os limites do texto tal como contemplado nos estudos da linguagem, dado que este texto eletrônico perturba noções tão fundamentais como: linearidade, autoria e leitura, bem como implica abdicar do controle sobre o texto, aceitando a dispersão da noção de unidade centrada na materialidade lingüística, para comportá-la como um efeito discursivo. Para compreender este conceito deve-se, inicialmente, ampliar a definição de texto em dois sentidos:

- a) Substantivamente, um texto pode designar mais do que palavras e frases;
- b) Estruturalmente, o texto pode transcender a dimensão unitária (linear e seqüencial) que é imposta pelo meio impresso e pela cultura, constituindo-se de multidimensões: relacionamento seqüencial e acesso randômico de idéias;

O hipertexto mobiliza um recurso já conhecido e discutido com relação aos textos em suporte impresso: a multiplicidade de percursos de leitura. Isso é fato comum quando o objeto texto está em debate. Todavia, a estrutura hiper faz com que esse potencial de leitura, através de diferentes percursos a serem feitos livremente pelo leitor, se constitua na possibilidade de esse leitor ser, a um só tempo, autor de outro texto. Cria-se com o hipertexto uma rede textual de referências cruzadas, disponíveis em tempo real. O hipertexto deve possibilitar a construção do texto de cada nó, bem como a interligação desses nós através dos *hiperlinks*, os quais funcionam como elos entre os textos disponíveis na rede e cuja organização fica a cargo do próprio leitor. Esse fato permite pensar o texto eletrônico segundo várias imagens que, metaforicamente, descrevem seus processos de organização: centrífugo ao invés de centrípeto,

³⁴ A definição de hipertexto, devido a sua complexidade, será abordada adiante.

³⁵ Dicionário Aurélio, 1986.

multimodal ao invés de logocêntrico, descontínuo ao invés de linear. Trata-se de uma textualidade aberta, inibidora do conceito de texto nucleado e centrado, enquadrado por margens.

Um outro aspecto a se observar é que, com o hipertexto, não há necessidade de ter um único enredo linear, uma fixidez de caminhos. Esse texto acontece onde cessa a linearidade. Estamos, então, diante de um processamento textual que excede os parâmetros constituídos pela ciência da linguagem, o que conduz à emergência de olhares mais aguçados para este novo objeto que fragiliza a noção de estrutura hierarquizada para colocar-se como lugar de multiplicidade, constituindo-se por ser uma estrutura *poli*-hierarquizada, que se assenta na base do cruzamento de sentidos. E enfatizamos a palavra *sentidos* no plural, em favor do entendimento da impossibilidade de encontrarmos um sentido uno e delimitável no interior do texto, mesmo daquele texto instituído pela ciência da linguagem, dado que nele também há caminhos que se cruzam e que o fazem ultrapassar as margens da folha de papel.

Lançando um rápido olhar sobre o hipertexto, podemos visualizá-lo como efêmero em suas manifestações, desprovido de limites ou partes definidas, desenvolvido de forma multilinear o que possibilita uma estrutura não permeada por uma noção de completude. E, embora o alcance dessa nova maneira de produção textual ainda não tenha sido amplamente avaliado, os estudos sobre o hipertexto têm se movido em direção ao estabelecimento de pontos em comum com as teorias do texto clássicas.

Nesta convergência, encontramos definições e análises do texto eletrônico que partem do lugar da lingüística do texto (o que justifica nossas explanações precedentes). Entre tais trabalhos, alguns ocupam espaço significativo, no âmbito dos estudos brasileiros, com autores que têm dispensado atenção ao tratamento do hipertexto e de sua estrutura linkada. Importa ressaltar que os estudos do texto presenciam essa emergência do texto *hiper* como um novo “*gênero textual*” (Marcuschi, 2004) que tem, em certos aspectos, modificado a relação entre autor-texto-leitor, bem como entre língua e uso.

Autores como Koch (2002), Marcuschi (2000, 2004), Xavier (2001, 2002, 2004), têm se dedicado à reflexão dos processos de leitura e escritura em ambiente digital, cujos enfoques convergem para um mesmo ponto: o papel dos hiperlinks como elementos coesivos e o processamento da coerência no texto eletrônico.

Destacamos que, para operar a aproximação “necessária” entre texto e hipertexto, esses autores têm mobilizado o conceito de texto com que a LT tem trabalhado. Trata-se do conceito cunhado por Beaugrande (1997), que contempla o texto como um *evento comunicativo no qual convergem ações lingüísticas, cognitivas e sociais* (1997, p. 60).

Essa definição, no dizer de Beaugrande, sugere que o texto não é uma simples seqüência de palavras escritas ou faladas, mas um evento visto como um sistema de conexões, que envolve aspectos lingüísticos e não-lingüísticos em seu processamento, o que o torna um evento interativo que se baliza por uma natureza processual. Baseados, portanto, nessa flexibilização da concepção de texto, esses autores “enquadram” o hipertexto nesses moldes, não havendo um real deslocamento de campo teórico. Notamos esse movimento nas descrições que seguem.

Numa tentativa de destacar pontos em comum entre texto e hipertexto, Koch (2002, p. 63), parte do ponto de vista de que “*todo texto é um hipertexto*”. Para tanto, apóia-se em alguns fatores de aproximação entre ambos, asseverando que:

- a) o texto é uma proposta de múltiplos sentidos e não mais de um sentido único;
- b) no texto há, assim como na estrutura hipertextual, “links” que assumem o papel de projetar o leitor para o exterior como notas de rodapé, referências, citações, etc;
- c) a multisssemiose não é característica particular de hipertextos, dado o número de linguagem não-verbal (tabelas, gráficos, imagens) que acompanha a linguagem verbal;
- d) todo Texto é lacunar, dado que as informações veiculadas não são explícitas;
- e) analogamente ao hipertexto, o texto é não-linear, dada a pluralidade de direções permitidas pelo texto;

Sugere, para tanto, que por ser concebido como uma proposta de sentidos múltiplos, tal como em *a*, e não mais de um único sentido, o texto é constitutivamente hipertextual, pela possibilidade de cruzamento de sentidos e do número de inferências permitidas ao leitor. A autora faz menção à estrutura lacunar dos textos em sua maioria, cuja constituição se dá através de recursos que atuam como “links” que podem remeter o leitor para além da superfície textual, como postulado em *b*. Assim, em sua definição, *a diferença com relação ao hipertexto eletrônico está apenas no suporte e na forma e rapidez do acesso* (2002, p. 61).

Além dessas observações, a autora é enfática em sua comparação, valendo-se do fato de que, assim como os hipertextos, os textos em suporte impresso são multisssemióticos (*c*), pelo número de informações agregadas. Usa como exemplo reportagens construídas em torno de boxes explicativos, gráficos, tabelas, o que faz com que linguagem verbal e não-verbal converjam em ambos suportes, o que levaria o hipertexto para os domínios de estudo da lingüística textual, pelo menos aparentemente.

E mais, assumindo a perspectiva da leitura, a autora busca solidificar sua aproximação elencando aspectos comumente discutidos em LT, admitindo como certo que não existem textos - escritos ou orais - totalmente explícitos, e que qualquer texto, digital ou impresso, se constitui de um conjunto de pistas destinadas a orientar o leitor na construção do sentido; e, ainda, que, para realizar tal construção, ele terá de preencher lacunas, formular hipóteses, testá-las, encontrar hipóteses alternativas em caso de “desencontros” entre o dito e o não-dito, tudo isso por meio de inferências que exigem a mobilização de seus conhecimentos prévios de todos os tipos, dos conhecimentos pressupostos como partilhados, do conhecimento da situação comunicativa, do gênero textual e de suas exigências:

na construção do sentido, há um constante movimento em variadas direções bem como o recurso ininterrupto a diversas fontes de informação, textuais ou extratextuais. Verifica-se que a compreensão não se dá de maneira linear e seqüencial, como se pensava antigamente, o que vem a constituir um argumento a mais para afirmar que todo texto é um hipertexto (2002, p. 62-63) [grifo nosso].

Em contrapartida, a autora ainda prima por uma textualidade pautada na linearidade e na literalidade, conforme segue:

[...] espera-se sempre um texto para o qual se possa produzir sentidos e procura-se a partir da forma como ele se encontra lingüisticamente organizado, construir uma representação coerente, ativando, para tanto, os conhecimentos prévios e/ou tirando as possíveis conclusões para as quais o texto aponta [...] (2002, p. 19).

Importa ressaltar que a autora pressupõe um texto estrategicamente planejado e orientador do sentido proposto pelo autor/produtor, o que mobiliza o fato de que os sujeitos envolvidos no processo de construção de sentidos sejam ideais e estejam em situações ideais. Em vista disso, partimos do fato de que as aproximações que a autora faz simplificam o entendimento do texto em suporte digital e seus processos de leitura, além de que, do campo teórico de onde enuncia, submete o sujeito a um papel de ordenador, de manipulador da língua, como se entre ambos não houvesse uma relação social e histórica que interviesse na comunicação.

Isso aponta o fato de que, para que sua concepção de texto tenha legitimidade, a autora amplia suas definições e pressupõe uma sobreposição do texto ao hipertexto, solidificando a LT como via de acesso ao estudo de textos. Em resumo, Koch salienta características em comum entre Hipertexto e Texto a fim de possibilitar uma abordagem mais ampla do texto segundo os princípios que regem o texto eletrônico e não visa a uma abordagem do hipertexto em si, o que formaliza a análise deste com diferenças apenas graduais em relação àquele.

Apesar de sua constatação de que textos e hipertextos convergem em muitos aspectos, Koch é levada a frisar um fator primordial no destaque da singularidade do texto eletrônico. Trata-se de sua estrutura constitutivamente linkada. Atribui aos hiperlinks o potencial de principal inovação do texto eletrônico, dado o fato de que tais dispositivos técnico-informáticos têm função de realizar remissões, acessos a outros hipertextos, formando uma grande rede multilinear, sendo eles a via de acesso para o entendimento da natureza do texto eletrônico. Contudo, nas análises que empreende sobre o hipertexto e suas propriedades, a autora busca definições para os hiperlinks que os colocam em posição análoga aos elementos de coesão textual cunhados pela LT. Para tanto, parte de uma classificação que define duas funções para os links eletrônicos: uma fixa e outra móvel³⁶.

Os links caracterizados pela fixidez, são aqueles que têm um espaço estável e constante no site, que são parte da estrutura do site como os links search (busca), next (próxima), volta (back), links que compõem os sites de provedores como Terra, Uol, etc. São denominados *Links Fixos*.

Há os links definidos por sua mobilidade, por sua variação, uma vez que aparecem de acordo com a conveniência do navegador. Trata-se dos links próprios dos ambientes de pesquisa virtual. São os *Links Móveis*. Para fins de nossos estudos, não abordaremos os links fixos, mas a mobilidade do processo de linkagem, dado que não se trata de categorizar esses dispositivos, mas de tratar de seu funcionamento.

Na esteira da LT, Koch confere, portanto, as seguintes funções aos hiperlinks móveis:

- 1º) uma função dêitica;
- 2º) uma função coesiva;
- 3º) uma função cognitiva.

Por função dêitica, a autora destaca o processo de indicar, sugerir caminhos ao hiperleitor. Assim, os links são apontadores e focalizadores de atenção, levando o leitor a um lugar atualizável *no espaço digital*, o que pressupõe, em suas palavras, um papel essencialmente catafórico para esses elementos. A função dêitico-catafórica que Koch mobiliza está centrada no interior do hipertexto, no movimento de abrir uma nova janela através do hiperlink acessado, de acordo com o que segue:

³⁶ Essa categorização dos hiperlinks encontra convergência com a definição de Joyce (1995). O autor define dois graus de navegação: 1º) há uma navegação em *hipertextos exploratórios*, que se definem pela conservação do conteúdo proposto, de modo que o leitor apenas seleciona trilhas pré-definidas; 2º) há uma navegação em *hipertextos construtivos*, cuja característica é a construção do caminho pelo leitor-autor.

Da mesma forma que os dêiticos discursivos, os links com função dêitica monitoram o leitor no sentido da seleção de focos de conteúdo, porções de hipertextos que devem merecer sua consideração caso esteja interessado em obter uma leitura mais aprofundada, mais rica em matizes e em pormenores sobre o tópico em tela (2002, p. 65).

Sob essa ótica, os links dêiticos são como táticas discursivas³⁷ (estratégias) que permitem, no dizer de Koch, *cercar determinado problema por todos os possíveis ângulos e perspectivas, já que a indicação linkada se dá geralmente entre hipertextos que tratam de um mesmo tópico* (2002, p.65), o que nos leva a determinar sua posição acerca do texto como unidade temática e intralingüística. Fica evidenciado, no uso do termo “cercar”, a intenção da autora de delimitação do texto em formação, atribuindo uma função ao links de delimitadores de caminhos. Torna-se claramente exposta sua determinação dos links como elementos de sequencialização tópica intra-hipertextual, ou seja, no espaço de pesquisa, os links apenas são focalizadores de atenção para determinada porção de texto adequada à continuidade da pesquisa. É nesse sentido que a dêixis assume aqui sua função de dêixis textual.

No entanto, mesmo assumindo uma diferença basilar entre texto e hipertexto, dada a estrutura linkada deste, Koch prima por um encaixe do hipertexto nos parâmetros da LT, abordando os hiperlinks como elementos de coesão, focando as distinções entre textos e hipertextos como diferenças apenas de grau e não de natureza.

Esta função leva ao encontro da concepção difundida em LT de busca por monosemantização através da suturação do texto, já que, se os links são considerados como estratégias ou táticas discursivas, cujo papel é atingir as possibilidades de fechar o assunto pesquisado pelos ângulos possíveis, esses dispositivos eletrônicos estão apenas mudando de nome e de espaço de atuação, sendo considerados elementos de *coesão textual*³⁸.

Por conseguinte, conforme definição da autora, a função coesiva, no hipertexto, é responsável pelo entrelaçamento discursivo³⁹ no espaço cibernético. Os links amarram informações de modo a permitir que os leitores extraiam delas um conhecimento real e conclusões relativamente seguras. Os textos esparsos são soldados de forma coerente, formando um grande mosaico. Assim, *atar os hiperlinks de acordo com certa ordem*

³⁷ A concepção dos links como táticas discursivas converge com o papel de estratégias, definido por Bernárdez. Tal definição coloca os links numa posição de elementos de coesão textual.

³⁸ É nesse ponto que nossas análises acerca da concepção de coesão textual vêm de encontro do objeto de estudo proposto. Tendo em vista a necessidade de inserção desse objeto no discurso da Linguística Textual à luz de pressupostos formalistas, as análises empreendidas sobre ele apenas reproduziram os mesmos mecanismos usados para textos em suporte impresso, sem levar em consideração a natureza do hipertexto e suas peculiaridades.

³⁹ Destacamos que os termos discurso e discursivo são contemplados do campo teórico de que Koch enuncia de forma diferente e restrita em relação ao nosso ponto de vista.

discursiva e semântica é essencial para garantir a fluência da leitura e a drenagem da compreensão sem excessivas interrupções e/ou rupturas (2002, p. 65). O foco de análise da autora é assegurar a atenção do leitor para um ponto comum: o sentido uno do texto e, ademais, evitar rupturas na linearidade. Para tanto, designa os links como catalizadores temáticos, como focalizadores da atenção do leitor sobre o tema em pesquisa, o que incide sobre a busca pela linearidade textual, fazendo-a retroceder quanto à questão da não-linearidade de que tratava anteriormente. Salienta ainda que não deve haver links perdulários em termos de informação, isto é, não deve haver espaço para que tais *pontes virtuais* existam improdutivamente⁴⁰, sem gerar dados novos e relevantes para a temática em discussão. Os hiperlinks são colocados, em função de progressão textual, como elementos de coesão diferentes tecnicamente, mas não em seu status funcional, pois produzem a progressão tópica e a relevância do conteúdo em acesso. Isso pressupõe a ênfase em três aspectos, citados anteriormente, como fulcrais para a boa formação do texto, segundo ótica da LT:

- i- Autor = produtor/planejador
- ii- Texto = projeto de dizer que estabelece limites às leituras possíveis;
- iii- Leitor/ouvinte = construtor de sentidos orientados pelas estratégias e sinalizações.

A autora busca através de estudo realizado por Xavier (2001, 2002)⁴¹ a ênfase necessária para o entendimento dos hiperlinks como *operadores da coesão* hipertextual:

[...] é importante que as palavras “linkadas” pelo produtor dos textos constituam realmente palavras-chave, capazes de levar o leitor a estabelecer, ao navegar pelo hipertexto, encadeamentos com informações topicamente relevantes, de modo a construir uma progressão textual dotada de sentido. Em outras palavras, cabará ao hiperleitor, ao passar, por intermédio de tais links, de um texto a outro, detectar, através da teia formada pelas palavras-chave, quais as informações tipicamente relevantes para manter a continuidade temática e, portanto, uma progressão textual coerente (XAVIER apud KOCH, 2002) [grifos nossos].

Importa, portanto, salientar que as definições da autora reiteram a entrada em cena do hipertexto como mais um gênero textual entre tantos outros, cujas diferenças baseiam-se em questões gradativas. Ratifica esse ponto de vista quando afirma que a questão central não está em discutir a relação entre texto e hipertexto, mas em admitir que se trata sempre de textos. O que é questionável de nosso ponto de vista.

⁴⁰ Enfatizamos que a noção de improdutividade textual destacada pela autora diz respeito justamente ao sem sentido ao ambíguo, os quais devem ser banidos, sanados como problemas para o texto.

⁴¹ Em tese de doutoramento, orientada por Koch na UNICAMP.

No entanto, importa-nos uma questão imprescindível: no hipertexto a progressão textual se dá de forma coerente pelos acessos efetuados pelo leitor (função cognitiva). Assim, o hipertexto encadeado pelo produtor, não será jamais o mesmo acessado e “formado” pelo leitor. A coesão tal como orientada pelos estudos do texto, passa a um nível discursivo de construção e o texto a um novo espaço a se constituir.

Nesse sentido, notamos claramente que a aproximação de Koch entre textos e hipertextos vai ao encontro de uma edificação dos pressupostos uniformizadores da LT, operando um olhar mais aberto sobre o texto em si, mas não um olhar peculiar sobre o hipertexto, que é o que de fato deveria ser feito. Para tanto a autora destaca que, na passagem da compreensão de textos singulares para a compreensão de textos múltiplos, a Linguística Textual começou a operar com a noção de textos como uma proposta de múltiplos sentidos, abandonando a concepção estática de texto e suas propriedades, mas não operou uma ampliação dos parâmetros de textualidade. Em função disso é que a Linguística Textual pode auxiliar eficazmente, segundo Koch, na compreensão do funcionamento do hipertexto e em seu enquadramento no padrão de textualidade proposto e difundido pelos estudos do texto clássico:

O hipertexto deverá estar sujeito às mesmas condições básicas da textualidade, desde que estas sejam entendidas, conforme a sugestão de Beaugrande (1997), como princípios de acesso e não de boa formação textual. Entre tais princípios, caberia mencionar a intertextualidade, a informatividade, a situacionalidade, a topicidade, a relevância e a coerência (Ibid, p. 67) [grifo nosso].

É oportuno ressaltar ainda que o texto de Koch é finalizado com uma afirmação bastante complexa para o entendimento do hipertexto: a de que os hiperlinks são operadores da continuidade de sentidos e da *progressão referencial*. Perguntamo-nos se cabe falar em progressão referencial na estrutura hipertextual, tendo em vista o conceito de referência postulado pela LT que, como já vimos, é insuficiente para explicar o funcionamento do próprio texto impresso.

Outra abordagem importante para nossas análises é a de Xavier (2004), em que encontramos perspectiva “por vezes” semelhante à de Koch, mas que em certos aspectos se distancia da autora. Xavier entende o hipertexto como *uma forma híbrida, dinâmica e flexível de linguagem em constante diálogo com outras interfaces semióticas que adiciona e acondiciona à sua superfície formas outras de textualidade* (2004, p.171). Compreender esta nova ordem deve passar necessariamente por uma aprendizagem da leitura e da escrita do/no hipertexto, pois não se trata meramente de uma transposição mecânica dos movimentos do texto para o hipertexto, trata-se, sobretudo, do entendimento da capacidade de ampliação ilimitada do sistema de relações referenciais possibilitadas pelos hiperlinks, que faz com que

o texto eletrônico destaque-se do texto impresso, criando fronteiras entre ambos. Essa reflexão não foi permitida por Koch, dado o lugar privilegiado que a autora confere às análises pautadas na forma lingüística.

Tendo em conta esta característica, é que o hipertexto, no dizer do autor, apresenta um *desafio à linearidade*, de forma que, por sua natureza não-linear e rizomática, não impõe ao leitor uma ordem de partes e seções a serem seguidas, sendo, por conseguinte, a linkagem direta a outros textos *uma inovação sem precedente no modo de produzir textos*. (2004, p.73). A partir desse ponto, nota-se que Xavier produz um afastamento em relação a Koch com sua acepção de linearidade/não-linearidade, uma vez que produz uma limitação para o lugar da linearidade no âmbito dos estudos do hipertexto, movimento que Koch negou ao impor a necessidade de linearidade através da progressão tópica instaurada como elemento fundador da linkagem.

Em contrapartida, Xavier reconhece o fato de que a não-linearidade não chega por si só a constituir uma revolução radical, já que o suporte impresso possibilita certo grau de multissemióse (notas, referências, índices, gráficos, etc.), em vista disso, mesmo não sendo uma revolução radical, o autor visa à definição de que não é o fato de o hipertexto apresentar a não-linearidade que o difere do texto impresso, dado que este por sua vez também é capaz de ser não-linear. O ponto de desencontro entre ambos os textos está sim no fato de que *a inovação trazida pelo texto eletrônico está em transformar a deslinearização, a ausência de um foco dominante de leitura, em princípio básico de sua construção* (2004, p.175), estando a não-linearidade prevista na concepção desse texto, ela é constitutiva.

Contudo, falando de um lugar ainda clivado por um discurso formalista o autor assegura que, mesmo apresentando um distanciamento das formas tradicionais de organização textual e discursiva, o hipertexto, para ser estudado segundo os parâmetros do texto, deve perseguir a formação de uma linearidade. Salienta, sobretudo, a necessidade de certas sistematizações que o façam passível de análise. Tais sistematizações encontram-se pautadas num olhar sobre o hipertexto que o coloca no mesmo lugar de análise dos textos em suporte impresso com os mesmos critérios de textualidade.

Baseado, portanto, na concepção de busca por uma linearidade discursiva, o autor define os hiperlinks como elementos dêiticos-vetoriais, com natureza progressiva, em que o tópico em pauta se mantenha. Por constituírem *elos entre textos, informações e saberes*, além de manterem a progressão tópica, sua condição de navegação permite a orientação dos leitores pelas páginas virtuais de maneira rápida, prática e econômica. Esse fato é o que sustenta tal definição:

Os hiperlinks dêiticos, além de monitorar cognitivamente e lançar luz sobre o tópico, acrescentam informações globais e adicionam dados gerais ao conteúdo em discussão, uma vez que ultrapassam o limite de um único hipertexto e conduzem a reflexão para muitos outros blocos discursivos hipertextualizados nos quais se refratam e para os quais se remetem.[..] O link dêitico transborda totalmente a discussão para além de um hipertexto. Ele é o instrumento virtual pelo qual se “materializa” o complexo processo que só é feito abstratamente, mentalmente, que são as inúmeras e inevitáveis associações, vínculos e ligações quase instantâneas entre discursos e saberes afins ativados pelos leitores, quando lêem hipertextual e enciclopedicamente (2002, p.112) [grifo nosso].

Esta citação nos leva a marcar uma diferença conceitual entre Koch e Xavier a respeito da natureza dos hiperlinks, dado que aquela vê esses elos como fontes de continuidade temática e de monosemantização de sentidos, concedendo à dêixis papel endofórico de focalizadora de atenção para os textos linkados, ao passo que Xavier pressupõe um papel mais disperso para tais elementos, papel que destaca a natureza multilinear e discursiva do hipertexto, já que para a mesma função dêitica, Xavier propõe a agregação de outra natureza: de associação contínua entre interior (hipertexto em curso) e exterior (múltiplas possibilidades de acesso e cruzamento de sentidos).

Para tanto, o autor designa duas funções para os links. Há um processo de auto e hétero-referenciação a que chama de *referenciação co-hipertextual* e *referenciação pan-hipertextual* (intra e extra-texto eletrônico), seguindo os modelos de links fixos e móveis elencados por Koch, diferenciando-se desta por um ponto: prevê a natureza exofórica dos links.

Por referenciação co-hipertextual entendem-se as referências feitas por hiperlinks internos a um mesmo website. São links que remetem o leitor para dentro do próprio portal. Trata-se dos links fixos elencados por Koch. Já por referenciação pan-hipertextual entendem-se as referências que levam o usuário às páginas externas ao website. Trata-se das propostas de leitura diversificadas cujos links são móveis.

Nessa perspectiva é que os hiperlinks são destacados como formadores de discurso, de modo que *ao atualizar o hipertexto e percorrer seus links, o hiperleitor estará realizando tentativas de compreensão, efetivando gestos de interpretação*⁴² (2004, p.177). Assim, mesmo compartilhando com Koch a noção de que os links têm função dêitica, Xavier vai além da mera categorização desses elementos como demarcadores de atenção, para inseri-los num processo subjetivo de construção textual, pois, para ele, *os hiperlinks apresentam aos leitores*

⁴² Destacamos que a expressão “gestos de interpretação” a que o autor faz referência não condiz com a noção encontrada no âmbito dos estudos da AD, dado que o discurso de Xavier é o discurso da Linguística Textual, em que o gesto de interpretar é o gesto de decodificar sentidos já propostos e não em visis de se constituir.

e navegadores uma forma digital de fazer referência muito mais dinâmica e desafiadora do processo de leitura (Ibid, p. 101), já que

o hipertexto pode ser considerado, ao mesmo tempo, um sistema material e uma tecnologia intelectual em que o ator humano interage com as informações que ele faz nascer um percurso (navegação) virtual e as modifica em função de suas representações individuais (sistemas de crenças, valores, ideologias) e suas demandas circunstanciais (Ibid, p. 104).

Esse movimento de expansão da função dos hiperlinks faz com que Xavier aproxime-se apenas *parcialmente* de Koch. Mencionamos parcialmente pelo fato de o autor considerar uma natureza exofórica para esses dispositivos eletrônicos, à medida em que Koch os coloca em posição endofórica. Nesses termos, é que temos uma flutuação das explicações de Xavier entre a endoforia e a exoforia, dado que

1º) o leitor do hipertexto não tem compromisso com uma sequenciação a priori, rígida e inviolável durante a leitura-navegação;

2º) esta não-linearidade está na ordem do dispositivo material e não na ordem do discurso, uma vez que funcionalmente a continuidade, nesse aspecto, é necessária e consiste em decisão do leitor;

Temos em sua definição de hiperlinks, portanto, um descompromisso com a sequencialização linear e, ao mesmo tempo, um compromisso com uma linearidade que se faz por decisão do leitor. Com efeito, Xavier pauta suas noções entre a exoforia e a endoforia. Isso é ratificado quando o autor coloca alguns ceticismos em relação à não-linearidade potencializada pelos links, o que o faz retroagir em relação à perspectiva diferenciadora que elencava acerca do hipertexto:

Temos então a noção de hipertexto como um texto potencialmente desorganizador do processo de leitura. Contudo, Xavier trabalha sobre uma oscilação entre linearidade “necessária” e não-linearidade “constitutiva”, sendo esta contemplada no nível discursivo:

O discurso na superfície digital se fortalece não devido à linearidade de um desenvolvimento temático qualquer, mas por causa da rede subterrânea de filamentos ditos, não-ditos e ecoados, ainda que à distância, entre os temas afins vinculados entre si por fortes ou tênues relações interdiscursivas/intertextuais. O hipertexto, então, convida o leitor a re-organizar esta estrutura originalmente descontínua (Ibid, p. 104).

Logo, este autor define que, por não seguir uma lógica seqüencial, análoga ao texto impresso, o texto eletrônico é um *espaço semântico a construir ou em vias de construção pela*

intervenção criativa e exploratória de seus usuários. (Ibid, p.105), o que traz a questão da subjetividade e da construção da coerência pelo leitor.

É nesse sentido que há um distanciamento importante entre Xavier e Koch, de forma que o processo de leitura em Koch segue os mesmos passos da LT, ao passo que para Xavier, há uma prática enunciativa implícita no processo de linkagem, já que se trata de *um novo modo de enunciação que surge no seio da contemporânea sociedade da informação* [...] (2004, p.104).

Trata-se, sobretudo, de abrir pistas de investigação do acontecimento, antes de carimbar, enquadrar em formas delimitadas e pré-estabelecidas e isso se dá considerando que a subjetividade é constitutiva do texto desse leitor-escritor e por isso, marcada pela singularidade. Referindo-se a essa função, o autor designa que o hiperlink funciona originariamente como um *apontador enunciativo digital*, sendo, assim, um focalizador de atenção, apontando um lugar concreto atualizável no espaço digital, mas que, além disso, permite a realização de uma escrita sobre o texto que está em rede.

Assumindo a perspectiva da referenciação, Xavier ressalta que os hiperlinks manifestam um *modo digital de referenciar*. E este referenciar está na ordem da referenciação, da construção discursiva do texto que se dá sobre a materialidade lingüística. Pensamos aqui na pergunta feita anteriormente, se cabe falar em referencia no contexto do texto eletrônico, dado o fato contundente de que os parâmetros da LT para os processos de referência não dão conta de uma estrutura mais complexa como o hipertexto. Vemos que neste modo digital de referenciar citado por Xavier, a referenciação está na ordem da construção do texto de forma singular, na ordem da produção de efeitos de sentido.

O hiperlink dêitico, então, operacionaliza as imprescindíveis intersecções entre texto/discurso, assumindo, segundo o autor, caráter essencialmente exofórico, prospectivo, ejetando o leitor para fora do dito, o que se opõe à função coesiva designada por Koch. Assim, o hiperlink é um elemento de ostensão, de mostração⁴³. Xavier traz a dêixis para o âmbito dos estudos do hipertexto como lugar discursivo de ostensão, este é o cerne da referenciação em suas reflexões.

Mesmo admitindo que Xavier usa uma análise mais apropriada para o hipertexto, destacamos nosso ceticismo em relação à aproximação da função dos hiperlinks com os processos de referenciação textual, pois os objetos de discurso, tal como postulam os teóricos da referenciação, tem uma função categorial, de nomeação, designação de seu referente, dada a ligação direta que ambos mantêm no texto e, sobretudo, dada a necessidade de relação

⁴³ A definição do autor não destaca função catafórica para os hiperlinks.

sintática entre referente e antecedente. Vislumbramos essa característica dos objetos de discurso em discussão precedente. Com os hiperlinks, por outro lado, não há como destacar as mesmas funções, pois esses dispositivos eletrônicos ligam janelas (nós) de informações que mantêm relações de linkagem virtuais. Essas janelas linkadas em rede a tantas outras formam um universo textual múltiplo, o qual possibilita ao leitor-escritor retornar em seu percurso seu através de um novo acesso, produzir novos caminhos. Novas bifurcações são conectadas por expressões determinadas que não têm a capacidade de referenciar conforme os moldes clássicos, dado que referenciar hipertextualmente é da ordem não da categorização, mas da ordem cognitiva do fazer sentido com as informações disponíveis nas janelas. Oportunamente destacamos que *hiper* referenciar não pode estar no mesmo nível de referenciar textualmente, mesmo que as nomenclaturas sejam similares.

De acordo com o exposto, por outro lado, nota-se que a análise realizada em torno da linkagem e do tipo de processamento da leitura possibilitado pelo hipertexto vai ao encontro de uma necessidade de busca por monosemantização. Este é o ponto comum entre os autores citados. É sob esta ótica que os links são vistos e definidos à luz de categorias de coesão textual, sendo vistos como modos de estabilização textual.

Marcuschi (2000, 2004) parte da noção de gênero textual para expor seu entendimento acerca do texto eletrônico, uma vez que compartilha da concepção de gênero textual como fenômeno social e histórico, que surge em determinados momentos, trazendo consigo novas exigências e novas formas de relacionamento. Trata-se de observar que as modificações operadas pelo hipertexto, enquanto novo gênero textual, trazem consigo a necessidade de novos padrões de textualidade, o que o autor enfatiza categoricamente: *cabe-nos providenciar novas noções para coesão e coerência a fim de abrigar também a produção hipertextual* (2000). Ressalvamos que, mesmo apontando essa perspectiva de que novas noções de textualidade devem acompanhar o hipertexto, essa definição não encontra desenvolvimento nos estudos de Marcuschi. Pelo contrário, é recobrida pela necessidade de edificação de padrões de textualidade da lingüística do texto.

Afigura-se relevante destacar, portanto, que, para o autor, o hipertexto é mais um gênero textual emergente de reflexão no âmbito dos estudos do texto, uma vez que *as novas tecnologias não mudam os objetos, mas as nossas relações com eles* (2004, p.18). Tal afirmação é fundamentada no fato, considerado por ele incontestado, de que a Internet e todos os gêneros a ela ligados são eventos textuais fundamentalmente baseados na escrita, o que os coloca lado a lado com os demais gêneros provindos da cultura da escrita.

Além disso, o autor postula que os processadores de texto trazem a possibilidade de transformação da escrita em atividade diferente, mas que, se a relação com a escrita se altera,

a noção de textualidade não é alterada, o que contribui para que afirmemos a opacidade das definições e análises que a LT vem empreendendo sobre o hipertexto.

Analisando a prática da produção de sentidos no texto eletrônico, o autor enfatiza três aspectos relevantes:

- a) trata-se de uma dispersividade discursiva;
- b) o centro da coerência é o navegador;
- c) os links geram expectativas, são instrumentos interpretativos e não simples instrumentos neutros e estáticos;

Quanto ao primeiro aspecto, o autor aborda o fato de que há ou pode haver grande dificuldade de as pessoas produzirem sentido e coerência ao entrarem no labirinto hipertextual, uma vez que sua natureza é multiramificada. Apontamos que a noção de dispersividade que é mobilizada por Marcuschi é diferenciada da perspectiva da AD e, ademais, é carregada de teor negativo. Atentamos para que a dispersividade, de nosso ponto de vista teórico, é inerente ao texto eletrônico e não é fator de perda de legibilidade para o mesmo, mas, evidentemente, é marca da profusão de inovações que determinam a sociedade contemporânea, o homem que vive nela. A dispersão, hoje, é a possibilidade de tomar múltiplos caminhos, de não ser pautado por um sentido pleno e ilusório. Para Foucault (1969), autor em que a AD pauta sua noção de dispersividade, a busca incessante por uma linearidade determinadora sempre esteve baseada na sustentação de uma continuidade do pensamento, de uma homogeneização dos conhecimentos e dos homens que os produzem. Estar na dispersão é, com efeito, estar em constante fluxo de informação, é não recebê-la, mas produzi-la singularmente.

Quanto ao segundo aspecto, contraditório em relação ao primeiro, é salientado o fato de que, do ponto de vista da coerência textual, autor/leitor agem colaborativamente na produção de sentido e a coerência é o que ressalta dessa colaboração, não sendo fixada previamente no texto e nem intencionada como vigora em LT, de forma que o hipertexto, conforme sua explanação, não foi concebido para uma recepção completa, o que não exige uma relação completa prévia e prevista entre todos os elementos ou nós informacionais que podem ser interconectados. Marcuschi argumenta que o centro da coerência está no leitor, no entanto, o lugar de onde enuncia o faz reproduzir um discurso uniformizador. Isso está sugerido nos dois recortes que seguem e que se contradizem claramente:

- a) Indaga-se de onde vem a organicidade necessária ao texto e a perspectiva interpretativa, já que a coerência, na acepção aqui tomada, é uma perspectiva interpretativa e não uma propriedade textual. Uma das respostas, talvez a mais

radical e esclarecedora, mas também a mais vulnerável, sugere que, no hipertexto, o centro da coerência passa para o navegador, pois é com ele que está o mouse.

b) Fique desde logo claro que não se trata de dar o predomínio ao leitor, nem de dizer que ele é o responsável direto e único pelo sentido, mas que ele dirige os movimentos que conduzem à construção do sentido. De modo especial, trata-se de afirmar que a coerência não é uma propriedade estrutural do texto. É uma operação do indivíduo sobre o texto: uma perspectiva interpretativa (2000, p. 01) [grifo nosso].

Do primeiro recorte emana a crença no sentido como construção do leitor, o qual carrega o texto com suas perspectivas, o que de fato, potencializa o texto como uma multiplicidade de sentidos. Não se trata da falta de sentido pela dispersividade negativa, mas justamente, da natureza plural dos significantes dispostos na tela. Por outro lado, o segundo recorte, retirado do mesmo texto, contradiz o anterior, dado que Marcuschi insiste em não permitir um sentido que se faz no momento único da leitura, mas em um sentido que está lá, no texto. Ao leitor cabe, sob essa ótica, amarrar os pontos deixados pelo autor, cabe achar o sentido do texto. Fica claro que ao colocar a coerência do texto nas mãos do leitor, o autor está retomando um conceito de coerência e de interpretação muito restritos ainda e, sobretudo, um conceito de sujeito ideal, centro e fonte do sentido.

Note-se que há dificuldade em aceitar certas peculiaridades acerca do funcionamento do hipertexto em relação ao texto impresso e linear, uma vez que *o problema maior não está na volatilidade nem na virtualidade e sim na não-linearidade, não continuidade, não centralidade e, de modo especial, na possibilidade de interferência do leitor-navegador* (2000, p. 5).

O autor aponta como problemas do texto digital justamente o que a ele é inerente, pois contempla a não-linearidade, a não continuidade, a não centralidade como fatores que desestabilizam a noção de textualidade e respalda um discurso homogeneizador e uniformizador que atenta para a centralidade totalizante, para a linearidade suturadora dos sentidos. Além disso, aponta a interferência do leitor-navegador como problemática. Converte com isso, ainda, o fato de que Marcuschi desconsidera o texto eletrônico e suas peculiaridades como uma nova possibilidade de pensar a relação texto-autor-leitor.

Ademais, Marcuschi não leva em consideração que essa “problemática interferência” do leitor ocorre em qualquer suporte textual, mas estabelecendo relações diferenciadas e seria esse o fato para o qual ele teria de atentar com mais ênfase. A diferença cabal que o texto digital traz reside na concepção de escritura passa a estar atrelada à leitura, já que toda leitura em hipertexto é uma (re)escritura em potencial. Isso justifica o princípio da metamorfose

como essencial para o entendimento do texto eletrônico. Além disso, a materialidade de um hipertexto é virtual, só existe texto a partir da linkagem, da atualização constante.

O terceiro aspecto ressalta que há uma coesividade de longo alcance na estrutura hipertextual e que, certos aspectos envolvidos nas relações coesivas ou projeções dêiticas não podem ser tratados do mesmo modo que em textos impressos. Entretanto, o autor imprime valor anafórico (centrado na endoforia) aos hiperlinks, centrando-se principalmente em questões da ordem da continuidade tópica e temática e na noção de unidade coerente.

É destacada, ainda, dificuldade de definir fronteiras entre textos e hipertextos, uma vez que, em muitos aspectos, como a não-linearidade, ambos apresentam semelhanças. Tal dificuldade está baseada no fator textualidade que, para ele, não pode gerar dicotomia, dado que *Certamente não vamos ter uma posição dicotômica no que toca ao problema da textualidade como tal* (2000, p.7), uma vez que, em posição compartilhada com Koch, trata-se sempre de textos, pois *dizer isto não é afirmar algo específico do hipertexto e sim algo que vale para todo e qualquer texto* (2000, p.1).

Note-se que, por estas definições, os hiperlinks emergem no contexto dos estudos do texto, como instâncias pouco definidas, ainda opacas quanto a sua real função na estrutura hipertextual e seu papel no processamento da leitura. Até este ponto podemos notar que há funções básicas para os hiperlinks: enquanto operadores de coesão que oscilam entre uma perspectiva intralingüística puramente textual (dêiticos–catafóricos, anafóricos, projetores dêiticos) e outra discursiva (dêiticos – exofóricos, dêiticos – objetos de discurso).

Para Marcuschi, assim como para Koch e Xavier o hipertexto compartilha dos mesmos padrões de textualidade do texto “clássico”, dado que, do lugar de onde enunciam, um lugar epistemológico da uniformização, prever novos padrões de textualidade para o texto eletrônico, seria subverter o discurso já instituído da lingüística. A afirmação inicial de Marcuschi acerca da necessidade de rever padrões já instituídos de textualidade para este novo texto que emerge, e sua involução quanto a essa afirmação, vem a corroborar a noção de que, para a LT, o caminho mais produtivo e menos desestabilizador de suas bases é o encaixe do texto eletrônico em seus princípios teóricos. Para tanto, Marcuschi esquece de sua afirmação inicial acerca da necessidade de rever padrões de textualidade.

Recorremos a Burbules (1998) para destacar que as características mobilizadas pelos autores citados acima afimde aproximar texto impresso e texto eletrônico são baseadas em aspectos óbvios e que, aparentemente, podem fazer com que ambos convirjam em determinados pontos. No entanto, há diferenças fundamentais e que embasam nosso ceticismo em relação a tais aproximações. Compilamos algumas das definições desse autor:

- a) A página impressa é altamente seletiva (essa seletividade, no entanto, já vem pré-determinada) na forma de leitura de notas, de consulta a outros livros remetidos pela página, a identificação de fontes e assim por diante. Muitas dessas coisas só podem ser feitas saindo do livro [...] já o computador permite que entremos na WEB, visitemos as bibliotecas virtuais, que se sobreponha à página em leitura uma obra qualquer ou até mesmo uma biblioteca inteira. Há uma sobreposição de textos que permite uma conexão rizomática, em que se um ponto do caminho for desconectado, a rede não se desfaz;
- b) Pode-se dizer que a página impressa é exclusiva mandando ler “este ou este ou este...” texto e não permitindo somá-los; já o hipertexto seria mais inclusivo no sistema “e...e...e...e”. A questão de ser um texto inclusivo dá ao hipertexto seu caráter mais saliente de dispersão radical. Isso pode criar uma ilusão centrífuga e desviar com facilidade para muitos caminhos sem que isso consista na desconstrução do percurso, dado o fato de que se pode sempre voltar aos textos anteriores e retomar o percurso;
- c) A forma de organização do hipertexto não é hierárquica nem linear no sentido em que a organização do texto impresso o é. O protótipo da escrita impressa seria a noção de silogismo, ao passo que para a construção hipertextual seria o rizoma, isto é, um crescimento pelo enraizamento e pelas bifurcações;
- d) A maneira de o hipertexto organizar a informação é o *bricolage* e a justaposição numa perspectiva flexível, ou seja, sem uma relação de natureza lógica ou outra que lhe pareça evidente ou imediata. Em conseqüência pode-se esperar também uma fragmentação do conteúdo;

Com base no exposto, não cabe mencionar a questão de que métodos ou modelos de estudos dos textos podem ou não ser utilizados, essa seria uma interpretação superficial do problema aqui proposto. Cabe sim pensar no tipo de objeto que diferencia a Linguística Textual de uma chamada *Linguística Hipertextual*, de forma que a passagem do texto ao *hiper*, sugere a passagem de um objeto cujo tratamento busca a unilateralidade e homogeneidade para um objeto constituído pela heterogeneidade, pela pluralidade. Seria aceder a um domínio de compreensão da textualidade que permite uma passagem tensa de determinadas questões que acompanham os estudos do texto impresso para outras questões que incidem sobre interrogações que buscam o rompimento com uma linearidade fundante da

concepção de textualidade, rompimento com uma centralidade definidora do leitor, do sentido e da língua.

Apontamos, portanto, que esse rompimento não ocorreu no âmbito dos estudos do texto. Trazemos com Fávero e Koch (2002, p.18) uma definição do objeto de estudo da lingüística textual que esclarece o principal aspecto que diferencia o texto do hipertexto quando estas autoras dizem que *de maneira geral a lingüística textual trabalha com textos delimitados, cujo início e cujo final são determinados de um modo mais ou menos explícito*. Esta é uma das principais fronteiras entre ambos.

Nos estudos do texto vemos um movimento de alternância entre a abertura e o fechamento: abertura na concepção de produção de sentidos e fechamento na ilusão de um possível sentido unívoco e pré-determinado, monosemântico como mencionado anteriormente. Contudo esse movimento que poderia ser o de uma dialética que contribuiria para o alargamento da própria noção de texto, sempre volta para seu fechamento, pelo medo dos caminhos ‘tortuosos’ do sem sentido.

Não estamos pretendendo estabelecer uma polaridade entre texto e hipertexto, mas ressaltar que a concepção de textualidade de que partimos deve colocar em evidência que o texto, independente do suporte em que esteja materializado, não transmite uma informação unidirecional e neutra, e muito menos parte da intenção de um sujeito idealizado e centralizador de um dizer higienizado de toda a realidade.

Este ponto nos fornece a ocasião de precisar o que nos conduziu diretamente à escolha do tema e do aporte teórico e aquilo que justifica a convergência entre hipertexto e Análise de Discurso Francesa, pois o quadro teórico abordado até então e as críticas que sobre ele incidimos partem do lugar dos estudos discursivos, do lugar em que o sentido é circunscrito pela exterioridade, sendo da ordem do fazer e não do contemplar.

Este movimento contemplativo sobre o texto vem, pelo viés da transparência, disciplinar e normatizar a subjetividade, destacando que *essa relação transparente nos funcionamentos discursivos que, apagando tudo o que, do exterior, poderia levá-lo a exercer esse discurso, tendem a fazer do sujeito a fonte de seu discurso* (HAROCHE, 1992, p.26). Trata-se, antes de mais nada, do que, em AD, chama-se de autonomia aparente, que faz com que o sujeito acredite estar na fonte dos sentidos, ao passo em que está definitivamente assujeitado. A presença do sujeito é minimizada, controlada, contestada, para dar vazão a uma certa ideologia que prima pela clareza e transparência.

Essencialmente, o percurso de estudos que buscam a monosemantização e a linearidade do texto produz um ideal de texto exterior à subjetividade, ideal de completude, de clareza. A mobilização de mecanismos gramaticais faz com que estejam os autores citados

num espaço de enunciação conduzido ainda por uma ideologia individualizante e cristalizadora dos sentidos e de quem os produz. Essa cristalização não passa de efeito do longo trabalho de cerceamento do pensar livre, pois a ciência, tal como fundada no século XX, abriu um caminho de coerções limitadoras do pensamento. O conhecimento e sua produção pautam-se por essa limitação e regulação constantes tendencialmente voltados para o equilíbrio e para o não questionamento, entendendo equilíbrio como limitação de tudo o que possa produzir a ambigüidade. Assim, os mecanismos coesivos, tal como fundados para orientação e delimitação do espaço textual são funcionamentos gramaticais coercitivos que impõem uma regularidade e que, por isso, limitam a ação subjetiva sobre a materialidade da língua. Essa coerção passa a uniformizar os espaços de enunciação. Ainda com Claudine Haroche (1992) abordamos a determinação que a normatização da linguagem produz:

O próprio conceito de determinação, que recobre a questão do sujeito e do sentido, se remete a uma ideologia da transparência, responde igualmente à exigência específica do discernível, própria a qualquer língua. Os mecanismos de individualização se inscrevem assim no postulado geral que subentende toda gramática: a exigência de clareza, de desambigüização, de determinação, de perfeita legibilidade. (1992, p. 22)

As considerações dos autores da LT acerca dos processos de leitura escrita em ambiente digital nos parecem, sem dúvida, estar alicerçadas nessa crença de que o sujeito tudo diz, de que os objetos de saber estão determinados por pontos de vista pré-definidos que em nada se modificam para entender os novos funcionamentos que a linguagem produz através das técnicas que surgem. A linguagem está alicerçada em técnicas que, ao passo em que a humanidade se transforma, produzem novos olhares. Pensar o novo, nesses termos, requer que se tenha em conta que, com ele, as maneiras de produzir conhecimento modificam-se substancialmente.

Em suma, notamos que todos os movimentos da LT sobre o texto digital estão cercados pelo fato de que se deve, antes de entender o verdadeiro papel da ambigüidade, da implicitude no texto, criar meios para delimitá-la, evitá-la. Esses estudos não procuram questionar os efeitos produzidos pela ambigüidade de um texto conectado, bifurcado, pela inserção do extra lingüístico no lingüístico, eles procuram, por um viés diametralmente oposto, o lugar-comum, o terreno firme da certeza que delimita

Esses movimentos delimitadores sobre o hipertexto estão ligados à delimitação também do indivíduo e do social, dado que, ao não serem levados em conta, tais fatores essenciais à significação, está-se negando a contradição, a implicitude, a deriva da significação para edificar uma concepção de transparência e da totalidade. São opostos assim: a) o sistema “ilusoriamente” fechado e perfeito do texto, ligado a um indivíduo senhor de seu

discurso conscientemente organizado e; b) o texto enquanto incompletude, enquanto devir, cujo sujeito não pode tudo dizer, pois não é senhor da língua. O sujeito diz, mas também é dito nas lacunas que seu texto deixa em aberto.

Reforçando o caráter linear do texto (e do discurso), conforme em *a* e repelindo as inserções subjetivas, a LT insere-se na ordem de edificação dos pressupostos que fundaram os estudos gramaticais. O texto, nesse sentido, deve ter limites definidos, portanto, deve coibir as manifestações dos implícitos e dos subentendidos através dos elos coesivos, que partem do fundamento de uma cadeia significativa interna ao texto e orientada pelo autor. O que está fundamentalmente baseado numa relação parafrástica.

Constata-se, assim, uma aparente dedicação a um trabalho formalista e estilístico, voltado às formas de articulação das partes do texto (tidas como segmentos), sem, contudo, atentar para a articulação dessas formas à exterioridade e para o fato de que as partes são recortes ligados a uma situação. Trata-se, a partir de nosso ponto de vista, de um trabalho ideológico sobre o que é texto, escritura e leitura. Vê-se que os autores analisados trabalham, com efeito, na idéia de monosemantização da língua e de sujeito como origem e fonte do sentido. O que instaura a necessidade de um discurso completo, transparente que cristaliza as possibilidades interpretativas. Ver o hipertexto dentro desta ceara é colocá-lo no mesmo campo de cerceamento do processo de interpretação. Manifestamente, os trabalhos se destinam, se inclinam para a sintaxe, para a fixidez da referência. A liberdade do sujeito está limitada pela restrição dos espaços de interpretação.

Elencadas as motivações deste capítulo, passaremos à perspectiva teórica que sustenta as bases desta dissertação.

2. PERCURSO EPISTEMOLÓGICO: EM DIREÇÃO À ANÁLISE DE DISCURSO FRANCESA

A lingüística no século XX instala-se como ciência através de seu encontro com princípios lógico-positivistas e do recorte de um objeto específico e delimitado para si: a língua. Esse movimento se deve ao corte saussuriano, datado de 1916, com a publicação póstuma do Curso de Lingüística Geral (CLG), no qual a língua é configurada como um objeto homogêneo, como um sistema de formas, o qual existe pelas relações internas que mobiliza. Esta concepção sistêmica de língua entra em polaridade com a concepção naturalista e organicista das teorias comparatistas do século XIX, instalando um significativo contraste entre uma lingüística histórica (diacrônica⁴⁴) e uma lingüística descritiva (sincrônica), vindo esta a corroborar com um novo modo de olhar para os objetos de pesquisa: o olhar do pesquisador volta-se para as estruturas. É creditado a Ferdinand de Saussure, portanto, o mérito de dotar a língua de autonomia e de vincular a ciência lingüística ao positivismo⁴⁵. Através da instauração de dicotomias (língua/fala; sincronia/diacronia; objetividade/subjetividade; paradigma/sintagma), o saussurianismo concedeu à língua o estatuto de “objeto de laboratório”.

Vê-se, desde então, um extraordinário desenvolvimento de uma lingüística denominada estrutural⁴⁶ que, incontestavelmente, circunscreve-se como um dos mais significativos fatos da história do pensamento científico do século XX, tendo como princípio a noção de que

uma estrutura é um conjunto de elementos entre os quais existem relações, de forma que toda modificação de um elemento ou de uma relação acarreta a modificação dos outros elementos e relações. A estrutura é a concretização de certas leis que procuram certo equilíbrio num conjunto que, na perspectiva em questão, pode ser considerado fechado (LEPAGNEUR, 1925, p. 4).

⁴⁴ Destacamos que a concepção de história com que as teorias comparatistas trabalhavam estava baseada na noção de cronologia temporal, de modo que a historicidade de que se trata em AD em muito difere do puro desenvolvimento cronológico.

⁴⁵ O termo positivismo tinha como principal objetivo defender uma ciência geral. A caracterização geral da ciência almejada pelos positivistas pretendia ser universal e a-histórica Universal, no sentido de ser igualmente aplicada a vários âmbitos e a-histórica no sentido de que deveria aplicar-se sem levar em conta processos de transição ou de transformação, baseando a existência da ciência na desnecessidade de uma história.

⁴⁶ A associação da língua a uma estrutura é fruto dos conceitos forjados no CLG, no entanto, os termos estruturalismo e estrutura não são mencionados no livro, no qual a idéia de estrutura está mencionada como “sistema”.

Assim, o estruturalismo, cujo critério básico era elidir o que representasse empecilho para o alcance de conhecimentos estritamente objetivos, alavancou pesquisas no domínio das ciências humanas e sociais, dando lugar a uma maneira formalista de ver os objetos de estudo. À subjetividade foi dado caráter metafísico.

Segundo Françoise Gadet, em prefácio à edição brasileira de *A língua Inatingível* (GADET e PÊCHEUX, 2004⁴⁷), o formalismo ocupou um lugar de hegemonia na ciência lingüística, pois em seu nome se autorizou o desinteresse das ciências da linguagem pelos seres falantes (suas produções, suas falas, seus textos, seus discursos).

Por esse viés, a lingüística incorre num artificialismo de extremos, delimitando-se por fronteiras definidoras do que estava no âmbito do científico – o ideal de correção - e do que estava marginalizado, pois não científico – o incorreto. Em função desse movimento Gadet e Pêcheux (ibid, p. 20) criticam a lingüística por sua “ignorância” dado que *na verdade, eles* [os lingüistas] *não podem recusar a idéia de que uma ciência organiza sua autonomia em troca de um certo número de ignorâncias e recalques.*

Os caminhos do estruturalismo, nesse sentido, foram construídos com base em um mecanicismo, cujo legado abrange uma das piores faces da produção científica do século XX: o apagamento da memória pelo viés da universalização de uma língua lógica e desarticulada de sua face social. Instala-se na língua uma política da razão, um neopositivismo que marginaliza a linguagem natural, bem como fecha os olhos para as práticas de seu uso. Decorre daí, então, que, à mecanização da língua, estavam aliadas uma mecanização do sujeito e de seu fazer sentido.

Inevitavelmente, todo esse movimento de instauração de uma lógica que regula a linguagem natural e seus agentes supunha que o próprio ser da linguagem fosse de natureza lógica, pois o que fundamenta essa mecanização é a necessidade de divorciar a língua de sua expressão social. Numa obstinação em cercear o lugar do imprevisível, eliminam-se todos os pontos de deriva, todas as lacunas por onde possam se fazer presentes o equívoco e a opacidade, produzindo o que, segundo Pêcheux (2002 [1983⁴⁸]), convém chamar de *espaços discursivos logicamente estabilizados* em que *supõe-se que todo sujeito falante sabe o que fala, porque todo enunciado produzido nesses espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação: essas propriedades se inscrevem, transparentemente, em uma descrição adequada do universo.* (2002, p.31).

⁴⁷ Referimo-nos à data da publicação brasileira, no entanto o original data de 1981.

⁴⁸ Reportamos à data de publicação do original de “O Discurso: estrutura ou acontecimento”, no entanto a publicação usada para referência é a 3ª edição brasileira, datada de 2002.

Em contrapartida, no âmago do próprio movimento estruturalista, essa rede de pensamento estava começando a se romper em muitos pontos, pois foi sobre esse processo de exclusões que outras maneiras de pensar a língua, em sua relação com o sujeito e com o mundo, começaram a emergir. Foram questionados os lugares marginais em que foram colocados o sujeito, o sentido e a realidade. Assim, as verdades de laboratório foram desestabilizadas e os estudos da linguagem encontraram um novo percurso, em que vários caminhos foram abertos em nome das exclusões operadas pelo CLG.

Revelaram-se, nesse contexto, dois modos de relacionar a língua com o real, cujas bases contrastam substancialmente: há aqueles para quem a questão está em encerrar a língua em um quadro de regras autônomo e auto-regulável. Sua prática consiste em descrever o funcionamento das formas, em detrimento do processo como essas formas produzem significação. Nesse aspecto, o conceito de valor toma um delineamento muito direto e “politicamente eficaz”, recobrando a noção de sentido. O real da língua, nesses termos, consiste numa ordem interna, que relaciona formas e as coloca em oposição. Segundo Gadet e Pêcheux (2004, p. 30) *Para os que sustentam que a língua trabalha com a existência de uma ordem própria, o real da língua reside naquilo que nela faz. Um, a assegura no Mesmo e no Idêntico e a opõe a tudo o que da linguagem cai para fora dela...*

Por outro lado, há aqueles que se colocam em um lugar exterior ao fazer científico positivo, pois preocupados em restaurar o lugar do sujeito como agente das práticas de uso da língua⁴⁹. Estamos, neste segundo domínio, diante de uma concepção de linguagem pensada a partir de uma relação constitutiva com a exterioridade. A lingüística do enunciado começa a abrir espaço para a enunciação e suas marcas. Partiu-se para uma fase em que não bastava pensar a língua apenas no nível do intradiscurso⁵⁰, era preciso, sobretudo, redimensioná-la em sua relação com os sujeitos.

O que até então se colocou reflete a existência de dois pólos para a compreensão dos estudos da linguagem no século XX: o pólo de concepções que buscam a definição de língua pela perspectiva da unidade, a fim de dominar o corpo do pensamento, através de uma noção ideal, imaginária; e aquele que, de outro ponto de vista, subsume uma não unicidade da língua, primando pelo estudo da linguagem em sua complexidade, em uso.

Gadet e Pêcheux confirmam essa polaridade:

⁴⁹ Fazemos referências aos estudos enunciativos que buscaram restaurar a subjetividade nos estudos da linguagem.

⁵⁰ Intradiscurso, segundo courtine (1982), é a materialidade lingüística pela qual se realiza a sequencialização, a sintagmatização do discurso em língua. Isso subsume que se tem por intradiscurso o fio do discurso, o efeito de linearização. Isso ficará melhor explicitado adiante.

as ideologias da Ciência como escrita lógico-matemática retomam por sua conta essa determinação jurídica, fazendo da ciência uma máquina lógica. A noção de língua lógica como plano do real garante, assim, a coesão do positivismo da ciência com a prática do direito e surge no âmago da questão lingüística pela idéia de axiomatização. Fixar no início convenções arbitrárias necessárias aos símbolos e às regras, depois colocar a máquina para funcionar: assim materializar-se-ia um tribunal lingüístico pronto para legitimar a validade das expressões (2004, p.42).

Entre essas correntes desenvolveu-se a chamada Análise de Discurso Francesa, cuja especificidade, entre as teorias do discurso, está na perspectiva materialista-histórica de analisar a linguagem. Seu trabalho transborda para além de uma descrição, emergindo da necessidade de análise das línguas naturais com todas as possibilidades de acesso ao real do homem e ao real da história. Incide-se sobre as marcas que o cotidiano inscreve nas práticas de linguagem, buscando o espaço do sujeito como protagonista da história e da língua, ou seja, busca-se a compreensão de tudo o que não pode ser apreendido por uma ordem lógico-matemática.

2.1 Análise de Discurso: Em busca do caráter material do sentido

Invocando um ponto de vista materialista-histórico sobre as práticas de uso da linguagem, a Análise de Discurso (AD) começa a ser delineada no cenário científico, histórico e político francês, da década de 1960, a partir da necessidade em (re)elaborar questões concernentes à problematização do lugar anti-materialista e anti-dialético que a positividade conferiu aos estudos da linguagem. Para os analistas de discurso a necessidade de considerar um novo objeto, o qual congregasse a materialidade lingüística às materialidades histórica e social, emergia como um movimento de recusa à busca dos formalistas por uma língua perfeita (*língua de madeira*). A AD, portanto, pautou um posicionamento teórico e analítico contrário às tendências conteudistas, tomando um objeto que, diferentemente da língua e do texto, objetos “clássicos” da lingüística, coloca-se em relação com uma filosofia materialista-histórica. Nesses termos, esta disciplina toma a língua em seu funcionamento na produção do discurso, o que possibilita observar que, para significar, ela mantém estreitas relações com o histórico e com o social. É dessa aspiração materialista que a noção de discurso⁵¹ toma uma feição particular na década de 60: ele é concebido como processo das práticas de linguagem

⁵¹ O conceito de discurso foi desenvolvido, no século XX, sob vários domínios teóricos que buscavam a entrada em cena do sujeito elidido dos estudos lingüísticos. A partir disso surgem as Teorias do Texto e do Discurso cujo foco central estava em questões de enunciação e pragmática. Para tanto, temos que ter em conta que sob o termo Teorias do Texto e do Discurso estão resguardadas todas as correntes de estudos lingüísticos que procuraram de alguma forma voltar seu olhar para o sujeito e suas práticas de uso da língua, mas com bases teóricas diferenciadas.

em uma formação social dada. No interior desse horizonte, o sentido passa a ser *efeito*, relativo ao lugar e ao momento em que os enunciados são (re) produzidos⁵². Isso aponta para uma nova forma de ver a relação sujeito-significação em que a produção de sentido é um processo que se realiza na prática discursiva. Orlandi fundamenta esta questão:

Do ponto de vista da significação, não há relação direta do homem com o mundo, ou melhor, a relação do homem com o pensamento, com a linguagem e com o mundo não é direta assim como a relação entre linguagem e pensamento, e linguagem e mundo tem também suas mediações. Daí a necessidade da noção de discurso para pensar essas relações mediadas. (2004, p. 12)

A instauração da Teoria do Discurso de Pêcheux ocorreu em 1969, com a publicação de *Análise Automática do Discurso* (AAD69) e lançou as bases de uma teoria do discurso, aportando-a na relação inerente entre um estado dado das condições de produção com os processos de produção do discurso, o que reflete, especialmente, a inscrição do sujeito e da língua num processo histórico. No entanto, mesmo que o gesto fundador da Análise de Discurso tenha sido a publicação de AAD69⁵³, foi com dois textos datados de 1975 que Michel Pêcheux instaurou sua teoria em bases mais sólidas. Num trabalho de (re)avaliação do projeto de 1969, foram publicados dois textos edificantes. Em parceria com Catherine Fuchs, na revista *Langage*, foi publicado o artigo “A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas”, com o qual se delimitam, com mais precisão, os campos teóricos que constituem a AD, tal como falaremos adiante; e, respectivamente, foi publicado o livro “Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio”⁵⁴, assinado por Pêcheux. É preciso observar que, mesmo suscitando reconsiderações, reavaliações, e sempre pautada por um movimento de reconstruções e reformulações que dataram de 1969 a 1983, a teoria do

⁵² Ao reportarmos aos conceitos de produção/reprodução estamos fazendo referência ao fato de que, em AD, o sujeito não é fonte dos sentidos, estes existem e são produzidos com referência a uma rede de formulação já existente, oriunda de uma intrincação entre formações ideológicas, interdiscurso e formações discursivas que determinam os ditos em referência sempre a já-ditos, a discursos já instituídos. Tais conceitos encontrarão formulação adequada no decorrer do trabalho.

⁵³ Destacamos que, segundo Denise Maldidier, a AD surgiu de uma dupla fundação. Da pena de dois estudiosos da época. Nos domínios da lingüística estava Jean Dubois e nos domínios da filosofia Michel Pêcheux. Para a autora, em “Elementos para uma história da análise de discurso na França”, “o terreno, a situação, as preocupações os distinguem. J. Dubois e M. Pêcheux, entretanto, são tomados em um espaço comum: aquele do marxismo e da política. Na contramão das idéias dominantes, eles partilham as mesmas evidências sobre a luta de classes, sobre a história, sobre o movimento social” (1997, p.17). Maldidier destaca que Dubois coloca a AD no terreno dos estudos dos grandes textos políticos, elegendo o discurso como objeto específico da nova disciplina, ao passo que Pêcheux aborda a questão da leitura na contramão das práticas de explicação de textos. No entanto, há que se levar em conta que havia um hiato entre os propósitos de ambos autores, dado que para Dubois a AD era pensada num continuum, em que as análises passariam do terreno das palavras para o dos enunciados, levando em consideração a relação da lingüística com o domínio sociológico e psicológico. Para Pêcheux, o objetivo teórico incidia sobre um corte epistemológico em que a questão do discurso se articulava com questões do sujeito e da ideologia, buscando uma interpretação althusseriana do materialismo histórico.

⁵⁴ O título mencionado refere à publicação brasileira. A edição original, publicada em língua francesa é datada de 1975.

discurso inaugurada por Michel Pêcheux manteve o que lhe é essencial: a negação de uma teoria da unicidade do sujeito e do sentido, desfigurados de sua face social-histórica.

Assim, o traço característico da AD é a negação de duas evidências elementares nos estudos da linguagem e nos estudos psicossociológicos: *a evidência do sujeito* e *a evidência do sentido*. Esta disciplina instaura-se num espaço de tensão entre a ordem da língua e outras áreas do conhecimento, promovendo uma interlocução há muito necessária entre o campo dos estudos lingüísticos e as ciências humanas e sociais. Essa relação levou Eni Orlandi a caracterizar a AD como uma disciplina de entremeio, justamente, pela restauração de um movimento dialético entre os estudos da linguagem e seus exteriores, pois ela

produz um outro lugar de conhecimento com sua especificidade. Não é mera aplicação da lingüística sobre as ciências sociais e vice-versa. A AD se forma no lugar em que a linguagem tem de ser referida necessariamente à sua exterioridade, para que se apreenda seu funcionamento, enquanto processo significativo. (1996, p.24)

Assim, é chegado o momento de a lingüística encontrar-se com seus excluídos e de as ciências humanas e sociais saírem dos gabinetes. Nesse sentido, propondo a discursividade como uma ordem diferente da materialidade puramente lingüística, o discurso (diferentemente do que as teorias da enunciação e as pragmáticas vinham fazendo) é instaurado como ponto de encontro entre a língua e a ideologia. Para tanto, é proposta fundamental da AD o exame das condições de aparecimento do discurso que deve ser entendido como um processo determinado pela conjuntura sócio-histórica e ideológica que tem na língua a base de seu aparecimento. É, portanto, pela superfície da língua que o analista tem acesso à espessura do discurso, às relações do sujeito com o histórico e o ideológico.

Foram congregadas três regiões do saber para a formação do quadro epistemológico da AD:

1. “o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. a lingüística , como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação⁵⁵ ao mesmo tempo;
3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos;” (PÊCHEUX E FUCHS, 1997^a, p.164)

Ambos articulados com uma *teoria da subjetividade* (de natureza psicanalítica).

⁵⁵ Importa frisar que na primeira fase do projeto de Pêcheux, a AAD69, não havia menção à enunciação, dado que o autor fez uso do esquema comunicacional de Jakobson, substituindo o termo mensagem por efeitos de

A interlocução dessas três regiões está paramentada no fato de que o sujeito enunciador não é origem, de que o sentido não é conteúdo e de que a história não é contexto. Logo, a produção de sentidos, nos termos da AD, está ligada a um processo que relaciona língua-sujeito-história, envolvidos numa ordem ideológica. Essa relação, por parte do sujeito, ocorre de forma inconsciente, num processo de criação de evidências. A AD lança um olhar atento para o fato de que as práticas de linguagem estão sempre ancoradas em uma rede de relações anterior ao sujeito, que determina sua prática discursiva. Em vista disso, entenda-se que a prática discursiva distancia-se da mera mobilização do “código”, mas está situada num espaço relacional, dialético, em que o sujeito, ao enunciar, o faz de um lugar especificamente delineado histórica e ideologicamente.

Tem-se, com efeito, que é da prática discursiva que emerge a multiplicidade de sentidos sobre a língua. Cada sentido, nessa multiplicidade, produz-se de acordo com o lugar e o momento da prática discursiva. Assim, não há recobrimento de uma totalidade de sentidos possíveis, pois há sempre o impossível, o inesperado. Pêcheux pretendeu retomar o estatuto da polissemia como elemento fundamental para entender o sentido como um processo que jamais pode ser uno, a não ser em uma concepção abstrata e puramente teórica. Por certo, rompe-se com o formalismo predominante na ciência da linguagem, dado que *A língua não seria então um sistema dedutivo fechado ao abrigo de mal-entendidos, lacunas e excessos, mas comportaria em si a possibilidade de rupturas* (LEANDRO FERREIRA, 2000, p.10), o que quer dizer que há uma heterogeneidade que emana da própria estrutura e que desmistifica a busca por uma língua perfeita, pois as línguas naturais são, assim como os sujeitos que as mobilizam, historicamente mutáveis.

É esclarecedor, dessa forma, que para uma teoria do porte da teoria de Pêcheux os deslocamentos promovidos passam a ser entendidos como verdadeiros cortes de ordem epistemológica, dado que a AD propõe um rompimento fundamental com um real da língua cujos pressupostos estão na busca pela completude e pelo cerceamento. Os sentidos que emanam da mobilização da língua passam a ser vistos, na perspectiva da AD, como um trabalho social e simbólico, engendrados pela materialidade histórica e ideológica. Nesse sentido, o espaço do dizível não é cerceado por margens e limites entre um interior e um exterior, antes, ambos são constitutivamente clivados um pelo outro, complementares, produzindo um efeito de abertura para o não-dito, o silenciado, o imprevisível que a circunscrevem.

sentido entre sujeitos A e B. Somente na reavaliação da teoria, em 1975, é que a enunciação foi levada em conta como princípio pertinente para a continuidade e o aprimoramento da teoria do discurso.

O cerne da análise de discurso é o fato considerável de que o equívoco e o irrealizado não são defeitos, mas provas de que o sentido é trabalhado pelo sujeito e que este, ao mesmo tempo, é trabalhado pelos sentidos. O que essa circularidade (dialética) remete é ao fato de que as concepções da AD produzem como central uma desestabilização das evidências fundadoras da lingüística, abre-se o caminho para aceder ao real que emerge por um outro viés, que não é de caráter ontológico, fenomenológico ou estrutural, mas um real constitutivo, que não margeia para delimitar, mas que fundamenta. A teoria do discurso, nesses termos, busca um real da língua⁵⁶. *constitivamente estranho à univocidade lógica, e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos* (PÊCHEUX, 2002, p.43).

Para atender aos propósitos lançados neste trabalho, importa direcionarmos nosso olhar especificamente para o fato de que essa disciplina de entremeio faz frente, entre outras questões, fundamentalmente

- a) à interpretação formalista dos mecanismos lingüístico-discursivos do encaixe que promove uma cristalização das formas significantes;
- b) ao efeito ideológico ‘sujeito’, pelo qual a subjetividade aparece como fonte, origem, ponto de partida ou ponto de aplicação;

Torna-se claro, para tanto, que o discurso, em AD, constitui-se numa rede complexa de relações com uma memória historicamente constituída, a qual representa um domínio de saber, de onde emanam dizeres que fazem eco no dizer do sujeito. Isso implica que o sentido nunca é o mesmo, ainda que a língua seja a mesma. Segundo Courtine (1982, p.10): *O discursivo materializa o contato entre a ideologia e a lingüística ou representa no interior da língua os efeitos das contradições ideológicas ou inversamente ele manifesta a existência da materialidade lingüística no interior da ideologia.*

Para tratar dos processos de constituição de sentido no texto digital, enquanto efeito de um processo discursivo, e sem a pretensão de recobrir a totalidade e a completude teórica das noções integrantes da AD, nos deteremos em explicitar apenas as noções que julgamos imprescindíveis à nossa investigação. Elencaremos, para tanto, a constituição do sujeito e do sentido em AD; a passagem da noção de contexto ao conceito de condições de produção e que

⁵⁶ Esclarecendo a discussão empreendida na seção precedente, temos uma noção de real da língua em AD oriunda das formulações de Jean-Claude Milner no livro “O amor da língua”, publicado originalmente em 1969. Milner lança as bases para o entendimento de uma língua sujeita a falhas e equívocos, sendo seu real justamente a incompletude. Michel Pêcheux faz uso do conceito de Milner associando-o à história, elidida das formulações originais deste autor.

a AD traz para a noção de texto e textualidade. Encontram-se diluídos nessas abordagens outros conceitos fundamentais para a análise do corpus.

2.1.1 De que sujeito a AD trata? Sobre a interpelação, FD e funcionamento da posição-sujeito

Em vista das reflexões que precedem, temos que, em AD, a materialidade da língua é conjugada à materialidade da história e à ideologia. Este é um imbricamento que determina as práticas enunciativas como práticas eminentemente sociais. O sujeito enunciador, tido como efeito dos processos sociais, não é senhor da língua e conseqüentemente não é origem do sentido. A AD faz frente, portanto, a todas as concepções que primam por uma idéia individualista de constituição de sentidos. Michel Pêcheux, como teórico de formação marxista-leninista, visava, na conjugação entre a ciência da linguagem e as ciências humanas e sociais, a problematizar o fato de que a fragmentação instaurada pelo paradigma positivista não dava conta da linguagem em sua complexidade, pois junto com a fragmentação disciplinar, o sujeito antropológico e o sujeito sociológico separavam-se do sujeito de linguagem.

Com base nisso, a teorização sobre o discursivo pauta-se no sujeito da enunciação em suas relações com a história (formações sociais) e com a ideologia (representações), pois parte da evidência fundamental de que o trabalho da história e da linguagem ocorre através de um sujeito que não recebe e manipula a língua, mas que faz sentido no/pelo simbólico. Tal fato coloca a questão da enunciação numa perspectiva em que o sujeito se posiciona sempre em relação a uma rede de representações, determinada social e ideologicamente.

As reflexões acerca do estatuto do sujeito na AD partem fundamentalmente da ligação aos estudos althusserianos. É de Althusser (1969⁵⁷) que a AD traz a noção de um sujeito que se situa como tal pelo movimento de interpelação ideológica. Foi neste autor que a AD encontrou uma de suas teses fundamentais de que “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos”. Isso reflete o fato incontestado de que o sujeito é constituído ideologicamente e que suas práticas são determinadas por esse processo de interpelação-assujeitamento⁵⁸. Esse

⁵⁷ Referimo-nos à edição original em francês. No entanto, o livro de referência é a edição brasileira datada de 2001.

⁵⁸ Althusser (2001[1969]) desenvolve sua teoria acerca das ideologias retirando-as do campo das idéias e instaurando-as como práticas que determinam as relações de produção/reprodução em sociedade. Para tanto, o autor mobiliza o conceito de AIE (Aparelhos Ideológicos de Estado) que implica na existência de instituições que regulam a reprodução das relações de produção. Assim como existem os AIE, Althusser busca no conceito de ARE (Aparelhos Repressores de Estado) a noção de que existem determinadas instituições que não regulam as relações de produção tão mascaradamente como os AIE, mas de forma opressiva. Pêcheux, por sua vez, busca o entendimento de que não há apenas reprodução nas relações engendradas pela ideologia, mas que no interior dos próprios AIE existe a contradição e a transformação. Essas condições contraditórias são constituídas em um

processo de interpelação não é claro para o sujeito, pois, segundo Althusser, o papel da ideologia é criar evidências. É nesse ponto fundamental que está contida a noção de inconsciente, dado que o sujeito não acede à sua interpelação, a qual opera inconscientemente. A noção de evidência é crucial nas relações do indivíduo em sociedade, dado que este indivíduo torna-se sujeito a partir do processo de sujeição que o coloca como ser de práticas, crenças, rituais materializadores da ideologia que o interpelou. Nas palavras do autor:

Diremos, portanto, considerando um sujeito (tal indivíduo), que a existência das idéias de sua crença é material, pois suas idéias são seus atos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por rituais materiais, eles mesmos definidos pelo aparelho ideológico material de onde provêm as idéias do dito sujeito.” (ALTHUSSER, 2001, p. 92⁵⁹).

Isso atesta que o discurso se articula sobre o que não está no dito, mas sobre aquilo que fala através dele, que o atravessa impondo uma rede de sentidos ancorada nas materialidades histórica e lingüística. Em parceria com Malidier e Normand, Robin acentua esse fato quando dizem que *As ideologias não ‘flutuam’ no céu das idéias, são práticas inscritas em realidades materiais, em instituições, em aparelhos, alguns servindo mais que outros aos mecanismos da reprodução do assujeitamento ideológico (1997, p.86).*

Ao tratar das evidências “elementares” do sujeito e do sentido, Pêcheux colocou em conexão o sujeito da ideologia e o sujeito da linguagem como uma única e mesma categoria, já que *toda ideologia tem por função (é o que a define) ‘constituir’ indivíduos concretos em sujeitos (2001, p. 93).* Assim, se um sujeito só o é por e para uma ideologia, não há como separar categorias de sujeito sem levar em conta sua relação com as práticas. Também segundo a posição de Althusser:

Segue-se que, tanto para vocês como para mim, a categoria de sujeito é uma ‘evidência’ primeira (as evidências são sempre primeiras) [...] Como todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma palavra ‘designa uma coisa’ ou ‘possua um significado’ (portanto inclusive as evidências da ‘transparência’ da linguagem), *a evidência de que vocês e eu somos sujeitos é um efeito ideológico elementar.* Este é aliás o efeito característico da ideologia – impor (sem parecer fazê-lo, uma vez que se tratam de ‘evidências’) as evidências como evidências, que não podemos deixar de reconhecer e diante das quais, inevitável e naturalmente, exclamamos (em voz alta, ou no ‘silêncio da consciência’): ‘é evidente! é exatamente isso! é verdade!’ (2001, p. 95).

momento histórico e em uma dada formação social e são afetadas por relações de contradição – desigualdade – subordinação entre seus elementos que constituem o pivô da luta ideológica de classes.

⁵⁹ Tomamos como referência a 8ª edição brasileira de “Aparelhos Ideológicos de Estado”, cujo original data de 1969.

A referência de Pêcheux a Althusser reflete o fato de que o sujeito (efeito ideológico) ocupa determinados lugares numa formação social devido ao processo de interpelação ideológica, que tem no discurso sua materialidade específica. Essa relação circular entre ideologia – discurso – sujeito é intrínseca, pois conforme Althusser (2001:93) *só há prática através de e sob uma ideologia*” e *“só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito*, não excluindo o fato de que o sujeito é sempre sujeito de práticas.

Em consonância com isso é que Pêcheux caracteriza o conceito de ideologia não como um exterior que se projeta na materialidade que lhe dá suporte (língua), mas como um funcionamento signifiante, que impõe conteúdos às formas da língua, fazendo com que esta funcione, subjetivando os indivíduos enunciativos de acordo com lugares de identificação ideológica. Para a AD, portanto, articular as práticas de linguagem às determinações sócio-ideológicas, está para além da contextualização da enunciação, está no fato incontestado de que o social e o ideológico governam os discursos, imputando-lhes significação.

Com Robin (1973) concordamos quanto à existência de traços fundamentais de uma ideologia:

“As ideologias não são arbitrárias, mas, orgânicas, historicamente necessárias. Elas organizam as massas humanas; formam o terreno em que os homens se movem e adquirem consciência de sua posição[...];

As ideologias têm uma função específica numa formação social. De uma maneira geral nas sociedades de classe (...) elas ocultam, deslocam as contradições reais da sociedade [...];

[...] a ideologia tem uma existência material” (1973, p. 114-115 – grifos nossos).

Na busca de um dispositivo analítico para o funcionamento do ideológico na língua, Pêcheux forjou conceitos que estabelecem a relação entre a ideologia e as formas de sua materialização em discurso. Devemos ter em conta, portanto, a relação entre o que se convencionou chamar Interdiscurso – Formações Ideológicas (FI) – Formações discursivas (FD).

Intrincadas no Interdiscurso⁶⁰ (o todo complexo com dominante das FDs) as FI separam-se segundo sua especificidade, determinando, regionalizando cada FD⁶¹. Toda FD

⁶⁰ O interdiscurso corresponde a uma memória do dizer. Estando fora da FD, trata-se do lugar onde se constituem os objetos do saber, os enunciados que as FD recortam em seus domínios. É no interdiscurso que os sujeitos têm disponíveis dizeres, já-ditos que compõem sua enunciação. O interdiscurso é o lugar em que todo o já-dito permanece latente para atualizar-se no discurso de cada sujeito, em sua posição no interior de cada FD específica.

⁶¹ As FI constituem um complexo conjunto de representações que remetem a lugares (posições) diferentes. Elas produzem formações imaginárias (representações) que atribuem lugares, papéis ideologicamente marcados para os sujeitos.

dissimula essa imbricação, produzindo para o sujeito uma ilusão de transparência do sentido que nela se forma. Esse mascaramento é que permite ao sujeito pensar-se fonte do sentido e manipulador de seu discurso. Para tanto, o sujeito identificado a uma FD encontra sua posição enunciativa. Pêcheux e Fuchs discorrem a respeito:

[...] o ponto da exterioridade relativa de uma formação ideológica em relação a uma formação discursiva se traduz no próprio interior desta formação discursiva: ela designa o efeito necessário de elementos ideológicos não-discursivos (representações, imagens ligadas a práticas etc.) numa determinada formação discursiva (1997, p. 168).

Para tanto, a FD⁶² tem o papel essencial de produzir uma identificação do indivíduo com os saberes que a constituem, saberes recortados segundo as FI que determinam esse espaço de enunciados possíveis. O sujeito, ao enunciar, de um lugar específico, sem perceber, está num lento processo de vinculação com os saberes de uma FD. Com efeito, e com base no que já explanamos, este é um trabalho lento e silencioso, apagado para o próprio sujeito, que enuncia de um lugar que julga próprio e singular. Pêcheux assim explica: [...] *os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos falantes (em sujeitos de seu discurso) por formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes* (Ibid, p. 214).

Courtine propõe, nesse sentido, proposições que articulam a relação de FD com FI. Para o autor (1981, p.34-35):

- a) A instância ideológica realiza, sob a forma de uma contradição desigual no interior dos aparelhos, uma combinação complexa de elementos sendo cada um deles uma FI. As FI possuem ao mesmo tempo um caráter ‘regional’ ou específico, e comportam as posições de classe;
- b) As FD são componentes interligadas das FI. Isso implica que as FD que constituem a mesma FI possam ser distinguidas umas das outras (em função, por exemplo, de sua ‘especialização’), mas sobretudo que as FD que dependem de FI antagônicas, aliadas... mantêm entre elas as relações contraditórias, que se inscrevem necessariamente dentro da materialidade mesma dessas FD, ou seja, dentro de sua materialidade lingüística;

⁶² Este conceito foi delineado a partir das formulações de Michel Foucault em “Arqueologia do Saber” (1969), buscando a noção de dispersão e de elo que liga os enunciados dispersos na história a uma regularidade. Foucault, segundo Courtine (1981, p. 33) *buscava interrogar as condições históricas e discursivas, dentro das quais se constituem os sistemas de saber*. A AD agrega este conceito a seu campo teórico reformulando alguns aspectos basilares para que se possibilite uma análise materialista (de bases históricas) dos processos de enunciação. No dizer de Courtine: “Pêcheux desenvolveu uma crítica marxista da conceitualização foucaultiana de discurso, do ponto de vista da categoria da contradição e concluiu sobre a necessidade ‘de uma apropriação do que o trabalho de Foucault contém de materialista’ (1981, p. 33).

c) É no interior de uma FD que se realiza o ‘assujeitamento’ do sujeito (ideológico) do discurso;

Assim, a FD constitui-se por uma ordem de retorno a um dizer anterior e latente que se projeta na enunciação de forma silenciosa. Está no conceito de FD, portanto, a noção de regularidade que define a enunciação, legitimando modos e lugares de dizer vinculados por características comuns. Pêcheux traz a FD como um espaço de legitimação do dizer para o sujeito, espaço de identificação a saberes que orientam os sentidos da enunciação:

Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito [...] (PÊCHEUX, 1997b, p. 160).

Não basta mencionarmos a existência de lugares de enunciação que são engendrados a condições específicas de produção de discursos, é preciso atentar para que, esses lugares, que determinam os processos de enunciação, estão vinculados a redes de significados que os sustentam e de onde emanam determinados sentidos. Conforme Pêcheux e Fuchs:

Queremos dizer que, para nós, a produção do sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre seqüências tais que a família parafrástica destas seqüências constitui o que se poderia chamar a ‘matriz do sentido’ [...] é a partir da relação no interior desta família que se constitui o sentido. (1997, p. 169).

Enunciar significa, nessa ordem, tomar lugar num domínio em que os saberes especializam-se e regionalizam-se de acordo com os recortes que a ideologia produz através da FI. A enunciação sai do lugar comum e se direciona ao entrecruzamento da língua com a ideologia e com a história, sendo a FD, portanto, uma referência (direcionada pelo ideológico) para os sentidos que nela circulam. Os sentidos se movimentam diferentemente, de acordo com as FD em que estão aportados, dado que a língua é a mesma, mas nós não somos indiferentes a ela⁶³, pois enunciamos de lugares diversos que direcionam nossa interpretação. Por isso, é salutar perceber que sujeito e sentido são efeitos e não fontes ou pontos de estagnação da linguagem.

Essa é a essência do assujeitamento: a interpelação ideológica cria a evidência de um sujeito único e fonte de todo sentido, autônomo. Essa evidência faz parte da necessidade de apagamento do processo de interpelação do sujeito ideológico, para que este “pense” que se encontra na origem do dizer. Nas palavras de Pêcheux *sob a evidência de que ‘eu sou*

⁶³ Reportamo-nos a uma referência que Michel Pêcheux (Semântica e Discurso, 1975) faz a Stalin.

realmente eu' (com meu nome, minha família, meus amigos, minhas lembranças, minhas 'idéias', minhas intenções e meus compromissos), há o processo da interpelação-identificação que produz o sujeito no lugar deixado vazio (1997b, p. 159).

No que concerne ao processo de assujeitamento faz-se necessário ressaltar ainda que ele não se dá diretamente na FD, ele passa por uma mediação da chamada forma-sujeito⁶⁴ que tem o papel fundamental de regular o dizer das diferentes posições-sujeito que nela convivem. Aí se concebe o sujeito, em AD, como efeito de uma identificação inconsciente, dado que para ele não há percepção de sua vinculação à forma-sujeito da FD. Courtine explicita essa relação ao dizer que o sujeito enunciador é, nessa perspectiva, produzido como um efeito das modalidades desta identificação, da qual emanam posições-sujeito.

Há que se constatar que as posições-sujeito desestabilizam a homogeneidade da forma-sujeito, visto que os sujeitos, ao se identificarem com a forma-sujeito de uma FD, o fazem de modos particulares, o que instaura diferentes posições-sujeito no interior de uma FD. Courtine lança mão da categoria da contradição e da heterogeneidade para retirar a FD da noção de pura repetibilidade⁶⁵.

É com Courtine que essa permeabilidade da FD toma contornos mais nítidos. O olhar deste teórico buscou uma FD heterogênea, híbrida, passível de contradição em seu interior:

[...]como uma unidade dividida, uma heterogeneidade em relação a si mesma: os limites de uma FD são fundamentalmente instáveis, ela não consiste num limite traçado de uma vez que separa para sempre um interior de um exterior do seu saber, mas se inscreve entre diversas FD como uma fronteira que se desloca em função dos desafios da luta ideológica (1982, p. 245).

Para Courtine, com efeito, a FD é porosa, híbrida e não se fecha, pois não faz fronteira entre interior e exterior, ela existe na relação desses dois elementos:

uma FD, não é 'um único discurso para todos', também não é 'para cada um o seu discurso', mas deve ser pensada como 'dois (ou vários) discursos em um único'. Duas modalidades diferentes de um mesmo esquecimento: o da contradição como princípio constitutivo de qualquer FD (1982, p. 245).

⁶⁴ Termo cunhado por Althusser e realocado para a AD a fim de designar um sujeito universal que representa, para o sujeito ideológico, a unidade com a qual se identifica. A forma-sujeito apresenta-se na AD como historicamente determinada. É ela que regula o dizer das diferentes posições-sujeito.

⁶⁵ Importa constatar que Pêcheux já vislumbrou em "Semântica e Discurso" (1975) a não homogeneidade da FD e da forma-sujeito. Para isso, elencou três categorias de relação das posições sujeito com a forma-sujeito: a plena identificação, a contra-identificação e a desidentificação.

Em vista disso, vemos que a unidade da forma-sujeito não passa de um efeito ilusório. Isso é constatado na imbricação de diferentes posições-sujeito relacionadas e ela. Encontramos em Indursky uma explanação clara acerca dessa relação:

O sujeito, ao relacionar-se com a forma-sujeito, pode assumir diferentes posições de sujeito, as quais vão desde a plena identificação com a forma-sujeito, refletindo o saber de sua formação discursiva, até divergir desse domínio de saber, aí introduzindo o diferente e o divergente. (1998, p. 116-117)

As posições de sujeito são posições interiores à formação discursiva e vinculadas à forma-sujeito. Trata-se de lugares sociais que se projetam no discurso. Esse conceito traz, na teoria do discurso, a necessidade de olhar para um sujeito que não é senhor dos sentidos, ele ocupa determinados lugares sociais de enunciação, vinculados à sua filiação ideológica. Conforme Indursky (1992):

Com a AD, a categoria de sujeito deixa de ser idealista, pois entende-se que esta categoria é interpelada ideologicamente e o sujeito, ao produzir seu discurso, o faz a partir de determinadas posições de sujeito, igualmente ideológicas. Essa visão “individualizada”, contudo, não transforma esse sujeito em uma figura que decide livremente seu discurso, pois trata-se de um sujeito socialmente constituído. No entanto, por não ter consciência de seu assujeitamento, mantém fortemente arraigada a ilusão de ser plenamente responsável por seu discurso. (p.17)

Assim, o caráter material dos sentidos é efeito do elo intrincado entre formações ideológicas, as quais regionalizam FD, como espaços de constituição de efeitos-sujeito, oriundos da relação estabelecida com a forma-sujeito. Essa materialidade do sentido é sempre mascarada, pois engendrada num jogo simbólico em que:

[...] o *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe ‘em si mesmo’, mas ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir essa tese dizendo: *as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às *formações ideológicas* nas quais essas posições se inscrevem. (PÊCHEUX, 1997b, p. 160)

Voltamos a destacar o funcionamento elementar da subjetivação em AD: trata-se do funcionamento inconsciente da interpelação. Dado que, segundo Pêcheux, há um traço comum entre o funcionamento ideológico e inconsciente: eles operam silenciosamente, *ocultando sua própria existência, produzindo uma rede de verdades ‘subjetivas’ evidentes em que o sujeito se constitui.* (1999, p. 148). Pensando nas formas de subjetivação, Michel

Pêcheux propôs os conceitos de esquecimento nº 1 e esquecimento nº 2 para dar conta do fato de que as evidências produzidas pela ideologia materializam-se tão naturalmente que o sujeito não se dá conta de dois movimentos incontestáveis quando mobiliza a língua: 1º) sua prática subjetiva de linguagem mantém relação intrínseca com o mecanismo de paráfrase, pois advém da ligação com uma FD na qual o sujeito seleciona um enunciado dizível. O sujeito, neste caso, está na zona da segunda modalidade de esquecimento; 2º) seu dizer está sempre clivado por sentidos que o pré-determinam, que existem antes dele sob a forma de pré-construídos. Logo, para o sujeito, é apagada essa determinação em seu dizer e tornada evidente a idéia de que está na fonte dos sentidos. Estamos no domínio do que Pêcheux propôs por esquecimento nº 1. Esse processo de esquecimento faz com que o sujeito não se dê conta de que ele mesmo é efeito (efeito-sujeito), de que os sentidos produzidos são efeitos relacionados a uma rede de enunciados já existentes e ligados por afinidade a uma família que compõe o que se convencionou chamar matriz de sentido. Ao selecionar enunciados no interior de uma FD, o sujeito não se dá conta de que há um processo de repetibilidade e determinação que

faz parte do mecanismo elementar da ideologia, que é a interpelação do indivíduo em sujeito, o apagamento dessa opacidade que é a inscrição da língua na história para que ela signifique: o sujeito tem de inserir seu dizer no repetível (interdiscurso, memória discursiva) para que seja interpretável. Esse é também um dos aspectos da incompletude e da abertura do simbólico: esse dizer que é uma coisa aberta, mas dentro da história. No efeito da transparência, o sentido aparece como estando lá, evidente (ORLANDI, 2001, p. 48).

Pensar a relação da língua, lugar em que os efeitos de sentido se realizam, com os processos discursivos, pressupõe, portanto, sair da linearidade lingüística dos textos, para ir ao encontro do lugar em que a língua é ordem e não organização, tal como postula Orlandi (1998), lugar em que ela é atravessada pelo efeito-sujeito, visto a partir da identificação com uma ideologia.

Importa-nos, a partir de agora, pensar em como os sentidos se estabelecem no trabalho de interpretação, restringindo nossas explanações ao papel da interpretação a partir da posição-sujeito, dado que pensar nos percursos de leitura efetuados pelos leitores-navegadores, nos leva a crer que, na FD acadêmica, que será constituída como nossa formação discursiva de referência (FDR), para fins de análise⁶⁶, várias posições-sujeito salientam-se, produzindo percursos diferenciados e engendrados por condições de produção

⁶⁶ A formação discursiva acadêmica foi tomada como objeto de investigação por dois fatores: 1º) foi considerada a formação universitária como fator que auxiliou a reflexão dos leitores sobre a formação de seus hipertextos; 2º) o tema proposto para pesquisa na web mantém estritos vínculos com a FD acadêmica, e é focalizado a partir dos domínios de saberes dos sujeitos universitários.

específicas de navegação. Para tanto, elucidaremos que, em AD, a questão do sentido passa invariavelmente pelo movimento interpretativo, do qual emanam gestos de leitura específicos, possibilitados pelas posições-sujeito.

2.1.2 Sobre a Constituição do Sentido em AD: o trabalho da interpretação

É especialmente nos sentidos e sobre eles que a AD se detém a fim de os perceber como flutuantes e em constante re-significação. Nesta seção as noções de sentido e interpretação são conjugadas, dado que pensar em sentido enquanto efeito, não nos abstém de pensar concomitantemente em um movimento interpretativo do sujeito em uma posição dada, visto que, em consonância com Orlandi pensamos que *a interpretação é um ‘gesto’, ou seja, é um ato no nível simbólico*⁶⁷. (2004, p. 18). Nesse caso, as duas noções de sentido e interpretação não podem estar separadas, pois o sentido, em AD, não existe a priori, ele é constituído num movimento de interpretação tida como gesto, estando suscetível de ser sempre outro. O sentido está sempre em curso. O gesto de interpretar não se reduz à mera decodificação, ele depende daquilo que na lingüística estruturalista de Saussure e no contexto de estudos de Chomsky foi excluído: o contexto histórico-social.

Segundo Pêcheux *o sentido não existe em si mesmo, isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante, mas é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas* (1997b, p.160). Percebe-se, então, que diferentemente do sentido, tal como tratado em uma ordem estruturalista (a exemplo da lingüística textual), a AD busca a percepção de que ‘fazer sentido’ vincula-se a um trabalho do sujeito, em sua posição, numa determinada FD.

Partimos das explanações de Pêcheux (1997c, p. 317-318) acerca do processo interpretativo para respaldar nossa discussão:

- a) *Se a análise de discurso se quer uma (nova) maneira de ‘ler’ as materialidades escritas e orais, que relação nova ela deve construir entre a leitura, a interlocução, a memória e o pensamento?;*
- b) *Em que condições uma interpretação pode (ou não) fazer intervenção?*

⁶⁷ Elucidamos a importância de separar as noções de gesto e ato, pois este por se encontrar em uma perspectiva pragmática coloca o sujeito numa posição de intencionalidade e de manipulador da língua e dos sentidos. O gesto, por sua vez, marca o deslocamento para a relação da interpretação com o histórico e o social.

Para debater acerca de tais questões (dado que respondê-las é tarefa pretenciosa) voltamos à primeira formulação de Pêcheux acerca do efeito de sentido, o que nos possibilita entender que a passagem do sentido posto, numa ordem puramente lingüística, para uma concepção de efeito só é possível pelo entendimento da prática interpretativa.

No quadro teórico da AD, o discurso é tido como “*efeito de sentidos entre os pontos A e B*” (1997^a, p. 82). Esse efeito é produzido a partir da determinação de lugares sociais que os sujeitos ocupam, sendo os pontos A e B lugares determinados social e ideologicamente. Os sentidos gestados nesses lugares sofrem as orientações das posições de enunciação que representam. Recorremos a Orlandi quando escreve que a ideologia é interpretação do sentido. Nesses termos, e na interlocução entre a noção de Pêcheux e a noção de Orlandi, chegamos a um ponto crucial de imbricamento, em que a ideologia leva os indivíduos, em suas posições-sujeito, a interpretar. Suas interpretações são sempre específicas e pautadas por condições de produção dadas. Tal como Pêcheux formula:

Um efeito de sentido não preexiste à formação discursiva na qual ele se constitui. A produção de sentido é parte integrante da interpelação do indivíduo em sujeito, na medida em que, entre outras determinações, o sujeito é ‘produzido como causa de si’ na forma-sujeito do discurso, sob o efeito do interdiscurso. (1997b, p. 261)

Assim, tal como já acentuamos, a relação do sujeito com a FD e desta com o interdiscurso, resulta num processo de interpretação que não é direto e ontológico, mas ideologicamente marcado. Interpretar é estar num espaço simbólico em que o sentido se constrói quando mobilizada a língua, pois, segundo Orlandi *ao significar, o sujeito se significa, o gesto de interpretação é o que – perceptível ou não para o sujeito e/ou para seus interlocutores – decide a direção dos sentidos, decidindo, assim, sobre sua (do sujeito) direção* (2004, p. 22). Para a autora ainda (2004, p.17)

O gesto de interpretação, fora da história, não é formulação (é fórmula), não é re-significação (é rearranjo). A partir desta nova atitude os estudos de textos deixaram para traz a ênfase contedística e passaram à interpretação, à compreensão daquilo que subjaz ao tecido textual: o discurso.

Uma teoria do sentido, que se pauta na fluidez dos processos significantes, desloca a semântica de uma semântica do sentido posto para uma semântica discursiva em que importam os processos que dão conta da articulação entre a lingüística e as condições de sua mobilização. Essa semântica fundamenta-se por dois modos de relação do sujeito com a língua na constituição de significados:

- Um processo parafrástico que dá conta da (re) produção de sentidos sedimentados e resignificados em condições de produção diferentes. É esse processo de permite pensarmos que todo discurso nasce em outro, engendrado pelas relações interdiscursivas;
- Um processo polissêmico que dá conta do fato de que não há um sentido pré-determinado, não há língua onipotente. A língua é orgânica, logo, passível de ser trabalhada, transformada produzindo sentidos múltiplos, efeitos do trabalho simbólico sobre o sujeito. Abandona-se a noção de um sentido nuclear.

Com base nesses dois processos é que temos que o sentido não existe e não se encerra em si, mas nas/pelas relações que engendra. Disso decorre que paráfrase e polissemia são dois movimentos que não se dissociam, visto que, no processo discursivo, atuam uma memória do dizer (que leva à repetição) e uma atualização pela prática enunciativa (que leva ao deslocamento). Em primeira instância, atua o movimento parafrástico, pelo qual os mecanismos de assujeitamento se fazem salientes, levando o sujeito à reprodução, à retomada de dizeres historicamente marcados. Esse nível é, para nós, o atestado do efeito de assujeitamento que se estabelece pela repetição. O sujeito acredita estar na origem do sentido, quando está “embrenhado”, “tomado” numa rede de outras formulações invisíveis para ele, mas presentes num espaço de memória. O nível parafrástico está no cerne do processo de assujeitamento. É diante desse fato que, em AD, os sentidos e sua produção estão intimamente ligados a uma relação parafrástica entre a matriz do sentido (FD) e o sujeito.

Por outro lado, a relação do sujeito com o mecanismo parafrástico sofre rupturas que trazem para esse mecanismo, aparentemente homogêneo e fechado, a heterogeneidade. As rupturas fazem com que os significantes se desloquem e com eles novas formas de significar se instaurem. A polissemia é o espaço de surgimento da multiplicidade nos espaços discursivos. A linguagem assume uma dinâmica que se dá entre a repetição (o mesmo) e a atualização (o diferente). O caráter polissêmico ocorre, portanto, quando o sujeito, em uma posição de enunciação dada (PS), abre espaços para a diversidade de efeitos de sentido. Isso subsume que o discurso tem seu acontecimento no espaço entre uma memória e uma atualização.

Por conta dessa intrincabilidade, paráfrase e polissemia estabelecem-se num espaço de tensão, pois a polissemia representa a ruptura, o deslocamento, a intervenção no processo parafrástico.

As oposições de Pêcheux tocam o problema da universalidade e da linguagem ideal. Para ele, a busca por uma construção artificial marca o acobertamento da heterogeneidade e

da discrepância, elementos não apreensíveis e não dimensionáveis numa concepção lógico-lingüística. Coloca em questão o caráter regional e local dos sentidos produzidos sobre a materialidade lingüística, procurando mostrar que todo dizer está cercado por outros dizeres, anteriores, historicamente marcados, ideologicamente construídos, que ecoam nos dizeres dos sujeitos, de acordo com suas posições de classe e com as condições em que seus discursos são produzidos como uma memória que, sem ser percebida, se faz presente. Trata-se, para o autor, do *retorno do saber no pensamento* que produz uma evocação sobre a qual se apóia a tomada de posição do sujeito. (1997b, p. 125)

Esse retorno que se projeta no discurso tem no conceito de pré-construído seu elemento de base. Os pré-construídos⁶⁸ ou já-ditos trazem a real dimensão do que é impossível de apreender numa ordem lógico-matemática de análise das línguas, dos sujeitos e do sentido, uma vez que não há como delimitar a relação do sujeito com aquilo que o representa e que nele se representa. A modalidade do pré-construído regula a identificação enunciativa, marca o dizer, incide sobre ele como um retorno de um exterior que define a enunciação. É no interdiscurso que esses elementos pré-construídos encontram-se sob a forma de uma memória que está associada à *existência histórica do enunciado no interior das práticas discursivas regulamentadas pelos aparelhos ideológicos e visa os discursos que 'são ditos, permanecem ditos e ainda estão por dizer'* (COURTINE, 1981, p. 53).

Para Courtine ainda

A caracterização do interdiscurso de uma FD é, portanto, um ponto crucial da perspectiva desenvolvida por Pêcheux: é a partir do interdiscurso que poderão ser analisadas as modalidades de assujeitamento. Com efeito, o interdiscurso é o lugar dentro do qual se constituem, por um sujeito falante produzindo uma seqüência discursiva dominada por uma FD determinada, os objetos que esse sujeito enunciator se apropria para fazer os objetos de seu discurso, assim que as articulações entre esses objetos, pelos quais o sujeito enunciator vai dar uma coerência a sua proposição, dentro disso que nós chamaremos, de acordo com Pêcheux (1975) o intradiscurso da seqüência discursiva que ele enuncia. (1981, p. 35).

O interdiscurso faz-se presente no fio do discurso, a que se convencionou chamar de intradiscurso. Temos por intradiscurso o elemento que representa o efeito de encadeamento do pré-construído na língua o que *consistiria numa discrepância pela qual um elemento irrompe no enunciado como se tivesse sido pensado 'antes, em outro lugar, independentemente'* (1997b, p. 156). O interdiscurso é linearizado e materializado lingüisticamente através de um processo de articulação que promove a clivagem da

materialidade lingüística por dizeres outros, exteriores e que determinam os conteúdos do que está sendo formulado. A existência de um enunciado está ligada ao efeito de repetibilidade (com base na FD tomada como objeto de referência), pois formulações anteriores, já enunciadas pairam no interdiscurso e se atualizam a cada apropriação do dizer por um sujeito enunciator interpelado. Segundo Pêcheux:

[...] o 'pré-construído' corresponde ao 'sempre-já-aí' da interpelação ideológica que fornece-impõe a 'realidade' e seu 'sentido' sob a forma da universalidade (o 'mundo das coisas'), ao passo que a 'articulação' *constitui o sujeito em sua relação com o sentido*, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que *determina a dominação da forma-sujeito*" (1997b, p. 164).

A noção de pré-construído intervém para o alcance de uma teoria materialista dos sentidos, das representações e do pensamento nos processos discursivos, dado que leva a pensar a língua em sua historicidade, ligada sempre a um antes que produz efeitos sobre a sua materialidade. O trabalho dos sentidos é recursivo, eles são ligados a e advindos de práticas sociais, ideologicamente determinadas que se refletem nos processos enunciativos.

Para Courtine, situar os processos através dos quais um sujeito é interpelado-assujeitado é tarefa que demanda entender a relação complexa entre o interdiscurso de uma FD e o intradiscurso de uma seqüência discursiva, produzida por um sujeito enunciator a partir de seu lugar de inscrição numa FD. Enunciar, nos termos desse autor, é tomar uma posição, é apropriar-se da língua em condições determinadas sócio-histórica e ideologicamente e, por isso, é estar no domínio da repetibilidade (mascarada por uma 'faixada' de evidências), pois a ideologia faz com que, no discurso do sujeito, apareçam marcas de outros discursos que o determinam, que o identificam como sujeito desta ou daquela FD, através do que se convencionou chamar pré-construídos.

Voltando a Pêcheux:

[...] diremos que a forma-sujeito (pela qual o 'sujeito do discurso' se identifica com a formação discursiva que o constitui) tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, *ela simula o interdiscurso no intradiscurso*, de modo que o interdiscurso aparece como o puro 'já-dito' do intra-discurso, no qual ele se articula por 'co-referência'" (1997b, p. 167)

⁶⁸ Termo cunhado por Paul Henry para designar aquilo que remete a uma construção anterior e exterior que se projeta no enunciado do sujeito.

Assim, é destacada, segundo Courtine, a existência de dois níveis fundamentais na descrição de uma FD: trata por *nível do enunciado* e *nível da formulação*⁶⁹. Na relação estabelecida entre esses dois níveis um elemento tem papel central: o interdiscurso, dado que *o interdiscurso de uma FD, como instância de formação/repetição/transformação dos elementos do saber desta FD, pode ser entendido como o que regula o deslocamento de suas fronteiras*. (1982, p. 250). É no interdiscurso que a FD encontra seu domínio de saber, sua especificidade.

Para Courtine o que está no nível do enunciado [E] destaca-se pelo papel de elemento do saber próprio de uma FD determinada. Há em sua natureza o papel de repetibilidade. Este se situa na linha da verticalidade, é próprio do interdiscurso. Por outro lado, esta verticalidade sofre, no processo de enunciação, uma horizontalização que está no nível da formulação [e], e que, conseqüentemente, materializa o interdiscurso, dado que [e] é uma seqüência lingüística de dimensão sintagmática, cujo papel fundamental é possibilitar uma (dentre tantas) reformulação possível de [E]. Dessa forma, [e] marca a presença de [E] materializada lingüisticamente. Assim, temos por base que o discursivo promove a articulação do interdiscurso com o intradiscurso e esta articulação produz efeitos discursivos específicos, determinados pelo que pode e deve ser dito no interior de uma FD. A inserção de [E], dimensão vertical, em uma seqüência lingüística [e], dimensão horizontal, é a própria essência do processo discursivo:

O interdiscurso de uma FD deve assim ser pensado como um processo de reconfiguração incessante no qual o saber de uma FD é conduzido em função das posições ideológicas que esta FD representa dentro de uma conjuntura determinada, para incorporar os elementos pré-construídos, produzidos no exterior dela mesma, para no interior dela mesma produzir a redefinição ou a reversão; a suscitar igualmente o retorno de seus próprios elementos, para esses próprios elementos organizarem a repetição, mas também a provocarem eventualmente o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação” (Ibid, p. 250).

Nesses termos, enquanto o interdiscurso regula o deslocamento dos saberes, cabe ao intradiscurso realizar a sequencialização desses elementos de saber, linearizando o que está no interdiscurso. Essa linearização ou a *horizontalização da dimensão vertical de constituição do enunciado é contemporânea da apropriação por um sujeito enunciator [L]*, como menciona Courtine (1982, p. 251). [L] apropria-se dos saberes interdiscursivos devido à ocupação de um lugar determinado numa FD, em uma situação de enunciação dada.

⁶⁹ Designaríamos aqui este segundo nível como nível de reformulação, pois a característica primordial do processo discursivo é a re-significação, contemporânea do processo de enunciação. O sujeito ilusoriamente se vê na fonte dos sentidos, mas na verdade os reformula.

Todo discurso, determinado por sua exterioridade, remete a outros discursos, que se acham presentes nele como uma ausência necessária. Nesse processo de sentidos referidos a outros sentidos, processo de identificação, há o primado dessa memória do dizer (interdiscurso) podendo ser inacessível ao sujeito, mas que está presente, que fala, que faz ecos em sua fala. Segundo Courtine, esse apagamento está ligado diretamente ao fato de que o que é repetido é *um não-sabido, um não reconhecido, deslocado e deslocando-se no enunciado, isto é, uma repetição a mesmo tempo presente e ausente na série de formulações. Ausente porque desconhecida, presente em seu efeito: a repetição de uma memória lacunar ou com falhas* (1981, p. 21).

A preocupação central aqui é retomar a enunciação não como uma atividade centrada num sujeito falante, mas como uma tomada de posição que se materializa nesse processo de articulação entre o lingüístico e o ideológico, sendo, segundo Courtine (1981, p. 35), *dentro da relação entre o interdiscurso de uma FD e o intradiscurso de uma seqüência discursiva produzida por um sujeito enunciator a partir de um lugar inscrito dentro de uma relação de lugares no interior dessa FD, que é necessário situar os processos pelos quais o sujeito falante é interpelado-assujeitado em sujeito de seu discurso.*

No entender de Courtine, as concepções desenvolvidas por Pêcheux têm as seguintes conseqüências:

1. “É no interdiscurso, como lugar de formação dos pré-construídos e da articulação dos enunciados, que se constitui o *enunciável como exterior* ao sujeito da enunciação;
2. A interpelação-assujeitamento do sujeito falante em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação deste último ao sujeito universal da FD; o sujeito enunciator é, nessa perspectiva, produzido como um efeito das modalidades desta identificação; é, nos termos de Pêcheux, o domínio da forma-sujeito;
3. A determinação das condições de produção de uma seqüência discursiva deveria se efetuar, no quadro de definições que constitui o conceito de FD, somente a partir do interdiscurso da FD que domina esta seqüência, como “todo complexo intrincado de FD e FI.” (1981, p. 36-37)

Para Courtine, essa intrincação de elementos no processo discursivo representa uma tomada de posição teórica na qual a noção de Condições de Produção, ao mesmo tempo em que se consolida no âmbito do processo discursivo, afasta-se da concepção psicossocial que a compara a circunstância de um ato de comunicação. Intervém, dessa forma, como fundamental, a análise do laço existente entre CP de um discurso, FD, interdiscurso, relação notadamente circular e complementar.

Nesta trilha teórica, voltar a nosso objetivo, neste trabalho, é fundamental, pois o objeto texto e as práticas de leitura e escritura reconfiguram-se a partir do olhar da análise de

discurso. Abarcar a intrincação do interdiscurso no intradiscurso nos encaminha a dois pontos basilares deste trabalho: a formação do percurso de leitura através da filiação da posição-sujeito que transparece nos acessos e nas reflexões sobre a prática de leitura, bem como a mobilização do conceito de pré-construído como determinante para o entendimento do funcionamento das anáforas discursivas, tal como desenvolveremos adiante.

Em resumo: trabalha-se com um sujeito que não detém o sentido, que não pode apreendê-lo integralmente, mas que lança sobre o texto, enquanto espaço simbólico, efeitos que não cessam de aparecer. Do que até então foi exposto, temos que os sentidos só existem nas relações engendradas pelas FDs que conferem sentidos às palavras, proposições, expressões. A formação discursiva, por sua vez, está constituída na relação com o interdiscurso (a memória do dizer), o qual representa, no dizer do sujeito, as formações ideológicas. Para tanto, o sentido é fruto de um trabalho da interpretação que se dá em duas instâncias: o sujeito é interpretado (direcionado) pelo ideológico, o que, conseqüentemente, gera o gesto de interpretação sobre a materialidade da língua, pois *ao significar o sujeito se significa, o gesto de interpretação é o que –perceptível ou não para o sujeito e/ou para seus interlocutores – decide a direção dos sentidos, decidindo, assim, sobre sua (a do sujeito) direção (ORLANDI, 2004, p. 22)*. Não há como centrar, portanto, a abordagem de texto sobre a ancoragem em um contexto homogêneo e uno, mas aborda-se o texto, sua formulação e o processamento da leitura em condições de produção dadas.

2.1.3 Da Noção de Contexto ao Conceito de Condições de Produção do Discurso

Colocar em contraponto a concepção de contexto com o conceito de condições de produção difundido pela AD francesa nos leva a pensar nas limitações impostas pela ciência quanto à relação entre seus objetos e sua historicidade. Vinculada a um funcionamento de “pano de fundo” das práticas humanas e de registro dos acontecimentos, a idéia de contexto emana da atribuição de um caráter positivista às questões históricas e sociais. Ademais, o papel do sujeito é, assim, reduzido a de um mero decodificador, caracterizando-se como sujeito de evidências, transparente para si mesmo. Suas práticas de linguagem, portanto, estão sempre situadas num espaço de interlocução evidente e descaracterizado das relações sociais e históricas que engendram. Desse ponto de vista, concordamos com a constatação de Paul Henry quando menciona que *livrar as ciências humanas do historicismo é então ao mesmo tempo a condição de sua objetividade e de sua utilidade pragmática (HENRY, 1997 p. 50)*.

Foi nesse sentido que a idéia de *contexto*⁷⁰ opacificou a vinculação das ciências à historicidade.

Interessando-se menos pelas individualidades e mais pelos homens, enquanto parte de grupos sociais, a AD recusa a noção de contexto, visto sua insuficiência para uma reflexão materialista-histórica dos processos de enunciação e faz uma passagem salutar para a noção de *condições de produção*, pois conforme Orlandi, *não se dirá, assim, que se acrescentam dados históricos para melhor delimitar a significação; dir-se-á que o processo de significação é histórico* (1988, p. 18). Numa perspectiva sensivelmente diferente, é proposta a desvinculação do discursivo em relação a uma individualidade fundadora de sentidos, para tomar como central a noção de “lugar” a partir do qual o discurso se articula. Eliminam-se as pretensões de objetividade dos espaços de enunciação, substituindo-os por uma concepção de *lugar social*. As práticas discursivas passam a ser vistas em termos de processo, ou seja, existe, em torno da enunciação, um processo discursivo que passa efetivamente a congregar o histórico, o ideológico (com a noção de interpelação) e o lingüístico numa teoria materialista dos sentidos.

Sobretudo devemos levar em consideração que pensar a linguagem nesses termos exclui que a tenhamos como instrumento de expressão do pensamento ou de comunicação, para atentarmos para o fato de que ela está diretamente ligada ao domínio do sujeito e de suas condições históricas e políticas. Robin (1973), nesse sentido, remetendo às reflexões de Guespin, diferencia o que é da ordem da materialidade puramente lingüística e o que concerne ao discurso, enquanto ordem que articula o lingüístico e as condições de produção de seu funcionamento, pois *um olhar lançado a um texto do ponto de vista de sua estruturação em ‘língua’ faz dele um enunciado; um estudo lingüístico das condições de produção desse texto fará dele um discurso* (GUESPIN apud ROBIN, 1973, p. 26).

⁷⁰ Para voltar ao diálogo travado com a LT, trazemos o conceito de contexto a fim de colocá-lo em contraponto com a noção de CP difundida pela AD. Pautado numa situação de interlocução imediata o contexto foi colocado a serviço de uma pragmática eminentemente idealizadora do sujeito enunciador e das situações em que mobiliza a língua, pois *não só o co-texto, como a situação de interação imediata, a situação mediata (entorno sociopolítico-cultural) e a também o contexto sociocognitivo dos interlocutores que, na verdade, subsume os demais* (KOCH, 2002, p. 24). Vemos que o contexto tal como tangenciado pela LT aborda superficialmente o entorno *sociopolítico-cultural* que menciona, tanto que são discriminados pela autora os fatores que, agregados, formam a noção de contexto que para ela engloba todos os tipos de conhecimentos arquivados na memória dos actantes sociais, necessitando ser mobilizados por ocasião do intercâmbio verbal: *o conhecimento lingüístico, propriamente dito, o conhecimento enciclopédico, quer declarativo, quer episódico (frames, scripts), o conhecimento da situação comunicativa e de suas ‘regras’ (situacionalidade), o conhecimento superestrutural (tipos textuais), o conhecimento estilístico (registros, variedades de língua e sua adequação às situações comunicativas), o conhecimento sobre os variados gêneros adequados às diversas práticas sociais [...]* (2002, p. 24)

A análise de discurso procura, com a compreensão da historicidade, inerente à prática discursiva, contemplar o fato de que as práticas enunciativas não podem ser reduzidas ao conhecimento da língua, tal como “evidenciado” pela lingüística. A AD busca, na discursividade, enquanto efeito da relação da materialidade da língua com a materialidade da história, atentar para que o discurso, além de operar no campo de um sistema lingüístico, coloca em jogo uma (re)apropriação da língua por sujeitos inscritos numa ordem social, cujas enunciações instauram um presente relativo a um momento e a um lugar.

Nesses termos, não se pode deixar de levar em conta que todo lugar próprio é alterado por aquilo que de exterior já se acha nele, em sua constituição, tornando inerentemente falaciosa a condição de plenitude que lhe é imposta. Há, dessa forma, uma articulação com a escrita da história, pois parte-se de um ponto de vista de que as práticas discursivas correspondem a lugares sociais. De Certeau (1976) enfatiza a importância de perceber que desvincular todo o sistema de pensamento de sua referência a lugares sociais, econômicos e culturais produz um chamado “sonambulismo teórico”, dado que *somente é válida a teoria que articula uma prática [...] (1976, p. 18)* e que *o discurso ‘científico’ que não fala de sua relação com o ‘corpo’ social não seria capaz de articular uma prática (1976, p. 22)*[Grifo do autor]. Ainda segundo o autor:

[...] a história se define inteiramente por uma relação da linguagem com o corpo (social), e, então, também por sua relação com os limites colocados pelo corpo, seja sob a forma do lugar particular de onde se fala, seja sob a forma do objeto distinto (passado, morte) do qual se fala (1976, p. 27).

Quando Pêcheux propõe que falar de mensagem como transmissão de informação é insuficiente, preferindo usar o termo discurso como “efeitos de sentido entre os pontos A e B” (AAD69, p. 82), o que o mobiliza é a questão de que A e B designam lugares determinados numa formação social, designam lugares de onde os sentidos emanam com especificidades e particularidades ligadas a determinações sociais e históricas. São colocados em jogo lugares engendrados socialmente.

Pêcheux passa do conceito de contexto ao de CP com a seguinte formulação:

o estudo da ligação entre as ‘circunstâncias’ de um discurso – que chamaremos daqui em diante suas *condições de produção* – e seu processo de produção. Esta perspectiva está representada na teoria lingüística atual pelo papel dado ao *contexto* ou à *situação*, como pano de fundo específico dos discursos [...] (1997^a, p. 75).

Devemos levar em conta que esta passagem não trata de uma simples substituição de termos, mas de um deslocamento primordial para o entendimento das práticas de linguagem

como regionais, como localmente estabelecidas e não como práticas homogêneas e objetivas que partem de sujeitos que “compartilham” de uma mesma bagagem social e histórica, tal como formulou-se em LT.

É preciso considerar, no entanto, que, no âmbito das primeiras formulações de Pêcheux, este conceito ainda corria o risco de ser confundido com uma circunstância imediata de interlocução, dado o papel ainda homogeneizador dos conceitos da AAD69. Nesse sentido, a intervenção de Courtine (1982) é determinante para o conceito de condições de produção, pois, o autor, partindo de um conceito que se pauta pela heterogeneidade, dá outra face à noção forjada inicialmente por Pêcheux.

Courtine, assim como Pêcheux, considera a noção de condições de produção do discurso como *a relação da materialidade lingüística de uma seqüência discursiva com as condições históricas que determinam sua produção* (1982, p. 246), o que estabelece uma relação intrínseca da língua com as práticas sociais. Entretanto, Courtine (1982) enfatiza que Pêcheux ainda manteve o conceito no limite da objetividade e da homogeneidade, considerando as CP como homogêneas. Por sua vez, ele afirma que as condições de produção representam o ponto em que uma seqüência discursiva relaciona-se com o sujeito do saber de uma formação discursiva, numa conjuntura histórica, configurando-se pela *heterogeneidade*, dado o caráter intrínseco da contradição. Essa heterogeneidade traz a instabilidade para o processo discursivo e, primordialmente, não aprisiona o sujeito num espaço delimitável de enunciação, pois as condições de produção pautam-se pela possibilidade de análise de um domínio de memória, anterior à enunciação e que intervém de maneiras diferentes em A e B, ou seja, o sujeito que enuncia e aquele para quem destina seu discurso não compartilham domínios de memória idênticos. Aí entra a importância das condições de produção no trabalho de interpretação, pois, segundo Pêcheux:

[...] O sistema da língua é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo discurso: a língua se apresenta, assim, como a base comum de processos discursivos diferenciados [...] (PÊCHEUX, 1997b, p. 91)

É evidente, dessa forma, que ver com clareza que a língua é a mesma e indiferente aos lugares sociais em que é mobilizada, mas que, em contrapartida, jamais os sujeitos serão indiferentes a ela, pois material simbólico, é ver que todo processo discursivo está inscrito numa relação ideológica e social.

Tomando nossa proposta neste trabalho como ponto de reflexão, vemos que o deslocamento da noção de contexto para a de CP, requer que tenhamos um olhar atento também para o trabalho de interpretação sobre o texto e, em nosso caso, sobre uma nova textualidade que é a que emerge no ambiente digital. Sair do texto, enquanto materialidade puramente lingüística, engendrada numa situação delimitada de uso, significa assumir a existência de uma relação deste objeto com o todo que é o mecanismo discursivo, abandonando a evidência de que um texto fala por si, enquanto materialidade lingüística, concebendo que, para dar conta do discursivo, deve-se colocá-lo no limite de todas as demais práticas que intervêm em seu domínio. Ultrapassar tais obstáculos, segundo Robin, significa que *efetivamente, colocar o problema do discurso como prática numa formação social é ultrapassar a problemática da Lingüística como 'receita' puramente técnica, para abordar o lugar das práticas discursivas numa formação social* (1973, p. 107).

Com efeito, as CP estão no discursivo, não operam como um exterior a ele. Esse fato toca no fundamental da questão: a história e a interpelação ideológica produzem lugares de enunciação, lugares de identificação para o sujeito e, primordialmente, orientam os sentidos, pois

[...]em cada momento histórico dado, as formas ideológicas *não se equivalem*, e efeito simulação-recalque que elas engendram *não é homogêneo*: as formas que a 'relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência' toma não são homogêneas precisamente porque tais 'condições reais de existência' são 'distribuídas' pelas relações de produção econômicas, com os diferentes tipos de contradições políticas e ideológicas resultantes dessas relações (Pêcheux, 1997b, p. 77).

Em vista disso, fica evidente que as CP, afetadas pela ideologia, resultam em lugares de enunciação, lugares contemplados, em AD, pelo conceito de Formação Discursiva (FD), intrincado no complexo das formações ideológicas (FI). É, portanto, no interior de um formação discursiva que o sujeito encontra seu lugar de enunciação e sua vinculação a uma forma-sujeito do discurso, vinculação de caráter eminentemente ideológico, produzida pela sujeição. É na identificação com essa forma-sujeito que indivíduos sabem o que podem e devem dizer, pois *Diremos que toda formação discursiva deriva de condições de produção específicas, identificáveis* (PÊCHEUX E FUCHS, 1997, p. 167).

Convém observar, nesse sentido, que a possibilidade de 'n' sentidos faz com a análise semântica de um texto, tal como proposta por uma teoria estruturalista como a lingüística de texto, seja falaciosa em sua própria natureza, já que, conforme destacado por Pêcheux e Fuchs (1997, p. 169), *a evidência da leitura subjetiva segundo a qual um texto é biunivocamente associado a seu sentido (com ambigüidades sintáticas e/ou semânticas) é uma ilusão*

constitutiva do efeito-sujeito em relação à linguagem. Nesses termos, os gestos de leitura que o(s) sujeito(s) incide(m) sobre textos são efeitos de sentidos igualmente vinculados a lugares de enunciação que direcionam a interpretação.

Na passagem das seções anteriores para esta corroboram pontos fundamentais para nossa pesquisa: a) o sujeito interpelado produz efeitos de sentido ligados a uma memória que retorna em condições de produção específicas e discursiviza o sujeito, projetando-se silenciosamente em sua enunciação; b) todo sentido, portanto, é efeito de um trabalho interpretativo circular: o sujeito é interpretado antes de interpretar, é levado a assumir uma posição de enunciação que legitima sentidos que o falam. Logo, para nossos propósitos, buscamos a noção de um sujeito-leitor, cujo teor é mais denso do que o leitor passivo instaurado pelas Lingüísticas de Texto. Este sujeito constitui-se como tal na heterogeneidade: a sua e a do texto, o que nos leva às considerações sobre a textualidade em AD.

2.1.4 Análise de Discurso e uma Nova Abordagem da Textualidade

O que a AD entende por texto em muito se distancia do objeto límpido e linear da lingüística textual. Neste domínio, houve um pretense isolamento do texto e uma forte esterilização da interpretação. Assim, a elaboração de teorias do texto que se abstraem do sujeito e das práticas sociais resulta numa distorção e numa eliminação daquilo que, de fato, situa o texto enquanto materialidade simbólica. Numa perspectiva diferente

O que está em jogo para a Análise do Discurso é o modo como o texto organiza sua relação com a discursividade, vale dizer, com a exterioridade e o modo como organiza internamente estes elementos provenientes da exterioridade para que produzam o efeito de um texto homogêneo (INDURSKY, 2001, p. 28).

É nesse ponto chave que acentuamos a importância de distanciamento da concepção de texto em AD daquela própria de uma ordem puramente lingüística. Robin acentua o engendramento essencial que a AD traz para a análise de textos,

o que quer dizer que, se a Lingüística descreve o texto, se diz precisamente o que existe no texto, seu arranjo interno, não nos dá sua chave nem a função. Ela ordena a ideologia, mas o que significa socialmente a ideologia está fora de seu campo (ROBIN, 1973, p. 20).

A partir disso, temos duas formas distintas de vislumbrar o texto: sob a perspectiva da forma abstrata, o texto é límpido, transparente e efeito de literalidade; sob a perspectiva de uma concepção materialista, o texto é objeto histórico e opaco, logo, fundamentado na

incompletude. Se antes da AD o texto era segmentado linearmente, depois dela ele passa a ser dimensionado como uma organização de recortes, de unidades discursivas que correlacionam linguagem e situação.

Ensejando uma vigorosa crítica à abordagem dos estudos da linguagem sobre os textos, Michel Pêcheux dá outro foco para a relação sujeito-língua-sentido:

[...] as questões concernentes aos usos semânticos e sintáticos colocados em evidência pelo texto ajudavam a responder às questões que diziam respeito ao sentido do texto (o que o autor 'quis dizer'). Em outros termos, a ciência clássica da linguagem pretendia ser ao mesmo tempo ciência da expressão e ciência dos meios desta expressão, e o estudo gramatical e semântico era um meio a serviço de um fim, a saber, a compreensão do texto, da mesma forma que, no próprio texto, os 'meios de expressão' estavam a serviço do fim visado pelo produtor do texto (a saber: fazer-se compreender) (1997^a, p. 61-62).

Esse tratamento sistemático destinado aos textos deixou de responder a algumas questões cruciais, rendendo-se às análises eminentemente descritivas chamadas de 'análises de conteúdo. Para o autor

[...] como é de regra na história da ciência, a inclinação pela qual a lingüística constituiu sua cientificidade, deixou a descoberto o terreno que ela estava abandonando, e a questão que a lingüística teve que deixar de responder, continua a se colocar, motivada por interesses a um só tempo teóricos e práticos:

- 'O que quer dizer este texto?'
- 'Que significação contém este texto?'
- 'Em que o sentido deste texto difere daquele de tal outro texto?'" (1997^a, p. 63)

Alijar a exterioridade foi um movimento que promoveu o que Pêcheux (1981) determinou como uma cegueira em relação à história e uma surdez em relação à língua. O autor estabeleceu, nesses termos, a impossibilidade de analisar textos com base 'unicamente' nos princípios pautados pelas análises 'clássicas', pois corre-se o risco de cair em um *conteudismo* crescente, o que minimizaria a dimensão simbólica da linguagem. Para ele, há que haver sempre uma referência a um mecanismo discursivo específico, não universal, mas regional dos sentidos:

[...] os fenômenos lingüísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento, mas com a condição de acrescentar imediatamente que este funcionamento não é integralmente lingüístico, no sentido atual desse termo e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos 'condições de produção' do discurso (1997b, p. 78).

É importante asseverar que, quando a AD nega um funcionamento integralmente lingüístico, está sendo apontado o fato de que a textualidade é paramentada pelas condições de sua produção. Por isso, o texto é caracterizado como um espaço de constante interlocução entre sentidos estabelecidos, e aqueles que se produzem no espaço da emergência enunciativa. Essa relação da textualidade com as condições de produção faz com que ela encontre-se com o conceito de textualização⁷¹. Ou seja, o texto, como efeito de um trabalho simbólico, passa a engendrar relações que não são de ordem puramente interna, visto que, conforme Indursky, *para a Análise do Discurso, a organização lingüística interna ao texto é o que menos interessa*. (2001, p. 28).

A textualização difere do conceito de textualidade por ser um processo que o antecede. Expliquemo-nos: para que haja textualidade – qualidade de ser texto – as lingüísticas de texto cunharam dois conceitos base: a coesão e a coerência, desvinculados de qualquer base histórica e social. Esses conceitos davam conta de uma organização interna do texto. A textualização, por sua vez, engendra relações discursivas, exteriores ao entrelaçamento endofórico do texto. A textualidade passa a ser vista como resultado do trabalho de textualização, resultado que surge como efeito de completude. Segundo Indursky (2001) faz parte da constituição do texto uma série de outros fatores, tais como:

- **as relações contextuais:** contexto socioeconômico, político, cultural e histórico. Define-se pelas condições de produção do texto;
- **as relações textuais** – intertextualidade: definem-se pelas relações que o texto mantém com outros textos;
- **e as relações interdiscursivas** – interdiscursividade: aproximam o texto de outros discursos. A interdiscursividade afasta-se da materialidade da língua, para remeter às redes de sentidos que se imbricam na formação do texto, tornando-o espaço de atualização e reformulação de memórias.

Constituído nas/por essas relações o texto possui uma materialidade lingüística, mas não se reduz a ela, há uma rede de textos e discursos que o atravessam, o que faz com que Indursky o defina como *heterogeneidade estruturada*. Esse processo de textualização produz um texto *em que diferentes textos, diferentes discursos e diferentes subjetividades se fazem presentes*

⁷¹ O conceito de textualização é inserido no campo teórico da AD a partir da tese de doutoramento de Solange Gallo intitulada *Texto: como apre(e)ender essa matéria?*, IEL, UNICAMP, 1994.

(INDURSKY, 2001, p. 30), o que corrobora com Orlandi (2004, p. 14), quando diz que um texto é *multidimensional, enquanto espaço simbólico*.

Voltamos a Indursky e a um importante contraponto que faz com a Linguística Textual:

Estas relações textuais, que nesta etapa de textualização já são internas ao texto, não se confundem com as relações de coesão de que se ocupa da Linguística Textual (LT), porque, na perspectiva da Análise do Discurso (AD), essas relações promovem a organização interna ao texto de saberes provenientes da exterioridade, do interdiscurso, dos quais o sujeito-autor inconscientemente se apropriou. Por conseguinte, para a AD, consiste em organizar internamente o que é proveniente da exterioridade. Trata-se de sintagmatizar/linearizar/internalizar o que é, originariamente, desintagmatizado e externo. Enquanto, na perspectiva da LT, organiza-se o que já é, desde sempre, interno, o que foi produzido ali, apenas pelo autor, sem remeter, em momento algum, à exterioridade, à alteridade. Ou seja, para a LT, o autor está na origem plena do texto. Fazendo mais um contraste, para a AD, trata-se de produzir o efeito de uma superfície plana e sem emendas, de produzir o efeito de homogeneização dessas heterogeneidades e alteridades. Para a LT, trata-se de relacionar o que precede com o que sucede no interior unívoco do próprio texto, na sua linearidade natural. (2001, p. 32)

Isso implica uma outra concepção deste objeto, que diferentemente da LT, é tangenciado como espaço relacional, não fechado em si mesmo, que se define pela relação que estabelece com as condições de sua produção e com outros textos (textos de que parte e para os quais aponta), em que não há dominância de um sentido, pois um texto “*são sempre vários, desde sua ‘origem’, os textos possíveis num ‘mesmo’ texto*”. (ORLANDI, 2004, p. 14). Apontamos ainda, junto com a autora que *O texto pode ter qualquer extensão: pode ser desde uma simples palavra até um conjunto de frases. O que o define não é sua extensão, mas o fato de que ele é uma unidade de significação em relação à situação*. (ORLANDI, 1996, p. 159)

Indursky propõe que o texto seja, então, dimensionado como efeito dessa textualização. Trata-se do que a autora define, em lugar da textualidade, tal como matizada pela LT, por *efeito de textualidade, que é uma qualidade discursiva que deriva da inserção e textualização de recortes discursivos provenientes de outros textos, de outros discursos, enfim, do interdiscurso*. (2001, p. 31).

Este efeito-texto é resultado de uma evidência produzida silenciosamente como o efeito-sujeito e o efeito de sentido. Ele resulta da ilusão de completude do texto. Ilusão necessária para o autor que é afetado pelo imaginário de estar na origem de seu dizer.

De posse do conceito de texto e textualidade em AD, urge que direcionemos nossas explanações à questão da leitura e aos efeitos que o texto, enquanto espaço heterogêneo produz sobre essa prática.

Inevitável constatar que sempre houve uma sobreposição do sintático ao pragmático nos estudos destinados ao texto e aos critérios de textualidade. Privilegiou-se a informação e a

função representativa da linguagem, encerrando o texto num percurso linguagem–pensamento em detrimento do percurso linguagem–sociedade. Segundo Orlandi (1988), essa representatividade redutora centra-se num conceito móbil para a abordagem de textos: o conceito de *legibilidade*. Tal noção fundamenta-se, primeiramente, segundo os estudos clássicos do texto, na existência deste objeto como uma totalidade que está a serviço de um autor, o qual destina seu “produto” a um leitor que, onipotente, desvendará o sentido (único) direcionado.

Haroche (1992) liga a questão da legibilidade à individualização e isolamento do sujeito. A busca pela transparência e completude surge, para a autora, da necessidade latente de uniformização do sujeito, que individualizado, homogeneizado segundo as regras que a “língua” lhe impõe, é responsabilizado. Isso implica a visibilidade do sujeito que mobiliza a língua, visibilidade que produz para ele a necessidade de produção de um discurso linear e claro, correspondente ao ideal de dizer “completo” e encerrado. Isso gera uma caça ao indeterminado semanticamente, ao impensado que não se mostra, tal como destacado quando refletimos sobre os cerceamentos que a LT propunha com o conceito de coesão eminentemente endofórica:

A caça incessante à ambigüidade, à elipse (à falta) à incisa (ao acréscimo descontrolado) e, de maneira geral, a tudo que pode parecer uma zona de sombra nascida de uma ruptura a linearidade do discurso, participa desta exigência de legibilidade. Visibilidade isolante e legibilidade isolante. (HAROCHE, 1992, p. 23)

Neste caso, a questão da legibilidade é um problema com que a AD se depara, e para o qual lança outro ponto de vista, ligado à questão do texto como efeito, pois pensar que um texto para ser texto deve ser legível requer que tenhamos em conta outros fatores como: o texto é legível para quem? Em que condições um texto é legível? Tais fatores deixam em aberto muitas questões acerca do que se entende por legibilidade. Incidiremos sobre a relatividade que este termo adquire na análise de discurso:

[...] de um lado, a legibilidade não é uma questão de tudo ou nada, mas uma questão de graus, e, de outro, gostaríamos de dizer que a legibilidade envolve outros elementos além da boa formação de sentenças, da coesão textual, da coerência. (ORLANDI, 1996, p. 183)

Para a autora, pensar em questões como “O que torna um texto legível?” ou “O que é um texto legível?” está numa escala mais complexa de entendimento do que seja texto e sentido, bem como do que sejam as atividades de escritura e leitura. Significa, direcionando um olhar discursivo sobre o texto e os processos que nele e por ele se instauram, que *a*

legibilidade não está no objeto texto, como se fosse um ingrediente que lhe conferisse o sucesso de ser ou não texto. Pelo contrário, *a legibilidade está e, ao mesmo tempo, não está no texto*. Não se trata de uma “*conseqüência direta, unilateral e automática da escrita*” (ORLANDI, 1988, p. 8 [grifos nossos]), mas se trata de uma relação relativizada sempre por condições de produção tanto da escritura quanto da leitura que se empreende sobre a superfície lingüística. Assim “*é a natureza da relação que alguém estabelece com o texto que está na base da caracterização da legibilidade*” (1988, p. 9).

Não sendo a legibilidade uma conseqüência direta e unilateral da escrita, ela ultrapassa os limites presos ao próprio objeto. Pode-se, portanto, compreender que a relação texto/não-texto não pode estar barrada (tal como em LT), mas deve ser tida como uma relação de constituição. O texto contém em si o não-texto, já que os critérios de textualidade se relativizam, sendo “*uma questão de natureza, de condições, de modos de relação, de trabalho, de produção de sentidos, em uma palavra: de historicidade*” (ORLANDI, 1988, p. 9)

Isso mostra como a escritura e a leitura podem ser processos complexos que estão além do desenvolvimento de habilidades lingüísticas, além do domínio das formas da língua. Trata-se de processos indistintos, pois escrever é ler (re-ler) e ler é escrever (produção de sentidos), ambos processos em busca do que o texto diz e do que não diz, sendo, por isso, processos eminentemente interpretativos. Leitura e escritura, nesses termos, e em consonância com o que postula Orlandi (Idem), não são relações entre leitor–texto e entre autor-texto, como se ambos processos tivessem sua ocorrência entre sujeito-objeto. Trata-se, sobretudo, de uma relação entre sujeitos (autor – leitor – virtual – leitor real⁷²) em que o texto é objeto mediador para a constituição de sentidos. Segundo Orlandi:

O leitor não interage com o texto (relação sujeito/objeto), mas com outro(s) sujeito(s) (leitor virtual, autor, etc). A relação, como diria A. Schaff (em sua crítica ao fetichismo sógnico, 1966), sempre se dá entre homens, são relações sociais; eu acrescentaria, históricas, ainda que (ou porque) mediadas por objetos (como o texto). Ficar na ‘objetividade’ do texto, no entanto, é fixar-se na mediação, absolutizando-a, perdendo a historicidade dele, logo, sua significância. (1988, p. 9)

Na medida em que os interlocutores (leitor real – leitor virtual – autor) encontram-se, começa um constante debate, pois as condições de produção da escritura do texto nem sempre

⁷² Orlandi descreve a existência de duas categorias de leitor com os quais o autor do texto entra em interlocução. Primeiramente, tendo como base as formações imaginárias, o autor pressupõe um leitor (leitor-virtual) que seria o sujeito para quem destina seu texto. Essa é uma categoria de leitor inscrita no texto, constituída no próprio ato da escrita. No entanto, o texto, no processo de leitura, entra em relação direta com leitores reais os quais estão em interlocução com este leitor-virtual. Por isso, a relação de produção de sentidos se dá entre sujeitos, mas nunca numa relação biunívoca entre sujeito e objeto.

estão em relação harmônica com as condições de produção da(s) leitura(s) possíveis. A única relação que pode ser seguramente harmônica é a relação do autor com seu leitor virtual, pois essa relação está no nível das projeções, das formações imaginárias que fazem com que o autor destine seu dizer a um determinado interlocutor:

Mais amplamente, há um outro aspecto importante da representação do leitor no processo de leitura. O outro, isto é, o leitor na medida em que lê, se constitui, se representa, se identifica. A questão da compreensão não é só do nível da informação. Faz entrar em conta o processo de interação, a ideologia. (ORLANDI, 1996, p.185)

Por conta disso, a relação com os possíveis leitores reais será sempre tensa, visto que a leitura instaura-se como um espaço de interlocução que, inevitavelmente, confronta sentidos derivados de formações discursivas diferentes que trazem diferentes posições-sujeito mobilizando esses sentidos. Conforme Indursky:

É preciso ter em conta, também, que o leitor é um sujeito interpelado e identificado com uma FD. Isso implica que o sujeito-leitor vai ocupar uma posição-sujeito em relação àquela ocupada pelo sujeito-autor, com ela identificando-se ou não. Ou seja, o sujeito-leitor vai produzir sua leitura desde seu lugar social e este pode ou não coincidir com o lugar social do qual o sujeito-autor produziu o texto. Por conseguinte, a produção de leitura vai mobilizar, num primeiro momento, essas duas posições-sujeito. (2001, p. 34)

Essa é a tensão necessária que instala o efeito-texto, sempre relativo ao momento em que ele é mobilizado por um sujeito-leitor em sua posição-sujeito. Isso implica, para a autora, numa outra concepção para o efeito-texto, visto como *heterogeneidade provisoriamente estruturada*. Esta concepção corrobora com a questão da legibilidade relativa do texto:

A cada novo sujeito-leitor, novas relações podem ser estabelecidas, novas leituras podem ser produzidas, novos efeitos de memória podem ser mobilizados, novas interpretações podem ser projetadas. E é esse trabalho discursivo de atribuição de sentidos, instaurado pela produção da leitura, que o constitui em sujeito-leitor. Diria mesmo que a prática discursiva da leitura instaura uma disputa de interpretações entre o sujeito-leitor, o sujeito-autor e todas as outras vozes anônimas provenientes do interdiscurso, pelo viés do *efeito-texto*. (2001, p. 36-37)

Obviamente, a relação engendrada pelos textos, no âmbito dos estudos lingüísticos, sempre esteve baseada nas relações puramente parafrásticas, fazendo desse processo um limitador da interpretação. Isso é acentuado pelas oposições entre gramatical/agramatical, certo/errado que culminam na oposição legível/ilegível. Nesses termos, tais estudos, desconsiderando o texto em suas condições de produção discursivas, não se deram conta de que os conhecimentos não são partilhados homogeneamente pelos sujeitos, o sentido do texto

não é nuclear e oriundo de um autor, sujeito fonte de todo sentido. Esses conhecimentos são sempre socialmente distribuídos, por isso, não-passíveis de serem reduzidos a informações factuais e mensuráveis. A polissemia é reintegrada à ordem da língua:

Através dessa noção [texto], entendida como unidade diferente, em natureza, da soma de frases – como conceito que acolhe o processo de interação e a relação com o mundo pela (e na) linguagem – nos instalamos no domínio da significação como multiplicidade (polissemia, efeito de sentidos) e não como *linearidade informativa*.(ORLANDI, 1996, p. 139)

Numa ordem discursiva, portanto, o texto deixa de ser espaço eminentemente parafrástico para instaurar-se como espaço polissêmico em que, mais do que informar, produz sentidos ligados às condições de produção da escritura-leitura. A natureza do texto, nesses termos, é tensa, dialógica, pois assim como não pode se abster do processo parafrástico (reformulação), não há como abrir mão da constante interlocução entre as posições-sujeito engendradas na textualização, as posições-sujeito do autor e do leitor e ainda as posições-sujeito que se engendram no texto pelas relações interdiscursivas. O texto não é mais o império de um significante, mas dos significados em toda sua pluralidade, não sendo objeto que se fecha, mas que, pelo contrário, abre um feixe de possibilidades.

Promovendo, portanto, esse olhar menos objetivo sobre texto, critérios de textualidade e, primordialmente, sobre os sujeitos que interagem nos processos de leitura e escritura, nega-se, contundentemente, a possibilidade de pensar, segundo Orlandi, na existência de:

- a) “um autor onipotente, cujas intenções controlassem todo percurso da significação do texto;
- b) a transparência do texto, que diria por si toda (e apenas uma) significação; e, ainda,
- c) um leitor onisciente, cuja capacidade de compreensão dominasse as múltiplas determinações de sentidos que jogam em um processo de leitura” (1988, p. 11).

É com base nessa perspectiva sobre o texto que encontramos, na AD, a porta de entrada para um estudo menos delimitador de nosso objeto de estudo. Assim, ao observarmos o hipertexto da perspectiva discursiva, e principalmente, os gestos de leitura que sobre ele se instauram, vemos a multiplicidade de direcionamentos, a multiplicidade de planos significantes de uma ótica diferenciada daquela que a LT produziu. Voltamos a Orlandi (2004, p. 14) e a suas explanações sobre o texto:

Diferentes versões de um texto, diferentes formulações constituem novos produtos significativos [...] qualquer modificação na materialidade do texto corresponde a diferentes gestos de interpretação, compromisso com diferentes posições de sujeito, com diferentes formações discursivas, distintos recortes de memória, distintas relações com a exterioridade.

Isso quer dizer que se a lingüística descreve o texto, se diz precisamente o que existe nele, de acordo com uma análise fechada, prevê seu arranjo interno, uma teoria do discurso como a AD, amparando-se na lingüística como suporte, mas negando a centralidade imposta por seus estudos, procurando exatamente o fragmentário que constitui a língua, o impossível, a incompletude, pois, constitutivos, busca trabalhar naquilo que do exterior atravessa o texto, em sua discursividade, relacionando-o a uma situação de produção (situação social, cultural, política) e, primordialmente, com o trabalho simbólico que o carrega de sentidos.

O texto contém em si o dito e o não-dito. As relações de sentido se estabelecem entre o que está no texto e o que está fora dele. Assim, as fronteiras estabelecidas pela análise de conteúdos entre texto e não-texto deixam de ser fronteiras para existirem como elos entre o que está materializado (superfície lingüística) e aquilo que do exterior nele se acha latente produzindo ‘efeitos’ de sentidos (pré-construídos/ memória discursiva).

Segundo Pêcheux (1997b) os processos de leitura sempre tiveram por fundamento impor “ao sujeito-leitor seu apagamento atrás da instituição que os emprega” (p.57) descaracterizando o processo de interpretação e, logicamente, a inserção do sujeito na constituição dos sentidos. Note-se que, com a concepção de sujeito e de sentido com que a AD trabalha, não há espaço para a fixação do texto como espaço intencionalmente construído e marcado pela completude (esta é efeito pertencente a um imaginário), pois, na perspectiva discursiva, esses conceitos são revestidos de outros significados. O texto é atualização de sentidos, é o momento em que o discursivo coloca-se “como” transparência e *sendo atualização da memória discursiva, a formulação (texto) se faz materialmente pela colocação do discurso em texto, pela textualização* (ORLANDI, 2001, p. 11).

Para a AD, o texto é unidade complexa de significação em que devem ser consideradas as condições de sua produção. Não há, para a perspectiva discursiva, texto antes do processo de interação. Logo, segundo Orlandi, *em termos de sua dimensão, o texto, além de não progredir apenas em uma direção e não crescer somente para a frente, tem relação com o que ele não é, uma vez que o espaço simbólico (os implícitos) entre enunciados efetivamente realizados é constitutivo do texto, bem como sua relação com outros textos* (1988, p. 22).

Portanto, o que até aqui foi exposto com a concepção de texto como efeito, como heterogeneamente constituído, nos leva situar um sujeito-leitor que produz sentidos vinculados a uma rede de relações exteriores à materialidade puramente lingüística. A

linearização, sintagmatização de saberes exteriores que se projetam no texto escrito, pelas relações interdiscursivas, nos leva, na análise do texto digital, em sua estrutura linkada, a refletir acerca de como essa rede de textos conectados produz essa sintagmatização. Não estamos nos referindo ao texto que compõe cada janela interligada, mas, justamente, ao que liga as janelas para formar os chamados hipertextos. Por isso, salvaguardadas as ressalvas, enfocamos o conceito de anáfora discursiva para lançar uma reflexão sobre o funcionamento dos hiperlinks constituidores do texto digital.

Essa discussão se fez necessária para nós, no momento em que o hipertexto foi estudado segundo os moldes da LT e, principalmente, quando seus elementos constituidores, os links, foram associados aos tradicionais dispositivos de coesão textual. Por isso, é com o intuito de trabalhar sobre o cerceamento que a lingüística textual impõe aos elementos de referenciação e sobre a impossibilidade de encerramento do funcionamento fluido dos links a essas categorias, que buscamos o conceito de anáforas discursivas em oposição ao processo de anaforização da lingüística textual.

2.2 Pensando na Anáfora Discursiva e no Processo de Articulação de Pré-Construídos

Herdeiros da ciência moderna, os textos obrigam seus leitores a tratá-los analiticamente partindo do todo para as partes ou das partes para o todo. Há uma unidade temática, que se constitui no centro único do texto, responsável por aquilo que é considerado como coesão textual. Retomar a categoria da anáfora, de um modo geral, nos interessa porque, na ordem dos estudos lingüísticos do texto, ela representa um elemento fulcral na busca pela centralização das informações e pela formação de um texto nuclear. De nossa parte, a reflexão do elemento anafórico permitiu-nos lançar mão de outros fundamentos teóricos para pensá-lo no sentido oposto a essa busca por centralidade do texto. É do lugar da análise de discurso que abordamos o processo de anaforização não como processo de fechamento do texto, marcado por relações endofóricas, mas como processo de abertura.

Preocupados em saber quais são os critérios de coesão e coerência do texto, os lingüistas trabalharam sobre um objetivo central: os elementos do interior do texto devem dar conta da textualidade e da legibilidade deste objeto. No entanto, mesmo sendo produtivo para pesquisas em torno da textualidade e alavancando modelos de escritura e de interpretação das formas lingüísticas, tais estudiosos produziram uma maneira “embaçada” de ver o texto em sua globalidade, se é que isso é possível.

Tal como exposto precedentemente, o processo anafórico passa por um entendimento da referência, da significação sempre em relação a uma rede de retomadas, ancorada

puramente no nível da sintaxe, a exemplo do que expomos com Halliday e Hassan, Beaugrande e Dressler, Bernárdez. Segundo tais perspectivas as palavras passam a relacionar-se entre si, no interior do texto, como se as formas da língua pudessem margear os movimentos interpretativos. Temos isso explícito em Marcuschi (1983, p. 31), quando aponta contundentemente que *as pronominalizações sempre correferem elementos da estrutura do texto, nunca entidades não recobráveis nesta estrutura*.

É importante destacar que tal observação advém de um domínio próprio da semântica estrutural e que privilegia as relações endofóricas, presentes na superfície lingüística. Essa busca por limites internos às formas da língua está atrelada ao cerceamento da ambigüidade, da polissemia, tidos como desvios das regras de boa formação textual. Contudo, ocupando-se da determinação histórica dos processos de interpretação, a AD desvincula a noção de textualização, tal como já explanamos, de um espaço de linearidade e literalidade significativa, para adentrar no campo do texto enquanto espaço simbólico, passível da falha, do efeito metafórico e do equivoco. É nessa perspectiva que os clássicos processos de coesão e coerência tomam uma feição menos determinista, já que os elementos lingüísticos, no entender da AD, são mediadores, materializadores da relação do sujeito com o ideológico e o social. Assim, em contraste com os pressupostos teóricos e metodológicos da lingüística do texto, a análise de discurso não se limita à interioridade, mas faz apelo à relação intrínseca que as formas da língua mantêm com a exterioridade e, principalmente, vê que é na interlocução entre a linguagem, o sujeito e a história que os sentidos trabalham. Para isso os conceitos de textualidade e textualização tomaram formas mais complexas.

Para tanto, em AD, fala-se em um processo discursivo de construção do referente, o que significa que há uma relação da linguagem com o mundo que não é direta, harmônica e homogênea, pois essa relação é intermediada, atravessada pelo ideológico, que existe estabelecendo as relações mundo-linguagem de formas diferentes, contraditórias. Esse espaço de mediação é o que possibilita vermos a incompletude, a fluidez e hibridez da língua. Assim, de acordo com Orlandi (2004, p. 29) *Não partimos, como na análise de conteúdo, da exterioridade para o texto, ao contrário, procuramos conhecer esta exterioridade pela maneira como os sentidos se trabalham no texto, em sua discursividade*.

A anáfora discursiva é, diferentemente da anáfora textual, uma exterioridade social e histórica. Logo, as remissões e projeções realizadas por este elemento tido como sendo de “coesão” ejetarão o leitor sempre para o interdiscurso, dado o atravessamento de elementos pré-construídos que configuram o elemento anafórico. Indursky elucida esta questão:

Enquanto que no processo anafórico frasal e textual são estabelecidas relações internas, no processo anafórico discursivo não se limitam as relações à interioridade do recorte do discurso, tendo em vista a própria noção de recorte.⁷³ (1997, p. 718)

O que se entende por anáfora discursiva é, portanto, para a autora “*um processo num espaço teórico-analítico privilegiado para refletir sobre as relações que a forma material do discurso estabelece com a exterioridade*” (1997, p. 719); tratando-se de um domínio sobre o qual se estabelecem relações intradiscursivas em constante conexão com o interdiscurso, ultrapassando claramente o limite do texto. Ainda, segundo a autora, *Pensar o processo anafórico na ordem do discurso implica, pois, a interpretação e a produção de efeitos de sentido insuspeitáveis na ordem do texto.* (1997, p. 720)

Tomando, por conseguinte, os deslocamentos que a AD realizou, no campo dos estudos da linguagem, podemos gradualmente deslocar os elementos de coesão para uma esfera menos delimitadora, pois, se contexto passa a ser condições em que se produzem o texto, suas contingências histórico-sociais; se ao invés de tratar da função dos elementos lingüísticos, passa-se a olhar para seu funcionamento; se a paráfrase encontra na polissemia uma relação tensa e dialógica; se, fundamentalmente, a noção de recorte passa a recobrir a noção de segmento, não há mais como pensar em elementos de coesão da perspectiva intralingüística, já que, a partir dos pressupostos da AD, uma determinada referência, feita no interior de um texto, pode necessitar de remissão ao interdiscurso para que seja significada. É, portanto, o processo de exoforização que caracteriza o funcionamento da anáfora discursiva. Mas não simplesmente como uma dêixis, à semelhança do que pratica a Lingüística do Texto, já que a correferencialidade entre uma classe pronominal, interna ao texto e seu referente, não pode ser estabelecida com base em um contexto imediato, simultâneo às condições de produção de um texto. Ao contrário, sob a perspectiva da AD, esse exterior é também anterior, porquanto é histórico.

Com base, portanto, em tais deslocamentos a anáfora discursiva apresenta dois pressupostos, segundo as análises de Indursky (1997, p. 720)

- a) Constrói-se sobre um **dito** retomado na superfície textual e;
- b) Sobre um **já dito** retomado na exterioridade do texto, no interdiscurso;

Neste entrelaçamento com o interdiscurso tem-se como propósito algo além do que buscar a informação transmitida e estável, mas ver como os efeitos de sentido constroem-se.

⁷³ Segundo Orlandi (1984: 14) O recorte é um fragmento da situação.

Conforme exemplo que segue, retirado da análise de Zandwais (2006⁷⁴), em texto sobre as fronteiras entre estrutura e exterioridade, esclarecemos a diferenciação entre a anáfora textual e a anáfora discursiva. A autora traz o seguinte enunciado, produzido durante uma assembléia de municipais de Porto Alegre, na qual se estabelece um embate entre funcionários da Prefeitura e o Governo Olívio Dutra, em virtude da rejeição de um pedido de aumento salarial:

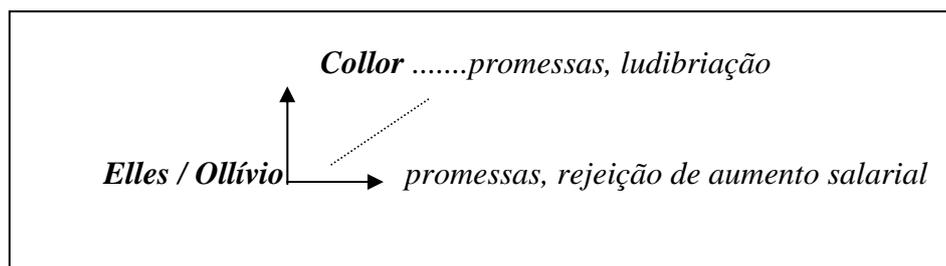
QUEM QUISER QUE CONTINUE A CONFIAR NELLES !!!

Pelos parâmetros da lingüística textual, deveria ser analisada aqui uma relação de pronominalização ou, uma anáfora pronominal, tendo em vista a necessária co-referência existente entre o referente e seu anafórico. O pronome *Nelles* deveria estar ligado a um referente endofórico, contudo a relação que se estabelece neste enunciado não encontra ligação intratextual, pois, além de não haver uma relação de referenciação explícita, há elementos que apontam um já-dito retomado no enunciado em questão. O que se evidencia aqui é o fato de que as práticas discursivas, sendo produzidas em determinadas contingências, atualizam os fatos históricos, contudo, há, subjacente a essa atualização, uma reprodução, um movimento parafrástico que renegocia os sentidos. Voltemos ao enunciado no interior do texto de que foi retirado pela autora:

*Abaixo esta ditadura desta burguesia Petista que nunca soube o que é trabalho de verdade, pois sempre gigolearam os trabalhadores... Xôo... Xiitas... Mas o que **elles** escondem é que são essa administração que está aí. Que **elles** avalisaram as promessas feitas por **Ollívio**/Traso aos municipais à véspera da eleição... Até hoje nenhuma foi cumprida. [...]* (União Municipal 1990)

O que se coloca como contundente é a relação estabelecida entre os atos de enganar, ludibriar ao então presidente Fernando Collor de Melo. Segundo a autora: *o que **elles** significa não depende de relações endofóricas estabelecidas entre itens lexicais e os itens gramaticais que os retomam, mas de uma exoforização e de uma inscrição dos pronomes em acontecimentos enunciativos [...]*. (ZANDWAIS, 2006). Vejamos a representação que segue das relações intra e interdiscursivas que se estabelecem na atualização enunciativa:

⁷⁴ Texto no prelo.



Num nível interdiscursivo está um conhecimento retido na memória que ecoa quando os sentidos começam a aproximar-se. O funcionamento anafórico se dá nesse ponto de intersecção entre uma memória e sua atualização, transformação, rediscursivização. Assim, este mesmo exemplo sendo analisado dentro dos paradigmas da análise de discurso, traz, no processo de anaforização, outros elementos de base interpretativa e que não podem ser respondidos na superfície textual, pois o elemento anafórico passa a adquirir sentido somente em relação a um acontecimento histórico anterior, isto é, a prática política demagógica e ludibriadora instaurada pelo PRN durante o governo Collor.

A relação referencial é clivada agora por uma relação discursiva. À noção de coesão textual, tal como fundamentada no contexto da LT, sobrepõe-se um conceito de coesão que desloca a função intra-referencial no texto, para uma noção exofórica que depende sempre de pré-construídos para ser significada. Os elementos de referenciação textual exigem do leitor o estabelecimento de relações sociais e históricas que fazem com que o processo de leitura seja um processo de retomada de acontecimentos enunciativos que, linearizados na superfície textual, apagam o interdiscurso na materialidade pura do texto. Temos, para tanto, que o elemento anafórico é um recorte que não significa por si, mas é uma janela aberta, que pode ser interpretada somente com referência aos domínios de saberes próprios das FDs que o engendram e não uma costura entre partes do texto. A condição de legibilidade, de que falamos precedentemente, impõe-se, assim, como construção de referentes por uma relação entre língua e interdiscurso, entre o dito e o que a ele subjaz.

Prevedo que “todo discurso nasce em outro” (Orlandi, 1988, p. 18), os processos de referenciação não podem conter vinculações meramente intra-lingüísticas. Isso seria contribuir para a edificação do imaginário de onipotência da língua. O que se propõe é que há um antes, um já-dito que estabelece o elo entre a materialidade (elemento referenciador) e aquilo que significa, que o faz referenciar de um modo e não de outro. Nesses termos, de acordo com os saberes implicados em determinado contexto histórico-social e ideológico, serão produzidos efeitos distintos para um mesmo elemento lingüístico.

Tomando de Sériot (1985) a noção de relação anafórica, a temos formulada como *um ponto de passagem entre a coerência linear superficial, das formas de um texto e formulações textuais anteriores, o interdiscurso que é pura condição de possibilidade e ao qual está misturado por entrelaçamentos inextrincáveis*. Com efeito, devemos ter em conta que a anáfora discursiva não repete, não retoma itens anteriores, ela produz uma referenciação que está no nível discursivo e não lingüístico.

Com isso não se quer dizer que a referenciação eminentemente intra-lingüística não tenha sua contribuição para o tecido discursivo. Contudo, tal contribuição continua presa a uma ordem lógica de cristalização dos movimentos interpretativos. O que se propõe, quando é lançado um olhar de discursivista para os processos de referenciação, é que estes estejam sempre pautados na abertura do simbólico, estejam no domínio em que o lingüístico não prescinde do que é da ordem do não lingüístico. Trata-se de uma relação orgânica e não mecânica. A anterioridade que define a atualização do material lingüístico está atrelada a cada movimento do sujeito sobre o texto. Reportando-nos a nosso caso específico, cada clique do leitor sobre um hiperlink acessível está pautado por um movimento interdiscursivo, mesmo nos acessos negados e que geram um retorno, dado que a negação e o retorno estão determinados por um processo interdiscursivo que “falam o sujeito” no momento da leitura.

Trabalha-se, portanto, sobre a existência de uma anterioridade que é a essência do processo discursivo. Tal anterioridade resulta em efeitos na enunciação. Observa-se que subjaz à forma lingüística, no nosso caso o link, o interdiscurso e seus efeitos de pré-construídos, os quais conferem ao gesto de leitura uma filiação a sentidos outros, anteriores e que determinam o direcionamento do texto. Nesses termos, a questão da legibilidade está diretamente associada ao gesto interpretativo. Para produzir sentidos, é preciso estar filiado a uma rede de memória que, implicitamente, direciona a leitura, produzindo um texto ímpar em que uma representação predomine sobre tantas outras possíveis, representação essa oriunda das práticas do leitor que, antes de lê-lo, é efeito de uma leitura que o mundo faz sobre ele. Logo, ler é reflexo, é projeção de uma anterioridade que parece ser ausente, mas faz ecos.

A consistência de um texto está associada, portanto, à relação que o material lingüístico mantém com a exterioridade. O ponto de vista que lançamos sobre a textualidade faz com que nos detenhamos no fato de que o princípio da “coerência”, tal como proposto pela LT, é uma ilusão, já que aquilo que faz sentido para um sujeito, desde sua filiação aos saberes de uma FD, não faz para outro, já que mudam as filiações e as contingências históricas e sociais.

A proposta de que partimos, portanto, cerca-se de um cuidado: não há muitas e todas as leituras possíveis sempre. Partimos do ponto fundamental que há sempre algumas leituras

possíveis e outras que não condizem como o modo de filiação do texto a uma rede de sentidos. Isso entra como consequência da filiação histórico-ideológica do sujeito-leitor, de acordo com a FD da qual se posiciona.

Enquanto o processo de referência endofórica pauta-se por uma sintaxe horizontal, linear, em que elementos são retomados, repetidos, e significados dentro do espaço tangível do texto, o processo discursivo pressupõe que os elementos anafóricos sejam recortes, que se definem por uma escala bem mais complexa do que a retomada de um elemento anterior. Não falamos em uma sintaxe, em segmento mensurável que suture o texto. O papel de um elemento anafórico discursivo está centrado justamente na incompletude própria do texto, na porosidade de suas margens. A anaforização discursiva faz intervir a idéia de ruptura do fio discursivo, desenraiza-se da noção de linearidade. Isso implica a restituição da presença do sujeito, em uma posição-sujeito, numa formação discursiva dada, a partir de determinadas condições de produção.

É nesse ponto que justificamos nossa intenção em analisar hiperlinks como anáforas discursivas. Expliquemo-nos: se um anafórico discursivo está ainda ligado à retomada de um elemento da superfície lingüística, tal como exemplo (I) de Zandwais, pensamos que essa não é uma relação própria da AD, pois implícitos, pré-construídos existem na relação tensa entre materialidade lingüística e interdiscurso o que coloca o anafórico como elemento que retoma já-ditos.

Assim, a enunciação (temos a leitura em texto digital como um processo enunciativo) está entrelaçada a outras enunciações anteriores (paráfrase), ocorridas em domínios diferentes e que sedimentadas produzem efeitos sobre a superfície lingüística atualizando-a. A anáfora discursiva é, dessa forma, um mecanismo de linguagem que aponta, assim como os dêiticos, para lugares de enunciação⁷⁵, mas, numa perspectiva mais ampla, mantém relação intrínseca com sentidos dispersos, que intervêm na leitura pelos olhos do leitor singularmente situado diante do texto. Nesses termos, a anáfora discursiva pressupõe, antes de tudo, a possibilidade de polissemia. É neste ponto fundamental que nos ancoramos para a análise dos hiperlinks, tal como o faremos nas análises que seguem.

⁷⁵ Ao salientarmos a noção de lugares precisos de enunciação, estamos nos referindo ao mecanismo da dêixis como um mecanismo virtual. Não podemos relacionar nossa proposta à abordagem clássica dos dêiticos como marcadores do lugar do sujeito na linguagem, dada a idealização da noção de sujeito na teoria clássica da enunciação.

3 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O OBJETO DE ESTUDO – HIPERTEXTO: O TEXTO ESTILHAÇADO⁷⁶

3.1 A Virtualização do Texto

Nas sociedades orais, as mensagens discursivas são sempre recebidas no mesmo contexto em que são produzidas. Mas, após o surgimento da escrita, os textos se separam do contexto vivo em que foram produzidos. É possível ler uma mensagem escrita cinco séculos antes ou redigida a cinco mil quilômetros de distância – o que muitas vezes gera problemas de recepção e de interpretação. Para vencer essas dificuldades, algumas mensagens foram então concebidas para preservar o mesmo sentido, qualquer que seja o contexto (o lugar, a época) de recepção: são as mensagens ‘universais’ (ciência, religiões do livro, direitos do homem etc.). Esta universalidade, adquirida graças à escrita estática, só pode ser construída, portanto, à custa de uma certa redução ou fixação do sentido: é um universal ‘totalizante’. [...] a cibercultura leva a co-presença das mensagens de volta a seu contexto como ocorria nas sociedades orais, mas em outra escala, em uma órbita completamente diferente. A nova universalidade não depende mais da auto-suficiência dos textos, de uma fixação e de uma independência das significações. Ela se constrói e se estende por meio da interconexão das mensagens entre si, por meio de sua vinculação permanente com as comunidades virtuais em criação, que lhe dão sentidos variados em uma renovação permanente (LÉVY, 1999, p. 15).

Partindo do ponto de vista de Pierre Lévy (1999), temos que os textos, oriundos da necessidade de estratificação da escrita e, conseqüentemente, de fechamento semântico, direcionam seus usuários a tratá-los analiticamente, segundo um princípio de sucessão linear, pautando-se por uma “fixação do sentido”. Esse hermetismo prima pela elisão de fatores exteriores à materialidade puramente lingüística. No entanto, o contexto informatizado, com o surgimento da Internet⁷⁷, propiciou o que veio a ser chamado ciberespaço, que se constitui em um novo ambiente de enunciação e comunicação que, com suas múltiplas linguagens, com a infinita possibilidade de interação, com a velocidade do fluxo de informações e com sua estrutura multimidiática potencializa o ambiente digital, fazendo dele técnica e objeto cultural.

⁷⁶ Esta expressão tem origem em Barthes (1970) ao referir-se ao um texto sem centro. Trata-se de sua discussão no livro *S/Z*, de onde parte um ideal de textualidade aberta que se caracteriza pela possibilidade de múltiplos trajetos e cadeias. Essa textualidade para Barthes prima pelo inacabamento: “o texto é uma galáxia de significantes”.

⁷⁷ Termo derivado da palavra inglesa *Internetworking*, que significa interconexão de redes. A Internet, na verdade, é composta por uma infra-estrutura computacional e de telecomunicações que propicia a transferência de informações por redes espalhadas por diversos países.

Por essa razão, a Internet suscita e expressa um ambiente cognitivo diferenciado que resulta em um novo modo de produzir texto: o “hiper” texto.

O termo hipertexto surgiu em 1965 quando Theodore Nelson, em um projeto chamado Xanadu, propôs a implementação de uma rede de publicação eletrônica, instantânea e universal – um verdadeiro universo documental⁷⁸. O termo está relacionado à idéia de leitura/escrita não-linear em sistemas informatizados para caracterizar um tipo de estrutura textual eletrônica de unificação de idéias e de dados próprios dos ambientes informatizados (www⁷⁹). É um sistema de organização de dados que produz uma rede não sequencial e associações que permitem examinar distintos temas, independentemente de sua ordem de apresentação. Trata-se de uma série de blocos de textos conectados entre si por nexos, que formam diferentes itinerários para o usuário.

Desde então, o termo hipertexto tornou-se expressão de produção de sentido não-linear, envolvendo uma crise nas clássicas visões sobre texto, as quais têm operado com a perspectiva de unidade temática, o que pressupõe um centro estático. Com a digitalização do texto, pelo contrário, não se buscam o centro e a unidade, mas a multiplicidade, busca-se uma supra-textualidade. A partir da idéia, entre outras, de rizoma⁸⁰, pensamos que se buscam os caminhos, os movimentos, os cruzamentos pautados por uma não-centralidade que negligencia qualquer restrição e tentativa de tangenciar o texto. Na esteira do projeto de Nelson, a tecnologia da informação proporcionou maior velocidade de acesso, um volume infinitamente maior de documentos disponíveis à sociedade, e associações, em uma mesma mídia, de textos, imagens e sons.

Esse agenciamento multisemiótico na estrutura hipertextual perturba a estabilidade que o suporte impresso produziu, favorecendo um contraponto deste com o suporte digital. Há elementos básicos e preponderantes na estrutura hipertextual que a distanciam dos suportes impressos. Elencaremos os seis princípios básicos citados por Lévy (1993, p. 25-26) para caracterizar o hipertexto:

⁷⁸ No mesmo ano foi criado o *mouse* por Douglas Engelbart.

⁷⁹ **World Wide Web**, biblioteca de recursos que pode ser utilizada pelos usuários de computadores conectados à Internet. Permite o acesso a uma grande quantidade de informação: arquivos de publicações periódicas, bibliotecas públicas ou universitárias e notícias atualizadas de todo tipo. Graças à forma como está organizada, é possível mover-se de um recurso a outro com facilidade. A conexão às distintas fontes, isto é, os computadores que atuam de servidores de informação, se faz de forma automática e oculta para o usuário. As páginas de WWW estão escritas em HTML (sigla de *Hypertext Markup Language*), linguagem de hipertexto. Também se utiliza HTTP (sigla de *Hypertext Transfer Protocol*), o protocolo de transferência hipertexto, para as comunicações entre equipamentos de informática. World Wide Web foi desenvolvida em 1989 por um cientista inglês, Timothy Berners-Lee. O propósito original do sistema foi permitir que os equipamentos de pesquisadores de física de altas energias do CERN (Centro Europeu de Pesquisas Nucleares) de Genebra, Suíça, pudessem trocar informação.

1. **Princípio de Metamorfose:** a rede hipertextual está em constante construção e renegociação. Ela pode permanecer estável durante um certo tempo, mas esta estabilidade é em si mesma fruto de um trabalho. Sua extensão, sua composição e seu desenho estão permanentemente em jogo para os atores envolvidos, sejam eles humanos, palavras, imagens, traços de imagens ou de contexto, objetos técnicos, componentes destes objetos, etc;
2. **Princípio de heterogeneidade:** os nós e as conexões de uma rede hipertextual são heterogêneos. Na memória serão encontradas imagens, sons, palavras, diversas sensações, modelos, etc., e as conexões serão lógicas, afetivas, etc. Na comunicação, as mensagens serão mídias, multimodais, analógicas, digitais, etc. O processo sociotécnico colocará em jogo pessoas, grupos, artefatos, forças naturais de todos os tamanhos, com todos os tipos de associações que pudermos imaginar entre estes elementos;
3. **Princípio de multiplicidade e de encaixe de escalas:** o hipertexto se organiza de um modo ‘fractal’, ou seja, qualquer nó ou conexão, quando analisado, pode revelar-se como sendo composto por toda uma rede, e, assim por diante, indefinidamente (...);

Ao que acrescentamos dizendo que as multiplicidades se definem pelo fora. Este princípio concebe a abertura do hipertexto e sua relação com um número infinito de textos. Este elemento torna o hipertexto fecundo, tendo em vista que ele se multiplica a cada novo clique do usuário que proporcionará a expansão das dimensões hipertextuais.

4. **Princípio de exterioridade:** A rede não possui unidade orgânica, nem motor interno. Seu crescimento e sua diminuição, sua composição e sua recomposição permanente dependem de um exterior indeterminado: adição de novos elementos, conexões com outras redes;

⁸⁰ Rizoma: Conceito ligado aos princípios da conexão e da heterogeneidade: qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo (DELEUZE e GUATTARI, 1995).

5. **Princípio de topologia:** Nos hipertextos, tudo funciona por proximidade, por vizinhança. Neles, o curso dos acontecimentos é uma questão de topologia, de caminhos. Não há espaço universal e homogêneo onde haja forças de ligação e separação, onde as mensagens poderiam circular livremente;
6. **Princípio de mobilidade dos centros:** A rede não tem centro, ou melhor, possui permanentemente diversos centros que são como pontas luminosas perpetuamente móveis, saltando de um nó a outro, trazendo ao redor de si uma ramificação infinita de pequenas raízes, de rizomas (...) correndo para desenhar mais à frente outras paisagens de sentidos;

Para complementar os princípios de Lévy, ressaltamos mais duas características do hipertexto, a primeira ligada ao princípio da mobilidade de centros e a segunda ao princípio de heterogeneidade. São elas:

7. **Não-linearidade:** em oposição ao texto nuclear clássico, não há um centro norteador da informação, os links abrem novos centros que ligados uns aos outros formam um grande rizoma, Deleuze e Guattari (1995).⁸¹
8. **Multissêmico:** é o recurso que viabiliza a união de diferentes recursos em uma mesma superfície de leitura como ícones, gráficos, sons. Essa característica é primordial para o entendimento do hipertexto, tendo em vista a união de várias linguagens a serviço do texto.

A abordagem mais simples do hipertexto o descreve, em oposição a um texto linear, como um texto estruturado em rede. O que possibilita esse processo de conexão e que faz com que uma rede de textos seja um hipertexto é a existência dos *hiperlinks*, os quais trabalham, fundamentalmente, como elementos apontadores de caminhos para navegação na rede. Os hiperlinks são vínculos eletrônicos que permitem a amarração entre vários textos, possibilitando uma rede de sentidos contínuos, sendo a materialidade hipertextual uma deriva

⁸¹ Conceito ligado aos princípios da conexão e da heterogeneidade: qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. SP: Ed. 34, 1995-1997.

constante, em que os sentidos estão sempre em curso. Este é o ponto fundamental de sustentação desse ideal de textualidade. Por isso, a ausência de centro, o efeito de incompletude e o não fechamento são inerentes ao hipertexto, tendo em vista seu caráter multidimensional, multidirecional e eminentemente interpretativo enquanto espaço simbólico. O hipertexto é constituído, portanto, de nós (os elementos de informação, parágrafos, páginas, imagens, seqüências musicais etc.) e de ligações entre esses nós (referências, notas, indicadores, ‘botões’ que efetuam a passagem de um nó a outro). Segundo Landow:

Con hipertexto, pues, me referiré a um médio informático que relaciona información tanto verbal como no verbal. Los nexos electrónicos unen lexias tanto ‘externas’ a uma obra, por ejemplo um comentario de ésta por outro autor, o textos paralelos o comparativos, como internas y así crean um texto que el lector experimenta como no lineal o, mejor dicho, como multilineal o multiseccional. (1995, p. 15-16)

Os hipertextos permitem, dessa forma, a problematização do pensamento logocêntrico ocidental e corroboram com as concepções de autores que usaram termos como ‘nexo, rede, trama, trajeto, conexão, interconexão’. Destacamos a importância do pensamento não linear, a negação das margens como cerceadoras dos movimentos do sujeito que já eram vislumbradas fora da emergência de uma tecnologia informática. Temos em Barthes (1970⁸², *S/Z: uma análise da novela Sarrasine de Honoré de Balzac*) as noções de texto estelar, lexias, nexos; em Foucault (1969⁸³, *Arqueologia do Saber*) a concepção de texto em termos de rede, pautando seu projeto de análise arqueológica do conhecimento no ideal de dispersividade, salientando a fragilidade das noções de margem, linearidade e hierarquização de informações; citamos ainda Derrida (1971), *A escritura e a Diferença*) que reclamou a existência de uma nova forma de escritura que escape às limitações da linearidade. Note-se, para tanto, que, em essência, o desafio da linearidade se delineou, durante o século XX, como um efeito das restrições que um sistema logocêntrico de produção de conhecimento produziu. Isso comprova que a hipertextualidade foi delineada antes como uma crítica aos clássicos movimentos coercitivos do sujeito e de seu fazer sentido.

Incorporando o conceito de texto aberto, o hipertexto aproxima-se da proposta que Barthes trazia na década de setenta, com o conceito de texto estelar ou estilhaçado. Para este autor todo texto é plural. Tudo significa sem cessar e várias vezes, mas sem se submeter a um grande conjunto final, a uma estrutura última. O texto, em sua perspectiva, é uma rede com

⁸² Referimo-nos à edição do texto original, no entanto, usamos como referência a edição brasileira publicada pela Editora Nova Fronteira em 1992.

⁸³ Referimo-nos à edição do texto original, no entanto, usamos como referência a 7ª edição brasileira publicada pela editora Forense Universitária em 2004.

mil entradas, na qual o leitor pode ou não obedecer a uma ordem, organizando-se, assim, sempre para uma re-leitura. O autor queria comparar o texto a um céu, simultaneamente plano e profundo, sem margens, nem ponto de referência, no qual se observa a migração dos sentidos.

Barthes descreve, dessa forma, um ideal de textualidade que coaduna com o hipertexto. Em suas palavras:

[...] neste texto ideal, há uma abundância de redes que atuam entre si, sem que nenhuma possa impor-se às demais. Trata-se de uma galáxia de significantes e não de uma estrutura de significados, não tem princípio, mas diversas vias de acesso, sem que nenhuma delas possa ser qualificada como principal. Os códigos que mobiliza se estendem, são indeterminados. Os sistemas de significados podem impor-se a este texto absolutamente plural. (1992, p. 15)

Na perspectiva, da conectividade, tudo pode entrar em relação com tudo. Isso implica o reconhecimento de uma transformação na relação do homem com as formas de comunicação. Não há linearidade, nem caminhos fixos a seguir, logo os sentidos passam da esfera do *fixo* para a do *fluxo* contínuo, ou seja, os sentidos podem ser muitos e estão sempre à deriva, em devir, conforme Lévy (2000) *Nosso “fazer sentido”, neste paradigma, foi transformado os conhecimentos se tornam obsoletos cada vez mais rapidamente. O saber-estoque é substituído por um saber – fluxo em aceleração constante.* (2000, p. 25).

A presença de múltiplos trajetos de leitura perturba o equilíbrio entre leitor e escritor. Além disso, a separação hierárquica entre texto principal e as anotações, que passam a ser textos independentes, ligados apenas pelos links, elide as fronteiras entre textos individuais. Segundo Landow:

[...] já que sistemas hipertextuais permitem ao leitor anotar um texto individual e linkar para outros, até textos contraditórios, isso destrói uma das mais importantes características do texto impresso – sua separação e univocalidade. Sempre que colocamos um texto numa rede de outros textos reforçamos a sua existência como parte de um diálogo complexo (1995, p. 63).

Os nexos do hipertexto, o controle por parte do leitor e a variabilidade não só se afastam dos modos de escritura tradicional, bem como têm outros efeitos mais gerais como a alusão à aleatoriedade do texto do leitor. O escritor, nesses termos, perde o controle sobre seu texto e, mais especificamente, sobre os extremos e os limites que antes eram básicos para a definição de texto. Este parece fragmentar seus componentes. O que antes eram segmentos,

agora temos como recortes⁸⁴ que assumem uma vida própria e que dependem menos do que precede ou segue, em sucessão linear, e mais de uma relação com o exterior.

Configura-se, ainda, na digitalização, a perda da inalterabilidade do texto, característica própria da cultura impressa. O texto eletrônico, por sua vez, sempre é variável, nenhuma versão, nenhum estado é definitivo. Efetivamente dinâmico, o texto digital é atualizável, reconfigurável, disperso. E é nessa característica da dispersão que encontramos o cerne da transição do texto impresso para a digitalização: abandonada a inalterabilidade, perde-se a noção de texto unitário, sectário e autônomo. Há, dessa vez, uma variação, uma dispersão fundamental que fazem com que toda a herança de atomização dos sentidos, passe a ser vista em sua ineficácia.

Constituído pela estrutura eminentemente linkada, o hipertexto favorece ao não-encerramento. Os links, capazes de colocá-lo num constante estado de metamorfose, abrem infinitas possibilidades de encadeamento. Assim, esses nexos eletrônicos permitem aos usuários recorrer distintos trajetos de leitura em um conjunto dado de lexias. Sem dúvida, o hipertexto traz a possibilidade de compor um texto como um campo disperso de variantes e não como uma estrutura falsamente unitária. Esta nova forma de textualidade deve nos levar a estender a noção dominante de texto, para que o conteúdo deixe de estar encerrado em um livro e suas margens, mas que esteja envolvido numa rede, num tecido de referências distintas, exteriores. O hipertexto sugere, para tanto, integração em lugar da auto-suficiência, desconstruindo o isolamento físico do texto, pois *Não é mais o leitor que vai se deslocar diante do texto, mas é o texto que, como um caleidoscópio, vai se dobrar e se desdobrar diferentemente diante de cada leitor.* (LÉVY, 2000, p. 14)

Em *O que é o Virtual* (1999), Lévy define, de forma geral, no conjunto de seus escritos, o princípio básico da hipertextualidade: sua virtualidade, seu potencial de atualização, sem ligação a uma materialidade estática: *É virtual toda entidade 'desterritorilizada', capaz de gerar diversas manifestações concretas em diferentes momentos e locais determinados, sem, contudo, estar ela mesma presa a um lugar ou tempo em particular* (1999, p. 47). Para ele, a palavra é virtual, pois pode ser pronunciada, atualizada em qualquer lugar, qualquer momento, sem estar de fato em lugar nenhum. A não ser de uma perspectiva reducionista e ontológica, não há sentidos que emanem das palavras que estejam vinculados a realidades puras. Enunciar é atualizar significantes que não estão presos a realidades objetificadas. O Virtual, nesses termos é *fonte indefinida de atualizações.* (1999, p. 48).

⁸⁴ Segundo a Análise de Discurso de linha francesa o conceito de recorte ilustra a relação entre uma seqüência

Essa idéia pressupõe uma ubiqüidade no texto digital, dado o fato inegável de que estruturas hipertextuais são passíveis de múltiplas e infinitas atualizações em tempo real, em lugares diversos. Não que o texto em suporte impresso não seja passível de associações diversas. Obviamente é, já que a escrita possibilitou a separação temporal e espacial entre o autor e seu texto, proporcionando a ubiqüidade da informação, no entanto, a leitura fora de contexto e presa à busca do sentido único implicou um refinamento das práticas interpretativas, edificando os enunciados auto-suficientes, independentes de contextualização, que favoreceram as mensagens universais e cristalizadas por uma técnica de aprisionamento da palavra. O que acentuamos é a idéia de que as mídias digitais criaram formas discursivas que re-interpretam formas culturais historicamente solidificadas como a oralidade e a escritura, para problematizar a questão da relação entre as técnicas de informação e o homem.

Neste ponto nodal nos detemos para afirmar que o real do hipertexto é o virtual. Isso pressupõe que coloquemos em dúvida a própria noção de representação, já que o texto que temos materializado a nosso alcance somente existe no momento de sua digitalização, no momento de sua atualização e, certamente, deixará de existir, quando retornarmos em um link que nos conduzirá a uma reconfiguração do texto e, em última instância, quando desligamos o computador. Ao passo em que temos, no texto impresso, uma materialização visível, delimitável, a materialidade dos blocos que formam um hipertexto é fugaz:

Se definirmos o hipertexto como um espaço de percurso para leituras possíveis, um texto aparece como uma leitura particular de um hipertexto. O navegador participa, portanto, da 'redação' do texto que lê. Tudo se dá como se o autor de um hipertexto constituísse 'uma matriz de textos potenciais', o papel dos navegantes sendo o de realizar alguns desses textos colocando em jogo, cada qual à sua maneira, a combinatória entre os nós. O hipertexto opera a virtualização do texto (LÉVY, 1999, p. 57).

Pierre Lévy coloca a questão da leitura como a força motriz que faz com que hipertextos não se configurem somente como materialidades digitais, como produtos da informatização. A digitalização e o programa de leitura que encerra predeterminam um conjunto de possíveis que, mesmo imenso, é, sobretudo, numericamente finito e logicamente fechado. É a leitura que realiza o texto. A essência da hipertextualidade está, para tanto, além do suporte mecânico (hardware e software), pois a informática por si oferece combinatórias que não problematizam em nada a questão do sentido. Isso é potencial, o(s) texto(s) existe(m) aí em potência. Não são as inúmeras possibilidades de associações que dão essência ao modo virtual de fazer sentido. A virtualização extrapola os limites binários quando é trabalhada pelo sujeito. Para o autor, portanto,

Um hipertexto é uma matriz de textos potenciais, sendo que alguns deles vão se realizar sob o efeito da interação com um usuário. Nenhuma diferença se introduz entre um texto possível da combinatória e um texto real que está na tela. A maior parte dos programas são máquinas de exibir (realizar) mensagens (textos, imagens ect.) a partir de um dispositivo computacional que determina um universo de possíveis. Esse universo pode ser imenso, ou fazer intervir procedimentos aleatórios, mas ainda assim é inteiramente pré-contido, calculável (1996, p. 40).

O que está em ‘tela’, nesses termos, é o fato incontestado de que *o virtual só eclode com a entrada da subjetividade humana no circuito* (Idem), pois a propensão do texto a significar envolve uma tensão entre o que está fisicamente disponível e os sentidos que potencialmente podem fazer-se nessa superfície. A estrutura binária em nada importa senão pelas novas formas de ler e compreender, pelas novas relações que engendra com o homem. Este não cria técnicas fora de uma relação cultural, de uma necessidade de transformação. Entre o surgimento de técnicas e as novas relações que elas forjam para os homens há uma dialética, há um movimento recursivo que parte do homem, mas que a ele retorna como efeito. *A exterioridade técnica só ganha eficácia se for internalizada de novo*, diz Lévy (Ibid, p. 74), pois se deve aprender gestos, adquirir reflexos, recompor identidades, redirecionar o olhar. Nesse sentido, a tela informática, para Lévy, é uma nova máquina de ler que potencializa uma reserva de informação possível. No entanto, as informações possibilitadas entram em relação direta com as necessidades particulares de um leitor que produz uma atualização das significações do texto. Interpretar comporta uma intangibilidade não passível de cálculo.

O espaço do sentido não preexiste à leitura. Isso é fato incontestado para qualquer texto, em qualquer suporte, pois o leitor tem diante de si o que Lévy configura por *uma paisagem semântica móvel e acidentada* em que *o texto é esburacado, riscado, semeado de brancos* (Ibid, p. 35). Para o autor, ainda, enquanto leitores, *podemos desobedecer às instruções, tomar caminhos transversais, produzir dobras interditas, estabelecer redes secretas, clandestinas, fazer emergir outras geografias semânticas* (Ibid, p. 35). E, fundamentalmente, essa atualização, essa viagem por percursos semânticos únicos não se realiza para retornar ao pensamento de um autor, mas para fazer do texto atual parte de um campo textual maior, móvel, reconfigurável:

Confiamos às vezes alguns fragmentos do texto aos povos de signos que nomadizam dentro de nós. Essas insígnias, essas relíquias, esses fetiches ou esses oráculos nada têm a ver com as intenções do autor nem com a unidade semântica viva do texto, mas contribuem para criar, recriar e reatualizar o mundo de significações que somos (Ibid, p. 37).

O texto que se pretendia contemplativo, imutável, hoje se mostra como figura móvel, transformado em fluxo, sendo ele próprio uma operação, pois *“Longe de aniquilar o texto, a*

virtualização parece fazê-lo coincidir com sua essência subitamente desvelada. Como se a virtualização contemporânea realizasse o devir do texto. Enfim, como se saíssemos de uma certa pré-história e a aventura do texto começasse realmente.” (1996, p. 50).

3.2. Tecnologia: Determinante ou Condicionante?

Escrever sobre hipertexto implica que estejamos atentos para os vários pontos de vista sob os quais essa nova tecnologia textual é abordada. A transição operada pelos meios eletrônicos encontra reflexões críticas que apontam para o lugar das técnicas na reconfiguração das relações entre os homens e os instrumentos por eles criados. Por um lado, fatores como a “possível” desorientação do usuário, frente à profusão de informações que essa nova tecnologia possibilita, os impactos sobre a cultura da escrita e sobre as estabilizações que com ela se formaram, como a questão da autoria e da produção de conhecimento, encontram críticos que tendem a condená-las de um ponto de vista cético que teme a substituição das técnicas anteriores e o apagamento da subjetividade em prol de uma mecanização do pensamento. Por outro lado, há aqueles que defendem a importância da tecnologia do hipertexto como um caminho para que o sujeito se liberte das amarras de um texto hermético, bem como o vêem como um desenvolvimento técnico inevitável que reconfigura as relações do sujeito com suas práticas de leitura e escritura. Partimos, portanto, de um contraponto fundamental para nossas análises posteriores: entre pontos de vista otimistas, tal como já vimos destacando com Lévy (1993;1996;1999; 2000), Lemos (2002) e Landow (1995) que consideram as novas tecnologias digitais como condicionantes de reconfigurações do social e do sujeito; e entre pontos de vista céticos com as ressalvas de Baudrillard (2002;2003), Virílio (1999), Ellul (1964;1968) acerca dos efeitos negativos que estes elencam para essa nova tecnologia, considerada determinante do social, produzindo uma mecanização do homem.

Para Lévy, as tecnologias contribuem para nossa apreensão do real, ou seja, produzem representações sociais, de forma que a cada nova tecnologia intelectual que surge, novas representações são forjadas com elas e, assim, o homem está submerso num campo semiótico. As técnicas nos levam a revisitar nossa forma de produzir conhecimento, pois são vetores, molas propulsoras das novas formas de sociabilidade, formando-se no coração do fenômeno técnico que segundo Lemos (2002) desempenha um papel fundamental na formação do homem, de forma que este não pode ser definido antropologicamente sem a dimensão da tecnicidade: *A técnica é o fazer transformador humano que prepara a natureza à formação da espécie e da cultura humana* (LEMOS, 2002, p. 40).

Os sentidos se produzem e reproduzem no interior de um sistema simbólico comum entre os indivíduos que formam uma sociedade e esta cultura se solidifica à medida que esses indivíduos lhe dão vida. De acordo com Lévy, o hermetismo dos sentidos, propagado por uma cultura anestesiante, é substituído por uma visão holística e sincrética em que não há totalidades reguladoras:

Esse sentido que nos é impossível apreender em estado puro, emerge geralmente no seio de uma estrutura simbólica que preexiste a sua aparição. Ele se manifesta e ao mesmo tempo se esconde nos jogos de uma combinatória que enlaça linguagens, referenciais simbólicos e uma certa estruturação da experiência. Ou seja, para os seres humanos, o sentido só pode existir dentro e por uma cultura (2000, p. 22).

Assim, o sentido é oriundo de um modo de ver, pensar e produzir conhecimento, por isso cada sociedade, em cada contexto histórico, tem maneiras singulares de dar sentido às coisas. Esta idéia está no cerne dos novos ambientes de produção de conhecimento próprios da cultura contemporânea, a qual, segundo Pierre Lévy (2000), poderíamos chamar de “pós-cultura”, caracterizando-se por um estado singular, no qual a “crise do sentido” se torna doravante crônica.

O autor, em “Tecnologias da Inteligência” (1993), observa que certas técnicas surgem impetuosamente no panorama intelectual, e a compreensão da evolução intelectual do homem necessita da compreensão simultânea dessas técnicas que o levaram a se transformar. Assim, *a sucessão da oralidade, da escrita e da informática como modos fundamentais de gestão social do conhecimento, não podem ser compreendidos por simples substituição, mas por uma complexificação e deslocamento intelectual* (1993, p. 10).

O autor não pretende que seu ponto de vista seja considerado como defesa de um determinismo tecnológico, mas como defesa de que certas técnicas tornam possíveis ou condicionam certas mudanças culturais, ao mesmo tempo em que se historicizam. Daí surge a concepção de um coletivo cosmopolita que vem ao encontro do que o autor defende por tecnodemocracia, ou seja, técnicas e homem não se separam, pelo contrário, se fundem, ambos ligados pelo devir.

Sob a ótica deste autor, as formas de conhecer, de pensar, de sentir são condicionadas pela época, cultura e circunstâncias, contempladas as técnicas como resultantes desses fatores. O computador, a exemplo disso, tornou-se hoje dispositivo técnico, através do qual é possível perceber o mundo, não apenas em um plano empírico, mas virtual, abarcando o social, os homens e as práticas que envolvem essas duas instâncias, pois,

basta que alguns grupos sociais disseminem um novo dispositivo de comunicação, e todo o equilíbrio das representações e das imagens será transformado, como vimos no caso da escrita, do alfabeto, da impressão, ou dos meios de comunicação

e transporte modernos. [...] Vivemos hoje em uma destas épocas limítrofes na qual toda a antiga ordem das representações e dos saberes oscila para dar lugar a imaginários, modos de conhecimento e estilos de regulação social ainda pouco estabilizados. Vivemos um destes raros momentos em que, a partir de uma nova configuração técnica, quer dizer, de uma nova relação com os cosmos, um novo estilo de humanidade é inventado (LÉVY, 1999, p. 16-17).

O hipertexto, modelo mais amplo da informática da comunicação, nos conduz a uma reflexão não apenas acerca das técnicas de comunicação, mas da própria essência da produção de sentidos e das práticas de leitura e escrita, de forma que *os diversos agenciamentos de mídias, tecnologias intelectuais, linguagens e métodos de trabalho disponíveis em uma dada época condicionam fundamentalmente a maneira de pensar e funcionar em grupo vigente em uma sociedade* (LÉVY, 1993, p. 52).

Lévy, discorrendo acerca do uso da tecnologia de comunicação (hipertexto), acredita na essência triádica desta técnica, em oposição à tradição de informatas e críticos que defendem sua pura binariedade e rigidez matemática:

Os críticos da informática acreditavam, ingenuamente, nos informatas que sustentavam, até cerca de 1975, que a “máquina” era binária, rígida, restritiva, centralizadora, que não poderia ser de outra forma, no entanto, separar o conhecimento das máquinas da competência cognitiva e social é o mesmo que fabricar artificialmente um cego (informata “puro”) e um paralítico (o especialista “puro” em ciências humanas (1993, p. 57).

Dando continuidade à sua reflexão, o autor refere-se ao uso da informática, dos grandes hipertextos, sempre amparados pela interface com o humano, ou seja, o uso torna esse sistema, a princípio tão rígido e dicotômico, em um sistema de inter-relação e de interconexão homem-máquina, logo, a separação homem / objeto já não encontra amparo:

Não há, portanto, a técnica de um lado e o uso de outro, mas um único hipertexto, uma imensa rede flutuante e complicada de usos e a técnica consiste exatamente nisto. As coisas, todas as coisas, seguindo o espectro completo de suas significações e de seus efeitos (e não somente enquanto mercadorias), mediatizam desta forma as relações humanas. Eis por que a atividade técnica é intrinsecamente política, ou, antes cosmopolítica (1993, p. 59-60).

Esta concepção acerca da tecnologia dá respaldo à nossa proposta, nesta primeira conjectura, tendo em conta que os atos de ler e interpretar têm por função elementar construir sentidos e buscar vias de acesso a um texto, o que ocorre no hipertexto através do movimento de ligação em uma rede associativa de outros textos.

Nesse percurso, traçado pelo autor, importa ressaltar a ênfase em um esquema comunicacional em que A não transmite algo a B⁸⁵, mas A modifica uma configuração que é comum a A, B, C, D...

A metáfora do hipertexto dá conta da estrutura indefinidamente recursiva do sentido, pois já que ele conecta palavras e frases cujos significados remetem-se uns aos outros, dialogam e ecoam mutuamente para além da linearidade do discurso, um texto já é sempre um hipertexto, uma rede de associações. O vocábulo “texto”, etimologicamente, contém a antiga técnica feminina de tecer. E talvez o fato deste tricô de verbos e nomes, através do qual tentamos reter o sentido, ser designado por um termo quase têxtil não seja uma coincidência. A humanidade, espécie falante, é também a raça que se veste. A roupa pacientemente tecida nos contém, nos delimita, forma uma interface colorida entre o calor de nossas peles e a rigidez do mundo. Os coletivos também cosem, através da linguagem e de todos os sistemas simbólicos de que dispõem, uma tela de sentidos destinada a reuni-los e talvez a protegê-los dos estilhaços dispersos, insensatos, do futuro; uma capa de palavras capaz de abrigá-los da contingência radical que perfura a camada protetora dos sentidos e mistura-se, à sua revelia (1993, p. 73).

Deve-se assinalar, de imediato, que, de acordo com as explicações precedentes, nenhum tipo de conhecimento independe do uso de tecnologias intelectuais e que estas estão sempre inseridas num processo crescente e incessante de transformação das formas de relação do homem com o conhecer. São essas relações tensas entre o instaurado e o que o transforma, o transgride que marcam o lugar das técnicas na cultura. Uma tecnologia intelectual, pois, estará sempre ligada às formas culturais e, é neste ponto que se torna primordial enfatizar o papel da memória e da historicidade na constituição das técnicas.

Lévy (1993), refletindo sobre palavra e memória, traz à tona duas questões fundamentais: a) a linguagem é instrumento de memória e propagação de representações; b) linguagem e técnica contribuem para produzir e modular o tempo. Logo, se a língua é elemento primeiro para a constituição da tecnologia intelectual de que estamos tratando, não poderíamos abstrair-la das relações de memória e cultura. Segundo o autor, *compreender o lugar fundamental das tecnologias da comunicação e da inteligência na história cultural nos leva a olhar de uma nova maneira a razão, a verdade, e a história, consideradas ameaçadas de perder sua preeminência na civilização da televisão e do computador* (1993, p. 87).

É necessário precisarmos que as tecnologias intelectuais assim como condicionam certas formas de pensar e agir, não são suficientemente determinantes destas, uma vez que uma tecnologia intelectual depende em muito dos atores sociais que a colocam em atividade, tal como explanamos anteriormente, há um movimento recursivo que parte do homem, mas que a ele retorna como efeito. Assim, os atores sociais, suas memórias, sua história são

⁸⁵ Em referência ao esquema elementar de comunicação de Jakobson (1974).

condicionantes das tecnologias intelectuais, ao passo que as historicizam em meio a uma cultura pré-existente. Trata-se de uma relação dialética. Logo, a passagem da oralidade à escrita, da escrita aos sistemas digitais não se caracteriza por um simples salto de uma tecnologia intelectual a outra, mas por um constante redimensionamento do pensamento humano e por um acúmulo de atividades que foram transformando as maneiras de viver e de produzir conhecimentos, logo, a historicidade do ator social, jamais será subjugada por uma técnica. Enfatiza Lévy, *a história do pensamento não pode, de forma alguma, ser deduzida do aparecimento desta ou daquela tecnologia intelectual, já que os usos que dela irão fazer os atores concretos situados na história não são determinados com esta aparição* (1993, p. 95).

Sobretudo, como sublinha Lévy, a cibercultura não é uma negação da oralidade ou da escrita, ela é o prolongamento destas, sendo a cibercultura a nova forma da cultura. Nesses termos, *está destinada ao fracasso toda e qualquer análise da informatização que esteja fundada sobre uma pretensa essência dos computadores, ou sobre qualquer núcleo central, invariante e impossível de encontrar, de significação social ou cognitiva* (2001, p. 101). Disso tudo decorre a constatação categórica de Lévy acerca do caráter triádico e dialético que as novas tecnologias de informação engendram:

Binária, a informática? Sem dúvida, em um certo nível de funcionamento de seus circuitos [...] Não há identidade estável na informática porque os computadores, longe de serem exemplares materiais de uma imutável idéia platônica, são redes de interfaces abertas a novas conexões, imprevisíveis, que podem transformar radicalmente seu significado e uso [...] Eis por que nossa análise da informatização não estará fundada sobre uma definição da informática. [...] a codificação digital relega a um segundo plano o tema do material. OU melhor, os problemas de composição, de organização, de apresentação, de dispositivos de acesso tendem a libertar-se de suas aderências singulares aos antigos substratos. Eis por que a noção de interface pode ser estendida ao domínio da comunicação como um todo e deve ser pensada hoje em toda sua generalidade [...] A codificação digital já é um princípio de interface. Compomos com bits as imagens, textos, sons, agenciamentos nos quais imbricamos nosso pensamento ou nossos sentidos (2001, p. 102)

Dessa forma, toda uma realidade já estruturada, historicizada pré-existe à informatização, assim, há memórias imbricadas neste contexto. Pensar na imbricação, na coexistência e na interpretação recíproca dos diversos circuitos de produção e de difusão do saber, é tarefa mais do que essencial para o entendimento do hipertexto como uma grande rede de associações e conexões e não apenas como digitalização de dados. A ação do homem continua a mesma em busca de sua subjetivação.

O tempo pontual não anunciaria o fim da aventura humana, mas sim sua entrada em um ritmo novo que não seria mais o da história (cronológica). Seria um retorno ao devir sem vestígios, inassinalável, das sociedades sem escrita? Mas enquanto que o

primeiro devir fluía de uma fonte imemorial, o segundo parece engendrar a si mesmo instantaneamente, brotando das simulações, dos programas e do fluxo inesgotável dos dados digitais (LÉVY, 1993, p. 115).

Lemos (2002), em consonância com Lévy, acredita que a tecnologia, antes de ser um instrumento de separação homem/objeto, torna-se ferramenta convivial e comunitária:

Todo impacto da cibercultura está na simbiose paradoxal entre tecnicidade e socialidade. Ela pode ser mesmo compreendida como a expressão tecno-cultural desta *Civilização Virtual*, pondo em marcha um processo de apropriação e de construção de tecno-socialidades, de cibersocialidades. Podemos dizer com Mercier que “os usuários não se contentam em se submeter à técnica. E seu papel supera aquele de escolhas elementares do tipo adquirir/não adquirir, ou utilizar bem/não utilizar (...) os novos objetos técnicos. São eles que, pelas práticas que eles vão progressivamente desenvolver e afinar determinarão, no final das contas, a incidência efetiva das novas tecnologias sobre a transformação de suas vidas quotidianas. Existe aí um processo de reapropriação mais ou menos consciente das técnicas que o público nem concebeu nem explicitamente desejou (Ibid, p. 84).

Para este autor, a compreensão dos impactos das novas tecnologias na cultura e na comunicação contemporâneas deriva de um olhar mais aguçado para a sociedade enquanto processo (que se cria, se reconfigura), para as formas e os conteúdos (representações), pois *O conhecimento por simulação e interconexão em tempo real valorizam o momento oportuno, a ocasião, as circunstâncias relativas, opostas ao sentido molar da história ou à verdade fora do tempo e fora do lugar, que eram, talvez, apenas efeitos de escritura* (2001, p. 90). Essa perspectiva torna clara a idéia de que as técnicas não surgem ao acaso, não determinam a sociedade, mas que, pelo contrário, há uma fusão entre técnicas e sociedade de tal forma que excluir uma, seria fragilizar a outra.

Lemos propõe pensar a cibercultura como resultado da convergência entre o social e o tecnológico, não se tratando de nenhum determinismo de um por outro e sim de um processo simbiótico, pois o mundo da vida está em simbiose com o mundo da técnica.

A sociedade não é passiva à inovação tecnológica, sendo o nascimento da micro-informática um caso exemplar, mostrando a apropriação social das tecnologias, para além de sua funcionalidade econômica ou eficiência técnica. Esta prática estabelece-se como um duplo movimento de dominação e apropriação simbólica (...) no caso da micro-informática, podemos dizer que a relação entre o campo social e as novas tecnologias é construída pela apropriação simbólica(...) esta apropriação “desvia ou prolonga os usos de maneira inesperada e desenvolve práticas sociais enraizadas no imaginário comum (2001, p. 112).

Isso ilustra o fato de que a interatividade é tida como um contexto não meramente de conversação, mas de plena ação, sendo a interação um contexto de comunicação em que

computador e usuário são agentes. A interface é o terreno simbólico onde a interatividade acontece.

Se não interagimos com os hipertextos, sejam eles um site ou um jogo eletrônico, nada acontece e a ação não se concretiza. Diferente ação (alguns diriam passiva) ocorre com os media clássicos, como a TV ou o rádio, onde o usuário assiste o que passa na telinha ou ouve o que é emitido pelo rádio, por exemplo (2001, p. 130).

Seria pessimista, segundo os autores citados, pensar que, com a cultura informático-mediática a perspectiva histórica e, com ela, toda reflexão crítica iriam desertar, desaparecer. Isso seria negligenciar fatores de extrema importância para o entendimento da informatização como uma tecnologia intelectual. Para eles fatores elementares devem ser levados em consideração:

- Livros históricos, reflexivos ou críticos continuam a ser publicados e lidos;
- Outros ritmos de informação e difusão dos conhecimentos, que não os das mídias e da informática, continuam funcionando;
- Inúmeras habilidades e representações ainda são transmitidas e transformadas de forma oral nas famílias, grupos de trabalho e nas diversas redes sociais, e ademais, são essas relações e as informações que engendram que respaldam os processos de produção de sentidos, independente do suporte em que se dão a escritura e a leitura;

Lévy, portanto, atenta para o fato de que a informática opera por dois caminhos:

- a. a técnica tem uma estrutura constitutivamente binária e;
- b. enquanto tecnologia intelectual, no processo de operacionalizar informações, torna-se triádica em sua interface com o sujeito;

Em contrapartida do exposto, por um outro viés, temos as posições eminentemente céticas de autores que ‘encaram’ a revolução digital como uma massificação dos saberes, como uma generalização da informação, de forma a produzir massas hipnotizadas, anestesiadas frente às novas tecnologias de informação que tendem, sobretudo, ao apagamento da memória. Importa matizar que as visões antitécnicas e definidoras de um determinismo tecnológico de que partem os autores citados (Baudrillard, Virilio, Ellul)

centram-se, fundamentalmente, na alusão à estrutura binária das novas tecnologias. Para eles, a binariedade opera uma mecanização que se pauta em princípios como:

- a) Unidade (conjunto homogêneo);
- b) Universalidade (indiferente aos detalhes culturais);
- c) Acumulação (inclui todos os aspectos da existência);
- d) Autonomia (lógica interna hegemônica sobre outras);

Tais características vêm a formar o sistema técnico e seus valores de forma que os domínios da vida social estejam subjugados pelos domínios da técnica. Nessa perspectiva, fala-se em uma *tecno cultura* que opera o apagamento do sujeito e de sua historicidade.

De acordo com Ellul (1964), a técnica moderna não é uma ferramenta de mediação entre o homem e o mundo, mas, radicalmente, um instrumento de imposição da ordem cultural, de tal forma que o homem não entra em interface com a tecnologia, mas a tecnologia determina suas práticas sociais, operando um afastamento de sua capacidade de simbolizar e de intervir na transformação e edificação de práticas culturais. Opera-se uma sobreposição dos objetos ao humano:

A fim de operar à vontade, a técnica dissocia para em seguida reconstituir, separa os elementos do homem para sintetizar um homem que ainda não havíamos conhecido. A operação técnica se faz ao vivo, insigne desastramento, desprezo absoluto pela sensibilidade do homem [...] cada técnica circunscreve seu domínio, mas nenhum desses domínios circunscreve o homem. Este se encontra disperso, deslocado em uma multidão de peças individualizadas (Ibid, p. 397-398) [grifo nosso].

Tal concepção ilustra a dispersão como um processo de desestabilização, de fragmentação do ser que, sem estar pautado em uma unidade, perde-se. Decorre disso, a constatação de que Ellul busca uma unicidade fundadora de um modo de pensar linear e que não comporta a contradição. Vemos, nesse caso, uma desconsideração do processamento das técnicas como mediadoras do social, de suas novas configurações e, sobretudo, uma desconsideração da própria existência da contradição.

Baudrillard (2002), por sua vez, amparando-se nos princípios de artificialidade que advêm das novas tecnologias, propõe que, com elas, estamos diante de uma mera circulação de informações em excesso, de uma codificação digital que nos faz muito mais indivíduos em interação artificial do que sujeitos em processo de intersubjetividade, uma vez que quanto mais o conhecimento entra em estado de profusão, o que é bem ilustrado na atualidade pela

revolução informática, *menor a compreensão da existência*. (Ibid, p. 8). Discorrendo acerca da digitalização do saber e da informação, este autor, mesmo considerando a passagem do tátil ao digital um acontecimento essencial ao mundo contemporâneo, baseia-se (equivocadamente a nosso ver) no fato de que estamos imersos em uma realidade artificial de informação e comunicação, o que ele chama de ***hiper-real: comunicação por simulação***:

A extensão incondicional do virtual determina a desertificação sem precedentes do espaço real e de tudo o que nos cerca. Isso valerá para as auto-estradas da informação e também para as de circulação. Anulação da paisagem, desertificação do território, abolição das distinções reais. O que até agora se limita ao físico e ao geográfico, no caso de nossas auto-estradas, tomará toda a sua dimensão no campo eletrônico com a abolição do tempo. O que entrevemos não é mais somente o deserto do trabalho, o deserto do corpo que a informação engendrará em razão de sua própria contração. (2002, p. 17-18).

Para o autor, trata-se de uma implosão da informatização que ultrapassa a massa crítica, pois, com as auto-estradas da informação, parece que estamos fazendo tudo para ultrapassar o limiar crítico:

Podemos nos perguntar de resto se já não ultrapassamos esse limiar e se a catástrofe da informação já não ocorreu, na medida em que a profusão multimidiática de dados se auto-anula e que o balanço em termos de substância objetiva da informação já é negativo. Há um precedente com o social: o patamar de massa social crítica já está amplamente ultrapassado com a expansão populacional das redes de controle, de socialização, de comunicação, de interatividade, com a extrapolação do social-total, provocando desde agora a implosão da esfera real do social e de seu conceito (2002, p. 19).

Baudrillard chama a esse processo de um *feudalismo tecnológico*, caracterizado por um tipo de informação meteorológica que opera apenas por simulação virtual e não busca verdades, ancoragem real, gerando muito mais uma cultura de crença e de credibilidade na tecnologia do que de busca por certezas e por verdades reais e humanas:

Lançada a informação, enquanto não for desmentida, será verossímil. E, salvo acidente favorável, nunca sofrerá desmentido em tempo real, restará, portanto, credível. Mesmo desmentida, não será nunca mais falsa, porque foi credível. Contrariamente à verdade, a credibilidade não tem limites, não se refuta, pois é virtual. Estamos em uma espécie de verdade fractal (2002, p.45).

Para ele, as máquinas produzem uma operacionalização das idéias (tecnologização do saber), uma manipulação destas que faz com que o homem esteja fixado no espetáculo das idéias do que às próprias idéias. É como se a profusão de informações, a volatilidade com que estão e não estão ao alcance do sujeito o tornasse volúvel, a-crítico e, portanto, a-histórico: o

ato de pensar é aí continuamente adiado (2003, p. 60). Suas implicações trazem uma compreensão da tecnologia digital pelo viés meramente binário. Contempla a digitalização da informação como uma operacionalização que coloca em relação binária inclusive o saber, como se o sujeito que está em frente a um computador abdicasse de toda bagagem de conhecimento que o formou, que o tornou sujeito, que o fez ocupar um lugar social, de onde ele enuncia, onde ele vive e onde ele abastece seus conhecimentos. Aqui voltamos a um questionamento: uma técnica tem o poder de determinar uma tal mecanização, uma suspensão do pensar em prol de uma massificação advinda de múltiplas informações simultâneas, linearizadas?

Baudrillard refuta o processo de expansão tecnológica destacando-o como um modo de apagamento da dimensão histórica do homem e de sua memória, de forma que, através do conhecimento por simulação, ancorado na fugacidade da informação e em sua virtualidade, a interconexão homem-máquina é operada, de forma inversa àquela citada por Lévy, tendo em conta que, na articulação de Baudrillard, o homem interage de tal forma com a máquina que acaba por confundir-se com ela.

Temos então, na perspectiva deste autor, a relação ***Homem-máquina*** vista de um ponto de vista cético, que vê a coisificação do homem como resultado de sua interface com a máquina, gerada pela sobreposição desta ao pensamento humano em virtude de uma ciência que prima mais pelo objeto do que pelo sujeito.

Por outro lado, retomando a posição levyniana, temos a relação ***Homem-máquina*** pensada como necessária para lançar oposição à separação positivista entre homem/objeto. Para Lévy, essa relação gera possibilidade de subjetivação e domínio dos objetos da ciência, elidindo da concepção de tecnologia o conceito de objeto de laboratório, desvinculado de toda relação humana e simbólica.

Através desse contraponto, acentuamos que Baudrillard defende ferrenhamente que a tecnologia, da forma como é concebida, produz massificação:

Vídeo, tela interativa, multimídia, Internet, realidade virtual: a interatividade nos ameaça de toda parte. Por tudo, mistura-se o que era separado, por tudo a distância é abolida: entre os sexos, entre os pólos opostos, entre o palco e a platéia, entre os protagonistas de ação, entre o sujeito e o objeto, entre o real e o seu duplo. Essa confusão dos termos e essa colisão dos pólos fazem com que em mais nenhum lugar haja a possibilidade do juízo de valor: nem em arte, nem em moral, nem em política. Pela abolição da distância, do “pathos da distância”, tudo se torna irrefutável. A excessiva proximidade do acontecimento e de sua difusão em tempo real cria a indemonstrabilidade, a virtualidade do acontecimento que lhe retira a dimensão histórica e o subtrai à memória. (2002, p. 129-130) [grifos nossos].

Um dos pontos fundamentais que Baudrillard questiona situa-se no seguinte: *há no cyberspaço a possibilidade de realmente descobrir alguma coisa?*(2002, p. 132). E responde ceticamente: *a internet apenas simula um espaço de liberdade e de descoberta. Nos oferece, em verdade, mais do que um espaço fragmentado, mas convencional, onde o operador interage com elementos conhecidos, sites estabelecidos, códigos instituídos. Nada existe para além desses parâmetros de busca* (Idem). A esse respeito, perguntamo-nos: para além dos parâmetros de busca, não está o sujeito, constituído socialmente, historicamente, acessando, clicando, fazendo escolhas, atualizando os sentidos potenciais que a tecnologia digital encerra?

Ao encontro das concepções baudrillardianas, Paul Virilio (1999) destaca a concepção de *industrialização do esquecimento* (industrialization de l'oubli), segundo a qual as novas tecnologias do tempo real, do imediato estabelecem a fugacidade, não privilegiando a reflexão, o debate ou mesmo o exercício da memória. Este autor mostra que as novas tecnologias privilegiam o fluxo de dados que circulam no ciberespaço de forma instantânea, sendo regidas, assim, pelo reflexo e não pela reflexão ou a memória. Afirma, ainda, que, quanto mais o saber cresce e mais o desconhecido aumenta ou, melhor dizendo, mais se precipita a informação-número, mais nós somos normalmente conscientes de sua essência completa e fragmentária. Para ele, com os computadores, é a informação que é transportada, mas não as sensações. O processamento dos dados é sinal de que quanto mais informado esteja o homem, mais, ao seu redor, cresce o deserto do mundo: *o pensamento coletivo imposto pelos diversos media visava aniquilar a originalidade das sensações [...], um estoque de informações destinado a programar suas memórias* (VIRILIO apud LEMOS, 2002, p.78).

Para Virilio, a ciência contemporânea se perde na própria desmesura de seus pretensos progressos, pois a tecnociência elimina progressivamente as possibilidades de conhecimento real. O autor chama de um ***fenômeno de virtualização generalizada*** ao desenvolvimento crescente das tecnologias virtuais, comparando-as às drogas cujo efeito é anestésico e de desligamento. Para ele, são anestesiadas a memória e a história: *Como se sabe, se o que é excessivo é insignificante, uma ciência sem consciência é apenas ruína da alma* (1999, p. 10), pois,

ciência do extremo, aquela que assume o risco incalculável do desaparecimento de toda ciência. Fenômeno trágico de um conhecimento que de repente se tornou cibernética, essa tecnociência se torna então, enquanto tecnocultura de massa, agente não mais da aceleração da história, mas da vertigem da aceleração da realidade, e isso em detrimento da verossimilhança.[...] (Ibid, p. 11).

Importa frisar que Baudrillard e Virílio convergem no fato de que há apenas a difusão de um conhecimento por simulação e não por construção real. Virílio afirma que o homem entra no ciber mundo e, em consequência disso, opera-se o desaparecimento da consciência como percepção direta dos fenômenos que nos informaram sobre nossa própria existência, sendo a virtualidade uma eliminação do próprio conceito de referência.

Assim, a noção de tempo real, da informática, resume bem a característica principal, “espírito das novas tecnologias” que nos cercam e que permeiam a chamada tecnocultura: a condensação no presente, na operação em andamento. Há quem acredite ainda numa Hipercultura inevitável, desenfreada e que nos leva a uma corrida pela informação cada vez mais fugaz.

Este diálogo de teor semiótico, entre concepções teóricas que se opõem, nos permitirá incidir sobre nosso objetivo neste trabalho com um olhar mais crítico, não delimitador, pois, à medida que nos propomos tratar da questão da produção de sentidos em ambientes informatizados, surgem questionamentos concernentes às mudanças basilares que ocorrem no tratamento do que seja texto, sentido e leitura, trazendo para o campo de reflexão as seguintes problemáticas:

- a) Trata-se do mesmo olhar sobre o sentido que tínhamos no texto impresso?
- b) O papel do leitor continua o mesmo?
- c) Como se dá o processo de produção de sentidos nestes ambientes?

Com base nisso, buscamos atentar para que o novo suporte do texto permite usos, manuseios e intervenções do leitor infinitamente mais numerosos e mais livres do que qualquer uma das formas de escritura tradicionais. Isso nos leva a repensar nossos gestos e nossa forma de compreensão diante do texto, visto que o que antes estava presente e legitimado sob a forma de uma centralidade organizadora, padronizadora das formas de ler e escrever, agora vive uma pluralidade de existências que produz, conseqüentemente, uma pluralidade de gestos interpretativos. O que se deve notar é que, conforme atesta Lebrun (1999, p.49) *Hoje, com as novas possibilidades oferecidas pelo texto eletrônico, sempre maleável e aberto a reescrituras múltiplas, são os próprios fundamentos da apropriação individual dos textos que se vêem colocados em questão.*

3.3. Pontuando a Experiência do Hiperleitor

Percebe-se que os efeitos da hipertextualidade estão para além da navegação em uma rede de textos conectados, mas que a questão do sentido é complexificada, pois a profusão de informações que a rede conecta torna o sujeito mais responsável pelas informações e pelos saberes que acessa. Voltando a Lebrun (1999, p. 91) incidimos sobre o fato de que com essa nova textualidade *não se cria a dispersão ao infinito, na medida em que as experiências individuais são sempre inscritas no interior dos modelos normas compartilhadas. Cada leitor, para cada uma de suas leituras, em cada circunstância é singular.*

Buscamos em Birman (1996) uma discussão sobre a dimensão social das práticas de leitura para reiterarmos que

Se a leitura tem uma evidente dimensão social, ela remete também para o registro da relação do sujeito com o texto, que se consubstancia em diferentes modelos históricos de leitura [...] Nesta perspectiva, para que se possam pensar as relações sociais presentes nas práticas de leitura, é necessário sublinhar as diferentes formas de relação do leitor com o texto, delineando-se, então, diversas inscrições históricas do sujeito no campo da escritura. Isso porque, se a leitura implica uma política de forma insofismável e reenvia para isso, ela também remete para uma ética, pela qual se pressupõe a implicação do sujeito na escritura.[...] Portanto, a leitura é o outro da escritura, condição de possibilidade de sua materialidade na ordem do sentido. A produção do sentido implica a apropriação do texto pelo leitor, que imprime a sua *singularidade* na experiência da leitura. (1996, p. 53-54) [grifos nossos]

O que nos parece fundamental aqui é, pensando juntamente com Lévy, que toda leitura é uma escrita em potencial, é o fato de que a leitura tem o poder de desconstruir, reconstruir, reconfigurar, desconfigurar. O plano em que um autor se pautou para conferir unidade a seu texto é desarticulado pelo simples fato de que ler é um ato social, imbricado numa rede de memória que não é de uma ordem homogênea. Isso atesta a definição de Indursky (2001) para texto: *heterogeneidade provisoriamente estruturada*. Esse caráter provisório existe pelas múltiplas possibilidades de instauração de sentidos por sujeitos-leitores diferentes, pois os sentidos, em AD, são efeitos da mobilização da língua, numa dada posição-sujeito, a qual direciona os sentidos.

Voltamos a Birman para quem as múltiplas possibilidades de sentido que um texto permite decorrem do fato de que:

Algo da ordem da provocação aconteceu, pois o desejo do leitor é colocado em movimento mediante um fragmento do texto. Com isso, o leitor se descobre como um sujeito desejante pela experiência da leitura, de forma que essa possibilita ao leitor uma intuição e até mesmo um conhecimento de si mesmo que eram inexistentes antes da leitura. (Ibid, p. 55)

Isso corrobora com nossas constatações de que as novas tecnologias da informação asseguram uma transformação nas relações do leitor com os textos, produzindo uma nova forma de textualidade híbrida, cunhada pela associação contínua.

Ao analisarmos a leitura, tanto em suporte impresso quanto em suporte digital, notamos que o componente exterior, as condições de produção em que se processa essa prática são determinantes, pois os efeitos de sentido que se geram sobre o texto ocorrem em relação a uma rede de associações, externa ao sujeito empírico e às formas da língua. Os textos linkados são, a nosso ver, projeções de uma exterioridade que afeta a prática de leitura. Constatamos esse fato quando acompanhamos os percursos de navegação efetuados pelos leitores, pois diante da profusão de informações a serem acessadas, dos ‘n’ links que estão potencialmente disponíveis, cada leitor navegou em espaços orientados por uma expressiva busca de coerência. Esta coerência estava ligada diretamente ao “interesse particular” de cada leitor sobre o assunto lançado para pesquisa e às condições de produção que se fizeram presentes no percurso de linkagem.

No entanto, não se trata de um olhar tão simples. Essa busca, *ilusoriamente* tida como direta e uníssona, faz parte de uma rede de sentidos mais ampla, orientadora silenciosa do percurso desse leitor que pensa estar na direção de sua navegação. Contudo, há uma mudança no itinerário, há uma resistência no meio do caminho. Por que isso acontece? Pergunta-se ao leitor. Por que a resistência se materializa no ato de retornar ao lugar estável em que tudo faz sentido, em que tudo é óbvio. Por que determinado link foi incômodo e não teve mais atenção? Ou, ainda, porque a incidências de links com o mesmo teor semântico? A tudo isso o leitor discursiviza sem se dar conta de que seus movimentos sobre a tela são efeitos de um gesto interpretativo, de uma inscrição numa determinada rede de significações que interdita caminhos a serem navegados em prol da construção de outros caminhos. Esse leitor que pensa estar no comando de sua navegação, está na verdade sendo carregado por uma maré alta e à qual não vai aceder conscientemente. Seus gestos são inconscientes, orientados por um ressoar silencioso, imperceptível que o conduz a simbolizar. Para tanto, partimos da análise de diferentes percursos de leitura em suporte digital e dos diferentes gestos de interpretação que os sujeitos da pesquisa produziram acerca de um mesmo tema. Em nosso caso, esses sujeitos clicam, criam percursos de leitura em hipertexto. Nesse processo de navegação notamos que eles ocupam diferentes posições-sujeito, na FD acadêmica, o que interfere na formação de seu hipertexto.

A possibilidade de diferentes gestos de leitura sobre uma mesma reserva potencial (textos disponíveis para navegação), nos permite vislumbrar o fato de que leitura e escritura estão em convergência e que há uma confluência entre memória metálica, delimitada pelo

pela digitalização, finitamente calculável, e uma memória discursiva que atualiza as ligações dessa reserva potencial de textos atualizando ligações semânticas. A ligação entre essas memórias retoma o princípio triádico que Lévy apontou como prerrogativa do ambiente de leitura digital.

Trata-se de uma recursão: da autoridade do autor, propagada pelo texto impresso, para a responsabilidade do leitor, que se torna mais atento, que busca e não recebe, que opta, que conecta, que constrói.

A interpretação, isto é, a produção do sentido, doravante não remete mais exclusivamente à interioridade de uma intenção, nem a hierarquias de significações esotéricas, mas antes à apropriação sempre singular de um navegador ou de um surfista. O sentido emerge de efeitos de pertinência locais, surge na intersecção de um plano semiótico desterritorializado e de uma trajetória de eficácia ou prazer. Não me interessa mais pelo que pensou um autor inencontrável, peço ao texto para me fazer pensar, aqui e agora. A virtualidade do texto alimenta minha inteligência em ato (LÉVY, 1996, p. 49).

As palavras de Lévy trazem à tona o fato de que a complexidade e o desregramento das intrincadas redes de links que a tecnologia digital criou nos levou a complexificar a atividade de leitura e o olhar sobre a busca por informações. O que antes advinha da demanda por estruturas claras que consolidaram e minimizaram os recursos de textualização, hoje se apresenta como espaço de tensão. O hipertexto impôs estruturas complexas, linkadas e maximizadas por recursos infinitos de formação e progressão textual. Assim, ao contrário do que tangenciaram Baudrillard, Virílio, Ellul, onde se temia que as cargas cognitivas com redes de links amplas e irregulares causassem aflição aos leitores, vemos, na prática, que uma grande quantidade de leitores da Web converge para o que Ted Nelson chamou de *docuverse*⁸⁶. A experiência que o leitor tem com os hipertextos não é de uma desordem caótica, mesmo que ainda não possamos descrever sua estrutura complexa concisamente; o problema não é a falta de estrutura, mas a falta de percepção de que novas concepções devem ser colocadas em “tela” para a complexificação da relação do sujeito com suas formas de escritura, leitura, enfim, com suas formas de comunicação.

Portanto, esta textualidade compreende outra postura do leitor diante do texto, pois atribuir sentidos, no espaço topológico do hipertexto, exige que o leitor autorize-se, digamos, a uma errância, a um vaguear. Uma aventura cognitiva de caminhar sem rumo. Envolve instaurarmo-nos na dispersão do sentido. Esse é o entendimento da mentalidade necessária

⁸⁶ Palavra composta pelos termos documento e universo para significar o universo de documentos interconectados.

para a emergência de um hipertexto, pois o leitor, ao acessar um texto em estrutura HTML, passa do estatuto de leitor passivo ao estatuto de navegador na rede virtual de sentidos. Na rede do Ciberespaço, este navegador faz escolhas e abre caminhos diferenciados de leitura, produzindo sempre uma configuração diferente, pois *El lector siempre se encuentra ante una imagen virtual del texto almacenado y no ante la versión original* (LANDOW, 1995, p. 33). A estrutura hipertextual permite que seja lançado um novo olhar sobre a leitura tradicional, um olhar fragmentado e não-linear, desterritorializando conceitos de unicidade e homogeneidade. A cada novo clique, há um novo gesto de leitura sendo produzido. Conforme Landow:

A medida que el lector se mueve por una red de textos, desplaza constantemente el centro, Y por lo tanto el enfoque o principio organizador de su investigación y experiencia. En otras palabras, el hipertexto proporciona un sistema que puede centrarse una y otra vez y cuyo centro de atención provisional depende del lector, que se convierte así en un verdadero lector activo, en un sentido nuevo de la palabra. (1992, p. 24).

Poderíamos comparar o clique do navegador ao virar de página do leitor tradicional, entretanto, a linearidade não se sustenta para o primeiro, pois, para ele, há escolhas ao passo que para o segundo não há, além do virar de página, outras condições de produção de escolhas a serem realizadas em seu gesto de leitura. Pierre Lévy reflete acerca desta diferença:

Acredito que o texto não vai desaparecer de forma alguma com a informatização. O que vai desaparecer é a noção de página, porque na etimologia a página se refere a um campo e um campo com proprietário, com fronteiras delimitadas. Esta página, com o campo circunscrito, está desaparecendo, uma vez que os elementos que a compõem navegam nos fluxos. (2000, p. 15)

No entanto, no tocante à questão da linearidade, não podemos considerar o hipertexto, por sua estrutura aberta e por ser uma rede de infinitas possibilidades, como uma textualidade que dê abertura a quaisquer sentidos. Há uma certa linearidade significante, os sentidos se entrecruzam em um ponto comum. Pode-se dizer que há uma temática comum, não centralizadora, mas que mantém um elo entre os textos, isso ocorre através da ação do leitor sobre o hipertexto e, primordialmente, da passagem por um processo de construção técnica da linkagem a qual vem de um trabalho de direcionamento de leitura⁸⁷.

Tendo em vista o exposto, dirigidos essencialmente para a reflexão acerca da navegação em ambiente digital como um gesto de interpretação pautado, sobretudo, por condições de produção que interferem sobre o processo de linkagem e formação dos hipertextos, selecionamos recortes que nos possibilitarão identificar tanto o modo como se

processa a leitura digital como a existência de posições-sujeito no interior da FD acadêmica. Além disso, identificamos, no referido processo de análise, a interferência de múltiplas filiações de sentido que configuram os sujeitos da FD em estudo.

3.4 Por que Pensar os Hiperlinks como Anáforas no Hipertexto?

Trazendo uma reflexão sobre o texto e o processamento interpretativo, o hipertexto nos leva a reconhecer que as relações entre as diversas práticas de leitura, as tecnologias da informação e a cultura têm contextos e implicações sócio-históricas. Assim, as considerações sobre a nova textualidade que o ambiente digital nos traz devem atentar para que o papel da digitalização, hoje, assemelha-se à reflexão que a tecnologia da escrita e da imprensa geraram em seu surgimento. Junto com Chartier vemos que *os gestos mudam segundo os tempos e lugares, os objetos lidos e as razões de ler* (1999, p. 77).

Assim, se a tecnologia da imprensa mudou radicalmente o mundo, perguntamo-nos quais os efeitos de uma transição para a digitalização? Encontramos, com efeito, uma das definições que melhor respondem a essa pergunta e que vem ao encontro do objetivo proposto nesta pesquisa: *cuando el texto impreso se convierte en un texto electrónico, deja de posser la mesma clase de textualidad* (LANDOW, 1995, p. 61).

Gera-se o que Landow define por *una clase de texto flexible, hecho a la medida, abierto a las demandas del lector y, posiblemente, vulnerable a ellas. También generan la noción de una textualidad múltiple...* (Ibid, p. 31). Esta nova concepção de textualidade é descrita por termos como nexos, conexão, trajetos, tramas. Ainda com o autor

[...] el texto virtual, cuya apariencia y forma pueden ser modificados según convenga al lector, también tiene el potencial de añadir un elemento completamente nuevo: el nexo electrónico o virtual que reconfigura el texto tal y como lo conocemos los que hemos crecido junto los libros. Es la facultad de conexión electrónica lo que crea el hipertexto, una textualidad compuesta de bloques y nexos que permiten multiplicar los trayectos de lectura (Ibid, p. 136)

Reconhecemos, portanto, que o hipertexto reconfigura o texto de um modo fundamental e que os nexos eletrônicos representam a transição de um modo de conceber uma textualidade margeada e centralizada, para uma textualidade rizomática. A rede dos nexos informa ao leitor acerca dos links e conteúdos à disposição, pois *Los nexos electrónicos*

⁸⁷ Importa ressaltar que há diferentes tipos de estrutura hipertextual, de forma que este direcionamento pode ser mais ou menos limitado conforme o suporte técnico que o montou. No entanto, há estruturas que não encontram limites, pois ligadas a e realimentadas pela rede de acessos. Essas estruturas são as que mais nos interessam.

desplazam los límites entre un texto y outro, entre escritor y lector (LANDOW, 1995, p. 48). Para tanto, é a idéia de links que dá visibilidade ao texto eletrônico como sendo um ideal de interconexão e de multiramificação. Este dispositivo digital vincula infinitamente os textos numa teia virtual de acesso ilimitado, o que o caracteriza como um *texto-processo*, ou seja, um texto que está sempre em constante (re)construção. Esses nexos simplesmente aceleram o processo de estabelecimento de relações entre o externo e o interno do texto. Com os nexos as fronteiras entre o dentro e o fora do texto se disseminam, produzindo um texto sempre aberto que é radicalmente transformador, visto que há, no início do acesso, uma visão geral dos nexos relacionados ao assunto em pesquisa que pode ser um autor, um momento histórico, uma teoria, um movimento. Esta visão geral implica que qualquer idéia que o leitor escolha como centro (virtual) de sua investigação existe em relação a outros nexos. Ao ativar um nexo particular, outras possibilidades são refratadas.

Essa mudança reveste-se de significativa importância para os estudos do texto e do discurso, dado que, por um lado, muda nossa concepção de texto, por outro essa nova textualidade permite ao leitor direcionar-se por muitos caminhos distintos. Isso muda significativamente também a noção de estrutura textual, antes tida como centrada e nuclear com início e final delimitados. Os leitores não só podem escolher vários pontos onde terminar, como também podem seguir ampliando o texto, estendê-lo. Ted Nelson (1965), um dos iniciadores do hipertexto constatou isso, dizendo que não há última palavra. Não pode haver uma última versão, um último pensamento. Sempre há uma nova visão, uma nova idéia, uma nova interpretação.

Em nosso caso, nos movem os seguintes questionamentos: podem os links ter função coesiva segundo os parâmetros propostos pela lingüística do texto? Pode-se presumir, neste caso, uma pré-determinação dos links na sequencialização textual?

Para tanto, para serem compreendidos em sua complexidade este texto e seus mecanismos de interconexão foram estudados sob a ordem do discurso, tendo em conta, que, quanto à produção de sentidos, o olhar da lingüística textual tornou-se muito reducionista, pois os sentidos engendrados por um texto ou, em nosso caso, por uma rede de textos interconectados, somente se efetivam se o hiperlink tiver a seu favor uma outra rede, a discursiva (memória, interdiscurso), a qual possibilitará uma ligação semântica entre as várias janelas de textos embutidos. O papel do interdiscurso, na atualização da rede textual, promove a organicidade do hipertexto, já que o ato de clicar, de ‘zapear’, de desconsiderar um hiperlink em favor de outro mais interessante à complementação da pesquisa em curso, atestam a virtualização do texto no momento em que entra em tela a subjetividade. Os hiperlinks, sob essa ótica, têm papel calidoscópico, tendo sentidos oriundos de combinações

múltiplas. Essas combinações partem sempre da interligação, no momento da leitura, de uma materialidade lingüística com o interdiscurso que a atualiza.

Buscamos um contraponto com a lingüística textual (já abordada) com a finalidade de apontar para a superação que a textualidade digital traz em relação às concepções já estabelecidas de textualidade. Tal como explicitado em capítulo específico, as teorias do texto pautaram-se em princípios formalistas para a análise de textos. As chamadas gramáticas de texto passaram a tratar seu objeto de estudo pelo viés eminentemente intralingüístico, tal como o tratamento que as teorias gramaticais vinham outorgando à frase. Esse formalismo tinha um objetivo específico: alijar ambigüidades do quadro formal em que estava estabelecida a língua e seu uso. No entanto, a dimensão pragmática passou a fazer-se inerente ao tratamento de textos e levou as teorias do texto a ultrapassarem o tratamento formalista. Só que, no intuito de assegurar um quadro de regras de boa formação textual, a LT reduziu a pragmática a componente e os sujeitos mobilizadores da língua a indivíduos ideais. Indursky (1997) explicita a respeito: *ao deslocar-se da frase para o texto, a Lingüística Textual apenas promoveu a passagem de um nível a outro, ampliou seu objeto, mas pautou suas análises nos mesmos pressupostos da lingüística de frases.*

Esses princípios de boa formação textual estão concentrados nos conceitos já explanados no primeiro capítulo: coesão e coerência. Essa retrospectiva que estamos empreendendo nos permite passar às análises sobre o corpus, justificando nossas ressalvas em relação à aplicabilidade dos parâmetros de textualidade da LT para o texto digital e, sobretudo, apontar, de nosso lugar de analista de discurso, uma possível reflexão sobre essa nova textualidade. Autores da LT presumem dois pontos de vista sobre a relação entre coesão e coerência: 1º) a coerência está separada da coesão, dado que aquela se estabelece na interação e na interlocução, numa dada situação comunicativa que confere sentido ao texto em questão, estabelecendo assim sua interpretabilidade e sua legibilidade, enquanto esta se revela através de marcas especificamente lingüísticas. A coerência é semântica e pragmática, contudo tenhamos em conta que a noção de semântica aqui é eminentemente presa às formas da língua, e a pragmática traz uma concepção de sujeito detentor de plenos poderes sobre o sentido; 2º) a coerência e a coesão não podem se dissociar, dada a interdependência entre semântica e pragmática no tratamento de textos, já que são língua em uso.

Segundo a LT (precisamente os clássicos Halliday e Hasan, 1976), a coesão é um conceito semântico que se refere às relações de significação que existem dentro de um texto e que o definem como tal. Sendo um processo que assegura (ou torna recuperável e possível)

uma ligação lingüística significativa entre os elementos que ocorrem na superfície textual e que opera de acordo com categorias intratextuais como referência, sequencialização⁸⁸.

Nessa perspectiva os elementos anafóricos mobilizam um dito presente na superfície textual a fim de organizar o texto, exercendo um efeito de estabilização e planificação do discurso. Do ponto de vista crítico de Mondada e Dubois *a anáfora tem sido vista como um modo de estabilizar ou de focalizar uma denominação particular*, excluindo para isso outras possibilidades, mesmo se elas estiverem potencialmente disponíveis no texto (2003, p. 43)[grifo nosso]

A partir das explanações acerca dos mecanismos de coesão textual acentuados pela LT e das análises que esta disciplina empreendeu sobre o fenômeno da textualidade digitalizada, podemos atentar para um fator de extrema importância para dar seguimento a nossa pesquisa: a LT, ao considerar os hiperlinks como elementos catafóricos, vinculou o texto digital aos parâmetros que usa para textos em suporte impresso, sem levar em conta, as profundas modificações que a digitalização e a virtualização do texto trazem para a relação com o leitor. Planificando texto impresso e texto informatizado, a LT reproduz o discurso estéril que a lingüística, de uma forma geral, edificou. A planificação das duas ordens de textualidade buscou efetivamente uma planificação do sujeito que mobiliza a materialidade da língua. Ademais, alinhada com a idéia de links como elementos coesivos, de ligação interna dos textos em rede, está sua classificação como dispositivos dêitico-vetoriais. Essa concepção coloca dos hiperlinks num espaço tenso entre a interioridade dos textos interconectados e a exterioridade dos caminhos que podem se abrir. Todavia, a LT empreende a idéia de dêixis ainda presa a uma sistema de ostensão interna, cuja função essencial reside em orientação interpretativa. Essa orientação está ligada à noção de intencionalidade do produtor do texto. Dessa forma, a concepção de dêixis permeia-se por um hermetismo que em muito se distancia da notável abertura que poderia agregar ao texto eletrônico, já que os dêiticos, no âmbito dos estudos do texto, podem ter um papel de extrapoladores dos limites e margens estéreis que a teoria impôs ao objeto texto.

Por um outro ponto de vista, no entanto, buscamos, na análise de discurso francesa, entender os processos de leitura e produção de sentidos como relações estabelecidas entre o texto e o que está fora dele. Vemos em Indursky uma reivindicação pelo tratamento exofórico do elemento anafórico, dado que, em AD, *A passagem da frase e do texto para o discurso inaugura não só um novo objeto, mas instaura uma nova ordem a partir da qual é preciso contemplar de modo indissolúvel as relações internas e externas* (1997, p. 718).

⁸⁸ Apontamos as metra-regras de Charolles (1978).

Com a mobilização de conceitos como interdiscurso, intradiscurso, anáforas discursivas buscamos mostrar que o funcionamento lingüístico dos elementos de referência textual, difundido pela LT, não coincide com seu funcionamento discursivo, estando este mais ligado à atitude interpretativa frente ao texto. Conforme Indursky, *o vestígio das ligações que se estabelecem com a exterioridade, as quais entrelaçam inextrincavelmente o texto com o interdiscurso, ancorando sua coerência também na exterioridade* (2001, p. 29).

Nos detemos, portanto, nessas possibilidades que fazem do texto um elemento orgânico, potencializador de sentidos outros, diversos. Segundo nossas considerações sobre o objeto de estudo, o texto existe em potência, ele é potencialmente possível e passível de atualizações como a árvore que ainda existe potencialmente na semente. Lévy (1996) já expunha essa metáfora: *o problema da semente, por exemplo, é fazer brotar uma árvore. A semente ‘é’ esse problema, mesmo que não seja somente isso. Isto significa que ela ‘conhece’ exatamente a forma da árvore que expandirá finalmente sua folhagem acima dela. A partir das coerções que lhe são próprias, deverá inventá-la, coproduzi-la com as circunstâncias que encontrar* (1996, p. 16).

Assim, contrariamente ao estático, ao já constituído, o texto é um complexo problemático, um nó de possíveis configurações, reconfigurações semânticas, um nó de forças que necessita de um processo de resolução: uma atualização. Dado isso, atentamos para que a realidade dos sentidos jamais é matéria pura, pelo contrário, é sempre virtual, atualizável através de uma relação tensa entre o texto e o sujeito que o coloca em atividade. Os sentidos existem potencialmente nas possibilidades de conexão entre textos da rede hipertextual, mas são atualizados com o clicar do sujeito que, ao invés de efetivar uma ação mecânica, como pressupõem os mais céticos, produz uma atualização do link através da imensa rede de memória que acompanha a leitura. Segundo Lévy, *A tela apresenta-se então como uma pequena janela a partir da qual o leitor explora uma reserva potencial* (1996, p. 39).

Partimos do fato de que os hiperlinks, por serem vínculos entre blocos de textos, têm funcionamento diferente do funcionamento dos elementos de referência da lingüística textual. Essa diferenciação é visível quando observamos uma tela da rede WWW, que nos mostra os links como dispositivos que:

- i- não constituem fenômenos de dependência interpretativa.
- ii- cumprem uma certa função coesiva, sem, contudo, referirem-se a elementos delimitados intratextualmente;

- iii- constituem fenômenos de abertura, tendo em vista que remetem a um conjunto de informações extratextuais contidas em janelas a serem abertas e a discursos anteriores, tornando o texto um documento aberto.
- iv- sua natureza não é substitutiva; não é meramente projetiva; e não é de retomada;
- v- as práticas de leitura mobilizam relações interdiscursivas intensas em virtude da necessidade de associação no processo de linkagem;

Cada link acessado ou descartado, no processo de navegação, possui uma unicidade semântica que solicita do leitor a ativação de inferências intra e extratextuais. Neste ponto é que reside a maximização do conceito de hiperlinks de meros elementos de ligação entre blocos de textos para elementos de referência discursiva. Isso permite ao leitor construir um objeto discursivo que nunca é dado a priori. O leitor assume um papel de itinerante, navegador em busca de caminhos a seguir. Há, nesse sentido, um processo discursivo que interfere na formação do hipertexto.

Em vista disso, a relação da categoria de anáforas discursivas com a linkagem hipertextual é concernente em função da exterioridade e da não dependência interpretativa em relação a um elemento referido e, além disso, temos que ter em vista que o que é habitualmente considerado como ponto estável de referência, no âmbito do hipertexto, é instável, lábil, já que as referências não são nem evidentes, nem dadas, mas são resultados de processos interdiscursivos que interferem nas relações, nas escolhas de links.

No entanto, quando se afirma que a anáfora discursiva constrói-se sobre um dito retomado na superfície do texto, pressupondo um referente explícito, em se tratando da estrutura hipertextual, esta idéia não procede, tendo em vista que uma das características básicas do hiperlinks é sua não ligação a um referente explícito. Reiterando o que fora exposto, os hiperlinks não assumem as mesmas formas dos referentes tradicionais, pois a relevância do hipertexto não está na progressão referencial propriamente dita, mas na progressão tópica e temática, a qual produz uma continuidade, devendo haver entre os blocos de textos que compõem o hipertexto uma integração conceitual e temática que dê suporte à interpretação do leitor. Assim, o que se procura determinar aqui é uma concepção processual de construção do sentido e de texto vetorizado, metamórfico. Notamos essa característica nos processos de navegação quando os leitores ativam o actema de volta, de retorno a um menu principal para escolha de novos links. O processo de retorno faz com que atentemos para o fato de que a profusão de links e a carga de informações que com eles se coloca à disposição do leitor, orientam este para uma atitude mais responsável frente ao processo de leitura. O

retorno nos mostra que um percurso está se formando e que as escolhas do leitor não permitem a entrada em qualquer janela disponível.

Assim, diferentemente dos elementos de referência tradicionais e dos dêiticos, os links não marcam posições, não suturam informações, abrem possibilidades significantes, abrem possibilidades de encadeamento e, além disso, atestam o processo de construção textual como eminentemente ligado à prática do sujeito sobre a superfície lingüística. Isso nos coloca diante da possibilidade de pensar nesses dispositivos como anafóricos discursivos. Contudo, o próprio conceito de anáfora discursiva, mesmo sendo o que melhor representa o processo de linkagem, precisa ser expandido, pois, na concepção aqui adotada para os links, a anáfora discursiva se caracteriza por três aspectos, dos quais apenas o primeiro se mantém da conceitualização original:

- a) Constrói-se sobre um já dito retomado na exterioridade do texto, no interdiscurso. Projeção à exterioridade;
- b) Constrói-se por associação semântica de textos, realizada pelo leitor, nunca explícita na superfície textual. A ligação ocorre na atualização;
- c) O processo de seqüencialização e de unidade textual é sempre virtual e passível de reformulação;

Formam-se diferentes e pequenas redes no interior de cada imenso hipertexto, tais redes são irrepetíveis e únicas, pois cada leitor, operando com sua memória discursiva, com objetivos diferentes, formará uma rede própria de leitura e de encaixe, assim, os links assumem esse duplo papel: de estabilização no plano da forma e de desestabilização no plano do conteúdo significativo, marcando espaços de interdiscursividade. No entanto, essas marcas não são diretas nem tão límpidas, pois indireta é a relação do sentido com a materialidade lingüística que lhe dá suporte. A função do hiperlinks deve ser vista em seu funcionamento como janela que abre possibilidades de encadeamento. Não há links dispostos em um hipertexto que se façam auto-evidentes, esses links trazem em si a possibilidade de formação de textos outros sobre um texto disposto na tela do computador. O funcionamento do links, seu acesso e as informações que abrem para o leitor estão ligados às condições de produção da leitura enquanto processo significativo, dado que ler é atualizar singularmente.

Em vista do que compreendemos por processo de construção discursiva, acentuamos que definir o hipertexto como uma nova unidade de análise, principalmente em AD, nos faz pensar na circulação de informações que a internet possibilita e nas práticas de leitura engendradas pela materialidade eletrônica. Ademais, apontamos para o fato fundamental de

que não estamos diante de uma materialidade puramente eletrônica, mas eletrônico-discursiva, em que novos processos de leitura se estabelecem fazendo emergir deslocamentos teórico-conceituais no âmbito dos estudos do texto. Para tanto, justificamos o uso do termo ‘anáforas’ para o estudo aqui proposto, dados os limites que a categoria de anáforas discursivas encontra. Assim, o diálogo constante com a semiótica nos permitiu abordar o elemento anafórico em seu limite com os processos discursivos de constituição de sentidos, a fim de ultrapassar o que impunha a esse elemento um papel de cerceamento interpretativo. Assim, mais do que anáforas discursivas e mais do que meramente anáforas, o que propomos para análise dos hiperlinks é uma análise que congrege valor discursivo, semiótico e lingüístico a esses elementos.

3.5 Procedimentos Metodológicos

Caracterizando-se por ser uma pesquisa sobre leitura em ambiente digital, paramentada pelos pressupostos teóricos da análise de discurso francesa, principiamos pelo fator determinante de que, em AD, busca-se a desconstrução da noção de evidência dos sentidos, tão cara aos estudos formalistas do texto. Portanto, para engendrar uma perspectiva processual de construção de efeitos de sentidos, desligados da concepção conteudista de texto e orientados pela relação intrínseca entre a materialidade lingüística e a materialidade histórica e social, buscamos, nos domínios da materialidade discursiva, que não incorre na pura subjetividade, nem na dureza de uma estrutura pré-estabelecida, um campo de reflexão, cujo olhar para as práticas de leitura sejam mais complexos e menos deterministas. Com base nisso, o analista de discurso encontra em seu “percurso”, um caminho de desmistificação das evidências fundadoras da língua, do sujeito e, primordialmente, da relação entre ambos que resulta numa outra evidência: a do sentido como transparência. Esse desmistificar implica a passagem para a ordem discursiva que, distinta da ordem da língua, representa a relação entre esta e o ideológico.

Isso posto, atentamos para o fato de que, em AD, o trabalho do analista, inexoravelmente, não pode se realizar tomando como foco somente a materialidade lingüística, mas deve focalizar as condições de produção do corpus a ser analisado. Definido por Courtine *como um conjunto de seqüências discursivas estruturado de acordo com um plano definido em relação a certo estado das CP do discurso (1981, p. 24)*, o corpus representa a confluência de duas ordens: uma horizontal e uma vertical, pois, de um ponto de vista empírico, os recortes que o compõem estão na ordem da materialidade lingüística horizontal e sintaticamente analisável; contudo, da ótica do processo discursivo, essas

seqüências sintagmatizam-se sempre em relação a uma relação interdiscursiva, em determinado estado das condições de produção da leitura, em nosso caso específico.

Para tanto, esta pesquisa delineou-se em algumas etapas que mobilizaram um trabalho individual do leitor e um trabalho em conjunto com a pesquisadora, o qual procurou entender os acessos realizados pelos leitores durante um percurso de leitura em ambiente digital, levando em conta as condições em que se produziu a leitura e a linkagem dos textos que constituem o hipertexto. Além disso, com a preocupação não de colher resultados pré-estabelecidos, mas com o intuito de buscar um entendimento da leitura em ambiente digital, baseada na experiência do leitor, este trabalho não foi definido por um método dedutivo de análise, dado que a construção do corpus, em AD, já consiste num trabalho analítico.

Evocando a concepção de recorte, definida por Orlandi (1987) como um fragmento que, em oposição à concepção de segmentação, relaciona linguagem e situação, trabalhamos com recortes dos acessos realizados e das entrevistas com os sujeitos da pesquisa, o que nos possibilitou uma visão abrangente e qualitativa dos percursos dos leitores-navegadores, bem como nos possibilitou estabelecer as condições de produção do processo discursivo, remetendo sempre a uma exterioridade. Vale lembrar, além disso, que a definição de recorte é fundamental para a pesquisa no texto digital por situar-se num campo em que elementos se repetem e se deslocam em diferentes “textos e/ou discursos”, em CP específicas, que estabelecem a relação entre a materialidade lingüística de uma seqüência discursiva e as condições históricas, sociais, ideológicas que determinam sua existência.

Em vista disso, nosso corpus foi constituído com dizeres dos leitores que participaram das práticas de navegação na WEB, levando em conta sua relação inerente com os lugares sociais de onde produziram as leituras em hipertexto, ou seja, em termos analíticos, de suas posições-sujeito no interior de uma FD. Foi com esses recortes que encontramos meios para expor nossas ressalvas em relação àqueles que criticam o ambiente digital como propício à leitura de qualidade e inserimos uma proposta para análise do processo de linkagem à luz do que a análise do discurso denominou anáforas discursivas. Ademais, esses recortes acentuam a proposta de análise da textualidade informatizada pelo viés da AD francesa em contraponto com análises da LT.

Buscamos, do ponto de vista da AD, pensar a materialidade eletrônico-discursiva como uma convergência entre uma memória metálica e uma memória discursiva, fazendo dos links ligações simbólicas que reclamam seu lugar no processo discursivo. Os hiperlinks são apontados aqui como materializadores de gestos de leitura particulares. Através desses dispositivos eletrônicos o texto (hipertexto) encontra sua constante re-significação, operada

pela ação de um leitor, que, antes de tudo, é sujeito socialmente, politicamente e ideologicamente constituído, através de quem uma memória se projeta.

Esclarecemos, portanto, que os recortes analisados nos permitem o contraponto e o constante diálogo com o campo teórico da Lingüística de Texto, tal como já matizamos e com um debate semiótico e filosófico sobre as interferências das novas tecnologias nas formas de leitura e escritura.

Esta pesquisa transcorreu nas seguintes etapas:

- i- Escolha do tema a ser pesquisado na WEB: “Sistema de Cotas nas Universidades Federais”;
- ii- Prática de leitura-navegação na WEB;
- iii- Momento de reflexão do leitor sobre seu percurso de leitura através de um questionário com perguntas dirigidas ao processo de leitura-navegação (respostas escritas);
- iv- Reflexão sobre o percurso de leitura-navegação (conversas espontâneas);

3.5.1. Condições de Produção do Corpus

O corpus é constituído de recortes das entrevistas realizadas com 05 (cinco) leitores⁸⁹ que configuram os sujeitos que estão na FD acadêmica. Para escolha dos participantes da pesquisa, foram tomados como base critérios de grau universitário, tendo em vista que nosso objetivo consistia em investigar como se processam percursos de leitura, e também analisar a reflexão sobre as condições em que as leituras sobre o tema “Sistema de Cotas nas Universidades Federais” foram produzidas. Tomamos como objeto de nossa investigação a FD acadêmica, considerando, sobretudo, o fato de que os domínios de saberes que circulam no interior dessa FD nos permitiriam avaliar, de modo mais objetivo, a complexidade do processo de produção de sentidos em ambiente digital, o que nos auxilia num cotejo de informações com mais qualidade e um maior grau de reflexão por parte dos sujeitos dessa FD, acerca de seu processo de leitura em hipertexto. Tais critérios respaldaram as análises e reflexões concernentes ao nível de construção de um hipertexto, dado o fato de o foco desta pesquisa ser a análise das condições de produção de um hipertexto por um sujeito-leitor situado social, histórica e ideologicamente.

⁸⁹ Salientamos que a pesquisa transcorreu com a participação de 10 leitores-navegadores, dos quais 05 percursos foram escolhidos para análise.

As práticas de leitura foram realizadas com base em um tema comum e atual: *O sistema de cotas nas universidades federais*. A delimitação do assunto por parte da pesquisadora teve a seguinte motivação: avaliar os diferentes percursos de leitura, os diferentes processos de linkagem que os leitores produzem com base em um mesmo quadro de links disponíveis para acesso, mas que não necessariamente seriam linkados por todos. Esse é o passo fundamental para nossa investigação: a diferença nos acessos realizados e na formação de um hipertexto com base nas condições de produção da leitura. Nesse sentido, temos que os diferentes percursos correspondem às diferentes condições de produção das leituras e, principalmente, à construção discursiva dos hipertextos como efeito de um trabalho de interpretação que aponta para a heterogeneidade da FD acadêmica. Isso se evidenciou quando, durante as entrevistas, os leitores explanaram suas motivações para a produção dos percursos. Justifica-se, dessa maneira, a escolha do tema para pesquisa, já que o sistema de cotas nas universidades é comum no meio acadêmico gerando diversas posições por parte dos estudantes universitários. Os percursos vinculam-se, a nosso ver, a uma rede interdiscursiva que se atualiza no momento da linkagem dos textos e que intervém na formação de cada ‘rede’ hipertextual. Trata-se dos processos interpretativos que refletem posições-sujeito diversas, no âmbito de uma mesma FD, o que instaura a construção do percurso em ambiente digital como efeito do processo interpretativo e, conseqüentemente, os hipertextos como efeito-texto.

Com a finalidade de familiarizar os participantes com as condições gerais a partir das quais a pesquisa transcorreu, foi realizado um primeiro encontro para o preenchimento de uma ficha⁹⁰ com dados do leitor-navegador. A ficha contém dados salutareos para que a pesquisadora conheça os assuntos mais pesquisados por cada leitor, suas motivações de pesquisa. Tais dados são organizados de uma forma crescente quanto à importância, começando pela informação da idade, profissão, curso universitário, passando a questões como assuntos de interesse para pesquisas na WEB. Esta questão é validada pela informação que segue sobre os assuntos mais pesquisados e pelos motivos de pesquisa. A ênfase nesses itens reside no fato de que, acreditamos que nenhuma leitura em ambiente digital prescinde de um movimento interpretativo, já que o sujeito será sempre engendrado por um processo simbólico. Isso justifica nossas ressalvas em relação às considerações que a LT produz acerca da leitura em hipertexto, dado que interpretar, para esta teoria, é buscar ‘um’ sentido dado de antemão, intencionalmente inscrito na formação do texto, ao passo que, de nosso ponto de vista teórico, interpretar é gerar efeitos sobre a materialidade lingüística, efeitos singulares,

⁹⁰ A proposta para a prática, a ficha e o questionário utilizados com os leitores encontram-se em anexo. Anexo I

pois ligados, ao mesmo tempo, a um processo de leitura individual e a determinações históricas, o que nos leva a aventar o fato de que o ambiente digital é um suporte que materializa outra relação do leitor com o texto que agora está em rede, sendo tal relação mais complexa do que aquela que a LT aborda. Esta ficha, portanto, nos concede as condições necessárias para uma primeira análise dos percursos de leitura e suas singularidades. Salientamos, sobretudo, que, segundo os leitores-navegadores, os assuntos que pesquisam na WEB são, geralmente, os mesmos pesquisados em suporte impresso. Com base nos dados recolhidos e na conversa destes encontros, temos os seguintes perfis dos leitores:

Leitor 1 (L1)

Formação acadêmica em Letras, estudante de pós-graduação na mesma área. Professora de Ensino Fundamental e Médio da rede particular de ensino na cidade de Farroupilha - RS. Idade 24 anos. Assuntos que mais pesquisa na WEB: atualidades e assuntos acadêmicos. Algumas pesquisas são realizadas em busca de material para o planejamento de suas aulas (textos, reportagens...).

Leitor 2 (L2)

Formação acadêmica em Publicidade e Propaganda (em curso). Trabalha como assessora na Câmara de Vereadores de Cachoeirinha - RS. Idade: 25 anos. Assuntos mais pesquisados na WEB são: assuntos acadêmicos, notícias e assuntos relacionados a seu trabalho, como leis, projetos, governo. A leitora é integrante do grupo da juventude do partido dos trabalhadores (PT) em sua cidade, onde desenvolve projetos nas comunidades carentes.

Leitor 3 (L3)

Formação acadêmica em História com pós-graduação em curso na área de educação. Idade 30 anos. Professora da rede pública de ensino para os níveis fundamental e médio, na cidade de Gravataí - RS. Assuntos mais pesquisados na WEB são relacionados a seu trabalho: área de educação, práticas de ensino, atualidades.

Leitor 4 (L4)

Formação acadêmica em Ciências Jurídicas, pós-graduação em andamento na mesma área. Idade 28 anos. Trabalha no departamento jurídico da rede bancária de Porto Alegre. Assuntos mais pesquisados na WEB são relacionados ao trabalho, assuntos acadêmicos e encontra na internet um meio ágil de ter acesso às notícias referentes a leis e projetos em andamento.

Leitor 5 (L5)

Formação acadêmica em Ciências Jurídicas e graduação em ciências sociais (em curso). Idade 29 anos. Trabalha com assessoria jurídica em Porto Alegre. Assuntos mais pesquisados na WEB: notícias, atualidades, assuntos acadêmicos e relacionados ao trabalho (projetos, leis...). Além disso, a leitora trabalha como voluntária em alguns projetos sociais em sua cidade. Entre os entrevistados é a única de origem negra.

De posse dos dados dos sujeitos, passamos, então, à análise do modo de produção dos hipertextos, buscando entender os percursos que cada leitor fez para a constituição de seu hipertexto. Para tanto, conversamos espontaneamente sobre os assuntos de interesse para pesquisa e seguimos para a Leitura-Navegação.

O processo de leitura começou pela orientação do assunto escolhido no site de pesquisa www.google.com.br. Cada leitor digitou o link *sistema de cotas nas universidades federais*. Este link abriu um menu principal com um resultado de aproximadamente 434.000 links para pesquisa. Dessa forma, os leitores partiram de um mesmo ponto de navegação, anotando o percurso realizado. Dessas anotações constaram:

- a) Os links acessados e a ordem dos acessos;
- b) Os links acessados e não lidos (resultados de retorno no percurso). Neste caso específico foi solicitada a colocação de um ‘N’⁹¹;

Após a navegação, com os percursos registrados, solicitamos ao navegador que fizesse uma reflexão sobre seu percurso, respondendo a algumas perguntas escritas. Esse questionário teve a finalidade de instigar o leitor-navegador à análise do processo de produção do percurso e das condições de produção de seu hipertexto. Trata-se de perguntas orientadas, nesse momento, para os objetivos de análise e de seleção dos recortes que compõem o corpus. O leitor não teve conhecimento dos objetivos da pesquisa, de forma a não haver pré-determinação para suas respostas.

As perguntas que compõem o questionário são:

- a) *Em seu percurso, quais os procedimentos que tomou como fundamentais para a criação do (hiper) texto?*
- b) *Como você explica o contexto no caso da navegação em ambiente digital?*
- c) *Após a navegação, segundo seu ponto de vista, que fatores propiciam a diferenciação entre texto em suporte impresso e o texto digital (hipertexto)?*
- d) *Como você explica seu percurso de leitura neste caso?*

⁹¹ O uso da letra “N” corresponde a um “Não”, indicando os acessos não realizados.

- e) *Com o hipertexto, o fechamento pode não se dar da maneira com que estamos habituados. Levando isso em consideração, que critérios você destaca para ter encerrado seu percurso de leitura?*

Após os percursos realizados e acompanhados das respostas de cada leitor, coube à pesquisadora produzir o que se convencionou chamar de “representações gráficas” dos percursos⁹². Esta etapa da pesquisa se destinou à visualização da trajetória de cada percurso, apenas com a descrição dos links acessados, não acessados e os que, após o acesso, geraram o retorno do leitor, pois não interessantes no percurso.

Tal visualização possibilitou, num primeiro momento, à pesquisadora fazer um cotejo sobre o percurso realizado, para, então, na última fase da pesquisa, apresentar ao sujeito-leitor seu percurso. Essa situação permitiu ao leitor refletir sobre o percurso realizado, sobre os fatores externos, históricos e sociais que auxiliaram na realização dos acessos. De posse da representação dos links acessados, cada leitor pôde acrescentar considerações sobre o trabalho realizado, justificar determinados acessos, falar sobre as condições de produção do texto e sobre a relevância do tema para ele. Durante a reflexão sobre o trajeto que o leitor produziu, algumas questões foram sendo levantadas pelo pesquisador a fim de que fosse realizada uma reflexão final do processo de leitura. As falas dos leitores foram posteriormente transcritas e selecionadas para compor o corpus.

Com todos dados disponíveis, tanto das entrevistas quanto dos percursos, coube à pesquisadora fazer os recortes necessários para a análise.

3.5.2. Condições de Produção dos Recortes

Com a pretensão de investigar as práticas de leitura instauradas pela digitalização do texto em rede e, ademais, de situar os links, em oposição às análises empreendidas pela LT, como desencadeadores de uma *anaforização*, que se dá na confluência entre memória metálica e memória discursiva, selecionamos recortes condizentes com nosso propósito e que elucidem o lugar do sujeito no processo de leitura, permitindo a análise deste como um efeito do trabalho interpretativo. Se, em AD, temos o trabalho interpretativo como um movimento circular, em que o sujeito ao interpretar, ao mobilizar sentidos, está sendo igualmente interpretado, devemos levar em conta, sobretudo, que o ambiente digital, por possibilitar hipertextos que se transformam a cada clique, possibilita igualmente um movimento dialético mais intenso sobre a produção da leitura. Tornou-se, portanto, salutar que nossa busca por

informações partisse de um cotejo de questões gerais como os procedimentos que cada leitor julga importantes para a formação de um hipertexto, a noção de contexto que cada leitor tem e, ademais, diante da imensa digitalização por que o mundo tem passado, que diferenças esses leitores vêem entre os suportes impressos e os suportes digitais. Essas questões tornaram-se basilares para nossas análises.

Dessa forma, para analisar o modo como o sujeito mobiliza os hipelinks num processo de retorno ao interdiscurso, selecionamos:

1. as respostas dadas aos questionários realizados após o percurso de navegação;
2. as falas (dos sujeitos-leitores) resultantes das análises das representações gráficas;

Salientando fundamentalmente o modo como o leitor produziu seu texto, como a memória discursiva interveio na materialidade eletrônica, atualizando seus nodos, esses recortes são representativos de cada percurso realizado.

Assim, o princípio de constituição do corpus desta pesquisa baseou-se na remissão dos hiperlinks a sentidos anteriores que os atualizam, produzindo a abertura, num processo de leitura, de determinados textos e não outros. A linkagem é vista, assim, como um processo seletivo de ligação e atualização de textos. Tal seleção está sempre pautada pelas condições de produção da leitura, pela inscrição do leitor em posições-sujeito numa FD acadêmica.

Reunimos um corpus que contém 48 recortes (R), organizados para análise em 02 blocos. Esses blocos correspondem às perguntas que compõem o questionário respondido pelos leitores. Foi estabelecido assim um referencial para análise sob dois prismas:

- a) A reflexão acerca do texto digital e sua interface com os processos de leitura tradicionais (Bloco I);
- b) A reflexão sobre o percurso de leitura-navegação (Bloco II).

Esses dois blocos organizam-se da seguinte maneira

Bloco I:

- a) *Em seu percurso, quais os procedimentos que tomou como fundamentais para a criação de teu (hiper) texto?*

⁹² Anexo II. O modelo de representações gráficas que utilizamos foi retirado de Landaw, 1995. No entanto, as representações que integram este trabalho foram aprimorados para que a visibilidade dos percursos seja facilitada.

- b) *Como você explica o contexto no caso da navegação em ambiente digital?*
- c) *Após a navegação, segundo seu ponto de vista, que fatores propiciam a diferenciação entre texto em suporte impresso e o texto digital (hipertexto)?*

Bloco II:

- d) *Como você explica seu percurso de leitura neste caso?*
- e) *Com o hipertexto, o fechamento pode não se dar da maneira com que estamos habituados. Levando isso em consideração, que critérios você destaca para ter encerrado seu percurso de leitura?*

Além disso, foram adicionados, às análises de cada bloco, recortes correspondentes à etapa de reflexão sobre as representações gráficas. Esses recortes tornaram-se imprescindíveis para abordar as condições de produção em que ocorreu cada percurso de leitura, as especificidades dos acessos realizados, bem como para analisar as posições-sujeito que se salientaram durante a investigação. Esse cotejo foi fundamental para a reflexão sobre os diferentes efeitos de sentido gerados no processo interpretativo e para a instauração do hipertexto como um efeito-texto.

3.5.3. As Condições de Produção dos Hipertextos

Ensejar as condições de produção dos hipertextos requer que retomemos a discussão colocada em tela anteriormente sobre o real e o virtual no ambiente digital de texto. Alinhando autores como Lévy e Landow, colocamos em cena o fato de que o real do hipertexto é a virtualidade, ou seja, é a potencialidade que está sempre presente e que se atualiza no momento em que o dispositivo eletrônico se acopla à subjetividade, gerando processos de criação e de diferenças no interior da rede digital. Pensamos, portanto, que o dispositivo técnico de digitalização do texto responde por um processo de redimensionamento, de transformação nas formas de relacionar sujeitos - materialidade lingüística – e eventos de leitura. Pensar assim nos ajuda a compreender que o objeto computador não foi meramente lançado no mundo para agregar uma forma diferente de leitura e escritura, mas faz parte de uma simbiose, de um fluxo contínuo de complexificação dessas formas de entender texto e textualidade. Dessa maneira, a relação usuário-computador não se esgota na análoga relação sujeito-objeto, mas exige novos conceitos, novas reflexões acerca dos gestos que o sujeito lança sobre o texto, visto que a leitura passa a investir-se de uma nova significação: a navegação. Para balizar essa reflexão, a proposta que se lança neste trabalho é a de refletir sobre os processos de constituição de hipertextos e saber por que relações esses

processos pautam-se, na busca de uma textualidade coerente, em condições de produção específicas. Os leitores-navegadores foram instigados à pesquisa de um tema específico (**Sistema de Cotas nas Universidade Federais**) dado o teor histórico, social e político de que este tema se cerca. A pesquisa de cada leitor transcorreu em etapas diversas, tal como explanado anteriormente. Os leitores produziram percursos em ambiente digital e cada percurso representou a potencialidade que o texto em rede pode trazer à tona. As diversas possibilidades de acesso, as inúmeras subredes que se formam dentro de cada janela aberta pelo leitor representam a ilimitada gama de informações interconectadas para um mesmo assunto. Nesse sentido, os links acessados e os não-acessados têm o mesmo valor para análise, visto que o que está em pauta não é o simples manejo do suporte, mas a construção do sentido, orientado por um suporte mais amplo do que o materialmente visto, pela memória que instiga a fazer um caminho diverso para cada leitor.

Para engendrar essas questões, buscamos aqui uma contribuição de Rosenberg (2002) que denominou actema a prática de seguir links. Para este autor um link pode ser seguido de diferentes maneiras, desencadeando diferentes actemas, por exemplo:

- a) Clicar uma âncora graficamente visível ou inferida pelo leitor;
- b) Operar um dispositivo interativo intermediário mostrando todos os links possíveis, como um menu de nomes de links;
- c) Clicar num mapa de visão geral;

Toda forma de hipertexto, cuja estrutura se dá com links embutidos, permite ao usuário além do movimento de ligação de textos, os movimentos de volta, de mudança de caminho. Estes movimentos são objetos de análise em questão neste trabalho, tendo em conta que vários questionamentos surgem neste tipo de actema, conforme Bieber (apud Rosenberg, 2002, p. 58) *deve um retorno disparar uma operação inválida ou simplesmente refletir o estado atual dos nós de partida?*; Rosenberg em resposta a esta pergunta argumenta que:

O simples ato de voltar para trás pode ter múltiplas facetas. Pode-se revisitar uma lexia simplesmente para lê-la de novo, ou pode ser um genuíno desfazer: Talvez o leitor não tenha desejado de modo algum seguir aqueles links. Esses são comprovadamente actemas diferentes (2002, p. 58).

Trazemos à baila, nesse sentido, o fato de que cada hipertexto corresponde a condições de produção específicas, relacionadas a uma rede interdiscursiva que intervém nos movimentos que os leitores incidem sobre a tela. O que se presume quando o que esta em pauta é o gesto de leitura em hipertextos é o fato contundente de que a estrutura linkada, que dá vida à uma rede de interconexões, traz à tona a potencialidade que cada links tem de

transformar, remodelar, construir, pela ativação que propaga, ao longo das vias de acesso, a topologia da rede e a composição de seus nós dando espaço para a formação de novos hipertextos, de novas redes. Cada vez que um caminho ativado é percorrido, algumas conexões são reforçadas, ao passo que outras são desconsideradas. Essa efetiva relação da ação do leitor com a produção das redes hipertextuais não se refere somente às conexões em tela, mas mantém uma estreita e necessária ligação com as conexões interdiscursivas que interferem no processamento do hipertexto. Dessa forma, cada leitor forma uma constelação hipertextual, cujos sentidos se interconectam na tela e no interdiscurso e, ao passo em que a perspectiva interdiscursiva se modifica, abre-se espaço para outras possíveis constelações. Isso se revela no simples ato de retorno, de clique sobre links embutidos nas janelas já abertas. Esse tipo de ligação rizomática que se forma e transforma, se faz e desfaz em momentos únicos de leitura é que nos conduz a pensar que cada hipertexto corresponde a um efeito de um trabalho interpretativo, de um leitor que está engendrado numa rede discursiva. Os sujeitos que participam do ato de clicar, ao qual subjaz o gesto interpretativo, reorientam os caminhos que outros sujeitos fizeram, dado que o sentido não tem fixidez, não é determinado somente pela materialidade do texto. Tomamos como ponto fundamental o fato de que não é só quem escreve que significa, também o leitor produz sentidos. Esses sentidos não se dão abstratamente, mas em CP cuja especificidade é serem sócio-históricas. Portanto, longe de ser um auxiliar útil à interpretação, as condições de produção são o próprio foco da formação das redes de sentido que se instauram.

Temos, então, no conjunto das reflexões aqui empreendidas, que a leitura está intrincada na determinação histórica dos processos de significação. Para Orlandi, quando estamos lendo, estamos participando do processo (sócio-histórico) de produção dos sentidos e o fazemos de um lugar e com uma direção histórica determinada (1988, p. 59).

Partiremos, para tanto, do fato de que o cerne da produção de sentidos está no modo de relação (leitura) entre o dito e o compreendido. A naturalidade dos sentidos é ideologicamente construída. Essa relação de naturalidade com o dizer e com o que através dele se mostra é um efeito da ideologia sobre a capacidade de simbolizar do ser humano. Naturalidade, portanto, é vista como transparência, limpidez, objetividade entre o dizer e o dito. Essa transparência que emerge para o leitor nos leva a ver mecanismos que aí estão jogando e que fazem dos sentidos efeitos de relações sócio-historicamente fundadas. O que nos permite afirmar que os sentidos são produzidos na fusão entre uma memória e uma atualidade.

As análises que seguem, por se ancorarem numa teoria materialista-histórica, nos ajudam a refletir sobre essas relações e sobre a efetiva relação entre leitor-navegador e o texto digitalizado em rede, já que o clicar do leitor, a navegação sobre telas e textos que se

interconectam e se desconectam nos levam a crer que a leitura evidencia a configuração semântica que cada leitor participante da pesquisa formou durante os acessos realizados. Cada link associado faz parte de uma constelação diferente, produzida em condições de produção condizentes com as conexões interdiscursivas de cada leitor.

3.5.4 BLOCO I: Sobre o Texto Digital e sua Interface com os Processos de Leitura Tradicionais

Este bloco foi organizado a partir das três primeiras perguntas que compõem o questionário respondido pelos leitores-navegadores. O que se coloca como prioritário, neste momento, é a reflexão dos leitores sobre a produção de hipertextos (durante a leitura) e sobre a diferenciação que esses leitores vêem entre texto impresso e digital. Dividiremos as análises do bloco em três partes correspondentes às perguntas. Passemos à primeira pergunta que constitui este bloco:

1º) Em seu percurso, quais os procedimentos que tomou como fundamentais para a criação do (hiper) texto?

Tivemos acesso a sete recortes correspondentes às respostas dos leitores⁹³. O objetivo desses recortes é ensejar a questão da orientação do percurso de leitura. Buscamos investigar qual é a prática de leitura que é mobilizada diante dos possíveis caminhos a serem trilhados pelos leitores.

R1: *Diante das opções que tive, selecionei as que foram mais interessantes para a realização da minha pesquisa, sendo que os assuntos estavam relacionados sistematicamente. Me guiei pela associação do tema. (L1)*

R2: *Os assuntos que busco são os que me interessam. Acessando localizo a frase ou a palavra relacionada ao assunto. Se eu não gostar, procuro voltar e localizar outro link que esteja associado ao assunto. (L2)*

⁹³ Os leitores serão indicados ao final das seqüências da seguinte forma: L1, L2, L3, L4, L5.

R3: *O interesse e a clareza com que o assunto foi exposto tornando fácil o entendimento. Levei em conta também a possibilidade de ligação entre os assuntos relacionados ao tema que pesquisei.(L3)*

R4: *Após escolhido o assunto e relacionados os itens, seleciono aqueles que me parecem estar associados à minha busca. Procuro um texto que seja de uma boa elaboração sem tornar o assunto monótono. Até porque temos que selecionar o que é de qualidade ou não, pois a internet traz uma gama de assuntos relacionados. Temos que ter discernimento para fazer essas escolhas. (L4)*

R5: *Título, abordagem do assunto pesquisado. Acho que todo um contexto influencia na leitura.(L5)*

Com efeito, a partir da análise dos recortes (R1 a R5), notamos que o hipertexto pressupõe uma textualidade orgânica, em oposição a uma textualidade mecanizada. Examinando, no R1, a resposta de L1 *Me guiei pela associação do tema*, percebe-se que não há sentido em considerar o texto digital como um confuso emaranhado de links e informações, pois o leitor torna-se o ‘centro’ da coerência de sua pesquisa. Não queremos dizer com isso que o leitor detém o sentido do texto que está linkando, pelo contrário, o que se quer enfatizar é o fato de que os sentidos, não existindo em si, nem estando ligados a um processo de decodificação feito pelo leitor, estão ligados, sobretudo, às relações engendradas no momento em que o leitor entra em contato com o texto. Esse sentido só existe enquanto efeito do clicar do leitor e enquanto efeito das escolhas locais que ele realiza. Nos deteremos aqui, portanto, na relação intrínseca entre a leitura e as condições de sua produção, dado o fato de que os sentidos existem em potência, atualizando-se quando um leitor é levado a isso. Esse é o significado de ter o leitor como centro da coerência. Ela não está fora do texto, nem contida nele, mas existe no momento em que um sujeito mobiliza o texto e o coloca em relação com uma memória que fará emergirem efeitos de sentido. Vemos essa relação interdiscursiva nos fragmentos contidos nos recortes como

R2: *“Acessando localizo a frase ou a palavra relacionada ao assunto” (L2);*

R3: *“Levei em conta também a possibilidade de ligação entre os assuntos relacionados ao tema que pesquisei” (L3);*

R4: “(...)seleciono aqueles que me parecem estar associados à minha busca.” (L4)

Quando aventamos o fato de que há um efeito de textualização que antecede a textualidade, percebemos, sobretudo, que os efeitos do trabalho simbólico é que permitem a caracterização de um texto. Há relações de ordem externa que produzem efeitos no tecido lingüístico. Vemos isso na necessidade de relação e associação que os leitores vêm na formação de seus hipertextos. E estes são, antes de tudo, formados por esse trabalho de textualização, de engendramento entre os sentidos estabelecidos e aqueles que se formam durante o trabalho de conexão.

Voltamos, para tanto, a Indursky (2001) e à sua noção de texto como Heterogeneidade *Provisoriamente Estruturada*, para enfatizar, com base no recorte 2, a formação dos hipertextos e de sua metamorfose contínua, pois cada gesto de leitura se coloca diante de nós como um resultado de um mecanismo discursivo que orienta a formação dos hipertextos e, ao passo que cada leitor se move na tela, a estrutura muda, as ligações se complexificam.

Percebemos com isso a evidência da não passividade do leitor, que se torna mais responsável pela formação de seu hipertexto. Quando L2 menciona “*Se eu não gostar, procuro voltar e localizar outro link que esteja associado ao assunto (...)*”, podemos considerar a importância da possibilidade de retorno no percurso, a possibilidade infinitamente superior que o texto digital traz em relação ao texto impresso de mudar de direção durante a leitura e, ademais, a natureza não-linear desse texto, o que o torna mais fluido.

Analisando ainda R2, vemos que L2 deixa clara a não passividade do leitor. Isso subsume que leitor e texto estão constantemente se re-significando, dada a possibilidade de reconfiguração que o suporte digital possibilita ao leitor. Esse recorte nos fez voltar às considerações da Lingüística de Texto acerca do hipertexto e dos processos de leitura. Voltaremos a dois recortes retirados de Xavier (2004) e de Koch (2002):

[...]esse princípio não-linear de construção do hipertexto pode tanto contribuir para aumentar as chances de compreensão global do texto, como também há o risco de essa falta de linearidade fragmentar o hipertexto de tal maneira a deixar o leitor iniciante desorientado e disperso. O uso inadequado dos links pode dificultar a leitura por quebrar, quando visitados indiscriminadamente, as isotopias que garantiriam a continuidade do fluxo semântico responsável pela coerência, tal como ocorre numa leitura de texto convencional (2004, p. 173 – grifos nossos)

{...}atar os hiperlinks de acordo com certa ordem discursiva e semântica é essencial para garantir a fluência da leitura e a drenagem da compreensão **sem excessivas interrupções e/ou rupturas** (2002, p. 65 – grifos nossos)

Nosso retorno a esses recortes se justifica para atestar o que desde o início suspeitamos sobre a orientação da LT: o olhar da LT para o hipertexto é falacioso e inconsistente, pois não abrange as profundas modificações que esta textualidade traz para os estudos do texto. Percebemos, por outro lado, que ruptura e não-linearidade não contribuem para que a leitura sofra perdas na constituição do sentido, pelo contrário, atestam a atividade plena do leitor diante da tela.

Corroboram com essas constatações o R6 (L2⁹⁴) que faz parte do processo de reflexão sobre os percursos realizados pelos leitores. Cabe indicar aqui que esta questão tem especial relevo pelo fato de que, diante das respostas que L2 nos forneceu no questionário escrito, notamos a familiaridade deste leitor com os processos de leitura em hipertexto e, primordialmente, uma reflexão crítica deste leitor em relação à linkagem. Nesse sentido, foi feita a seguinte pergunta com a finalidade de indagar o leitor sobre a orientação da leitura e a busca de coerência:

***Pesquisadora:** Quando tu falas em links mais interessantes, há, então, uma triagem do percurso de leitura antes de entrares nos textos?*

***R6:** Sim, os links, principalmente os do menu de entrada, contém pequenas frases que resumem o início dos textos. Isso me leva a escolher os adequados para a busca a que me proponho. No entanto, sempre entro nos textos para ver se há sublinks, pois vários outros textos podem estar ligados a um texto que não é de meu interesse. Muitas vezes, o texto que estava no menu de entrada não é interessante, mas os sublinks que estão em sua janela abrem textos melhores...(L2)*

Com base no que L2 colocou, fica claro um ponto essencial para nossa investigação: o caráter heterogêneo do percurso de leitura. A reflexão deste leitor nos ajuda a pensar que L2 está plenamente consciente das possibilidades de acesso que a tecnologia digital lhe fornece, mesmo que a natureza dos acessos, as motivações para acessar determinados links e não outros não esteja nesse nível de consciência. As reflexões desse leitor nos auxiliam a negar que rupturas e voltas (actemas), no percurso de navegação, possam comprometer o processo

⁹⁴ Esta seqüência faz parte de indagações feitas pela pesquisadora acerca das respostas dos leitores. Trata-se de um seqüência originada de conversas espontâneas, diferente das seqüências anteriores.

de leitura (textualização), pois este processo está formando-se num nível simbólico em que a plena atividade subjetiva interfere na conectividade dos textos e garante a singularidade dos percursos de linkagem. Voltamos a Orlandi quando constata que o *texto é multidimensional enquanto espaço simbólico* (2004, p. 14).

Observando o recorte em questão, percebemos que a coerência do percurso parte do leitor, em uma posição de amarrador de seu hipertexto e, por isso, as interrupções, o retorno quando um link não traz a informação desejada, são sinais de que o acesso à informação e às formas de sua interpretação são mais potencializados, alijando a cristalização do texto (isotopia) como um espaço rígido formado de itens separados e isolados. No hipertexto, pelo contrário, há o entrelaçamento de seções relevantes, que realçam uma seção antiga, fornecendo um novo caminho para um novo material ou mostrando como uma nova contribuição ilumina ou responde à outra página. Além disso, temos uma visão mais sofisticada do processo de leitura. O sujeito do discurso chama de *sublinks* os links que estão embutidos dentro de outros textos. O leitor aponta a importância do que chama de *sublinks*: *No entanto, sempre entro nos textos para ver se há sublinks, pois vários outros textos podem estar ligados a um texto que não é de meu interesse (...) - (L2)*. Essa fluidez ajuda a romper com os textos monolíticos para que a escritura possa ser re-significada a cada novo gesto de leitura que sobre ela se processa.

Os recortes R3 e R4, assim como R1 e R2, apontam a ligação e a relação entre os assuntos, atestando que os links funcionam como âncoras de associação, não de fixação. Temos, no recorte R4, a imprescindível atuação do leitor para a qualidade da navegação. Este leitor faz uma leitura crítica acerca da leitura em ambiente digital e sua relação com a leitura em suporte impresso. Diante do fragmento do R4 *temos que selecionar o que é de qualidade ou não, pois a internet traz uma gama de assuntos relacionados. Temos que ter discernimento para fazer essas escolhas (L4)*, indagamos o leitor sobre este discernimento. A pergunta feita pela pesquisadora buscou cotejar uma maior reflexão do leitor em relação ao processo de leitura e à formação de hipertextos, bem como quanto às condições de produção da leitura. Para isso, perguntamos:

Pesquisadora: E quanto ao discernimento que tu disseste ser necessário no momento da escolha dos links, tu achas que o texto digital apresenta mais profusão de informações do que o impresso, por isso a seleção deve ser mais atenta?

R7: *Veja, eu acho que assim como tem muita informação inútil e que deve ser descartada na internet e que ninguém vai navegar (como tu diz) em busca do nada, o livro deve ser também selecionado. Tem muita coisa ruim nas prateleiras das universidades. Na minha área, por exemplo, existem livros de quinta categoria. Acho que esse discernimento está em cada pessoa, independente do lugar em que se lê. (L4)*

Neste recorte (R7) evidenciamos que o leitor em questão tem “consciência⁹⁵” da responsabilidade sobre o processamento de sentidos num texto. Junto à reflexão de L4 colocamos a resposta de L5 à questão. Este leitor demonstra, assim como L4, a consciência de sua efetiva participação na formação de uma rede textual coerente, mas vai além da reflexão engendrada por L4, pois, no R5, quando o leitor diz (...) *Todo um contexto influencia a leitura*, vemos que ele coloca a questão do contexto como constitutiva da leitura e da produção de sentidos. Diante disso, é incontornável reconhecer que o leitor leva em consideração as condições de produção em que ocorre cada leitura. Os leitores demonstram, em suas falas (recortes), a especificidade que as condições de produção tem no processo de linkagem. Tendo as CP como a forma de delineamento dos sentidos pelas relações estabelecidas entre sujeito-língua-exterioridade, notamos que esses leitores buscam uma associação contínua entre os temas pesquisados, essa associação é ligada a cada gesto de leitura.

É fundamental vermos, com base no que os sujeitos da pesquisa evidenciam, que a leitura é direcionada por eles e que as redes hipertextuais que se formam durante os acessos são efeitos de escolhas que eles fazem diante das possibilidades de linkagem. Esse imaginário é, sobremaneira, importante para a constituição do sujeito-leitor, enquanto efeito e, conseqüentemente, para o texto como efeito. Isso fica claro nas seguintes expressões utilizadas nessa primeira parte do questionário:

L1: Diante das opções que tive, selecionei as que foram mais interessantes para a realização da minha pesquisa;

L2: Se eu não gostar, procuro voltar e localizar outro link que esteja associado ao assunto;

L3: Levei em conta também a possibilidade de ligação entre os assuntos relacionados ao tema que pesquisei;

⁹⁵ A questão de o leitor ter consciência de sua ação sobre a construção de sentidos está ligada ao imaginário de ser fonte de seu dizer e de seus movimentos interpretativos.

L4: Após escolhido o assunto e relacionados os itens, seleciono aqueles que me parecem estar associados à minha busca;

Isso acentua a questão do texto enquanto heterogeneidade provisoriamente estruturada, conforme vínhamos explanando com vista às formulações de Indursky, pois, para cada leitor, a rede de conexões que realiza é clara, fato que faz com que cada momento e perspectiva interfiram na formação de um hipertexto que parece ser diferente e único. Aqui se entrelaçam os efeitos do sujeito-leitor, do efeito-texto e dos efeitos de sentido que se instauram. Esse é um resultado dos movimentos de esquecimento engendrados em AD. Voltamos a abordar o fato inconteste de que um texto é uma unidade de significação em relação a uma situação tal como aponta Orlandi (1996).

Passemos a segunda questão que compõe este bloco. Neste momento, incidiremos sobre o conceito de contexto e sua mobilização, segundo os leitores, na leitura em hipertexto.

2ª) Como você explica o contexto no caso da navegação em ambiente digital?

Analisamos seis recortes (R8 – R12) que incidem sobre a concepção de contexto e sua influência no percurso. Investigamos até que ponto o leitor percebe o contexto como determinante de sua leitura na web e, ademais, como o leitor reflete sobre a importância da contextualização:

R8: *Eu acho que tudo está ligado ao objetivo da pesquisa no momento e os próprios textos que estão relacionados indicam as possíveis ligações que podemos fazer. (L1)*

R9: *Oriento minha pesquisa de acordo com o assunto que escolhi, mudando de link quando o conteúdo não está associado à pesquisa. Acho que contextualizar a leitura é fazer essa relação com meus interesses. (L2)*

R10: *As informações estão ali, sendo necessário apenas selecionar o que é interessante ou não, sendo que esta seleção já está condicionada por um interesse mais amplo de pesquisa. Também adquirimos outras informações que podem mudar o foco de interesse da pesquisa, devido ao número de informações disponíveis. (L3)*

R11: *Tudo o que procuro na internet está sempre relacionado com meus interesses, assim, sites que não têm um assunto que me chame atenção, ou que não traz nenhum tipo de informação produtiva, ligada à realidade, são os que eu nem olho. (L4)*

R12: *Eu entendo por contexto a delimitação do tema em consonância com que o se está buscando na pesquisa, a clareza, a coerência com que os assuntos são ligados. Nós já vamos para a internet com uma pré-opinião. (L5)*

Os recortes em questão nos auxiliam a ver relações com o processo de produção do hipertexto, pois inscrevem a noção de contexto em um espaço semântico representado pelos interesses dos leitores. A aproximação entre contexto e interesse dos leitores faz com que as perspectivas de L1 a L5 estejam pautadas por uma ordem em que contexto é pano de fundo imediato da produção de sentidos. Nesses termos, nos perguntamos: em que medida pode-se pensar na relação entre o que a LT trata por contexto e o que a AD tem como condições de produção? Ainda devemos ensejar o fato de que as motivações do leitor e a construção discursiva são opacificadas para os sujeitos, dadas as condições históricas que determinam a leitura e a reflexão sobre ela.

Dessa forma, buscamos respaldar nossas considerações no fato de que as condições históricas que intervêm nas práticas de leitura são opacificadas porque o lugar da escola e do cerceamento das práticas interpretativas é forte na historicidade desses sujeitos, para quem ‘contexto’ é um componente útil e complementar do sentido e não constitutivo. É lugar comum a escola propiciar o primeiro contato do estudante com textos através da noção de contexto, falando em contextualização da leitura. Tanto a produção, quanto a leitura de textos orais e escritos é direcionada pelos professores para ser contextualizada. Para tanto, esta palavra sugere, no âmbito formalista da LT que

a análise contextual é um complemento da análise lingüística fora de contexto, ela vem depois, para complementar o que ficou por complementar: isto é, o contexto ‘só se invoca quando necessário’, como, por exemplo, para desfazer ambigüidades, justificar efeitos de sentido (polissemia, sentido indireto), ‘salvar’ um enunciado que se apresenta como desviante, retificando interpretações *a priori* anormais, completar a interpretação (no caso de expressões indiciais, anafóricas, exercendo, assim, o papel de ‘saturador’) (KOCH, 2002, p. 27).

Diante disso, temos uma concepção de contexto como componente exterior à língua e ao texto, como um elemento a ser usado para desfazer ambigüidades e para sanar dúvidas dos leitores. Isso implica uma noção de sentido imanente e preso às formas lingüísticas, bem como uma noção de sujeito decodificador. Quando são usadas expressões como: *o contexto 'só se invoca quando necessário'*; é componente tomado para *'salvar' um enunciado que se apresenta como desviante*; além disso exerce *o papel de 'saturador'*, temos que levar em conta o campo teórico da LT e as restrições que traz à tona quando trata dos processos interpretativos. De nossa parte, evidenciamos, com os recortes analisados, que os leitores entendem o contexto como um cenário imediato em que estão inseridos para efetuar sua leitura. Não se dão conta, por exemplo, que a contextualização de que estão tratando está ligada a interesses muito específicos e regionais de leitura. Essa relação entre contexto e interesses particulares de leitura é que nos leva a tomar a noção de condições de produção da AD.

Temos por condições de produção, junto com Courtine, a *relação da materialidade lingüística de uma seqüência discursiva com as condições históricas que determinam sua produção* (1982, p. 246), o que estabelece uma relação intrínseca da língua com as práticas sociais. Em vista disso, as CP representam o ponto em que uma seqüência discursiva relaciona-se com o sujeito do saber de uma formação discursiva (em nosso caso a FD acadêmica), numa conjuntura histórica e, dado o caráter intrínseco da contradição, a heterogeneidade é característica inerente a FD. Essa heterogeneidade traz a instabilidade para o processo discursivo e, primordialmente, não aprisiona o sujeito num espaço delimitável de enunciação, pois as condições de produção, pautam-se pela possibilidade de análise de um domínio de memória, anterior à enunciação e que intervém de maneiras diferentes para diferentes sujeitos, em diferentes lugares de enunciação. Ademais, a análise do discurso procura, com a compreensão da historicidade, constitutiva da prática discursiva, contemplar o fato de que a enunciação não pode ser reduzida ao conhecimento da língua, tal como “evidenciado” pela lingüística. A AD busca, na discursividade, enquanto efeito da relação da materialidade da língua com a materialidade da história, atentar para que o discurso, além de operar no campo de um sistema lingüístico, coloca em jogo uma (re)apropriação da língua por sujeitos inscritos numa ordem social e identificados a uma ou outra FD e cujas enunciações se produzem a partir das relações entre os lugares que ocupam na ordem social, a forma como são interpelados como sujeitos e o modo como as contingências tomadas na história os afetam. Para tanto, retomando que o discurso é tomado como uma atualidade (enunciação) e uma memória (interdiscurso), vemos na análise desses recortes a constatação da intrincabilidade entre a reflexão que os leitores fazem dos percursos de leitura e a

interdiscursividade instaurada pelo jogo de sentidos que se cruzam, seja para divergir ou para convergir.

Voltamos às noções da LT para observar que é notório que ou língua e contexto estão separados, como se a mobilização da língua ocorresse numa etapa de ‘uso’ do código e que posteriormente este código fosse contextualizado ou, numa outra ordem, que o sujeito tenha internalizados (conscientemente) os conhecimentos necessários para a correta mobilização da língua. Se olharmos de perto esse discurso da LT e os recortes em análise, percebemos que há um imaginário muito forte, enraizado nas concepções de leitura, escritura e textualidade, cunhado na escola. Essas concepções não concebem as práticas de leitura a não ser como reprodução do que um autor propôs. Para essa tradição escolar são mais perigosos os riscos da leitura do que sua difusão. Vamos acompanhar como esse imaginário está inculcado nos leitores nos recortes a serem analisados, há uma incidência muito grande de termos e expressões como ‘linearidade’, ‘controle’, ‘comando do texto’, ‘leitura direcionada’, além do uso exaustivo de primeira pessoa como afirmação de que os sujeitos ‘vêm-se’ na origem do sentido. Obviamente, esta é uma herança da tradição escolar que prima por uma concepção de contexto como realidade imediata e sem ligação com as condições de produção dos processos discursivos dos sujeitos autor e leitor. Nosso ponto de vista é o de que o discurso sobre o contexto, no âmbito da LT, é o discurso que predomina na escola, fazendo com que o aluno (leitor ou escritor) não reflita acerca de suas produções e sobre as interferências das determinações pessoais (históricas, sociais, culturais) no processo interpretativo.

Em vista disso, temos, nos recortes, uma representatividade nas explicações acerca do contexto que aparece, invariavelmente, associado a uma realidade imediata. Vejamos: no R8, L1 menciona a ligação do contexto ao objetivo da pesquisa no momento: *Eu acho que tudo está ligado ao objetivo da pesquisa no momento e os próprios textos que estão relacionados indicam as possíveis ligações que podemos fazer*; já L2, no R9, parte para uma questão mais pessoal, como a ligação da leitura com os interesses do leitor: *Oriento minha pesquisa de acordo com o assunto que escolhi, mudando de link quando o conteúdo não está associado à pesquisa. Acho que contextualizar a leitura é fazer essa relação com meus interesses*; no R11, L4 indica claramente que a produtividade da informação é sua ligação com a realidade. É oportuno colocar em tela, no entanto, que, sem perceberem, esses leitores distanciam-se da rigidez e do hermetismo dos conceitos cristalizados pela escola, dado que os três recortes nos conduzem a ver que há um desenvolvimento mais complexo da concepção de contexto para estes leitores, dado que, para eles, o contexto representa os dados da realidade que vêm ao encontro de seus interesses, portanto, já é visto por eles como um recorte necessário da ordem do real, pois relacionados à simbolização e não mais à objetificação do texto.

Cotejando essa complexificação da idéia de contexto, temos, nos R10 e R12, uma orientação que nos permite ensinar a complexidade da noção de contexto e sua passagem às condições de produção, pois, no R10 temos que *seleção dos links está condicionada por um interesse mais amplo de pesquisa* (L3); e no R12 temos que *nós já vamos para a internet com uma pré-opinião* (L5). Essas duas afirmações nos auxiliam a ver que, no momento da leitura, os leitores têm necessidade de recortar condições próprias, regionais para a formação de seu percurso. Aproximando-se do conceito de condições de produção, estes leitores nos permitem vislumbrar que não são claras para eles as interferências dos fatores externos no processo de leitura, no entanto, apontam que essas interferências partem de suas vivências. Assim, quando pensam em interesses para produzir suas associações e, conseqüentemente, seu hipertexto, eles estão engendrando relações mais profundas. L5, por exemplo, faz uso do termo ‘pré-opinião’ que estabelece um limite entre o que é de uma ordem geral como o termo ‘realidade’ e o que pontua uma ordem de interpretabilidade mais singularizada. Isso traz à tona o fato de que as pessoas lêem sempre em relação ao que suas condições históricas lhes permitem, o que evidencia a existência de uma imbricação entre o texto em tela e as CP de leitura do sujeito-leitor. O texto estará sempre no limite tenso entre o que está materializado lingüisticamente e todas as práticas que intervêm em seu domínio instituindo sentidos diversos. Este leitor entende que os sentidos se mobilizam, para ele, a partir de um lugar que já está pré-determinado, mas ele não tem consciência desse processo, visto que o gesto de clicar e ‘selecionar’ textos não aparece como implicado nas relações de pertencimento desse sujeito a lugares sociais e filiações históricas que o determinam. O imaginário da leitura decodificadora e da detenção dos sentidos do/no texto fica bastante nítido aqui. Contudo, do ponto de vista teórico em que nos colocamos não se pode falar na existência “Da leitura”, mas de gestos de leitura. Não há, para o analista de discurso, ‘O Texto e Sua Leitura’, há sim uma rarefação desses conceitos estanques, que resulta na rarefação do sujeito leitor. Isso entra em choque com os conceitos da LT.

É preciso matizar aqui que esse imaginário de leitura uníssona, de texto completo e esse desconhecimento dos fatores que influenciam na interpretação advêm do fato de que o sujeito precisa imaginar-se na fonte de seu dizer, de seu fazer sentido, tal como vislumbramos anteriormente. Adentra-se na zona dos esquecimentos necessários à criação do efeito texto. Pêcheux asseverou isso quando disse que *a questão da constituição do sentido junta-se à constituição do sujeito, e não de um modo marginal (por exemplo, no caso particular dos ‘rituais’ ideológicos da leitura e da escritura) mas no interior da própria ‘tese central’, na figura da interpelação* (1997b, p. 153-154).

No que tange a essa particularização, e acentuando a opacidade das interferências das condições de produção na interpretação, voltamos a L4, no final da R11, quando fala sobre alguns hiperlinks disponíveis para acesso: (...) *são os que eu nem olho*. Perguntamo-nos: por que o sujeito não lança seu olhar para determinados links e textos? Nesses termos, a produção discursiva desses leitores-navegadores começa a colocar em movimento as relações interdiscursivas, as redes de saberes que clivam os processos de interpretação. Buscamos Lebrun para refletir a respeito:

Todo leitor diante de uma obra a recebe em um momento, uma circunstância, uma forma específica e, mesmo, quando não tem consciência disso, o investimento afetivo ou intelectual que ele nela deposita está ligado a este objeto e a esta circunstância. Vemos, portanto que, de um lado há um processo de desmaterialização que cria uma categoria abstrata de valor e validade transcendentais, e que, de outro, há múltiplas experiências que são diretamente ligadas à situação do leitor e ao objeto no qual o texto é lido (1999, p. 71)

O que importa explorar das palavras do autor é que há, para autores e leitores, modos de percepção, hábitos culturais, conhecimentos que fazem com que um texto seja muitos, mesmo que no plano da forma ele seja um só. Essa multiplicidade fica ainda mais evidente com a digitalização e a conexão de textos em rede. Lebrun destaca, em contrapartida que, com o advento do texto digital abre-se *uma reflexão inversa, indo das formas em direção ao que elas transmitem, atendo-nos à diversidade das significações de um ‘mesmo’ texto quando mudam suas modalidades de difusão* (Ibid, p. 73).

Complementando este bloco, selecionamos recortes que atestam a diferença entre suporte impresso e digital. Passamos aos recortes da 3ª pergunta que compõem o bloco I:

3ª) Após a navegação, que fatores propiciam a diferenciação entre texto em suporte impresso e o texto digital (hipertexto)?

A questão que se impõe agora incide sobre a reflexão acerca da nova textualidade que se faz presente para o leitor, o qual se vê diante de uma avalanche de inovações tecnológicas que acabam o ‘enredando’ nessa rede de conexões em que, cada vez mais, ele é levado a acessar, fazer escolhas e percorrer a rede digital. Refletindo acerca da passagem do texto ao hipertexto, esses recortes nos possibilitam ver diferentes posições-sujeito no interior da FD acadêmica.

R13: *Acho a leitura em meio digital mais interessante, devido à sua dinâmica: é possível fazer relações com outros textos de maneira*

muito rápida e até por causa das possibilidades de animação. Esse tipo de coisa torna a leitura menos monótona. Todavia, eu prefiro fazer leitura em texto impresso e sei que muitas pessoas preferem. Em primeiro lugar porque faço anotações no papel e, em segundo lugar, porque acho mais fácil acompanhar a leitura (em termos físicos mesmo). Não sei explicar direito o porquê, mas percebo que é mais fácil acompanhar a linearidade da leitura no papel, talvez pela posição em que o texto se encontra. Pode ser que simplesmente estejamos mais acostumados com a leitura do texto nessa posição e, por isso, seja mais fácil. (L1)

R14: *A busca na internet é mais rápida e resulta em mais opções. Os principais subtemas são bem destacados, possibilitando correr o texto e ler apenas o que interessa. Podemos sair de um texto e entrar em outro de acordo com nosso interesse. (L2)*

R15: *O texto impresso é limitado, está contido em si. Já o texto digital propicia a busca, a pesquisa de forma ampla pelo número de informações disponíveis ao mesmo tempo. O texto impresso segue uma direção para o assunto, enquanto o texto digital não. São apontadas direções variadas. (L3)*

R16: *O texto impresso é mais restrito, já o digital possibilita que a pesquisa seja bem mais ampla e aprofundada. (L4)*

R17: *Na internet há uma amplitude de autores, de opiniões. Isso propicia uma visão geral. O texto impresso se limita à um ponto de vista, o que limita a pesquisa do leitor. Há a existência da contradição que raras vezes existe no texto impresso que segue uma linha direcionada. Por exemplo, havia no meu percurso um link sobre cotas para docentes, usando o exemplo da universidade do Mato Grosso do Sul. Temos, portanto, uma abrangência bem maior. Há o ponto de vista positivo e negativo coexistindo na tela. (L5)*

É preciso estabelecer aqui uma orientação: a de que as heranças do domínio discursivo escolar mostram-se muito fortes com seu discurso de cerceamento do texto e de sua interpretação. Vemos isso no R13 (L1): (...) *eu prefiro fazer leitura em texto impresso e sei que muitas pessoas preferem*. Esta preferência não é clara para L1, dada sua identificação com uma tradição escolar: *Não sei explicar direito o porquê, mas percebo que é mais fácil acompanhar a linearidade da leitura no papel, talvez pela posição em que o texto se encontra*. Conforme já vinha sendo colocado em pauta nas análises precedentes, notamos que, quando chamado a colocar em contraponto a leitura em texto e em hipertexto, o sujeito filia-se a sentidos dominantes que vêm da escola, propagadora dos princípios da LT, pois o cânone escolar define uma leitura legítima que é a linear. É importante salientar, por exemplo, que a escola parte da busca pela linearidade, pelo respeito às margens do texto, pela interpretação de um sentido literal, contido no código. Geralmente, é feita a seguinte pergunta para o aluno: “o que o autor quis dizer?”. Essa mesma questão encontramos na ordem da lingüística de texto. Fica claro aqui que esse leitor busca a linearidade e a isotopia do texto, pois isso faz parte de sua identificação com um discurso propagado pela escola.

Como toda discursividade relaciona-se com uma materialidade histórica, ao estudar R14 evidenciamos o retorno desses saberes instituídos acerca da leitura na escola. Para tanto, numa análise em que sujeito e linguagem são pensados na relação com o inconsciente e com a ideologia, essa seqüência mostra que não pode existir controle que apague aquilo que de fora se projeta no leitor e que interfere no uso da materialidade da língua.

Ademais, nesta mesma seqüência encontramos o uso do adjetivo ‘fácil’ que predica o processo de leitura em suporte impresso. Isso corrobora com todo um movimento das Lingüísticas de Texto para diminuir o grau de exigência para o leitor em prol de uma simplificação da legibilidade. Para o sujeito do discurso o hipertexto supõe uma leitura que está fora daquela legitimada pela instituição escolar, por isso menos ‘fácil’ e, de certa forma, ‘negada’ como a ideal.

Os recortes analisados matizam a existência de duas posições-sujeito no interior da FD acadêmica: R13 coloca em tela um sujeito influenciado por uma busca pela linearidade. Está identificado com uma posição-sujeito que legitima o discurso institucionalizado pela escola. Os demais recortes (R14,R15,R16,R17) trazem uma posição-sujeito dominante na FD em análise, dado que, em oposição a L1, os demais leitores, estão engajados nos processos de pesquisa, escritura, leitura em ambiente digital. Formularemos nossa explanação da seguinte maneira: L1 é o único entre os leitores-navegadores que é professor, portanto, identificado ao discurso dominante na escola (FD escolar). Estamos diante de uma plena identificação com

um discurso conservador. Podemos, portanto, atestar que a posição-sujeito de L1, na FD acadêmica, encontra reflexos do discurso propagado pela escola e maculado como ideal.

Em contrapartida, nos demais recortes temos evidenciada uma desidentificação com o processo de leitura em texto impresso. No R14, o sujeito do discurso menciona a possibilidade maior de opções que a internet possibilita; no R15 o sujeito predica o texto impresso com o adjetivo limitado; no R16 esta predicação se faz com o adjetivo restrito: *O texto impresso é mais restrito, já o texto digital possibilita que a pesquisa seja bem mais ampla*; no R17, há uma construção reflexiva *o texto impresso se limita a um ponto de vista*, além disso, L5 atribui a esta limitação o cerceamento da interpretação do leitor. Notamos aqui, uma seqüência de paráfrases que correspondem à identificação desses leitores com os ambientes digitais de leitura e escritura:

L3= *O texto impresso é limitado, está contido em si. (...)*

L4= *O texto impresso é mais restrito (...)*

L5= *O texto impresso se limita a um ponto de vista, o que limita a pesquisa do leitor (...)*

Em consonância com essas paráfrases está a afirmação de L2, no R14, que tem implícita a noção de que o texto impresso é limitado ou restrito.

L2= *A busca na internet é mais rápida e resulta em mais opções (...)*

Quando o sujeito do discurso usa a expressão *mais rápida*, temos a negação *menos rápida*, para seu contraponto; ou quando diz *resulta em mais opções*, temos a oposição ao posto *resulta em menos opções*. Estamos aqui diante de uma relação entre posto e pressuposto na análise em contraponto. No momento em que dois elementos estão em questão, a afirmação acerca de um corrobora em implícitos acerca da afirmação do outro. Se um é menos, implicitamente o outro é mais; se um é restrito o outro não é. Estes recortes atestam essa polaridade e a identificação dos leitores com posições-sujeito diferentes e a existência de uma posição-sujeito dominante na FD acadêmica. Essas reflexões nos deram a possibilidade de ver que a interpretação dos leitores acerca da nova textualidade está ligada à sua identificação ou não com os sentidos institucionalizados pela escola, o que indica a existência de diferentes posições sujeito na FD acadêmica. Por um lado, há uma posição-sujeito pautada por um discurso de ordem estruturalista, condizente com o que a lingüística textual aborda, pois notamos que em L1 está presente este discurso que nega outras possibilidades complexas presentes no processo de leitura digital. Por outro lado se faz presente uma posição discursiva

em excesso e a rapidez com que elas chegam até os sujeitos faz com que estes não contemplem mais com a devida atenção as informações que acessam, trata-se, para o autor, de uma descentração da razão, um apagamento da memória. Esse ceticismo estaria justificado se levássemos em conta, sem um olhar mais aguçado, discursos como o do sujeito L1, no R13, quando diz: *Acho a leitura em meio digital mais interessante, devido à sua dinâmica: é possível fazer relações com outros textos de maneira muito rápida e até por causa das possibilidades de animação. Esse tipo de coisa torna a leitura menos monótona. Todavia, eu prefiro fazer leitura em texto impresso e sei que muitas pessoas preferem. Em primeiro lugar porque faço anotações no papel e, em segundo lugar, porque acho mais fácil acompanhar a leitura (em termos físicos mesmo). Não sei explicar direito o porquê, mas percebo que é mais fácil acompanhar a linearidade da leitura no papel.* Obviamente, se levarmos em consideração a posição-sujeito de L1, temos um discurso pautado pela não-complexidade nos movimentos interpretativos e pela linearidade textual. Esse tipo de discurso estabelece ligações com os dizeres da escola e das disciplinas de lingüística de texto. Por outro lado, se analisarmos mais atentamente a outra posição-sujeito ensejada aqui, em que leitores como L2, L3, L4 e L5 evidenciam uma maior acessibilidade às informações através da textualidade digital, notamos que o discurso baudrillardiano contém precauções em relação à chamada mecanização da memória. Voltemos aos recortes de L2, L3, L4, L5:

A busca na internet é mais rápida e resulta em mais opções. Os principais subtemas são bem destacados, possibilitando correr o texto e ler apenas o que interessa. Podemos sair de um texto e entrar em outro de acordo com nosso interesse. (L2)

O texto impresso é limitado, está contido em si. Já o texto digital propicia a busca, a pesquisa de forma ampla pelo número de informações disponíveis ao mesmo tempo. O texto impresso segue uma direção para o assunto, enquanto o texto digital não. São apontadas direções variadas. (L3)

O texto impresso é mais restrito, já o digital possibilita que a pesquisa seja bem mais ampla e aprofundada. (L4)

Na internet há uma amplitude de autores, de opiniões. Isso propicia uma visão geral. O texto impresso se limita à um ponto de vista, o que limita a pesquisa do leitor. Há a existência da contradição que raras vezes existe no texto impresso que segue uma linha direcionada. Por exemplo, havia no meu percurso um link sobre cotas para docentes, usando o exemplo da universidade do Mato Grosso do Sul. Temos,

portanto, uma abrangência bem maior. Há o ponto de vista positivo e negativo coexistindo na tela. (L5)

Obviamente, a busca pela rapidez faz com que a coloquemos em contraponto com a questão da crítica e da reflexão necessária sobre o que está sendo lido. No entanto, a rapidez de acesso às informações não quer dizer que estas não estejam passando por uma absoluta triagem pela subjetividade em ato. Isso é fundamental apontar: o sujeito acessa rapidamente, mas sua prática de leitura nunca vai estar desvinculada de um processo simbólico. O recorte de L2 (R14) nos possibilita ensejar esta questão: *A busca na internet é mais rápida e resulta em mais opções. Os principais subtemas são bem destacados, possibilitando correr o texto e ler apenas o que interessa. Podemos sair de um texto e entrar em outro de acordo com nosso interesse.* Vemos que o acesso a subtemas, a seleção daquilo que está relacionado à pesquisa em ato, exigem que o leitor esteja não apenas manuseando o suporte em que se dá a prática de leitura, mas que este leitor, antes de tudo, esteja envolvido na montagem complexa de um texto, em que recortes estejam intertextualmente e interdiscursivamente ligados. Essas relações intertextuais e interdiscursivas dependem da ação subjetiva que estrutura seu hipertexto, sempre relacionado ao interdiscurso que fala o sujeito, às contingências do momento histórico, às filiações discursivas do leitor/produtor. Optamos, então, por pensar que o que subjaz a esta rapidez é o fato de que o leitor abandonou a passividade. L2 diz: *Podemos sair de um texto e entrar em outro de acordo com nosso interesse;* L5 diz: *Há a existência da contradição que raras vezes existe no texto impresso que segue uma linha direcionada.* Essas falas indicam a possibilidade de imbricamento, numa mesma tela em rede, de pontos de vista discordantes sobre o tema pesquisado, não há uma seleção prévia, induzindo a um ponto de vista, mas há a relação rizomática entre os pontos de vista, entre textos que falam de lugares diferentes e apontam para perspectivas diferentes. A seleção está “nas mãos” do leitor.

Travar esse diálogo com Baudrillard (assim como com Ellul ou Virilio) nos permite ensejar nossas questões com mais ênfase. Trazemos Lebrun para enfatizar, numa perspectiva diametralmente oposta, a leitura como ato simbólico: *A leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados (...) Apreendido pela leitura, o texto não tem de modo algum – ou ao menos totalmente – o sentido que lhe atribui seu autor, seu editor ou seus comentadores* (1999, p. 77). Ao encontro deste autor trazemos o recorte R14: *A busca na internet é mais rápida e resulta em mais opções. Os principais subtemas são bem destacados, possibilitando correr o texto e ler apenas o que interessa. Podemos sair de um texto e entrar em outro de acordo com nosso interesse (L2).* Com vistas ao que Lebrun destaca e ao efetivo trabalho construtivo que o leitor demonstra realizar durante seu percurso de navegação

podemos ensejar uma visão cética acerca de Baudrillard, Virílio e Ellul. Notemos que, para o leitor entrevistado, a conexão contínua, a possibilidade de mudar de caminho e de percorrer textos diversos é uma necessidade para sua leitura.

A partir disso, passaremos à análise do Bloco 2 que incide sobre a reflexão acerca de processos de navegação no texto digital e das condições de produção que intervêm nas práticas de navegação e formação de hipertextos. A proposta, a partir deste momento, é de analisar as determinações de cada percurso, procurando enfatizar, em contraponto com a LT e com a discussão filosófica que desenvolvemos com Baudrillard, Virílio e Ellul, que nenhum percurso de leitura em suporte digital ocorre fora de condições de produção específicas, que regionalizam os efeitos de sentido. Acerca disso, Lebrun se questiona:

Um livro existe sem leitor? Ele pode existir como objeto, mas, sem leitor, o texto do qual é o portador é apenas virtual. Será que o mundo do texto existe quando não há ninguém para dele se apossar, para dele fazer uso, para inscrevê-lo na memória ou para transformá-lo em experiência? (1999, p. 154)

Essa nova tecnologia precisa ser vista como fundadora de uma nova relação entre sujeito e texto, sobretudo como uma rede de textos que, se desvinculada da subjetividade, será mera virtualidade, sem atualização.

3.5.5 BLOCO II: A Reflexão sobre o Percurso de Leitura-Navegação

O que até então foi matizado deflagra, para nós, que as práticas de navegação, em suporte digital, trazem uma transformação da leitura pelo suporte que a materializa, mas que, mesmo assim, há ainda um imaginário propagado pelo discurso escolar sobre texto, autor e leitor, que é alimentado por sentidos dos estudos do texto (LT), os quais são de ordem estruturalista e que neutralizam os processos interpretativos. É, a partir dessa ilusão de concentração de um sentido uno num texto específico e de um leitor que tem internalizadas ‘competências’ para desvendar o sentido do texto, que o hipertexto passou a ser enquadrado no paradigma de estudos de textos. Os recortes que compõem o bloco em análise nos ajudam a apontar reflexões acerca do texto digital, do processamento da leitura-navegação e, ademais, acerca da falaciosa inclusão desta textualidade nos parâmetros teórico-analíticos da lingüística de texto. Temos em conta que, ao produzir um hipertexto, o leitor, no ato de clicar, de zapear, de retornar, está produzindo efeitos sobre uma materialidade disponível como uma memória metalizada, delimitada, calculável, mas que está em confluência com a memória discursiva.

Dessa confluência resultam gestos de leitura singulares e ligados aos lugares de onde esse leitor enuncia. A maneira como esse sujeito se relaciona com os lugares sociais, sua inscrição numa determinada rede de sentidos, orientam a formação do hipertexto como uma rede semântica em que as escolhas dos links ao mesmo tempo em que abrem as diversas possibilidades de acesso, fecham outras. Esse gesto está, de nosso ponto de vista, ligado a um posicionamento específico desse sujeito que aparece, para nós, na discursivização que faz de seu percurso de navegação. Logo, é na reflexão sobre o percurso de navegação que o leitor-navegador significa o que fala antes dele e nele se projeta. Neste caso específico, a projeção se dá nos vários acessos realizados, e nos que deixaram de ser feitos.

É nessa etapa do trabalho de análise que as posições-sujeito se salientam. Tal como destacado no bloco anterior, há uma oscilação na FD acadêmica entre uma PS identificada plenamente com o discurso institucionalizado e legitimado pela escola e outra PS desidentificada com esse discurso. Vemos essa segunda posição como dominante na FD em questão. Atribuímos essa predominância ao largo e amplo desenvolvimento das tecnologias de comunicação nas últimas décadas do século XX, à larga modernização dos cursos de ensino superior, ao lugar cada vez mais intenso do computador na vida dos universitários. Por estes motivos, vemos que o discurso predominante no ambiente universitário, quando se trata de novos suportes e ambientes de leitura, é um discurso identificado com as novas tecnologias e que prima pelo lugar cada vez mais intenso de novos suportes de leitura e escritura na vida escolar e profissional. No entanto, com o bloco de análises em pauta evidenciamos outras posições sujeito, dado o teor polêmico das questões que compõem o bloco. Enquanto no bloco anterior tínhamos um lugar evidenciado do universitário e de sua identificação ou não com um discurso sobre os processos de leitura e escritura, agora temos questões que abordam o tema usado para a prática de navegação, as quais nos levam a matizar que a leitura em ambiente digital segue um percurso interdiscursivo que está presente nos acessos. Temos, em vista disso, uma FD que se evidencia heterogênea pelos lugares a partir dos quais os sujeitos interagem com um tema de ordem social como o escolhido.

O que as análises do bloco 1 nos mostraram foi a existência de duas PS na FD acadêmica que se salientaram em relação a um assunto geral como a leitura em suporte impresso e digital, contudo, neste segundo bloco, em que os leitores analisam seus percursos de leitura-navegação, com base em um tema polêmico, as PS destacadas começam a configurar-se por uma relação mais tensa na FD e por influência de outros saberes de outros domínios discursivos com os quais cada sujeito se identifica. Este estudo nos leva a considerar a heterogeneidade de posições-sujeito na FD acadêmica, o que constitui o discurso do estudante, seus conceitos, suas crenças. Nota-se com a análise dos discursos dos leitores-

navegadores que sua posição na FD, em relação ao tema tratado, é condicionada por um mecanismo de identificação com saberes de outros domínios discursivos, tais como o racismo, a exclusão social, a política e que constituem o sujeito-leitor e orientam a estruturação de seu hipertexto, o que se reflete nos percursos analisados. Interessa-nos colocar em questão, portanto, dois pontos:

- a) Os significados que perpassam o processo de leitura-navegação são efeitos do imbricamento de saberes de domínios discursivos diferentes que se projetam nas posições-sujeito da FD acadêmica;
- b) Os hiperlinks que ligam as janelas e formam os hipertextos explicitam não-ditos, produzem efeitos diversos para cada leitor-navegador;

Para investigar esses pontos analisaremos os recortes 18-48, divididos em duas partes correspondentes às duas últimas perguntas respondidas pelos leitores formalmente e às conversas de análise das representações gráficas dos percursos⁹⁶. Para tanto, temos a seguinte divisão: para a primeira pergunta *Como você explica seu percurso de leitura?* temos os recortes 18 – 23; para a segunda pergunta *Com o hipertexto, o fechamento pode não se dar da maneira com que estamos habituados. Levando isso em consideração, que critérios você destaca para ter encerrado seu percurso de leitura?* temos os recortes 24 – 48. Passemos à análise:

- ***Como você explica seu percurso de leitura?***

R18: *Acho que justamente pela possibilidade de associação com vários textos, a ligação entre os links deve estabelecer uma linearidade. (L1)*

R19: *Primeiro leio o título e o resumo (ou início do texto) dos links na ordem em que eles aparecem na tela. Acesso os que me possam interessar e, em caso negativo, volto à página de buscas. (L2)*

⁹⁶ Essa etapa da pesquisa em que a pesquisadora e os sujeitos leitores conversam espontaneamente sobre os percursos realizados por cada um, se deu individualmente, num período de mais ou menos 1h. Cada sujeito teve acesso à representação gráfica de seu percurso, com os links acessados e não acessados, com o número de links disponíveis para acesso em cada janela aberta. Através dessa análise a pesquisadora passou a questionar os acessos realizados. O leitor respondia livremente, sem a preocupação em formular uma resposta direta e objetiva, como no caso das entrevistas. Tratou-se de um momento de reflexão sobre o trabalho realizado no ambiente digital.

R20: Procurei links que estivessem dando uma coerência ao assunto que eu estava pesquisando. Como a Internet traz muitos links sobre o mesmo assunto, mas divergentes, com ênfases diferenciadas. Quando comecei a pesquisa, pensei: qual é o tópico que vou procurar, e me baseei nisso para negar alguns acessos. (L3)

R21: Há sempre uma associação entre esses links, para que não passe a abrir textos em vão. Os que abro e não são de meu interesse, fecho e retorno ao menu principal de busca. (L4)

R22: Fui em busca de links que me motivassem a abrir os textos.(L5)

Neste bloco de recortes, fica aparente o fato de que a formação do percurso de leitura ‘parece’ intencionalmente construída. Todos os recortes apontam sujeitos do discurso que se colocam num lugar de construtores de seu percurso de navegação, conforme destacamos a seguir:

Acesso os que me possam interessar e, em caso negativo, volto à página de buscas (L2)

Os que abro e não são de meu interesse, fecho e retorno ao menu principal de busca. (L4)

Isso é revelador do que já vínhamos apontando nas análises precedentes: o leitor cria uma ilusão de autoria revelada pela intencionalidade no processo de busca de links para a composição do texto. Os leitores não são passivos e sua subjetividade é regulada pelo que eles denominam de “interesse”. O fundamental dessa questão é a ilusão de autoria contida nos discursos dos leitores.

Trazemos outro recorte das conversas de reflexão sobre as representações gráficas para ensinar essa ilusão que os leitores têm de estarem numa posição de autoria.

Pesquisadora: E esse movimento de voltar à página de busca não interfere na criação de teu hipertexto?

*R23: Não, porque eu estou **no comando**, não é!!! Eu procuro ligar da melhor maneira os textos, para isso eu sempre retorno a outros menus, fecho que não me interessa. Descarto opções em prol de outras. (L2)*

É incontornável o fato de que há um imaginário de controle e intencionalidade que permeia a noção de leitura do sujeito do discurso. Ao usar a expressão *eu decido* o leitor imagina-se na fonte dos sentidos que toma para si. O percurso de linkagem é um gesto de interpretação através do qual os sentidos se produzem e adquirem materialidade.

Essa orientação intencional do sujeito navegador fica explícita no R19, quando L2 quando afirma o seguinte: (...) *Acesso os que me possam interessar e, em caso negativo, volto à página de buscas.* Esse gesto de retornar, para o leitor, coloca-se como lógico e direto, contudo, não se trata do ato de clicar em si, mas do percurso, do processo que envolve o percurso. É mais do que clicar, pois este ato está apenas materializando um processo interpretativo que dimensiona uma textualidade em plena formação e transformação e este processo de ir e vir entre textos, de conectá-los, desconectá-los é inteiramente subjetivo e simbólico, portanto gestual. Acentuamos isso com o recorte que segue, em que o sujeito do discurso (L2) usa o termo “comando” para especificar seu processo de leitura-navegação. Importa, então, trazer à baila uma posição sujeito que aparece como dominante nos enunciados e está marcada por duas ilusões: a) a ilusão de autoria e b) a ilusão de controle dos sentidos.

Pela via da análise de discurso, o sujeito empírico/individual assume, pela prática discursiva, uma posição discursiva que o orienta à produção de sentidos, sem que ele se dê conta dessa orientação. Essa é a essência da prática discursiva: pensar não no indivíduo que mobiliza a língua como se esta fosse um instrumento, mas visa a pensar num sujeito que, a partir de sua prática simbólica, promove a circulação de sentidos sobre a materialidade lingüística, circulação que reside na interligação incessante com as práticas sociais. Fazer sentido, simbolizar, nesses termos, é produzir efeitos com base numa relação maior, anterior ao indivíduo, que o leva, no lugar de sujeito de discurso, a ocupar distintos lugares, a apontar para efeitos heterogêneos. As práticas de leitura em ambiente digital, o clicar do hiperleitor, estão sobremaneira, circunscritos por essa prática simbólica. O leitor desloca-se do lugar de passividade, para assumir uma posição discursiva que traz consigo marcas do histórico e do social. Trazemos novamente o recorte das conversas espontâneas para elucidar a explanação que precede. Quando a pesquisadora questiona L2 sobre se o movimento de voltar à página de busca não interfere na criação do hipertexto o leitor responde:

*Não, porque eu estou **no comando**, não é!!! Eu procuro ligar da melhor maneira os textos, para isso eu sempre retorno a outros menus, fecho que não me interessa. Descarto opções em prol de outras. (L2)*

Fica evidenciada aqui a postura de um sujeito que se coloca, desde sempre, na condução de sua leitura. Alinhada a essa postura está a determinação desse sujeito por um discurso orientador da plena detenção dos sentidos por parte de um sujeito onipotente, direcionador e produtor de sentidos estabelecidos a priori, planejados.

Essa opacificação das determinações que interferem nos movimentos interpretativos é encontrada também quando L3 menciona (...) *eu tentei manter uma linha que direcionasse minha leitura. Quando comecei a pesquisa, pensei: qual é o tópico que vou procurar, e me baseei nisso para negar alguns acessos.* Temos a mesma ênfase com L4: *Os que abro e não são de meu interesse, fecho e retorno ao menu principal de busca.*

Temos, então, um movimento parafrástico de sentidos que se reiteram entre os recortes e que atestam a filiação desses leitores a uma prática de controle da leitura e que parece expressar-se através de princípios de controle do navegador. De acordo com a AD, esse processo de reiteração de sentidos dos discursos dos sujeitos-leitores é que atesta, justamente, o não controle efetivo dos sentidos produzidos sobre a materialidade do texto, visto que se vê a identificação dos discursos a um mesmo discurso dominante que legitima uma prática de escritura e leitura linear. A paráfrase atesta, para o analista de discurso, essa repetibilidade que coloca os sujeitos enunciadores num mesmo ponto de vista sobre o assunto em pauta.

Em contrapartida, L5, no R22, explicita, de uma outra forma, que há motivações que o levam a clicar em determinados links e não em outros, no entanto, não continua sua explicação sobre quais as motivações que os links podem produzir, já que para ele não estão determinadas essas motivações. Isso ficará melhor explicitado nas análises que seguem.

As seqüências discursivas começam a apresentar sinais de que os percursos realizados são reflexos de um processo interpretativo maior. Em AD, assume-se que o sujeito é determinado ideologicamente. Essa determinação opera sobre o sentido. Este, por sua vez, não está no sujeito, intencionalmente constituído, mas é produzido materialmente a partir de processos discursivos que se instauram silenciosamente nas práticas de linguagem. Esse silenciamento tem a função de deixar emergir evidências, imaginários. Tal como já vem sendo exposto, os leitores acreditam em sua plena condução dos percursos, sem se dar conta que eles e seus percursos de leitura são efeitos dos lugares que ocupam em uma ordem social

e histórica. A língua materializa essas projeções e, em consonância com condições de produção das leituras, cada percurso, mesmo partindo de um ponto comum, formou-se diferentemente, de acordo com os gestos de leitura de cada leitor. Salientam-se, com base nisso, os links acessados por cada leitor como materializadores de percursos de leitura notavelmente singulares para o mesmo tema e com as mesmas possibilidades de acesso. Com as análises que seguem, fica clara a singularidade dos percursos, e também o fato de que estes leitores não acreditam em uma “padronização” de sentidos, no fechamento destes. Convocando, para tanto, os leitores-navegadores, sujeitos da pesquisa, a refletirem sobre o deslocamento que as idéias de centro, margem e linearidade sofrem frente a uma nova textualidade baseada na multilinearidade, em nós, links e redes que se bifurcam, passamos à última questão das entrevistas realizadas, a qual nos permite ensejar a dimensão da relação entre interdiscurso e texto que passa a ser eletronicamente mediada.

- *Com o hipertexto, o fechamento pode não se dar da maneira com que estamos habituados. Levando isso em consideração, que critérios você destaca para ter encerrado seu percurso de leitura?*

R24: *Se eu faço a linearidade eu decido o encerramento do texto, mas esse encerramento só funciona pra mim. Isso é legal porque, por exemplo, na universidade, vários colegas pesquisam em casa o mesmo assunto e, quando chegamos na aula, temos textos diferenciados. Isso é super importante porque eu parei em determinado ponto, meus colegas foram adiante, acharam outras informações. (L1)*

R25: *Encerro a pesquisa ou quando coletei todas as informações que preciso naquele momento ou quando preciso parar de ler. Aí, da mesma forma que faço com os livros, anoto o link acessado e volto a acessá-lo em outro momento. Neste caso, encerrei minha busca no link que fala do projeto de lei com mais isenção e de forma mais explicativa. Ele foi o único a informar que as cotas são destinadas a alunos oriundos de escolas públicas e que, dentro dessas cotas, haverá vagas para negros e índios, conforme a porcentagem dessas raças em cada estado ou país. Os sublinks eram poucos, por isso fiquei no menu principal. (L2)*

R26: Quando encontrei as *respostas para o que procurava naquele momento. Basta pesquisar. Acredito que um encerramento definitivo como o ato de “fechar um livro” é impossível na rede de textos que a Internet traz.*(L3)

R27: *O percurso de leitura só foi encerrado no momento em que obtive, através da pesquisa, os dados desejados e mesmo assim eu ainda voltei e procurei mais informações complementares.* (L4)

R28: *Quando consegui desenvolver o assunto, quando o material foi suficiente. De forma geral, outro fato que leva ao encerramento da pesquisa é a repetição. Quando o assunto começa a ser repetitivo paro, pois há links que trazem as mesmas informações. Acho que não há hipertexto fechado porque cada texto trabalha com subitens que podem não servir para mim, mas que estão ali para outros leitores. Esse fechamento é implícito, ocorre de maneira virtual, só existe fechamento para o leitor.* (L5)

No R24, L1 reitera a necessidade de busca por uma linearidade, o que está em convergência com as análises anteriores e sua filiação a uma ordem formalista de ver os textos e os processos de leitura. Além disso, fica ainda mais clara a noção de leitor como orientador do percurso quando L1 usa as expressões *eu faço a linearidade* e *eu decido (...)*. O sujeito do discurso acredita estar conduzindo seu percurso de navegação, o que evidencia o apagamento das determinações que se refletem na leitura. Podemos aventar aqui o fato de que os sujeitos assumem de modos diferentes a condição de autoria, pois, ao passo em que, com o hipertexto, a concepção de passividade se fragiliza, por outro lado, uma relação de autoria entra em cena na atividade de leitura. A própria idéia de enquadramento do texto entra em tensão com aquilo que sai fora do quadro, pois os sentidos migram e o responsável por essa transitividade é o sujeito-leitor que, navegando, produz mais do que o que se presume estar na superfície textual.

A par disso, continuamos indagando L1 acerca dos acessos realizados. Essa etapa foi importante para salientarmos que é representado, em suas falas, um discurso acerca do ensino universitário que o direciona a uma minoria. Isso leva a notar que L1 assume ser contra o

sistema de cotas por sua identificação com um discurso elitista acerca do ensino universitário. Sua interpretação sobre as cotas para estudantes negros baseia-se num impasse entre o “não-reconhecimento” (ou velamento) da existência do racismo no Brasil e uma vinculação muito forte a um discurso elitista em que se nega a existência do racismo, pondo resistência a qualquer política de inclusão social de maior abrangência. Vejamos os recortes que seguem:

Pesquisadora: Quanto à pesquisa solicitada, como tu te posicionas frente a esse assunto?

R29: *Em primeiro lugar, acho que é outra forma de preconceito. Os "brancos" vão olhar para todo e qualquer "negro" ou "pardo" achando que só estão ali porque lhes foi facilitado o acesso, independentemente de estes serem capazes de entrar na universidade como aqueles. Os beneficiados vão ter de lidar com esse tipo de preconceito dentro da universidade. Além disso, vão ter de "correr atrás do prejuízo" se quiserem acompanhar o nível de exigência de uma universidade, dado que as escolas públicas de onde saíram não lhes preparam o suficiente para ingressarem na universidade (se preparassem, não precisariam de cotas especiais!). Outro problema é que, se for constatado que esses beneficiados com as cotas não acompanham o nível de exigência, duas são as possibilidades: ou eles irão desistir ou o nível vai ter de baixar e aí todos saem perdendo. Além de tudo isso, sei que, quem quer estudar em uma universidade federal, independentemente de ter estudado em escola pública ou particular, tem de se esforçar, estudar e abrir mão de muitos lazeres em função deste objetivo. Quem não se esforça, seja branco seja negro/pardo, não chega a lugar nenhum. Enquanto não houver pesquisas genéticas que comprovem que uma raça é melhor que a outra, penso que todos somos iguais e temos direito às mesmas oportunidades. Alguns querem mais, outros, menos. **Pode parecer que digo isso porque sou branca**, mas já ouvi negros que entraram na universidade federal via vestibular (sem cotas) falarem que estão se sentindo discriminados e que esse novo sistema desmerece a raça negra. (L1)[grifos nossos]*

Os pontos em destaque, no recorte analisado, nos auxiliam a ver o teor do discurso de L1: um discurso em que o racismo é negado, mas transparece no uso das expressões “os brancos”; na afirmação de que negros e pardos terão que correr atrás do prejuízo se quiserem acompanhar o nível de exigência da universidade, como se sua capacidade intelectual fosse inferior a dos “brancos”; ademais, L1 aponta a possibilidade de que todos vão sair perdendo se o nível de exigência na universidade diminuir. Conforme já sinalizado, L1 traz à tona um discurso que parece de defesa da igualdade racial, mas que trilha um percurso de negação das políticas afirmativas e de inclusão social.

Diante disso, dos intensos debates que o tema gerou em sociedade e, sobretudo, da larga divulgação que teve para além da comunidade acadêmica, somos levados a pensar no seguinte fator gerador de discursos como o de L1: a sociedade democrática moderna abre para todos os indivíduos a possibilidade de entrar na escola elementar. A alfabetização torna-se prioritária, no entanto, ao mesmo tempo em que a educação é considerada fundamental, ela vem acompanhada de uma estrita hierarquização, impregnada de um caráter sectário que coloca os níveis escolares em relação aos níveis sociais. O ensino universitário encontra-se, numa escala hierárquica, num nível maior, restrito a uma minoria. A relação do homem com a educação sempre esteve pautada pelas circunstâncias políticas e econômicas, instauradas por essa minoria. A existência desse discurso de teor elitista, presente em todos os recortes de L1, é um exemplo claro de um imaginário social maculado socialmente e culturalmente. Retornemos aos fragmentos dos recortes de L1 para refletir sobre a questão sociopolítica que se reflete em seu discurso:

- *correr atrás do prejuízo” se quiserem acompanhar o nível de exigência de uma universidade;*
- *se for constatado que esses beneficiados com as cotas não acompanham o nível de exigência, duas são as possibilidades: ou eles irão desistir ou o nível vai ter de baixar e aí todos saem perdendo;*
- *Os “brancos” vão olhar para todo e qualquer “negro” ou “pardo” achando que só estão ali porque lhes foi facilitado o acesso(...)*
- *Pode parecer que digo isso porque sou branca,*

É interessante notar que, quando certos atores sociais envolvidos em debates sobre cotas e ações afirmativas são indagados quanto às notórias dificuldades que a divisão e o recorte racial promovem em sociedade, com frequência, lançam mão de uma negação desse racismo velado, optam por uma opacificação das determinações sociais que sofrem, em prol de um discurso anti-privilégios, mas, como no caso de L1, não deixam de dizer “nós os brancos”.

Nesses casos, paira o que poderíamos chamar de uma ausência de expressão crítica, de uma visão sócio-histórica mais apurada e desenvolvida do tema racial, transparecendo uma determinação de discursos elitistas. Isso enfatiza a relação sectária em que o sujeito do discurso acredita e que está, de fato, legitimada socialmente, historicamente. Ele se refere a solucionar uma prática de exclusão sem refletir sobre os preconceitos que já existem na sociedade acerca do negro (...) *acho que é outra forma de preconceito. Os brancos vão olhar para todo e qualquer negro ou pardo, achando que só estão ali...* A própria separação entre aqueles que vão olhar e aqueles que estão sob olhares de observação e de avaliação introduz, para nós, um discurso determinado por um imaginário social muito forte e enraizado que recorta a sociedade entre aqueles que avaliam e aqueles que são sempre avaliados, colocados à prova.

L1 assume uma posição-sujeito plenamente identificada com um discurso elitista e pouco democrático acerca da difusão do ensino. Ademais, usa a expressão *Pode parecer que digo isso porque sou branca*. Há uma recusa por parte de L1 a assumir o caráter elitista de seu próprio discurso. Esse é mais um sentido de um domínio discursivo exterior que cliva a posição-sujeito da FD acadêmica. Esta posição-sujeito sofre interferências que acabam delineando os acessos realizados na navegação.

Pesquisadora: Essa tua posição, influenciou na formação de teu percurso de leitura?

R30: *Olha (...)! Eu acho que muitos são os motivos que nos levam a clicar em alguns links e não em outros. Vou te dar um exemplo prático: eu não acredito em benefícios para poucos, enquanto uma grande maioria está trabalhando para progredir.*

Deixa eu ver o meu percurso. (...)

*Olha aqui, cliquei nesse link “Planeta Educação”. Sou professora, estudante. Os links que trazem notícias do MEC, da educação de forma geral me interessam. Vou ser sincera contigo, **não tenho absolutamente nada contra os negros**, mas eu não leria, não abriria um texto que estivesse direcionado a questões raciais. (L1)*

Procurando uma legitimação que justifique os acessos realizados, o sujeito do discurso usa sua profissão como exemplo, o que autoriza a falar de um papel social. O que fica evidenciado nos recortes que precedem é o fato de que L1 tem uma relação tensa com suas determinações. Nega suas filiações ideológicas e sociais, não clica em links que tenham conotação étnica e justifica esses acessos e negações como se tudo isso fosse claro e evidente. A posição-sujeito deste leitor é elitista e excludente, colocando-se contra as políticas governamentais, não por visão crítica, mas porque ignora o lugar dos negros. Há aqui uma relação tensa entre as práticas políticas e a realidade social.

O que começa a ser delineado, a partir deste ponto das análises, é o fato de que os percursos de navegação, na web, não são realizados aleatoriamente, a dispersão de informações não obstrui a constituição dos sentidos e os hiperlinks não têm mera função projetiva. O que se coloca em tela é justamente a ligação intrínseca entre o gesto de linkar e a interpretação. Continuemos as análises.

L2, no R25, afirma ter orientado seu percurso pela busca de textos com isenção de juízos de valor e pelo teor explicativo: *encerrei minha busca no link que fala do projeto de lei com mais isenção e de forma mais explicativa*. Esse caráter de isenção de juízos de valor e de textos meramente explicativos indica um movimento recursivo: fica implícito que, nos links acessados e naqueles que o leitor deixou de acessar, há critérios de valor correspondentes às condições de produção da leitura específicas deste sujeito-navegador. Isso fica claro nos recortes que seguem:

***Pesquisadora:** No percurso que tu me entregaste havia “N”⁹⁷ em vários links do menu principal. Esses links eram: “Portal Sesus”, “Portal MEC”, “Com ciência”, “Seminário discute sistema de cotas nas ...”. Tu levaste em conta que palavras específicas dos links para não os acessar?*

***R31:**No primeiro link havia a expressão ‘hospitais universitários’ que não me interessa. No segundo link eu abri a janela, mas havia um texto tendencioso quanto à questão racial. (L2)*

***Pesquisadora:** Mas tu és imparcial quanto a este assunto?*

R32:Procuro ser.(L2)

Pesquisadora: Por que procura ser?

*R33:Por que eu trabalho com política e **procuro não ser tendenciosa**.
Procuro avaliar os aspectos realmente positivos ou negativos da
questão. (L2)*

Concluimos, a partir desses recortes e, principalmente do último, que há uma necessidade de o sujeito afirmar-se neutro, devido a sua filiação política que não lhe autoriza a parcialidade, como se os discursos políticos pudessem se dotar de total imparcialidade. Surge, aqui, a relação que este sujeito tem com outra FD: político-partidária (PT), a qual influencia sua posição-sujeito na FD acadêmica. L2 assume uma posição-sujeito que está perpassada pelo domínio político-partidário. Especifiquemos: este sujeito é filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) do qual partiram os atuais projetos de implantação de um sistema de cotas nas universidades⁹⁸. Contudo, o sujeito do discurso reitera, em suas falas, que esse fato não determinou seus acessos. O que até aqui se coloca é que L2 tenta manter-se numa posição de neutralidade frente ao assunto pesquisado, o que o leva a afirmar que os acessos realizados não têm relação com sua filiação partidária. Pensando na impossibilidade de haver neutralidade num processo interpretativo, fica claro o funcionamento da negação que evidencia a presença, no discurso do sujeito-leitor 2, um discurso outro. Esse discurso que cliva a enunciação do sujeito é opacificado e internalizado inconscientemente. O sujeito, ao enunciar, tem uma imagem de si: a imagem transparente de um leitor que orienta os sentidos, contudo, a interpelação opera, em seu discurso, produzindo a contradição com os saberes próprios da formação ideológica a que se filia: O Partido dos Trabalhadores. O discurso predominante na FD Petista defende a institucionalização de cotas nas universidades, logo, mesmo que o sujeito-leitor não concorde, sua filiação partidária se projeta intensamente e acaba predominando.

A par do percurso analítico que estamos fazendo notamos, no primeiro bloco, que, no princípio, os leitores-navegadores identificaram-se com duas posições-sujeito: uma identificada com o discurso escolar e outra desidentificada com esse discurso. O que está em

⁹⁷ Foi solicitado que para todos os textos não acessados, acessados e não lidos o leitor colocasse um 'N' ao lado do link anotado.

⁹⁸ Destaquemos que já no Governo anterior (FHC) havia políticas afirmativas no que tange às questões raciais, no entanto, foi com o governo LULA que o tema tornou-se veementemente debatido em sociedade e que as políticas começaram a ser implantadas nas universidades.

pauta agora é que há outras posições-sujeito em tela na FD acadêmica porque o teor do assunto que está em questão é polêmico por ser um tema que institui uma complexa relação entre movimentos sociais, a academia e as instituições governamentais. Assim, quando trazidos à discussão, os sujeitos, inevitavelmente, colocam em tela suas convicções sobre o assunto e suas pré-determinações. Surgem, neste momento, outras posições-sujeito na FD acadêmica, posições-sujeito clivadas por outros saberes, por outros discursos que orientam os percursos de leitura. Vejamos novamente as respostas do L2 ao ser questionado especificamente sobre o tema pesquisado?

Pesquisadora: Como tu te posicionais frente à questão das cotas?

R34:*Eu não preciso concordar com tudo o que o meu partido prega, pois dentro de um partido há várias tendências, vários grupos diferentes que se contradizem, mesmo estando no mesmo partido. Eu sou de um grupo que não concorda plenamente com a ala governista. Em nossa cidade mesmo, sou de uma tendência dentro do partido que não apóia as medidas do prefeito e de seus colaboradores. Isso me faz acreditar em parte nas políticas que o governo vem implantando. No caso do sistema de cotas, acredito apenas como medida paliativa.*
(L2)

Vemos que o sujeito entra em contradição com os saberes da FD que o interpela como sujeito político. O sujeito nega a determinação de seu discurso por sentidos dominantes que advêm de sua identificação com a FD do partido dos trabalhadores. Contudo, na seqüência que segue vemos a recursão que atesta a notória predominância do discurso da FD político-partidária. Essa recursão configura a ilusão de ter uma perspectiva diferente do partido na FD partidária, a ilusão de estar à frente dos sentidos produzidos no momento da leitura, a ilusão de estar na direção do processo interpretativo. No entanto, ainda que essa imagem de centralização, de direcionamento seja extremamente importante para a configuração do efeito-sujeito (efeito-leitor), não há o rompimento almejado pelo sujeito, um corte definitivo com o discurso legitimado pelo partido:

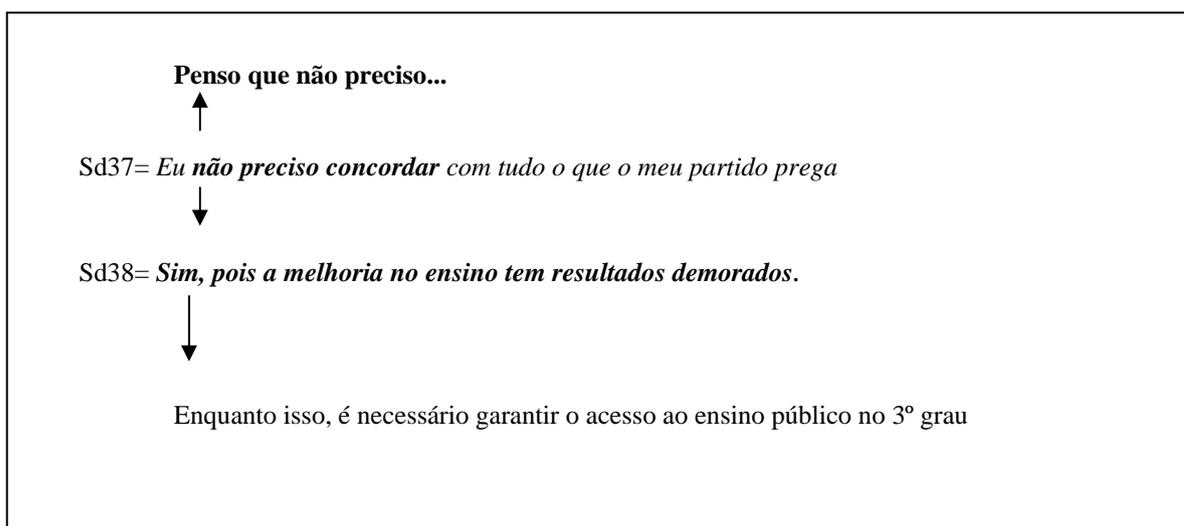
Pesquisadora: Então tu apóias o sistema?

R35:*Sim, pois a melhoria no ensino tem resultados demorados. Enquanto isso, é necessário garantir o acesso ao ensino público no 3º*

grau para os jovens que nunca tiveram condições de pagar uma escola particular e, provavelmente, não terão condições de ‘banciar’ uma universidade privada. Sem as cotas, a possibilidade desses jovens ingressarem na universidade pública diminui muito, pois não tiveram o mesmo preparo que os alunos das escolas particulares. (L2)

Notemos que a neutralidade não se afirma, pois no R34 e no R35 há uma contradição aparente e que indica que as determinações políticas fazem com que este sujeito assuma a posição do Partido, condizente com sua interpelação:

Espaço da contradição



L2 reproduz o discurso corrente na ala governista quando indagada sobre a aplicação do sistema de cotas. É apagado para o sujeito do discurso sua sujeição aos sentidos dominantes na FD petista. Notamos essa determinação no processo de navegação quando analisamos a representação gráfica de L2 e identificamos uma grande incidência de links que tem alguma menção ao governo. Isso atesta que a imparcialidade indicada como orientadora da pesquisa não existe.

Salientam-se, assim, as posições-sujeito conflitantes em que L2 se coloca, observamos que ele assume lugares de enunciação distintos: do lugar de acadêmico ele fala X, do lugar do filiado ao PT, ele fala Y.

Pautando-nos, sobretudo, na vinculação de L2 a um domínio discursivo exterior à FD em análise, voltamos à constatação de que as posições-sujeito, no interior da FD acadêmica, se constituem na confluência com saberes de outras FD. A identificação desse sujeito ao

discurso dominante na FD petista faz com que sua posição-sujeito, na FD acadêmica, retome os sentidos daquela a favor da implantação das cotas.

Há ainda a vinculação de L2 a um discurso elitista em relação ao acesso à educação superior. Essa vinculação é forte nos enunciados do sujeito, causando um desencontro entre o que se coloca como legítimo no discurso partidário: ser a favor das cotas e o que se coloca como verdade no discurso arraigado por anos de educação escolar e universitária: acreditar que o acesso à universidade é para alguns.

Interferem, nos acessos realizados, duas instâncias de interpelação: uma política que faz com que os sujeitos acessem determinados links; outra cultural que faz com que negue outros tantos links. Com base em Courtine (1982), temos sentidos não fechados na/pela FD, mas instaurados na confluência entre saberes. Assim, vemos que o sujeito que lê produz sentidos na navegação orientado pelo discurso da FD e pelas formas através das quais é interpelado. É notório, com vista nas análises já realizadas, que a FD acadêmica traz uma permeabilidade reveladora da imbricação entre os saberes contraditórios. Ao mesmo tempo em que L2 está filiado a um partido que diz atender aos interesses das minorias, procura negar um espaço de discussão sobre o papel dessas minorias na sociedade. Esse espaço contraditório que se produz e que trabalha nos/com os sentidos se deve ao acionamento de um tema caro à reflexão e que mexe com a comunidade universitária e com sua ligação à legitimação de injustiças históricas como o recorte racial, o acesso limitado e restrito das minorias, das raças tidas como inferiores à educação. O que vem à tona é uma reinterpretação das relações sociais no Brasil e os vários olhares que se lançam sobre o tema dentro da academia. Vemos isso nos recortes que seguem:

***Pesquisadora:** O que tu consideraste como fundamental para os acessos realizados em teu percurso?*

***R36:** As expressões e a definição de que assunto eu focaria para minha pesquisa.(L2)*

***Pesquisadora:** Por exemplo?*

***R37:** Ah! Alguns links não despertaram meu interesse como os links sobre racismo, sobre índices e percentuais de aprovação nos vestibulares. Havia outros também como links ligados ao MEC. (L2)*

Fica claro que os hiperlinks contém expressões, palavras que auxiliam na formação do percurso, visto que há a recusa imediata por links de acordo com as expressões que estes trazem. Isso corrobora com as questões que nos movem à escritura deste trabalho, visto que o sujeito apaga de sua prática uma indagação fulcral: *Quem fala quando eu clico? O que me move a fazer escolhas diante de uma gama de acessos a serem realizados?* Nossa investigação pauta-se justamente nessa tomada de sentidos pré-existentes que são produzidos numa FD com a qual o sujeito se identifica ou não e que interferem em sua interpretação.

A análise dos recortes das entrevistas do L3 nos ajudam a ratificar tais questões:

***Pesquisadora:** Que interesses te motivaram à pesquisa?*

***R38:** Bem, busquei textos que elucidassem minhas dúvidas quanto ao sistema de cotas nas universidades, pois **tenho minhas ressalvas** quanto a esse sistema. (L3)*

***Pesquisadora:** Observando a representação que fiz de teu percurso, o que tu tens a me dizer sobre os acessos que realizaste? Esses acessos estão relacionados a essas ressalvas que tu mencionas?*

***R39:** Ah, tinha textos ali que não me chamavam atenção como os que tratam da implantação das cotas na UNB, na Universidade de Juiz de Fora, pois se trata de propaganda. Outros que falam dos percentuais para entrada de alunos oriundos de escolas públicas me interessaram muito. (L3)*

Vemos que L3 justifica seu percurso de navegação como estando direcionado por uma linha de pesquisa determinada por ele: os links que contém textos genéricos sobre alunos oriundos de escolas públicas e os links polêmicos sobre cotas. Isso é tão evidente para o sujeito que ele não pensa nos acessos que deixou de fazer, mesmo estando à disposição na tela. Vejamos o que ele fala sobre isso:

***Pesquisadora:** Olha aqui o teu percurso: há “N” em vários links. O que tu achas que te levou a alijar esses textos de teu percurso no momento?*

R40: *Tudo eu não poderia ler, né! Mas tem textos, por exemplo, que acessei e voltei porque não foram interessantes e se tornaram monótonos para mim. (L3)*

Pesquisadora: *Pensando nisso que tu disseste, o que te levou a clicar em links como: “Sistema de cotas das universidades federais Você é contra ou a favor? e Uniersia Brasil – critérios de sistema de cotas ainda provocam controvérsias? E não em outros links disponíveis?*

R41: *Bom, tem links que realmente não chamam atenção para mim. Mas, esse link, por exemplo, de ser a favor ou contra o sistema de cotas chamou minha atenção porque eu, **particularmente, sou contra.** O sistema de cotas nas universidades apresenta aspectos controversos. Primeiro, que **este sistema é preconceituoso** quando nivela as pessoas pela cor e em segundo porque apresenta outro aspecto que é a dificuldade que o negro e o índio encontram para entrar no mercado de trabalho e até mesmo em se manter no ensino básico. O que deveria existir é uma mudança no ensino, uma mudança que privilegiasse a qualidade e respeito à educação e isso daria condições de concorrência a uma vaga na universidade pública sem a dependência de cor ou situação financeira. Falo isso, porque não tive condições financeiras favoráveis para estudar e consegui me formar. Isso depende muito de cultura e força de vontade, não de cor. Acho que este governo está lançando mão da existência do preconceito para não encarar que o problema é bem maior. (L3)*

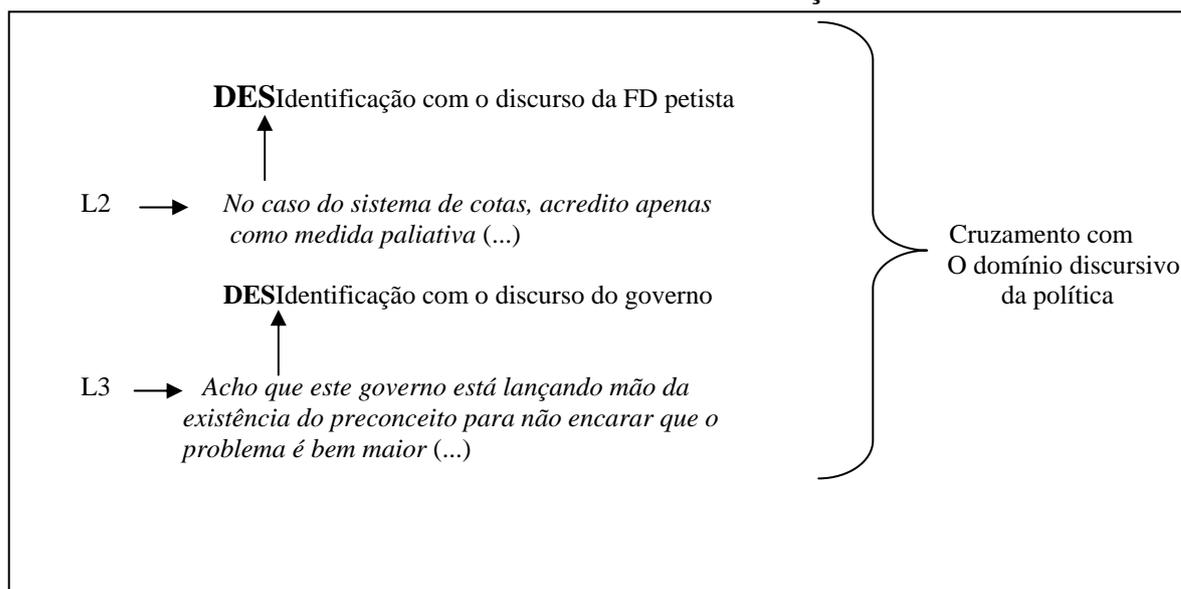
Nos recortes acima, salientam-se dois pontos: a) este sujeito não acessou links que trouxessem a menção a questões raciais; b) suas ressalvas, quanto ao sistema de cotas, parecem estar ligadas mais a sua contrariedade em relação ao partido do governo. Isso fica claro no R41 quando usa a expressão *este governo: [...] Acho que este governo está lançando mão da existência do preconceito para não encarar que o problema é bem maior [...]*. É preciso atentar para o fato de que este leitor tem um ponto de vista sólido sobre as políticas de educação compensatórias. Vejamos o recorte que segue:

***Pesquisadora:** Tu colocas em questão o fato de que o governo toma medidas compensatórias para não resolver o problema na raiz. Consideras esse um fato que te leva a não ter dado outro “rumo” para teu percurso de navegação?*

***R42:** Considero, claro, pois acredito, como professora, que as cotas implicam numa oposição radical a todo um percurso de não separação da sociedade por raças. Nós estamos vindo de um longo percurso de apagamento das diferenças raciais, do racismo que divide a sociedade, que marca nosso país. Lutamos há muito tempo pela instituição de uma outra mentalidade sobre a “raça”, uma mentalidade que não faça da raça critério de marcação dos indivíduos. As cotas vêm nesse início de século colocar em cena novamente a marcação, a distinção, refazendo um sistema de classificação racial. Esse não deve ser o papel do governo e de suas políticas de educação e cultura, pelo contrário. (L3)*

Este recorte salienta que L3 pesquisou levando em conta uma reflexão mais ampla e apurada sobre o tema proposto, o que influenciou na produção de uma reflexão mais rica sobre os acessos realizados. Além disso, precisamos acentuar a expressão *particularmente contra*, do recorte 41 que incide sobre a determinação do sujeito do discurso. Quando este usa o modalizador ‘particularmente’ está colocando-se num lugar em que ele acredita que não sofre determinações exteriores: *Bom, tem links que realmente não chamam atenção para mim. Mas, esse link, por exemplo, de ser a favor ou contra o sistema de cotas chamou minha atenção porque eu, **particularmente, sou contra**. O sistema de cotas nas universidades apresenta aspectos controversos. Primeiro, que **este sistema é preconceituoso** quando nivela as pessoas pela cor e em segundo porque apresenta outro aspecto que é a dificuldade que o negro e o índio encontram para entrar no mercado de trabalho e até mesmo em se manter no ensino básico [...] Acho que este governo está lançando mão da existência do preconceito para não encarar que o problema é bem maior.* Há duas posições-sujeito na FD acadêmica que estão ligadas ao domínio discursivo da política, contudo, essas duas posições-sujeito são opostas: L2 está identificado com a FD do partido dos trabalhadores (PT), enquanto L3 está identificado em oposição ao discurso dominante sobre o sistema de cotas. Esses cruzamentos que se realizam, incidem sobre o percurso de navegação desses leitores.

PROCESSO DE DESIDENTIFICAÇÃO



Essas duas interferências geram reflexos diferentes nos acessos dos leitores. Isso fica evidente na discursivização desses leitores acerca da navegação.

Os recortes do L4 trazem afirmações de teor muito parecido com o discurso do L3. No entanto, a análise do percurso de L4 indica uma orientação totalmente diversa de L3. Isso se justifica porque L4, quando é levado a analisar seu percurso de navegação, traz à tona outras determinações para a realização dos acessos. Começemos pelo fato de que se trata de um advogado, logo, segundo ele, seu percurso baseou-se em sua formação jurídica:

Pesquisadora: *Então, olhando para a representação que fiz de teu percurso, explique os acessos realizados, por que alguns links te interessaram mais que outros:*

R43: *Eu estava em busca da parte legal, do que está sendo colocado em pauta para aprovar ou não o sistema de cotas. Existem vários pontos a serem observados, veja bem, a distribuição de cotas gera a diferença étnica declarada. Isso é um tipo de racismo. Acredito na busca de espaço pela capacidade, pela obtenção de condições por parte do sistema de ensino; mas se formos observar a história de nosso país, temos que levar em conta os anos de exclusão social, de falácia do sistema de ensino. Vendo por este lado, temos que concordar que deve haver uma medida inicial, mas amparada por*

uma política de mudanças graduais. Eu sempre vejo pelos dois lados essa questão. (L4)

É evidente, para o sujeito, que sua navegação pautou-se na ‘vontade’ de saber mais acerca da parte jurídica de implantação da política de cotas, quando diz *Eu estava em busca da parte legal(...)*. Este sujeito tenta manter-se o mais neutro possível, dada a identificação com a FD jurídica que prega a imparcialidade até que se tenham em mãos todos os fatos para fazer uma avaliação sobre o assunto em pauta: *Existem vários pontos a serem observados e Eu sempre vejo pelos dois lados essa questão*. Todavia, voltando ao recorte citado *Existem vários pontos a serem observados, veja bem, a distribuição de cotas gera a diferença étnica declarada. Isso é um tipo de racismo. Acredito na busca de espaço pela capacidade, pela obtenção de condições por parte do sistema de ensino (...)*, e alinhando com eles outros oriundos dessa conversa, vemos que essa imparcialidade é inalcançável, dado o teor polêmico do assunto tratado e as interferências que o sujeito do discurso sofre:

Pesquisadora: *Além de questões legais, houve alguma outra motivação para a realização de teus acessos?*

R44: *O assunto que tu propôs é de meu interesse em vários aspectos: 1º porque até mês passado fui estudante universitário com muitas dificuldades; 2º sou advogado, então, como já falei, a parte legal me interessa; 3º tudo o que é colocado em pauta como sendo benéfico para a sociedade, mas não passa de discurso político eu mantenho minhas dúvidas;*

Ainda que o sujeito não tenha claras as interferências que perpassam seu discurso, muitas são elas e muitos são seus reflexos no percurso de leitura de L4, o que nos auxilia a ver que a imparcialidade desejada não se mantém, ou melhor, essa imparcialidade é uma ilusão necessária para este sujeito-leitor, dado o fato de ele ser advogado e de que sua plena identificação com o discurso dominante da FD jurídica o faz tomar sentidos desse discurso, reproduzindo o *ideal* de neutralidade. Podemos justificar isso analisando os acessos realizados pelo sujeito-leitor, pois entre eles estão os links *consultor jurídico; ENEC – uma das restrições ao sistema de cotas era a falta de legislação a respeito...; UFBA identifica terceiro caso de fraude no...*, entre outros de mesma orientação que justificam essa identificação e essa

busca pelo tema jurídico como orientador da linha de pesquisa. O que L4 não leva em conta e que para a análise de discurso é de profundo interesse são também os acessos não realizados, negados. São esses acessos que nos levam às determinações que se projetam silenciosamente no processo interpretativo do sujeito. Temos, neste caso, a negação de determinados links como *Cotas: estimular o debate, subverter o preconceito...*; *Cresce número de negros na universidade*; *Universidade: acesso a todos*, entre outros. Essas negações não são (nem podem ser) nítidas para L4, que, quando questionado sobre os acessos não realizados, responde:

***Pesquisadora:** Tu colocaste um “N” ao lado de vários links. Tiveste um critério, além da busca por textos de teor jurídico, para o não acesso a esses textos?*

***R45:** Realmente, como eu estou muito envolvido com a minha área, a primeira coisa que me veio à cabeça para pesquisa foi a parte legal que envolve esse assunto. Mas, se eu for te dar um outro critério, realmente eu não acessei links sobre as cotas e as questões sociais envolvidas porque eu não concordo com essas políticas de campanha, com essas políticas de doação de um privilégio. Eu fiz uma faculdade com muitas dificuldades e sou branco. Não tive privilégios para fazer o meu curso, eu e meus pais não temos uma situação financeira. Confortável, como a maioria dos brasileiros. Então, acho que se deve haver uma política de reforma do ensino, que garanta acesso irrestrito às universidades públicas, acredito que deva ser para todos, sem levar em conta questões raciais.*

Instigado à reflexão, L4 começa a colocar em cena outras determinações que interferiram em seu percurso de navegação. O fundamental nisso é que transparece, para nós analistas, uma desidentificação com um discurso de teor político-partidário, e, primordialmente, com o discurso sobre cotas para negros. Vemos que a pesquisa feita por este sujeito-leitor, segue uma reflexão menos relacionada á questões sócias, se comparada com o percurso de L2 e L3. Sua posição sujeito, no entanto, é a mesma, na FD acadêmica de L3, desidentificado com o discurso predominante sobre o sistema de cotas. Mesmo não sofrendo as interferências do saberes de uma formação discursiva político-partidária, L4 demonstra sua desidentificação.

Deve-se levar em consideração que, de uma perspectiva discursiva, *os* sentidos somente se tornam enunciáveis e compreensíveis pela ação da memória discursiva, a qual cria uma condição de legibilidade ao legível. Ou seja, a interface homem-máquina, proposta pelas novas tecnologias, urge do papel da memória a fim de que o texto digital não seja meramente produto, mas um resultado do processo de produção de sentidos. É neste aspecto que estabelecemos uma relação necessária entre a memória, sob a ótica discursiva, e seu papel para a realização de um hipertexto. Isso se dá pelo viés do que já ressaltamos como relações interdiscursivas que se instauram na textualização. Essas relações não partem apenas do autor, mas do próprio leitor, que reconfigura o texto de acordo com seu gesto de interpretação, tornando a legibilidade relativa. O que se quer dizer é que a técnica, o suporte que viabiliza a digitalização do texto, das imagens não está desligado dos agenciamentos sociais, das representações, da simbolização que a linguagem configura, dado que a materialidade essencial da tecnologia hipertextual é a linguagem. O que se remodelam são as relações entre os sujeitos e os novos suportes que materializam a linguagem. Esse é o ponto nodal, o sujeito, usuário de um suporte informatizado, sempre vai estar além do que o suporte oferece, dada sua capacidade de simbolização. Isso fica patente nas análises dos acessos realizados.

Em vista disso, acentuamos o percurso de L5 que evidencia uma grande interferência do interdiscurso na formação do hipertexto. O sujeito do discurso parte do mesmo lugar que L4 – o jurídico – buscando, por isso, uma imparcialidade, contudo, a representação gráfica do percurso do sujeito-leitor evidenciou uma pré-determinação histórica, social e cultural nos acessos realizados, o que nos coloca diante do fato de que a leitura, em ambiente digital, está paramentada numa intrincação entre memória discursiva (interdiscurso) e a materialidade digital:

***Pesquisadora:** Observando a representação de teu percurso, tu notas a incidência de links relacionados ao negro e a questões raciais. Pensando nisso, tu achas que essas questões te acompanham, interferem na interpretação que tu dás às coisas, aos acontecimentos?*

***R46:** Ah!! (pensou um pouco). Sim. Nós sempre trazemos um pouco essas questões culturais, históricas. Não conseguimos ser imparciais. Até que ponto somos imparciais, eu me pergunto. Se sou filha de um latifundiário, o problema agrário vai ser defendido por mim de uma perspectiva, já se sou filha de um lavrador, assumo outra perspectiva. Temos um passado, uma história, nem que isso não esteja, e não está claro para nós em nossas atitudes, em nossas conversas. (L5)*

***Pesquisadora:** Então, tu pensas que todos esses fatores estão envolvidos no momento em que tu lês, em que tu pesquisas sobre algo, em que tu debates?*

***R47:** Obviamente, sempre estão envolvidos. Ninguém escolhe um assunto para pesquisar, como tu pediu para eu fazer na Internet, sem uma gama de conhecimentos que motivem a escolha dos acessos. Vou te dar um exemplo: sou advogada. Se tu olha o meu percurso eu pesquisei o link “Adami: Advogados associados (Seminário nacional sobre cotas nas universidades”, o meu acesso foi baseado no fato de que não há lei ainda para a implantação desse sistema, de meu lugar de advogada, os links que trazem à tona a questão jurídica sempre serão prioritários, assim como os links sobre o racismo velado, sobre a inclusão social. (L5)*

É oportuno mencionar, neste momento das análises, que L5 se vê como leitor de dois lugares diferentes. No entanto, esses lugares para o sujeito do discurso são tão óbvios que não há a possibilidade de ele ver-se interpelado ideologicamente. As condições de produção de sua leitura ficam claras quando diz que é advogada e que é ligada a questões étnicas, colocando-se em duas instâncias de leitura que, para ela, em nada se imbricam na leitura que fez. Do lugar de advogada, procurou determinados links e, do lugar de estudante negra, procurou outros. No entanto, trata-se do mesmo percurso.

***Pesquisadora:** Vendo a incidência, entre tantos outros links que tu acessaste, de links como “Política de cotas raciais nas universidades brasileiras...”; “Cotas para negros nas universidades...”; “O apartheid brasileiro...”; Boletim Ppcor – programa políticas da cor na educação...”. Como tu justificas o fato de que teu hipertexto tenha ficado tão direcionado?*

***R48:** Não sei o que te dizer, realmente, vendo esse “mapa” noto que os textos têm teor muito parecido. É isso ficou forte...(L5)*

O apagamento da memória discursiva que intervém nos acessos é nítido no R48. Quando L5 diz *isso ficou forte*, temos a noção de que, para a própria leitora, não é claro esse atravessamento, a fragmentação do sujeito fica opacificada por um discurso que objetiva a linearidade da leitura e da formação do texto. No entanto, essas relações múltiplas é que determinam a não existência de uma leitura direta e reveladora da intenção de um autor. Toda leitura é ocasional, circunstancial, por isso gestual. Temos em conta, portanto, juntamente com Pesavento (2005), que Indivíduos são seres no mundo e, como tal, portadores de um lugar social e de uma temporalidade, a sua e a herdada, partilhada. Neste sentido, *a memória é um processo transacional, em que o sujeito se liga com o social*, (2005:05). É aí que os sentidos se fazem e desfazem. O processo simbólico encontra sua fundamentação na passagem pela historicidade e pela memória, os quais sacralizam ou silenciam dizeres.

Note-se, para tanto, que, segundo os recortes analisados, há, no processo de navegação, na atualização do hipertexto, uma re-significação ocasionada pela mobilidade dos links. De acordo com os recortes que precedem, acentua-se essa fluidez e a intervenção de elementos pré-construídos no processo de constituição de cada hipertexto. Os sujeitos dos discursos respondem de um lugar social que se projeta em suas falas. Refletem-se em seus dizeres sua concepção política e ideológica, pois

toda leitura mobiliza em maior ou menor intensidade, com maior ou menor evidência, efeitos de ambigüidade que se estendem pelo texto. Pensar a leitura sob a ótica de uma concepção da univocidade seria ilusório e ingênuo. Não se pode pensá-la nem sob a perspectiva do mito da univocidade absoluta, identificável ao sonho simplista da transparência da linguagem, nem sob o mito da plurivocidade absoluta, em que nenhuma significação é atribuída de modo seguro e categórico. A leitura é um processo de desvelamento e de construção de sentidos por um sujeito determinado, circunscrito a determinadas condições sócio-históricas. Portanto, por sua própria natureza e especificidade constitutiva, a leitura tende a ser múltipla, a ser plural, a ser ambígua. Mas não será nunca qualquer uma. (LEANDRO FERREIRA, 1998, p. 208)

Atentar para o processo de leitura como espaço de dizer, de re-significar o que está supostamente posto pelo autor, requer que situemos a prática de leitura como prática de seleção, de recorte e escolha, de opções e exclusões orientadas por espaços de enunciação, de semantização. É do interior desses espaços que ocorrem os possíveis deslizamentos metafóricos, que apontam para outros sentidos e para dimensões intertextuais e, primordialmente, interdiscursivas. Segundo salienta Pesavento *é na leitura que se amplia o leque dos possíveis* (Ibid: 08). Em consonância com a autora buscamos Lebrun para quem

A relação da leitura com um texto depende, é claro, do texto lido, mas depende também do leitor, de suas competências e práticas, e da forma na qual se encontra o texto lido ou ouvido. Existe aí uma trilogia absolutamente indissociável se nos

interessamos pelo processo de produção do sentido. O texto implica significações que cada leitor constrói a partir de seus próprios códigos de leitura, quando ele recebe ou se apropria desse texto de forma determinada. (1999, p. 152)

De acordo com isso, a interface entre a análise do discurso e o texto digital, tendo mais propriamente a leitura em ambiente informatizado como objeto de análise, se justifica salientando que a confluência entre as memórias (discursiva e metálica) torna-se ímpar nesse trabalho, pois o hipertexto marca idealmente este lugar de confluência: em sua especificidade, ele articula uma linguagem artificial (HTML), que prima por ser essencialmente a-histórica, homogênea e estabilizada, com a linguagem verbal (historicizada). Partindo deste princípio, pensa-se: a memória metálica é binária e não há como não ser, mas a leitura em ambiente digital pressupõe uma memória mais ampla, a memória daquele que maneja com o suporte informatizado. Duas memórias se fundem: memória metálica e memória social que colocam o gesto de leitura para além do sujeito e do objeto, mas numa zona de confluência entre ambos.

Pierre Lévy tem um ponto de vista interessante no que tange a questões de memória e textos digitais, pois relaciona a técnica (texto digital) à sua inscrição no meio intelectual, ou seja, para este autor, o texto, no momento em que ultrapassa os limites da tela do computador, deixa de ser técnica e passa a ser tecnologia intelectual, uma vez que passa a influenciar no ambiente cultural e social do homem, fazendo emergir novos modos de relação com as técnicas, tornando algumas obsoletas, fazendo interface com outras. A técnica, objeto cultural no sentido aqui proposto, encontra conexão com a chamada memória discursiva que é para Pêcheux

aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem estabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (1999, p.52).

Nossa hipótese de articulação pauta-se, portanto, em três pressupostos básicos, citados por Leandro Ferreira (1998) para o processo de produção de sentidos em AD:

- a) o sujeito não é a fonte do sentido, nem senhor da língua;
- b) o sentido se forma por um trabalho da rede de memória;
- c) sujeito e sentido não são naturais, transparentes, mas determinados historicamente e devem ser pensados em seus processos de constituição;

Baseando-nos no fato de que, conforme Leandro Ferreira (1998), na AD, o que está fora (o exterior) faz parte integrante do que está dentro (o interior) urge que questionemos concepções deterministas que colocam a técnica sempre a serviço do inatismo, sendo que o

movimento seria diferente, pois as técnicas estarão sempre na composição deste fora, elas são o que de mais marcante formou a historicidade dos homens e, juntamente com elas, formaram-se modos de ver, sentir e conhecer. Dessa forma, pensar uma técnica como o hipertexto, cujo pressuposto básico é a conexão e a abertura à heterogeneidade, como um puro instrumento de leitura, seria retroagir a um estágio de exclusão do sujeito no curso da história.

Assim, compreender a informática unicamente pela sua dimensão técnica é um reducionismo e, além disso, é promover uma tecnologização do saber, deslocando o conceito de produção de conhecimento, através da interface e da conexão, para um conceito de conhecimento produzido, enlatado e recebido pela sociedade. Tal processo é de fato errôneo:

Os dispositivos materiais em si, separados da reserva local de subjetividade que os secreta e os reinterpreta permanentemente, não indicam absolutamente nenhuma direção para a aventura coletiva. Para isto são necessários os grandes conflitos e os projetos que os atores sociais animam. Nada de bom será feito sem o envolvimento apaixonado de indivíduos (...) Por mais que elas sejam consubstanciais à inteligência dos homens, as tecnologias intelectuais não substituem os pensamento vivo. O enorme estoque de imagens e palavras ressoando ao longo das conexões, cintilando sobre as telas, repousando em massas compactas nos discos, esperando apenas um sinal para levantar-se, metamorfosear-se, combinar-se entre si e propagar-se pelo mundo em ondas inesgotáveis, esta profusão de signos, de programas, esta gigantesca biblioteca de modelos em vias de construção, toda esta imensa reserva não constitui ainda uma memória(...) Porque a operação da memória não pode ser concebida sem as aparições e supressões que a desagregam, que a moldam de seu interior. Debruçado sobre seus projetos, o ser vivo destrói, transforma, reinterpreta as imagens e as palavras daquilo que se torna, através desta atividade, o passado (LÉVY,2001, p. 132).

Uma das possibilidades aqui propostas é que, ao clicar sobre um link entre vários outros, o leitor-autor coloca-se em uma série de formulações que retornam, produzindo, sobre a materialidade do texto em questão, uma rede discursiva que faz com que o leitor clique naquele link e não em outros. De acordo com Pêcheux, *sob o mesmo da materialidade da palavra abre-se então o jogo da metáfora, como outra possibilidade de articulação discursiva* (1983, p.53). Ora, se a linkagem promove o encaixe entre os textos, sua função é também de metaforização, de forma que cada leitor atribuirá ao link uma significação, pois seus sistemas de referência serão ativados a fim de que a produção de sentidos instaure um processo interpretativo singular. Isso se dá pelo viés da memória. Esta possibilidade de análise da memória discursiva, como constitutiva da leitura hipertextual, durante o processo de linkagem, encontra culminância na concepção de links como anáforas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo propôs-se a investigar, a partir de diferentes correntes teóricas, quais os fundamentos que caracterizam e delimitam as condições de funcionamento do hipertexto, enquanto materialidade que se define pelo cruzamento de sentidos, num esforço contra a transparência e a dimensão de unicidade que permeiam a palavra texto e as práticas de leitura e escritura que dela derivam. Procurando ultrapassar a dimensão meramente eletrônica dos textos em rede, nosso propósito cercou-se de um cuidado específico: laçar um olhar para o duplo papel que cabe à leitura em ambientes digitais e pensar, sobremaneira, no modo como a materialidade eletrônica e o acontecimento se cruzam, visto que se trata de um texto em constante estado de fluxo que representa a inconsistência e a deriva de sentidos, ocasionando uma abertura ao *sem sentido*⁹⁹.

Diante da necessidade de refletir sobre o espaço que as novas tecnologias estão ocupando em sociedade vemos, do lugar dos estudos lingüísticos, a urgência em pensar nas novas formas de textualização que essas tecnologias trazem na bagagem, é que precisamos repensar o estatuto epistemológico do texto, partindo da definição de texto dentro daquilo que é nossa tradição textual, dado que, aparentemente, essa tradição textual ainda não sabe o que fazer com esse sem sentido, visto que ela sempre se pautou pela busca de sentido uno e delimitável, “tangível”. O que se coloca para além dessa univocidade traz a perda dos alicerces estáveis, uma vez que estabilidade e fixidez são as traves mestras do texto “clássico”, as quais se encontram desestabilizadas pela efemeridade e volatilidade proporcionadas por um texto *hiper*, cuja constituição está na essência dos “caminhos que se bifurcam”. O que está em pauta, quando essa pluralidade de caminhos na rede textual é analisada, é uma leitura não-linear e em constante (re) construção, como se estivéssemos frente a um labirinto que a cada leitura permite caminhos novos e cruzamentos ainda não experimentados.

⁹⁹ Fazemos menção à existência de sentidos que transpõem a linearidade e as margens impostas ao texto, esses sentidos permitem que consideremos a inexistência de um sentido uno e pré-determinado, possibilitando a inserção do sem sentido, daquilo que escapa ao olhar uniformizador da lingüística. Esse sem sentido representa aquilo que foi deixado à margem pela sistematização do texto.

Atentar para tal fato implica que levemos em conta as práticas de leitura/escrita em ambientes hipertextuais, como toda prática humana marcada pela subjetividade de quem a constitui. Como essa escrita é constituída por infinitos textos disponibilizados, de forma a compor uma intensa rede textual, os textos precisam ser construídos por seus leitores, ao percorrerem essa escrita, em busca da realização de um objetivo. O texto passa a ser processualmente construído por um leitor que, agora, é também um navegador, pois escolhe caminhos e roteiros que contêm marcas lingüísticas evidenciadoras da sua relação com o dito e de como se posiciona frente a ele. Essas marcas, resultado do trabalho de escolha do leitor-navegador, de dizer algo e fazê-lo de um certo modo, em detrimento de tantos outros, “revelam” ou “escondem” o sujeito que diz.

Ressalvamos, portanto, que a fronteira existente entre um texto e sua versão hiper não está na esteira de um processo de dicotomização, de fim, mas de início, pois fazer fronteira não é findar, é abrir espaço para o reconhecimento do que está fora de nossa circunscrição, é reconhecer que há algo para além dos limites impostos, pois *uma fronteira não é o ponto onde algo termina, mas, como os gregos reconheceram, a fronteira é o ponto a partir do qual algo começa a se fazer presente* (BHABHA, 2001, p.19). Trata-se da desterritorialização do texto em favor da fragmentação e da transição, dado que o texto antes intransitivo, pois homogêneo e limitado, agora passa a ter um status de transitividade, de locomoção para além de suas margens, produzindo a abertura, no movimento de reconhecimento de uma nova ordem de produção de sentidos necessária de deslocamentos e clivada pelo deslizamento e ruptura contínuos.

Essa é a compreensão de textualidade que empreendemos, embasada no deslizamento dos sentidos, na clivagem da estrutura pelo movimento contínuo dos significados, cujos significantes estão sempre à espera, pois produzir sentido, no espaço teórico em que nos situamos, é da ordem da metáfora, já que o sentido é desde sempre metafórico, pois nunca pré-existente e ontológico.

Procuramos, assim, estabelecer, diante dos cruzamentos teóricos realizados nesta pesquisa entre semiótica, análise de discurso francesa e lingüística de texto, que, além de um movimento contemplativo frente ao texto, o leitor autorize-se à transitividade entre as múltiplas vias de acesso ao(s) sentido(s) e que, sobretudo, este sujeito não seja constituído na homogeneidade, mas num *entre-lugares* em que dizeres, história, cultura, ideologia cruzam-se. Portanto, somente um estudo do texto que privilegie seu caráter construtivo parece-nos compatível com nosso projeto e o justifica, bem como justifica a necessidade de não nos atermos à uma corrente teórica para o estudo de nosso objeto, lançando-nos em diálogo

constante com outros campos que nos auxiliaram na constituição de um trabalho privilegiado pela multiplicidade e pela abertura às possíveis interpretações que a partir dele se fizeram.

Ademais, procuramos demonstrar, através das representações gráficas dos percursos, através da ênfase na heterogeneidade das posições-sujeito que se salientaram durante as análises, que a ativação de determinados nexos faz aparecer silenciosamente uma seleção específica, condicionada por uma anterioridade. Evidenciamos isso porque cada leitor tinha 'n' nexos a serem pesquisados e a eleição de qualquer elemento do menu provocou a aparição do documento conectado com um potencial rizomático intenso e ilimitado, o que ocasionou a busca por caminhos, a intensa associação entre os textos conectados. Assim, a capacidade de criar nexos em ambas direções e conectá-los com qualquer passagem é o que faz com que a leitura, neste texto, seja sempre uma escritura em potencial e, primordialmente, faz com que os nexos signifiquem mais do que um apontador de caminhos a seguir, mas um elemento de interligação semântica, ativado não por pura e simples curiosidade, mas por associação contínua com a rede semântica que o leitor produz. Nesse sentido *En todos los sistemas de hipertexto el lector puede escoger su propio centro de investigación y experiencia. Lo que este principio significa en la práctica es que el lector no queda encerrado dentro de ninguna organización o jerarquía* (1995, p. 25).

O que nos parece fundamental é a possibilidade de, pela observação do percurso de navegação e das considerações do leitor, ver marcas, indícios do modo como se realiza o processo de produção de leitura. É neste ponto que a noção de hiperlink promove deslocamentos e nos levou a pensar nesses dispositivos de ligação textual como anáforas, segundo as quais os processos de coesão atingem um nível diferente em relação ao conceito de cadeia coesiva que a LT propõe, mas adquiriu status discursivo.

Para tanto, os lugares sociais que são ocupados pelos sujeitos, em determinadas formações sociais e ideológicas e suas formas de pertencimento/reconhecimento dos saberes que identificam as FDs a que se filiam vão determinar as posições-sujeito que assumem quando enunciam, em nosso caso, quando *clicam*. Esse movimento se dá através da forma-sujeito e da formação discursiva com que cada sujeito se identifica. Foi pela discursivização de seu percurso de leitura que cada leitor deu a ver o processo pelo qual se construiu seu gesto de leitura. A prática da linkagem deixou à vista os caminhos porque os leitores passaram antes de clicar.

Enfim, é enquanto espaço de relações em rede, falamos de relações sociais e históricas, que se materializam enquanto memória, que a prática de leitura potencializa diferentes itinerários, diferentes configurações para o espaço significativo do texto. É nesse espaço relacional que os links aparecem como elementos fluidos, resignificados

incessantemente, discursivamente. Isso se dá pela ação movente de um anterior que interfere na ligação dos textos e em sua escolha.

O que os recortes produzidos pelos sujeitos-leitores nos possibilitaram foi ver que o ato de clicar está pautado por interferências de ordem interdiscursiva e que essas interferências fizeram, em nossa pesquisa, com que todos os leitores, mesmo partindo de um mesmo ponto e de uma mesma gama de acessos, produzissem percursos diferenciados e condizentes com a sua interdiscursividade. É nesse ponto que falar em hiperlinks como dispositivos anafóricos (discursivos) torna-se relevante, devido à mobilidade que o hiperlinks propiciam na formação do hipertexto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, Louis. [1969]. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.
- APOTHÉLOZ, Denis. *Role et fonctionnement de l'anaphore dans la dynamique textuelle*. Genève: Librairie Droz, 1995.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2001-2003. 395 p.
- BARTHES, Roland. *S/Z*. 1.ed. Lisboa: Edições 70, 1970.
- _____. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1997.
- BAUDRILLARD, Jean; MORIN, Edgar; MAFFESOLI, Michel; VIRILIO, Paul; LÉVY, Pierre; DEBRAY, Régis. *Para navegar no século XXI: Tecnologias do imaginário e cibercultura*. 1. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. 294 p.
- _____. *Tela total: mito-ironias da era do virtual e da imagem*. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2002. 158 p. ISBN 85-205-0139-7
- _____. *A transparência do mal : Ensaio sobre os fenomenos extremos*. 1. ed. Campinas: Papirus, 1990. 185 p.
- BEAUGRANDE, R de. *New Foundations for a science of text and discourse: cognition, communication and the freedom of access to knowledge and society*. Norwood, Ablex, 1997.
- DE BEAUGRANDE, Robert-alain; DRESSLER, Wolfgang Ulrich. *Introducción a la lingüística del texto*. Barcelona: Ariel, 1981.
- BENVENISTE, E. *Problemas de Lingüística Geral*. Campinas: Pontes, 1988.
- _____. *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- BERNÁRDEZ, Enrique. *Teoría y Epistemología del Texto*. Madrid: Edições Cátedra, 1995.
- BIRMAM, Joel. Por uma estilística da existência. SP: Ed. 34, 1996.
- BURBULES, N. *Rhetorics of the web: hiperreading and critical literacy*. 1998, P.102-122.
- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática*. 11.ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- CAVALCANTE, M.C.B. *Mapeamento e produção de sentido: os links no hipertexto*. In: MARCUSCHI; XAVIER (orgs.). *Hipertexto e Gêneros Digitais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador, conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: UNESP, 1998. 159 p.
- COLLINOT, A.; MAZIÈRE, F. A língua francesa: pré-construído e acontecimento lingüístico. In.: ORLANDI, Eni. (org.). *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1997.
- CONTE, Maria Elisabeth. Encapsulamento Anafórico. In. CALVALCANTE,M; RODRIGUES, B; CIULLA, A. (org.) *Referenciação*. SP: Contexto, 2003.
- COURTINE, J-J. Définition d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours. In.: *Philosophiques*, vol.IX, n°.2, Octobre, 1982.
- _____. *Analyse du discours politique*. In.: *Langages*, n° 62, juin, 1981.

COURTINE, J-J; MARANDIN, J-M. Quel objet pour l'analyse du discours? In: *Matérialités discursives*. Lille: Presses universitaires de Lille, 1981.

DE CERTEAU, Michel. A operação Histórica. In. LE GOFF, Jaques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1976.

_____. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. SP: Ed. 34, 1995-1997.

DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 1971. 255 p.

DOSSE, François. *História do Estruturalismo. V.2: O canto do sisne de 1967 aos nossos dias*. São Paulo: Ensaio: Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1994.

DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de Lingüística*. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 1986.

DUBY, Georges. História social e ideologias das sociedades. In. LE GOFF, Jaques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1976.

FÁVERO, Leonor L.; KOCH, Ingedore G. V. *Lingüística Textual: Introdução*. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *Da ambigüidade ao equívoco a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2000.

FOUCAULT, Michel.[1970]. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. [1969]. *A arqueologia do saber*. RJ: Forense Universitária, 2004.

FURASTÉ, Pedro Augusto. *Normas Técnicas para o Trabalho Científico*. 13.ed. Porto Alegre: [s.ed.], 2004.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. *A língua Inatingível*. Campinas: Pontes, 2004

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1979.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. In.: ORLANDI, Eni. (org.). *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1997.

HALLIDAY, M.A.K. & HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.

HENRY, Paul. A história não existe?. In.: ORLANDI, Eni. (org.). *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1997a.

_____. Os Fundamentos Teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). In. GADET e HAK. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997b.

INDURSKY, Freda. *Da anáfora textual à anáfora discursiva*. In: 1º Encontro do CelSul, 1997, Florianópolis: **Anais**. V2.

_____. *O sujeito e as feridas narcísicas dos lingüistas*. In. Gragaotá, nº.5, p.111-120, 2º sem, Niterói, 1998.

_____. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: ERNST-PEREIRA, Aracy & FUNCK, Susana Bornéo. (Org.). *A escrita e a leitura como práticas discursivas*. Pelotas: Educat, 2001

KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Texto e Coerência*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *A coesão Textual*. São Paulo: Editora Contexto, 1993.

_____. *Desvendando os Segredos do Texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

LAHUD, Michel. *A propósito da noção de dêixis*. São Paulo: Ática, 1979.

LANDOW, George P. *Hipertexto : la convergencia de la teoría crítica contemporánea y la tecnología*. Barcelona: Paidós, 1995. 284 p.

LANDOW, George P. *Teoria del hipertexto*. Barcelona: Paidós, 1997. 424 p.

LE GOFF, Jaques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

- LEMOS, Maria Teresa G. de. *Sobre o que faz texto: uma leitura de Cohesion in English*. In: D.E.L.T.A . v8, n.1, 1992, p.21-42.
- LEPARGNEUR, H. *Introdução aos Estruturalismos*. SP: Editora Herder, 1925.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999. 260 p.
- LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1999. 212 p.
- LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?*. São Paulo: Editora 34, 1996. 157 p.
- LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993-2001. 203 p.
- MALDIDIER, Denise. *A Inquietação do Discurso*. São Paulo, Ed. Pontes, 2003.
- _____. Elementos para uma história da análise do discurso na França. In.: ORLANDI, Eni. (org.). *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1997.
- MALDIDIER, D; NORMAND, C; ROBIN, R. Discurso e ideologia: bases para uma pesquisa. In.: ORLANDI, Eni. (org.). *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1997.
- MARCUSCHI, L. A. *Linguística de Texto: o que é e como se faz*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Série Debates 1, 1983.
- _____. *Processos de Referenciação na Produção Discursiva*. D.E.L.T.A., 14 (número especial), 1998, p.169-190).
- _____. L.A. *Linearização, cognição e referência: o desafio do hipertexto*. In: Línguas, instrumentos lingüísticos, 3. Campinas: Editora Pontes, p.21-46.
- _____. *L.A coerência no Hipertexto*. Palestra proferida no Seminário Hipertexto – demandas teóricas e práticas, UFPE, Recife, outubro de 2000.
- _____. L.A. Gêneros Textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI; XAVIER (orgs.). *Hipertexto e Gêneros Digitais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- MILNER, J-C. O amor da língua. 1ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- _____. Reflexões sobre a referência e a correferência. In. CALVALCANTE, M; RODRIGUES, B; CIULLA, A. (org.) *Referenciação*. SP: Contexto, 2003.
- _____. *O amor da Língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de Discurso e Categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. In. CALVALCANTE, M; RODRIGUES, B; CIULLA, A. (org.) *Referenciação*. SP: Contexto, 2003.
- NORA, Pierre. O retorno do fato. In. LE GOFF, Jaques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1976.
- ORLANDI, Eni. *Segmentar ou recortar?* Série Estudos. Faculdades Integradas de Uberaba, 1984, p.9-26.
- _____. *Discurso Fundador: A formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- _____. *A leitura e os leitores*. Campinas, SP: Pontes, 1998.
- _____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- _____. *Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- _____. *Discurso e Leitura*. SP: Cortez, 1993.
- _____. *O lugar das sistematicidades lingüísticas na análise de discurso*. In.: D.E.L.T.A . Vol.1, nº 1/2, 1985.
- _____. *Discurso e Texto*. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- _____. Maio de 1968: os silêncios da memória. In.: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

- PÊCHEUX, Michel. (1969). Análise automática do discurso. In. GADET e HAK. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997a.
- _____. (1975). *Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. São Paulo, Editora Unicamp, 1997b.
- _____. (1983). Análise de Discurso: três épocas. In.: GADET e HAK. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, M; FUCHS, C. (1975). A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In. GADET e HAK. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- _____. (1983). *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. São Paulo: Pontes, 2002.
- _____. (1983). Papel da memória. In.: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In.: ORLANDI, Eni. (org.). *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1997c.
- PÊCHEUX, M; FUCHS, C. (1975). A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In. GADET e HAK. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- ROBIN, Regine. [1973]. *História e Lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- SNYDER, I. *Hypertext: The electronic labyrinth*. Melbourne: Melbourne University Press, 1998.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Lingüística Geral*. SP: Cultrix, 1975.
- VILAR, Pierre. História marxista, história em construção. In. LE GOFF, Jaques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1976.
- XAVIER, Antônio Carlos. Processos de Referenciação no Hipertexto. In: *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*. SP: Universidade Estadual de Campinas/Editora Pontes, 2002.
- _____. Leitura, texto e hipertexto. In: MARCUSCHI; XAVIER (orgs.). *Hipertexto e Gêneros Digitais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- ZANDWAIS, Ana. A noção de dêixis: da lógica formal às teorias enunciativas. *Nonada*, Porto Alegre, Ano 2, nº 3, p.77-87, ago. 1999.
- _____. *O Funcionamento da Sinonímia: as impossíveis fronteiras entre estrutura e exterioridade*. Pelotas: UCPEL, 2006 (no prelo)

ANEXOS

Anexo I

PROPOSTA PARA NAVEGAÇÃO NO TEXTO DIGITAL

Caracterizando-se por ser uma pesquisa sobre leitura em ambiente digital, que conta com a participação de 05 pessoas, propomos que algumas etapas de trabalho sejam estabelecidas, etapas que mobilizam um trabalho individual do leitor e um trabalho em conjunto com o pesquisador, o qual procurará entender os percursos dos acessos realizados pelos leitores participantes da pesquisa. Além disso, com a preocupação não de colher resultados pré-estabelecidos, mas com o intuito de buscar um entendimento da leitura em ambiente digital baseada na experiência do leitor, este trabalho não está delineado por um método dedutivo de análise. Trabalharemos com recortes dos acessos realizados e das entrevistas, o que nos possibilita uma visão abrangente e qualitativa dos percursos dos leitores-navegadores. Para tanto, esta pesquisa transcorre nas seguintes etapas:

- I) Seleção de leitores: serão escolhidos 05. leitores com base nos seguintes critérios:
- a) Grau universitário;
 - b) Idade acima de 20 anos

Será preenchida uma ficha com dados que serão levados em conta no momento de análise do percurso. Ver 1.

- II) Leitura-Navegação: ocorrerá em um ou dois encontros na universidade ou na residência do leitor.
O percurso de navegação é proposto com base em dois temas a saber:

SISTEMA DE COTAS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

O processo de leitura começa pela orientação do assunto escolhido no site de pesquisa Google, tanto em páginas brasileiras, quanto estrangeiras. Ao passo que o navegador acessa, ele indica (anota) quais são os links que está acessando e a ordem. As páginas acessadas serão impressas para análise do percurso. As impressões marcam o percurso de navegação.

Após a navegação, com os links anotados e as páginas impressas, solicitamos ao navegador que faça uma narrativa de seu percurso, respondendo a algumas perguntas escritas. Ver roteiro de perguntas em 2

- III) Produção de Narrativas gráficas: as narrativas gráficas são produzidas pelo autor da pesquisa, com base no percurso de navegação do leitor, nas impressões e nos links anotados. Essa narrativa gráfica permite visualizar de forma clara os acessos realizados, bem como aqueles que não foram escolhidos. Com o objetivo de seguir

o percurso do leitor-navegador, esta narrativa gráfica, em comparação com as páginas impressas, contendo todos os caminhos não acessados, possibilita que sejam feitos os recortes necessários para análise. Ver em 3.

- IV) Entrevistas: após a produção das narrativas gráficas, os usuários terão acesso a seu gráfico do percurso para, então, serem realizadas entrevistas que posteriormente serão transcritas. Nessa entrevistas o usuário falará sobre os acessos, seu interesse e motivações para tais acessos, responderá a algumas questões que serão realizadas livremente.

1) Dados do navegador:

Idade: _____

Profissão: _____

Curso universitário: _____

Assuntos de interesse para pesquisa na Web: _____

Assuntos que mais tem pesquisado na Web: _____

Motivos de pesquisa: _____

2) Questionário:

- a) Em seu percurso, quais os procedimentos que tomou como fundamentais para a criação de teu (hiper) texto?
- b) Como você explica o contexto no caso da navegação em ambiente digital?
- c) Após a navegação, que fatores propiciam a diferenciação entre texto em suporte impresso e o texto digital (hipertexto)?
- d) Como você explica seu percurso de leitura neste caso?
- e) Com o hipertexto, o fechamento pode não se dar da maneira com que estamos habituados. Levando isso em consideração, que critérios você destaca para ter encerrado seu percurso de leitura?

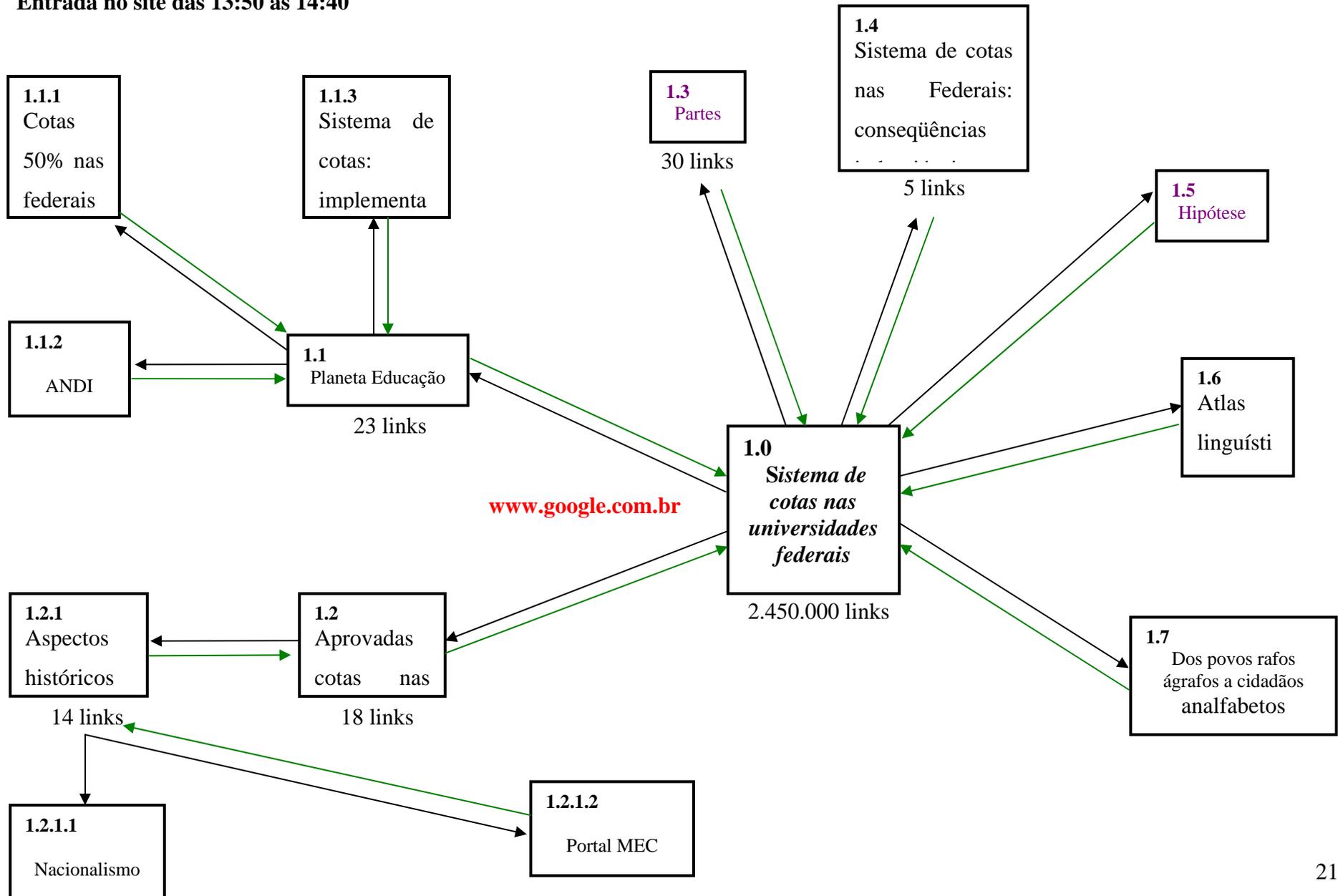
Anexo II

Representações Gráficas

Leitor 1

Percurso: 50 min

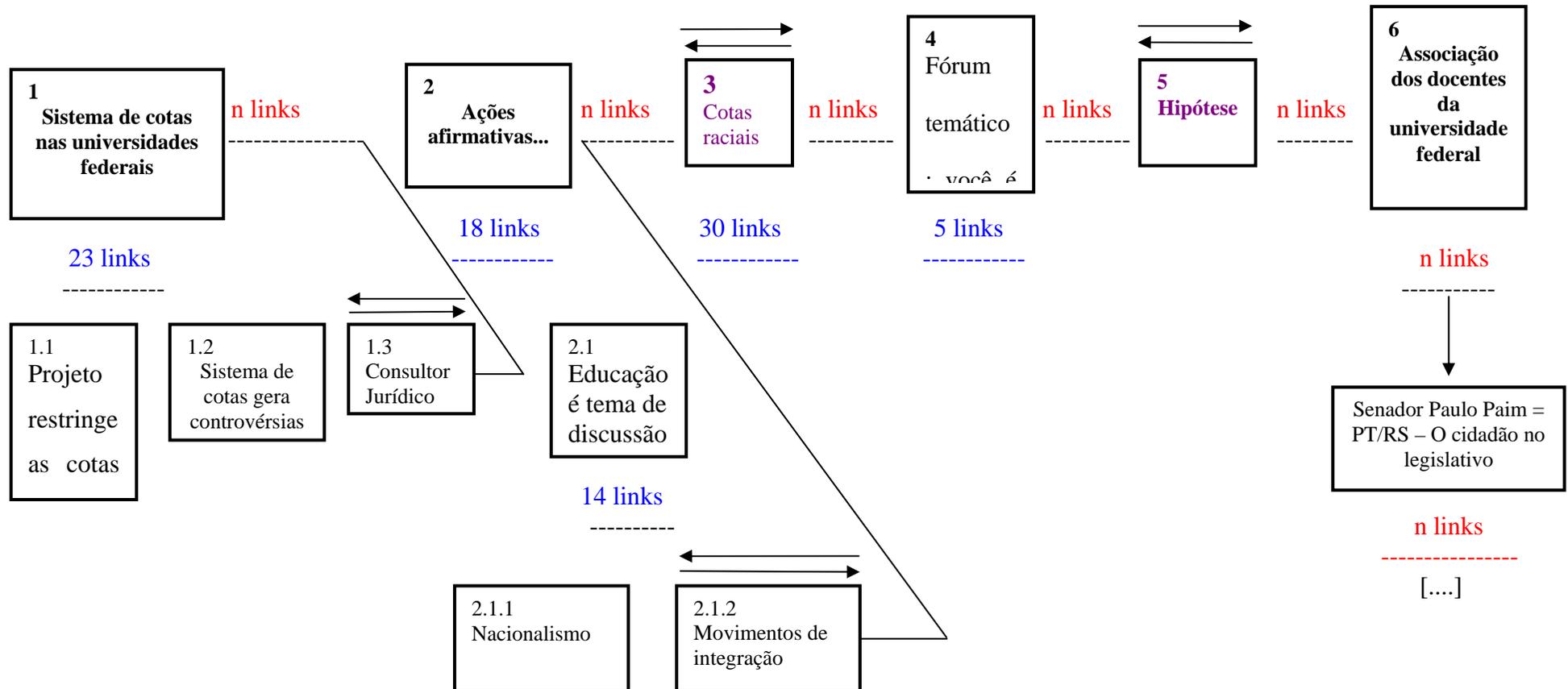
Entrada no site das 13:50 às 14:40



Leitor 2

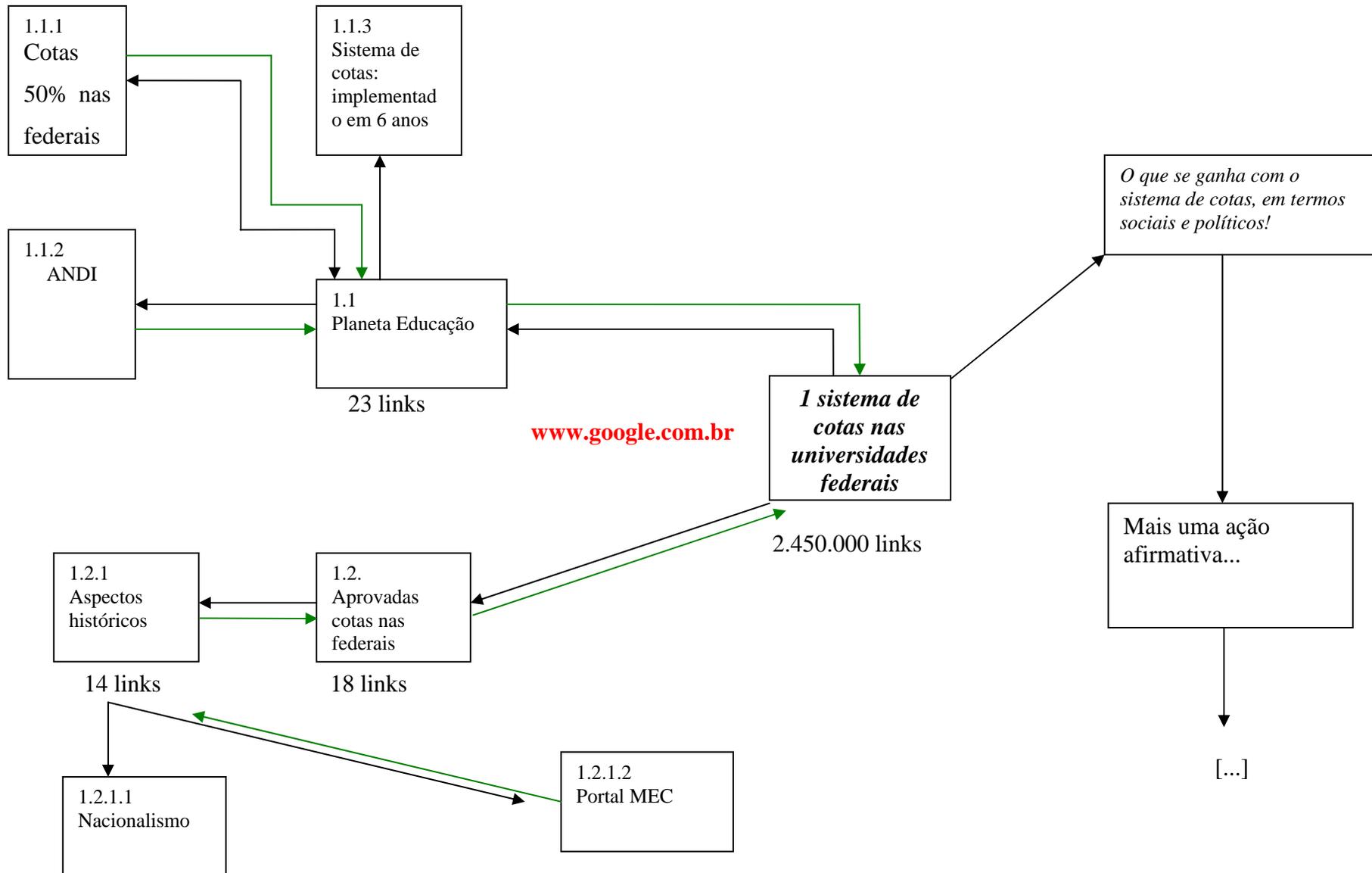
Percurso: 50 min

Entrada no site das 13:50 às 14:40



Percurso: 40 min

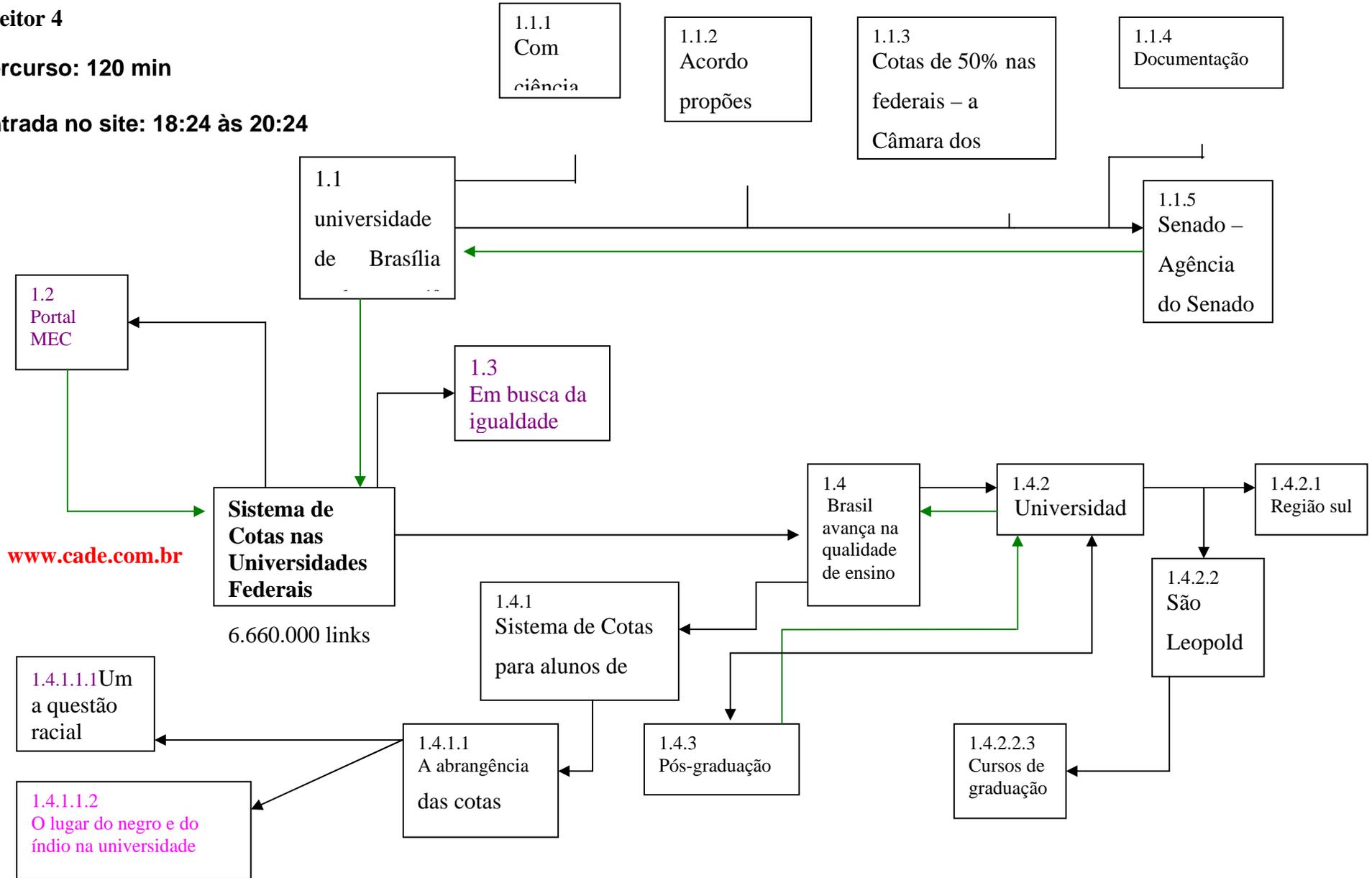
Entrada no site das 18 às 18:40



Leitor 4

Percurso: 120 min

Entrada no site: 18:24 às 20:24



Leitor 5

Percurso: 35 min

Entrada no site: 20:03 às 20:38

www.google.com.br

